

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ALEXANDRE HOLANDA NASCIMENTO

**MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS MICRODADOS DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS DO IBGE**

**VITÓRIA
2017**

ALEXANDRE HOLANDA NASCIMENTO

**MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS MICRODADOS DOS CENSOS
DEMOGRÁFICOS DO IBGE**

Dissertação apresentada ao
Departamento de Pós-graduação em
Geografia da Universidade Federal do
Espírito Santo, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em
Geografia, na área de concentração em
Estudos Urbanos e Regionais.
Orientadora: Prof^a Dr^a Aurélia Hermínia
Castiglioni.

**VITÓRIA
2017**

“MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MICRODADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE .”


ALEXANDRE HOLANDA NASCIMENTO

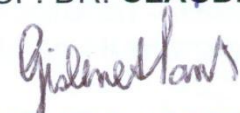
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 30 de Agosto de 2017.


PROF^a. DR^a. **AURÉLIA HERMÍNIA CASTIGLIONI** – ORIENTADORA – UFES


PROF. DR. **EDNELSON MARIANO DOTA** – UFES


PROF. DR. **CLAUDIO LUIZ ZANOTELLI** – UFES


PROF^a. DR^a. **GISLENE APARECIDA DOS SANTOS** – UFRJ

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)
Saulo de Jesus Peres – CRB-6 ES-000676/O

N244m Nascimento, Alexandre Holanda, 1982-
Migração no município de Serra-ES no período de 2000 a
2010 : uma análise a partir dos microdados dos censos
demográficos do IBGE / Alexandre Holanda Nascimento. – 2017.
200 f. : il.

Orientador: Aurélia Hermínia Castiglioni.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração interna. 2. Geografia da população – Serra (ES).
3. Demografia. 4. Crescimento urbano. I. Castiglioni, Aurélia
Hermínia. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

A Sofia e Carla.

A Socorro, Marcelo e Leo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sem o qual nada seria, sem o qual nada é.

A minha esposa Carla, que escolhi como companheira para compartilhar as alegrias e as dificuldades da vida e que trouxe ao mundo a nossa tão sonhada Sofia.

A minha filha Sofia, pela felicidade que me traz.

Aos meus pais Marcelo e Socorro, por todo amor e carinho com que me criaram e por ajudar a cuidar de Sofia enquanto escrevia esta dissertação.

Ao meu irmão Leo pela amizade e companheirismo, e também pelas dicas com as planilhas de Excel.

A minha professora e orientadora na graduação e no mestrado Dr^a Aurélia Hermínia Castiglioni pela disponibilidade, paciência, serenidade e paz com que me orientou, tanto na graduação quanto no mestrado. Para mim, um referencial de profissionalismo.

A minha cunhada Glaucia e a minha sogra Cecília, por ajudarem a cuidar de Sofia enquanto estava ausente escrevendo esta dissertação.

A Izadora Ramos e Luciana Cruz, secretárias do PPGG, sempre solícitas às demandas gerais do PPGG.

Aos colegas Fabiano Boscaglia e Wesley de Souza Campos Correa pelas conversas sobre Geografia, política, escola, entre tantos outros assuntos e pelas dicas com a dissertação.

Ao colega da sala de estudo do PPGG Daniel Bulhões, pelas dicas e ajuda nos trabalhos, conversas e os almoços no RU.

Ao professor Dr^o Ednelson Mariano Dota por me aceitar no estágio supervisionado e no Grupo de Estudos População, Território e Sociedade, além ensinar a usar os programas estatísticos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desse estudo.

Ao então coordenador escolar do turno noturno da EEEM Aristóbulo Barbosa Leão Fabrício Rufino por me ajudar quando precisei.

A Ana Carolina Justiniano pela tradução do *abstract*.

A todos, meu muito obrigado!

RESUMO

Trata da migração no município de Serra (ES) nas décadas de 2000 e 2010 a partir dos microdados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerando como critério de análise os migrantes data fixa (residência anterior nos últimos cinco anos à data de referência do censo), migrantes antigos (pessoas residentes a mais de cinco anos no município à data de referência do censo) e os não migrantes (pessoas residentes nascidas e que sempre moraram no município). Tem como objetivo geral compreender o processo de (re)distribuição espacial e destacar as principais características de migração, do migrante e de habitação deste, fundamentado na perspectiva demográfica, concebendo como critério de análise o viés geográfico, histórico, econômico e social; e com isso, contribuir com o avanço do entendimento da importância da migração na dinâmica demográfica e na configuração espacial da área supracitada e os principais fatores condicionantes dessa. Nesse sentido, partiu-se das teorias demográficas sobre migração, de modo a compreender os principais fatores desencadeadores, limitadores e as principais consequências do movimento migratório. Além disso, consideraram-se referenciais teóricos selecionados sobre a constituição da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e de Serra, sobressaindo os fatores econômicos, urbanos, sociais e geográficos, posicionando a análise no contexto histórico num passado recente e na contemporaneidade. Além disso, no intento de compreender melhor essas questões lançou-se mão de uma metodologia estatística, não só, mas, diretamente e principalmente relacionada às migrações, nas variáveis consideradas nesta pesquisa, mas, também, à demografia de maneira geral, especificamente sobre a natalidade e a mortalidade. Diante disso, concluiu-se que as migrações em Serra data fixa e migrantes antigos, tiveram como principais motivadores, fatores de ordem econômica em âmbito municipal, metropolitano e estadual e que foram fundamentais para o crescimento urbano e econômico nessas três esferas político-administrativas. Além disso, constatou-se que as atividades do setor de serviços, indústria e comércio, respectivamente, são as que mais absorvem esses migrantes e que as condições habitacionais dessa população, estão, de maneira geral, em consonância com o que se entende internacionalmente por condições adequadas de habitação.

Palavras-chave: Migração. Fluxos populacionais. Data-fixa. Migrantes antigos. Serra (ES). Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

ABSTRACT

This work investigates migration in Serra in the period 2000 - 2010. Microdata from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used in the criteria analysis and includes fixed-date migrants (those who declared their different towns of residence on the specific date of each census as compared to five years earlier), ancient migrants (those who lived for more than five years at the time of the census) and non-migrants (those who have always lived in the area). Aims at understanding the spatial redistribution and highlighting the main characteristics of migration, migrants their housings as well. Grounded on demographic perspective, this study encompasses geographic, historic and economic bias in its criteria analysis. It is thus, a contribution to the advance in understanding the impacts of migration towards demographic dynamics, spatial configuration of the researched area and its mains conditioning factors. Demography theoretical references were used to carry out the research in order to understand contributing and limiting factors and the main characteristics of migration. Provided that, theoretical references have been selected taking into consideration the constitution of Grande Vitória and Serra Metropolitan Regions (RMGV), and gives special emphasis to economic, urban, social and geographic factors, in an attempt to provide with a historical-contextualized analysis with recent past and contemporaneity. Furthermore, in an attempt to deepen the understanding such questions, statistics methodology has been adopted specially in relation to migrations and its variables, and also in reference to demography in general terms, most notably to natality and mortality rates. Concludes that the main reasons for both fixed date and ancient migrants in Serra are due to financial issues in municipal, state and metropolitan spheres and that migration was relevant for urban and economic growth in such spheres. It also concludes that service sector, industry and business were, respectively, the fields that most employed migrants and that their housing conditions are, in general terms, similar to the ones considered adequate internationally.

Key words: Migration. Population flows. Fixed date. Last stage. Serra (ES). RMGV.

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1: Equação da Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	94
Equação 2: Equação da Taxa Específica de Fecundidade por idade (TEF)	95
Equação 3: Equação da Taxa Específica de Fecundidade para idades agrupadas em classes (TEFa).....	95
Equação 4: Equação da Taxa de Fecundidade Total (TFT).....	96
Equação 5: Equação da Taxa de Fecundidade Total pela amplitude da classe (TFTn)	96
Equação 6: Equação da Taxa Bruta de Reprodução (TBR).....	97
Equação 7: Equação da Taxa Bruta de Reprodução pela amplitude da classe (TBRN)	97
Equação 8: Equação da Razão de Sexo (RS)	98
Equação 9: Equação da Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)	99
Equação 10: Equação da Taxa Específica de Mortalidade por Idade (TEM)	99
Equação 11: Equação da Taxa Específica de Mortalidade por grupos de idades...	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fatores do ato migratório segundo Lee (1966)	34
Figura 2: Localização de Serra e da RMGV	43
Figura 3 - Quadro resumo da formação administrativa de Serra.....	67
Figura 4: Pirâmide etária do município de Serra - 2000	125
Figura 5: Pirâmide etária do município de Serra – 2010	126
Figura 6: Pirâmide etária relativa (%) da população data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e dos não migrantes – 2000.....	133
Figura 7: Pirâmide etária relativa (%) da população data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e dos não migrantes – 2010.....	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População residente no Espírito Santo por situação de domicílio (1940-2010)	55
Gráfico 2: Evolução populacional dos municípios da RMGV (1940 - 2010)	56
Gráfico 3: Evolução do PIB (%) dos municípios da RMGV e demais municípios do ES (1999-2012(1))	70
Gráfico 4: PIB de Serra (%) por setor de atividade econômica (1999-2012(1))	71
Gráfico 5: População residente em Serra por situação de domicílio (1940 – 2010)..	72
Gráfico 6: Taxa específica de mortalidade para o Espírito Santo, RMGV e Serra – 2000-2010	123
Gráfico 7: População residente, natural e não natural do município de Serra – 2000-2010	127
Gráfico 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, segundo o estado civil da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes – 2000 e 2010	138
Gráfico 9: Pessoas de 10 anos ou mais de idade residente em Serra-ES, segundo o estado civil "Solteiro(a)" da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010	140
Gráfico 10: Pessoas de 10 anos ou mais de idade residente em Serra-ES, segundo o estado civil "Casado(a)" da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010.....	141
Gráfico 11: Tipo de curso mais elevado que frequentou, da população residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000	146
Gráfico 12: Tipo de curso mais elevado que frequentou, da população residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2010	147
Gráfico 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, segundo a CBO - Domiciliar (%) - data fixa – 2000.....	152
Gráfico 14: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, segundo a CBO - Domiciliar (%) – migrantes antigos – 2000.....	153
Gráfico 15: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – não migrantes – 2000	153

Gráfico 16: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) - data fixa – 2010	155
Gráfico 17: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – migrantes antigos – 2010.....	155
Gráfico 18: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – não migrantes – 2010	156
Gráfico 19: Domicílios particulares permanentes por tipo espécie (casa e apartamento); condição de ocupação (próprio e alugado) das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010	172

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Modelo digital de terreno de Serra e área urbanizada.....	61
Mapa 2: Hidrografia do município de Serra-ES	64
Mapa 3: Delimitação dos distritos de Serra e a localização das respectivas sedes em 1960	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população da GV, RMGV, ES e Brasil (1940 - 2010)	55
Tabela 2: Evolução da população de Serra, GV, RMGV, ES e Brasil (1910 - 2010).68	
Tabela 3: Unidades habitacionais produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES entre 1966 a 1986 na RMGV(1)	77
Tabela 4: Características gerais dos conjuntos produzidos pela Cohab-ES e Inocoop-ES em Serra.	79
Tabela 5: Déficit habitacional para a GV e ES - 1986	80
Tabela 6: Grupos populacionais segundo o quesito analisado, o Censo Demográfico e respectivas definições.	101
Tabela 7: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar) Censo 2000	104
Tabela 8: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO 2002) Censo 2010	104
Tabela 9: Estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar) – Censo 2000.....	104
Tabela 10: Estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar 2.0) – Censo 2010	105
Tabela 11: Indicadores de fecundidade e natalidade – Espírito Santo, RMGV e Serra (2000-2010).....	114
Tabela 12: População residente, por situação do domicílio, do sexo Feminino e grupos de idade – 2000-2010.....	116
Tabela 13: Taxa bruta de mortalidade para o Espírito Santo, RMGV e Serra – 2000- 2010.....	122
Tabela 14: População residente em Serra e População não natural de Serra, segundo o lugar de nascimento – 2000 – 2010.	128
Tabela 15: Pessoas não naturais de Serra, por tempo ininterrupto de residência em Serra (%) - 2000 – 2010.	129
Tabela 16: População residente em Serra-ES por grupos etários, data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010. ..	131

Tabela 17: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, segundo o estado civil e o quesito migratório (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.	137
Tabela 18: Tipo de curso mais elevado que frequentou da população total residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.	144
Tabela 19: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo), segundo a CBO - Domiciliar – 2000.....	150
Tabela 20: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo), segundo a CBO - Domiciliar – 2010.....	150
Tabela 21: Pessoas de 10 anos ou mais, residente em Serra-ES por setor de atividade econômico, segundo a CNAE Domiciliar, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000.....	157
Tabela 22: Pessoas de 10 anos ou mais, residente em Serra-ES por setor de atividade econômico, segundo a CNAE Domiciliar, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010.....	157
Tabela 23: Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000.....	160
Tabela 24: Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010.....	161
Tabela 25: Total de rendimentos em todos os trabalhos, em salários mínimos ⁽¹⁾ , para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.....	166
Tabela 26: Espécie, tipo de espécie, condição de ocupação dos domicílios das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.....	170

Tabela 27: Valor do aluguel pago em salários mínimos ⁽¹⁾ para os domicílios particulares permanentes, dos residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010	176
Tabela 28: Densidade morador/cômodo dos domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	179
Tabela 29: Número de banheiros dos domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	180
Tabela 30: Forma de abastecimento de água para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	181
Tabela 31: Esgotamento sanitário para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	181
Tabela 32: Destinação do lixo para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	182
Tabela 33: Existência de iluminação elétrica para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010	183

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

Bandes - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

Bandes - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

CBO - Classificação Brasileira de Ocupação

Civit - Centro Industrial da Grande Vitória

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Codes - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

Cohab-ES - Companhia de Habitação do Espírito Santo

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

Datasus – Departamento de Informática do SUS

EFVM - Estrada de Ferro Vitória a Minas

ES - Espírito Santo

Findes - Federação das Indústrias do Espírito Santo

Findes - Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

Fundap - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

Funres - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

Gerca - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

GV – Grande Vitória

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

Inocoop-ES - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo

JK - Juscelino Kubitschek

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PMS - Prefeitura Municipal da Serra

RMGV - Região Metropolitana da Grande Vitória

SFH - Sistema Federal de Habitação

SIM - Sistema de Informações de Mortalidade

Sinasc - Sistema de Informações de Nascidos Vivos

Sudam - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus

Suppin - Superintendência dos Projetos de Polarização Industriais

SUS - Sistema Único de Saúde

Tims - Terminal Industrial Multimodal da Serra

Transcol-GV - Plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	PROLEGÔMENOS ACERCA DAS MIGRAÇÕES.....	29
3	BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV) E DO MUNICÍPIO DE SERRA	41
3.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA.....	42
3.2	O MUNICÍPIO DE SERRA NO CONTEXTO DA RMGV: ASPECTOS GERAIS.....	59
3.3.1	Aspectos físico-geográficos do município de Serra	59
3.2.1	Aspectos sócio-geográficos de Serra	65
4	METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DOS COMPONENTES DEMOGRÁFICOS	92
4.2	METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DA MORTALIDADE.....	98
4.3	METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES	100
4.3.1	Metodologia aplicada à análise da população residente nativa (os não migrantes).....	101
4.3.2	Metodologia aplicada à análise das características dos migrantes	102
4.3.3	Metodologia aplicada à análise das condições habitacionais	106
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A METODOLOGIA.....	107
5	DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE SERRA: CARACTERÍSTICAS NATURAIS	109
5.1.1	Indicadores e medidas de natalidade no município de Serra	113
5.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MORTALIDADE	117
5.2.1	Indicadores e medidas de mortalidade no município de Serra	121
6	MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: MIGRANTES DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES	124
6.2	CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES.....	129
6.2.1	Idade e Sexo.....	130
6.2.2	Estado civil	135
6.2.3	Nível de instrução	142
6.2.4	Ocupação, Atividade econômica e Trabalho	148

6.2.5	Rendimentos.....	164
6.3	CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS: DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES.....	168
6.3.1	Condição de ocupação do domicílio	169
6.3.2	Aluguel mensal	175
6.3.3	Infraestrutura habitacional	178
6.3.3.1	Densidade morador/cômodo e banheiros.....	178
6.3.3.2	Abastecimento de água e Saneamento.....	180
6.3.3.3	Energia elétrica.....	182
7	CONCLUSÃO	183
	REFERÊNCIAS.....	188

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade espacial do ser humano é uma característica imanente. No decurso de sua história, o homem se lançou a um nomadismo seminal em busca de novas perspectivas de vida, precipuamente por sua sobrevivência. No dizer de Becker (2006, p. 310) “[...] ou simplesmente perambulam [grupos populacionais] em busca de tarefas que lhes assegurem a mera subsistência”. Não obstante, para além da “simples perambulação”, os deslocamentos humanos constituíram sua própria emancipação inercial.

De maneira abrangente, as mobilidades sempre estiveram condicionadas ao espaço geográfico, especificamente ao meio natural. A apropriação da natureza e sua transformação possibilitaram ao homem uma fonte de recursos abundante e o dotou de meios para superar obstáculos, outrora intransponíveis, e alçar distâncias mais longínquas. Uma variabilidade de motivos ou contextos evolutivos sociais acrescentou complexidade a esses deslocamentos. A organização social humana e seus modos de produção do espaço, através da utilização da técnica, deram novas funcionalidades e conjugações a esse(s) espaço(s). As marchas humanas se ramificaram em várias direções; em direções de novos espaços de produção e reprodução social e, principalmente, econômica, enviesada, destacadamente, pelo trabalho.

Sob os auspícios do ordenamento econômico mundial e as vicissitudes provenientes de uma lógica capitalista, (re)produtiva, materialista, consumista, outrossim, majoritariamente, desigual, injusta e excludente; as massas humanas se põem a migrar com maior frequência e intensidade, conjugando-se em um fluxo ininterrupto, portanto, constante, tributando o território-mundo de seres (humanos) em idas e vindas, ora em busca de trabalho, ora fugindo das mazelas das guerras e conflitos, ora almejando melhores condições de vida.

Nessa ótica, a migração eleva-se ao patamar dos assuntos prementes da coetaneidade; por sua amplitude, envolvendo todos os países do mundo, sua perenidade e majoração, mormente no último século, em decorrência dos avanços nos meios de transportes, “diminuindo” distâncias e conectando uma miríade de lugares. Além disso, as discrepâncias dos níveis de renda, emprego e bem-estar social, quiçá, sejam

os maiores incitadores das migrações, quais sejam, internacionais ou intranacionais. Contudo, segundo Becker (2012, p. 37) “As migrações, entretanto, não se explicam apenas por fatores econômicos e demográficos. O seu entendimento requer ainda a análise de elementos sociais, políticos, culturais, ambientais e territoriais”. Desta feita, sobre o estudo da migração, Castiglioni (2009, p. 1) assevera que “O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas [...]”.

Sendo manifestada no espaço e pela sociedade, em nossa perspectiva de análise, a migração se concretiza nas mais diferentes escalas, dentre as quais se destaca, conforme mencionado, a produção e reprodução capitalista. Habitar o lugar transcende a “simples” ocupação geográfica espacial, impacta o lugar e o resignifica de acordo com as relações estabelecidas com esse, a partir da lógica de produção econômica e social do período histórico vigente. Esse *habitat*, que demanda espaço, torna-se mais complexo com as relações políticas, inerentes à vida em sociedade, e econômicas, inerentes ao sistema (capitalista), estabelecidas no seio da própria sociedade.

Na complexidade das relações sócio-econômico-espaciais do desenvolvimento capitalista, o crescimento populacional ressoou e ressoa como campo profícuo à sobrevivência e manutenção do atual formato e fase do capitalismo, seja ela como produtora ou consumidora (HARVEY, 2011). “Esse imenso exército de pessoas proporciona uma reserva de mão de obra e um mercado potenciais” (HARVEY, 2011, p. 121).

Ainda em Harvey (2011, p. 120), ao tangenciar sobre o crescimento populacional e as relações de acumulação capitalista afirma que é uma “questão em aberto”; “Mas o que é quase certo é que o capitalismo não poderia ter sobrevivido e florescido na forma que tem hoje, se não fosse pela expansão perpétua das populações disponíveis tanto como produtores quanto como consumidores”.

Numa escala menor de análise e dentro da proposta deste estudo convém abordar sobre o recorte espacial deste, o qual se restringe ao município de Serra-ES. Tal

município vem apresentando nas últimas décadas significativas mudanças em seu espaço geográfico territorial e paisagístico. Acompanhando o “modelo” nacional e estadual de “desenvolvimento”, os indicadores sociais e econômicos do município se destacam no contexto regional do Estado do Espírito Santo (ES).

Com uma área de 553,526 km² (IBGE, 2011c) o município congrega bairros e condomínios residenciais, comércio e indústria. Possui uma economia fortemente industrializada, concentrando um terço da indústria da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), representando o seu maior parque industrial. As maiores especializações da indústria no município são nos segmentos de metalurgia, material plástico, material elétrico e de construção civil. Mais recentemente destaca-se o crescimento do setor de mármore e granito. As indústrias estão distribuídas nas regiões de Carapina, CIVIT e Laranjeiras. No tocante a atividade de comércio e serviços, que são mais recentes, o destaque volta-se para atividade industrial como a questão da armazenagem e logística de transportes e serviços voltados para o apoio ao comércio exterior.

Não obstante, todo esse cenário vem passando por profundas mudanças com a inserção paulatina do município nos cenários regional, nacional e global. A atração de novos capitais atrai empresas e com isso faz crescer o quantitativo populacional da cidade pela busca de novas oportunidades de emprego e renda. Geralmente as cidades não estão preparadas para receber esse tipo de impacto, ocasionando o crescimento desordenado das cidades, gerando: ocupação em áreas de risco geológico, como linhas de drenagem, encostas íngremes, várzeas e outras; surgimento de “novos bairros” sem o conhecimento do Estado; aumento da violência; aumento pela procura dos serviços de saúde pública; desmatamento de áreas de preservação com o avanço da construção civil, além do surgimento e agravamento de uma série de problemas advindos do crescimento da cidade sem o devido planejamento.

No município em questão, no que diz respeito ao crescimento demográfico ocorrido nos últimos anos, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Serra possuía uma população de 409.267 habitantes e uma densidade demográfica de aproximadamente 741,85 hab./km². Dividindo essa população em três grandes grupos etários, a saber: o grupo de 0 a 14 anos de ida-

de, apresentava uma população de 103.148, representando 25,20% da população do município; ao passo que, a população de 15 a 64 anos¹ era composta por 288.196 indivíduos, representando 70,42% dos moradores do município, enquanto 17.924 eram maiores de 65 anos de idade, representando 4,38% de idosos. Esse perfil populacional conferiu ao município em tela, uma característica demográfica específica, conhecida como bônus demográfico ou janela de oportunidades, na qual, a razão de dependência (soma da população de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais, dividido pela população de 15 a 64 anos) é baixa, 42,01, enquanto a do Espírito Santo é 50,30 e do Brasil 55,20. Valores elevados nesse índice indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade. A migração na faixa etária que compreende a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, 15 a 64 anos, tem relação direta nos resultados desse indicador; prevalecendo a imigração em determinado recorte espacial, tendencialmente a razão de dependência será menor, ocorrendo o contrário com a emigração.

Na perspectiva do horizonte exposto, cumpre delimitar o propósito da abordagem que se ambiciona desenvolver. Nesse sentido, o esforço a ser empreendido, focará na quantificação e qualificação dos movimentos migratórios no município de Serra-ES nos anos de 2000 a 2010, com especial destaque às especificidades espaciais, principais tendências e possíveis condicionantes mais próximos desses movimentos, enfatizando também o caráter demográfico detalhado do fenômeno migratório.

Deriva disso, a compreensão dos aspectos ligados à relação existente entre os movimentos migratórios e a formação, estruturação e ampliação da área urbana habitável no município em questão, implicando uma série de fatores espaciais relacionados à mobilidade, economia, planejamento, infraestrutura, etc.

¹ De acordo com Nascimento (2011, p. 20): “A Organização das Nações Unidas (ONU) considera idosas as pessoas acima de 65 anos e ainda as divide em três categorias: os pré-idosos (entre 55 e 64 anos); os idosos jovens (entre 65 e 74 anos) e os idosos de idade avançada (com mais de 75 ou 80 anos). No Brasil o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003) [avanço social], seguem um critério diferente da definição de pessoa idosa da ONU e consideram como pessoa idosa aquela acima de 60 anos”. No entanto, tendo em vista o avanço da transição demográfica e do aumento da esperança de vida optou-se pelo limite de 65 anos, mais usado em comparações internacionais.

Ao optar pelo recorte temporal supracitado busca-se contemporanizar os movimentos migratórios ocorridos, e com isso, trazer a lume os fatores motivacionais que incitaram a mobilidade populacional e a expansão urbana decorrente desse processo bem como de sua (re)distribuição espacial. Outrossim, a fonte de dados disponível para essa análise permite verificar a espacialidade desses movimentos, dado sua escala de informações disponíveis.

Diante disso, verifica-se que a Serra, inserida no contexto global de desenvolvimento da cidade, busca atrair investimentos externos para seu território com o intuito de se projetar nacionalmente e internacionalmente. Segundo o Plano estratégico da cidade 2000-2020: agenda 21 local: “Assim, coloca-se a necessidade de qualificação da cidade em suas funções principais em termos econômicos, ambientais e sociais, visando a projetá-la de forma mais abrangente e consistente nos cenários nacional e internacional” (SERRA 21, 2005, p. 21). A “qualificação” da cidade compreenderia em certa medida a modernização (urbanização) da mesma, rompendo com o tradicionalismo (rural) de outrora e se lançando, ainda mais, num horizonte de desenvolvimento social e econômico.

Não obstante, no documento Serra Agenda do Futuro 2012-2032 (SANTOS E SANTOS, 2012), que trata do planejamento estratégico do referido município para o período mencionado, portanto, uma atualização/continuação do plano supracitado; dentre os objetivos estratégicos de desenvolvimento econômico e sustentável a serem adotados pela municipalidade estaria o de: “Ampliar a competitividade da Serra com desenvolvimento de negócios de valor agregado, ancorados em arranjos produtivos locais e rede de serviços fortalecidos, com oportunidades de trabalho, capital humano qualificado e preservação do meio ambiente” (SANTOS E SANTOS, 2012, p.159). Apesar da amplitude interpretativa do objetivo proposto, observa-se uma proposta divergente ao documento anteriormente citado, isto é, o de “*desenvolvimento de negócios de valor agregado, ancorados em arranjos produtivos locais*”.

No entanto, tais intentos trazem consigo os desafios de coadunar crescimento econômico e desenvolvimento social, refletida nas políticas públicas de atenção ao cidadão com investimentos prioritários em educação, renda e saúde.

Nessa perspectiva, a qual o município em questão pretende realizar, de “necessidade de qualificação da cidade” tem reflexo direto na demografia. No intento de explorar e potencializar as “funções principais” da cidade nas facetas da economia, do meio ambiente e da sociedade, sendo essa, materializada pela população, criam-se também condições atrativas e repulsivas à imigração e à emigração, respectivamente; a exemplo do que ocorreu no início da década de 1960, na esteira do desenvolvimento industrial experimentado pelo Estado, que afetou o município, o qual reverberou num aumento migratório e urbano expressivos. Todavia, tal migração pode ser encarada como desejável e necessária, uma vez que transfere o excedente de mão de obra do setor rural para as crescentes demandas do setor industrial (NOGUEIRA, 1991), somando-se a isso a migração da mão de obra treinada ou especializada dos setores específicos da economia, também chamada de qualificada. Outrossim, a urbanização e a distribuição populacional crescente, não seguiram um ordenamento territorial planejado, conferindo espacialidade entre os bairros com predomínio da população de baixa renda dado ao perfil econômico do migrante (baixa renda) (CAMPOS JR.; GONÇALVES, 2009).

Diante do aumento do fluxo migratório a partir da década de 60 do século passado e os desdobramentos conjunturais e estruturais ocorridos no Espírito Santo, destacadamente na RMGV, consequentemente refletidos em Serra, pode-se depreender momentos distintos e contextos específicos das intensidades dos fluxos migratórios de acordo com o momento histórico, a escala e recorte espacial a serem analisados. Nessa ótica e considerando a literatura especializada nos estudos das migrações internas (CUNHA; BAENINGER, 2007; BRITO, 2009, BAENINGER, 2011) parte-se do entendimento de que: “A partir da década de 80 a migração apresentou-se mais complexa, visto que foram observadas alterações no volume, direcionamento e alcance de fluxos historicamente relevantes” (DOTA, 2016a, p. 143). Dessa forma, compreende-se que fatores conjunturais e estruturais que motivaram a migração em meados do século passado não sejam necessariamente os mesmos da atualidade e, portanto, carecem de contextualização específica.

Parte-se do pressuposto de que a maior parte dos movimentos migratórios foi gerada, de um lado, por questões econômicas favoráveis diretamente relacionadas ao município de Serra, inserida no contexto da RMGV e do Estado do Espírito Santo,

contexto esse com aspectos e proporções diferentes dos verificados entre a década de 60 e final da década de 90 do século passado. Do outro lado, as condições econômicas individuais desfavoráveis ou, menos atrativas dos migrantes em relação à sua origem.

Diante disso, apresenta-se como perspectiva de análise a melhor definição dos mecanismos que engendraram esses fluxos migratórios no município a partir da virada do milênio, mesmo esse apresentando desaceleração na taxa geométrica do crescimento decenal, mas ainda assim maior que a média da RMGV e do ES (BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012, p. 11), verificando as especificidades espaciais contextualizadas numa perspectiva escalar de análise.

A perspectiva teórica que permeia a referida problemática (BONDUKI; ROLNIK, 1982; SINGER, 1978; MARICATO, 1982, 1996; CUNHA, 1994; FERREIRA, 2015) aponta, de maneira abrangente, para padrões de urbanização (no Brasil) marcados pela estratificação e diferenciação social, econômica e ambiental, que dentre as consequências geradas estariam, a expansão periférica, o parcelamento do solo urbano, a valorização e desvalorização de espaços urbanos, culminando na geração de vazios urbanos (loteamentos, conjuntos habitacionais) e consequente estratégia de auferição de lucro a partir da especulação da propriedade do solo (CUNHA, 2011, p. 124).

Depreende-se disso, um cenário conjuntural e estrutural de incentivos e constrangimentos aos movimentos migratórios que vai de par com o mercado de trabalho e possibilitam os movimentos migratórios ou manutenção populacional no território habitado.

Desse modo, objetiva-se com este estudo compreender o processo de (re)distribuição espacial e destacar as principais características de migração e do migrante no município de Serra-ES, no período de 2000 a 2010, a partir da perspectiva demográfica, concebendo como fatores de análise o viés geográfico, histórico, econômico e social; e dessa maneira contribuir com o avanço do entendimento da importância da migração na dinâmica demográfica na configuração espacial da área supracitada e os principais fatores condicionantes dessa.

Para tanto, outras análises se fazem necessárias ao entendimento do que se propõem. Quais sejam:

- Contextualizar historicamente o município de Serra-ES no âmbito metropolitano;
- Identificar a evolução demográfica e o papel dos movimentos migratórios;
- Identificar o perfil sócio-demográfico do migrante;
- Analisar qualitativamente as áreas de destino dos movimentos migratórios.

Assim, ao problematizar sobre os mecanismos dos fluxos migratórios acaba-se contemplando a análise dos aspectos ligados à relação existente entre esses movimentos migratórios e a “participação” de Serra-ES no processo de estruturação e formação da área metropolitana, bem como de sua própria constituição enquanto município dessa região.

Para a realização deste estudo, procedeu-se, inicialmente, a um levantamento bibliográfico, tendo como principais fontes, livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos que tratam da temática relacionada direta e indiretamente sobre o município de Serra, as migrações, a urbanização, a (re)produção do espaço urbano, o mercado de terras e o mercado de trabalho, buscando-se os fundamentos teóricos e metodológicos que deem azo ao presente estudo.

Em seguida, elaborou-se um levantamento junto aos censos demográficos (2000 a 2010) do IBGE, uma vez que, tais censos, foram utilizados como principais fontes de dados para estudo das migrações neste trabalho. Ademais, conforme se verifica em Cunha (2012, p. 29): “Uma das principais características dos Censos Demográficos brasileiro é, sem dúvida nenhuma, sua riqueza em termos das informações sobre migração”. Outrossim, ressalta-se a relevância e a dimensão longitudinal das questões levantadas no questionário de recenseamento; ao qual Cunha (2012, p.29) alude que: “De fato, é notório e reconhecido internacionalmente que nenhum outro Censo no mundo possui a variedade e a quantidade de questões sobre os movimentos migratórios oferecidas por nossos Censos [brasileiro], em particular a partir do de 1970”.

A utilização dos dados dos censos, apesar de serem de um determinado momento temporal (até o censo de 1991 a data de referência era 1º de setembro, a partir do censo de 2000 passou a ser 1º de agosto; com exceção do censo de 1950 cuja data de referência foi 1º de julho), apresenta-se como uma importante e fundamental fonte de dados, pois, “[...] constituem a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todos os municípios do País e em seus recortes territoriais internos. (BIVAR apud IBGE, 2016b, p. 15)”.

Todavia, suas informações apresentam limitações diversas. Ao que se refere às migrações Castiglioni (2009, p. 40) afirma que:

“No Brasil, não existe nenhum registro obrigatório para mudança de residência, nem no local de origem, nem na destinação. Por outro lado, as informações produzidas pelo censo sobre a migração possibilitam uma medida parcial, que não revela a verdadeira intensidade da mobilidade, muito mais complexa que a dos outros componentes do crescimento”.

Além disso, de acordo com Brasil, Castiglioni, Felipe (2012, p. 75) sobre as migrações e sua captação argumenta-se também que:

“[...] o estudo da migração é prejudicado pela falta de registros sistemáticos sobre os deslocamentos em todos os níveis. As informações sobre a migração em nível de municípios são coletadas por ocasião dos censos demográficos, realizados com intervalos longos, de dez anos, e não são representativas da verdadeira intensidade da migração”.

Ainda sobre as limitações na utilização dos dados censitários para a realização da pesquisa, Rigotti (2011, p. 145) aponta que “A forma de se mensurar os saldos migratórios diretamente depende dos quesitos sobre migrações disponíveis nos censos demográficos”. Isso condiciona os níveis de análise dos quesitos tendo em vista que as mesmas sofreram alterações em sua forma originária (questionário censitário) ao longo da realização dos censos, a exemplo do censo de 2000 que não contemplou no questionário a informação sobre o último município de residência, o que ocorria em censos anteriores, todavia, tal pergunta foi retomada no censo seguinte (2010) que também contemplou outras informações como a residência no exterior (RIGOTTI, 2011, p. 149).

Contudo, “Deve-se ressaltar que as informações censitárias sobre a migração são de grande importância para o conhecimento desta componente e possibilitam a

realização de muitos estudos, [...]” (BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012, p. 75). Dessa forma, a utilização dos dados censitários não obstam à sua utilização no presente estudo.

2 PROLEGÔMENOS ACERCA DAS MIGRAÇÕES

A migração é um fenômeno amplo e complexo, abrange numerosos atores sociais pertencentes a uma pluralidade de classes, etnias, culturas e religiões. As causas e as motivações que levam aos deslocamentos são variadas, tendo consequências bastante diversificadas, dependendo, grosso modo, dos diferentes contextos socioculturais, econômico e da singularidade de cada pessoa. Contudo, as migrações em si podem representar um fenômeno basicamente positivo, mas há controvérsias em relação a isso. Não se pode olvidar do direito humano de ir e vir, as funções sociais e econômicas dos deslocamentos, a relativa melhoria das condições de vida, da fuga de situações de opressão ou de catástrofes naturais, as novas oportunidades abertas e o “enriquecimento” cultural decorrente do encontro entre diferentes povos, culturas e religiões.

Por outro lado, por trás das migrações escondem-se aspectos negativos ou conflitivos, como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a desestruturação identitária e religiosa, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada. Uma parcela considerável das migrações não é consequência de uma escolha livre, mas tem uma raiz claramente compulsória, qual seja: a população, ou parte dela é impelida a abandonar a própria terra, buscando melhores condições de vida e fugindo de situações de violência estrutural e conjuntural, assim como por questões econômicas.

No esteio dessa abordagem é fulcral, desde já, elencar algumas definições acerca do assunto aqui tratado, como o próprio entendimento de migração. Evoca-se, de antemão, que não há uma definição única de migração, dada, como mencionado, sua abrangência e caráter multidisciplinar nas ciências humanas e sociais, que implica em uma variabilidade de definições. Em Castiglioni (2009, p. 2) encontra-se a seguinte passagem:

Com efeito, a definição da migração varia segundo os objetivos do estudo e até mesmo segundo a percepção do fenômeno (CUNHA; PATARRA, 1987). O estudo empírico da migração requer a precisão de certos critérios, que, se, por um lado, facilitam a operacionalização da definição, por outro, impõem certas restrições.

Portanto, o que se segue é apenas, e tão somente, uma tentativa de delimitação genérica da migração para fins de análise conceitual e pragmática no escopo de uma didática academicista. Dessa forma, Becker (2006, p. 323) define migração “[...] como mobilidade espacial da população. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico”. De acordo com o *Guía Rápida de Población* do *Population Reference Bureau* (2003, p. 38):

Migração é o movimento geográfico de pessoas em um limite especificado para o propósito de estabelecer uma residência permanente ou semipermanente. Em combinação com a fecundidade e mortalidade, a migração é um componente de mudança para uma população. Os termos "imigração" e "emigração" são usados para descrever os movimentos entre os países (migração internacional). Os termos paralelos "migração para" e "migração de" são utilizados para classificar os movimentos entre as áreas de um país (também chamado de migração interna).

Já o Instituto Migrações e Direitos Humanos (2015) define migração como o: “Movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro”. À reboque dessas definições, o mesmo instituto define emigração como: “movimento de saída de pessoas ou grupos humanos de uma região ou de um país, para estabelecer-se em outro, em caráter definitivo ou por período de tempo relativamente longo”; ao passo que a imigração é definida como: “movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que entram em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo”. Diante dessas exíguas, mas, fundamentais definições, propõem-se, adiante, articular algumas teorias que foram desenvolvidas acerca da temática em questão e suas reverberações históricas.

A interdisciplinaridade da migração fez com que se desenvolvesse um arcabouço teórico heterogêneo e multifacetado de perspectivas e abordagens desse tema,

no qual, emerge em um imbróglio empirista. Isso pode ser observando em Castiglioni (2009, p. 2):

A dificuldade de integrar os conhecimentos acumulados é qualificada pelos autores como “impasse”, “paradoxo”, “crise” (SIMMONS, 1987; ZELINSKY, 1980). Para Simmons (1987), a teoria da migração não constitui um conjunto coerente de reflexões, as diferentes teorias para predições e interpretações da migração são, muitas vezes, discordantes, concorrentes ou divergentes.

Essa posição também é compartilhada por Peixoto (2004, p. 3-4):

Apesar de um interesse crescente pelo fenômeno [da migração], referências mais ou menos desenvolvidas dispersaram-se por várias ciências (com critérios de inserção nem sempre claros). [...]. As desvantagens da “terra de ninguém” têm sido, sob uma outra perspectiva, as vantagens da interdisciplinaridade. Uma vez que as raízes disciplinares são débeis e que o tema importa a um variado número de especialistas, ele tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento recíproco (dado o relativamente reduzido número de investigadores) tem permitido grandes benefícios.

Desse modo, de acordo com Becker (2012, p. 37), “Não existe uma teoria geral das migrações”, e Arango (2000 apud BECKER, 2012, p. 37), “Ao analisá-las, devem-se escolher as teorias que melhor se adequarem as dimensões e processos específicos que se quer explicar”. Retomando Castiglioni (2009, p. 4):

Assim, a construção de uma teoria geral para explicar a natureza e as forças que provocam a migração apresenta-se como um objetivo considerado impossível. No entanto, não obstante a complexidade do fenômeno, os comportamentos migratórios nas diferentes comunidades apresentam certas similaridades, regularidades e repetições que justificam alguma generalização e, em particular, a formulação de princípios de base do quadro teórico de análise da migração (ZELINSKY, 1971).

Pelo exposto, depreende-se que a abordagem sobre a migração comunga em vários campos do saber em diferentes escalas, reiterando-se o que foi supracitado. Estreitando essa abordagem, algumas correntes de pensamento ressoaram com maior intensidade nas análises migratórias. Dentre elas podem-se citar dois enfoques capitais, na perspectiva das teorias econômicas, quais sejam: os neoclássicos e os neomarxistas (BECKER, 2006, p. 323). A corrente neoclássica revela-se com predomínio descritivo e dualista, assentado no princípio da racionalidade econômica, contemplando os fluxos migratórios (estatísticos), de visão atomística no qual da de-

cisão de migrar resumia-se na “vontade pessoal” do indivíduo desprezando-se ou pormenorizando fatores exógenos a esse. Ao passo que, a corrente neomarxista contempla justamente esses “fatores exógenos”, a saber, os imperativos econômicos gerados pela lógica do capital circulante e expansivo no território (internacionalização da economia) e em toda sorte de lugares, reconfigurando e dinamizando as demandas por mão de obra e conferindo heterogeneidade monetária entre as nações, territórios, lugares, etc. e com isso dotando esses de forte poder atrativo de pessoas.

Nesse horizonte de análise uma gama de estudiosos do assunto se destacou em suas pesquisas por apresentarem resultados muito próximos à realidade, e sua leitura, torna-se quase um dever; evidentemente que os nomes a serem apresentados não se restringem apenas a esses. Como representantes da vertente neoclássica, podem-se escalar os estudos de Ernst G. Ravenstein (1885), Everett S. Lee (1966) e Michael Paul Todaro (1969). Dentre esses e tantos outros, o geógrafo e cartógrafo Ravenstein é um dos paladinos das teorias migratórias quando no final do século XIX lançou suas leis da migração (1885, 1889) inspirado na observação do Dr. William Farr que “[...] a migração parecia ocorrer sem qualquer direito ou lei definida [tradução nossa]”, diante dessa afirmação Ravenstein empenhou-se no aprofundamento do assunto, culminando nas leis da migração; quais sejam:

- 1) Já ficou provado que grande parte dos nossos migrantes se desloca a curta distância, ocorrendo, em consequência, mobilidade e deslocamentos gerais da população que produzem “correntes migratórias” que se orientam para os grandes centros comerciais e industriais absorvedores de migrantes.
- 2) É uma resultante natural desses movimentos migratórios, limitados em alcance, mas gerais em termos de País, que o processo de absorção ocorra da seguinte maneira:
 - as pessoas que residem em áreas nas cercanias de uma cidade que esteja rapidamente crescendo, deslocam-se para esta, sendo os vazios deixados pela população rural preenchidos por migrantes oriundos de distritos mais remotos, até que a força de atração de uma das nossas cidades em rápido crescimento passe a ser sentida, gradativamente, nos mais remotos pontos do Reino. Conseqüentemente, em termos proporcionais à população natural da qual são originários, os migrantes recenseados num determinado centro de absorção crescem menos com a distância, [...].
- 3) O processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes.
- 4) Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória.
- 5) As pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais.

- 6) Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais do País.
- 7) As mulheres migram mais do que os homens. (RAVENSTEIN, 1980).

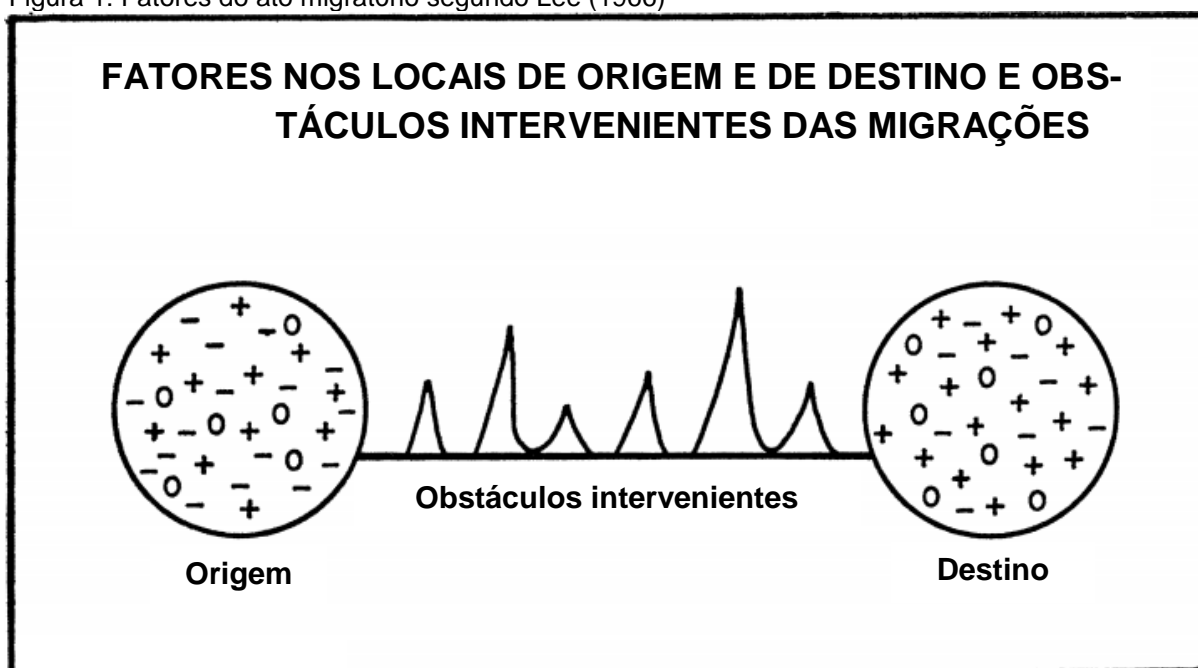
Em suma, “As leis são sete e, dentre elas, figuram as relações entre a migração e a distância, o crescimento urbano, a atividade econômica, a distribuição por sexo, a situação de domicílio, a formação de contracorrentes” (CASTIGLIONI, 2009, p. 5-6). Assim, a base do estudo de Ravenstein fundamenta-se num empirismo que teve como fonte de dados os censos demográficos então disponíveis, carecendo de uma efetiva fundamentação teórica, contudo, tais leis reverberam ainda hoje nos mais diversos estudos sobre migração.

Outra perspectiva apresenta Karl Marx, especificamente sobre o crescimento populacional, que acaba tendo rebatimento indireto nas leis da migração; para ele não existiriam leis universais regendo o crescimento da população, pois:

“[...] cada modo histórico de produção (isto é, cada tipo de sistema econômico) tem a sua própria lei da população, uma lei que só se refere a ele e com ele evolui e desaparece. ‘Uma lei da população abstrata e imutável, dizia Marx, só se aplica às plantas e aos animais e, mesmo nesse caso, apenas enquanto eles não sofrem a interferência do homem’”. (SZMRECSÁNYI, 1980, p.268)

Não obstante, baseando-se nessas leis Everett S. Lee (1966) propôs uma série de hipóteses cuja máxima residia no modelo *push-pull* (repulsão-atração, tradução nossa). Na sua abordagem, dos vários fatores que motivavam as pessoas migrarem há uma relação entre fatores positivos e negativos, envolvendo custos e benefícios, no local de origem e destino que são determinantes na decisão da mobilidade. Lee também considerou novas características gerais nas migrações como a hipótese sobre o volume da migração, fluxo e refluxo, e as características dos migrantes. Sinteticamente, quatro fatores principais são elencados por Lee para desencadear a migração individual, a saber: “a) fatores associados ao local de origem; b) fatores associados ao local de destino; c) obstáculos intervenientes; e d) fatores pessoais” (LEE, 1980).

Figura 1: Fatores do ato migratório segundo Lee (1966)



Fonte: LEE (1966, 1980), com adaptações.

Lee complementa ainda que: “Em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las (LEE, 1980, p.50)”.

Ainda de acordo com Castiglioni (2009, p. 11) Lee, “formulou hipóteses sobre os fatores do ato migratório, o volume das migrações, o estabelecimento de correntes e contracorrentes e a seletividade migratória”.

Na percepção de Michael Paul Todaro (1980) era necessário somar um componente social a essas análises, fatores relacionados ao trabalho/emprego e, principalmente, a renda, no qual uma parcela considerável da população estaria sujeita a migrar do meio rural ao meio urbano o que provocaria o inchaço desse último, e os meios de produção não dariam conta de absorver um contingente crescente dessa mão de obra. Para Todaro (1980, p. 150), “a decisão de migrar de uma área rural para uma urbana está funcionalmente relacionada a duas variáveis principais: 1) ao diferencial rural-urbano de renda real; 2) à probabilidade de obtenção de um emprego urbano”.

Após discorrer diminutamente sobre o viés econômico neoclássico, cumpre, agora, discorrer brevemente sobre o viés econômico neomarxista.

No enfoque de Paul Israel Singer a migração (interna, ao qual se pode estender às migrações de maneira ampla) seria caracterizada como “fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas (SINGER, 1980, p. 217)”. Portanto, a análise da migração para Singer (1980) conteria uma abordagem histórico-estrutural. Haveria, segundo ele, dois fatores principais que motivariam a migração, a saber: fatores de mudança, desencadeados pela inserção das relações capitalistas de produção, precipuamente no meio rural, no qual resultaria na saída do indivíduo do campo, objetivando maior produtividade naquele meio; o segundo fator estaria relacionado à pressão demográfica demandada para o cultivo em pequena escala, sendo obstada pela crescente demanda das empresas e grandes proprietários de terras. Outro autor a ser considerado é Peter Peek (1978, apud BECKER 2006, p. 333), que relacionou a transição das economias não-capitalistas à capitalista, ao processo de saída da população do campo uma vez que as empresas ou os grandes proprietários adquiririam essas terras (do campo) não empregando toda mão de obra ali disponível forçando o nativo a migrar.

Para Jean-Paul Gaudemar (1977, apud Becker, 2006, p. 334), “a mobilidade é introduzida como condição da força de trabalho se sujeitar ao capital e se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e, assim, produzirá o capital”. Ele concebe duas dimensões a esse respeito, uma é a dimensão espacial, cuja migração responde a uma necessidade dos meios de produção onde as relações capitalistas promoveriam a dispersão no espaço geográfico, criando espaços geoeconômicos, mas concentrado em pontos específicos. A outra dimensão seria a social com expoente na divisão internacional do trabalho conferiria hierarquização da mão de obra e setorização da produção, assim como das funções do processo produtivo (Becker, 2006, p. 335).

Até aqui, pôde-se captar quão vasto e farta são as teorias sobre a migração. É de bom alvitre ressaltar que a abordagem aqui adotada expressa tão somente um

tipo de aproximação da referida temática (neoclássica e neomarxista) a partir de um exíguo referencial teórico, não se restringindo jamais a essas duas abordagens. Outrossim, não se pretendeu com isso taxar ou determinar qual a corrente ou linha de pensamento que esse ou aquele autor seguem. Além disso, tais proposições não expressam necessariamente a opinião ou ponto de vista deste autor, mas unicamente, demonstram parte do contexto histórico que se desenvolveu e está a se desenvolver o tema proposto.

Outras abordagens podem ser somadas ao entendimento das teorias da migração e com isso abstrair novas perspectivas. A exemplo disso, Castiglioni (2009) sintetizou uma variedade de teorias e seus respectivos teóricos que dão azo à percepção da amplitude do mote em questão. De acordo com a referida autora:

As abordagens variam, no tempo, de trabalhos precursores a teorias mais atuais e, na forma, de modelos matemáticos e estatísticos a abordagens explicativas que focalizam a migração como resultado de escolha individual, a formulações mais complexas, que condicionam a migração a fatores econômicos e sociais, à mudanças estruturais e à sistemas onde tudo está em interação (CASTIGLIONI, 2009, p. 5).

Dessa forma, no que segue, será apresentada apenas uma descrição sumária e superficial de caráter meramente informativo dos eixos de teorias da migração que adensa o que foi até aqui tratado tomando como referencial a abordagem realizada por Castiglioni (2009)². Sendo assim, além dos autores e eixos teóricos supracitados há também os modelos explicativos/preditivos, que se valem de modelos matemáticos, estatísticos e gravitacionais que relacionam variáveis mensuráveis ligadas ao espaço geográfico e a mobilidade no intuito de estimar e explicar os fluxos migratórios. Dentre os pensadores desse eixo está Daniel Courgeau (1970), com a distinção entre distância física e distância social; John Quincy Stewart (1948), relacionando as leis da física às unidades sociais e com isso à demografia e, por seu turno, com a migração, que em momento posterior serviu de base para a elaboração de mapas de potencial de população por John Quincy Stewart e William Warntz (1958); George

² Os autores referenciados na sequência não constam no referencial bibliográfico uma vez que os mesmos não foram consultados individualmente. Tentou-se aqui, realizar uma apresentação genérica de referenciais acerca da temática das migrações. Para uma melhor compreensão do referido tema recomenda-se a leitura do artigo da professora Doutora Aurélia Hermínia Castiglioni em: CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57.

Kingsley Zipf (1946) com os postulados de força de diversificação e força de unificação entre duas economias e suas respectivas populações; Samuel Andrew Stouffer (1940) e Torsten Hägerstrand (1957) da mesma forma que Courgeau (1970) considera a distância social no fenômeno migratório, mas também a escolha racional individual, que tem seu esteio no princípio da racionalidade econômica cujo pilar assentasse nos custos e benefícios de migrar, aquele primeiro relaciona mão de obra especializada (migrante competitivo) e oportunidade de emprego, e o segundo, além dessa relação considera a informação realizada entre duas regiões e “as diferenças de relações entre migração e distância segundo os grupos sociais (CASTIGLIONI, 2009, p. 9)”.

Outro eixo/modelo elencado pela referida autora é o econômico, que, além daqueles já apontados (autores e teorias) está a teoria do capital humano - análise de custos-benefícios, que se assenta na teoria neoclássica do investimento individual/pessoal de modo a produzir benefícios diversos, especialmente financeiro e considera a migração como fator ponderável na busca desses benefícios. Nessa toada, escala-se Larry A. Sjaastad (1962) que apercebe a racionalidade econômica como determinante na decisão de migrar, concebendo custos e retornos dessa em três vertentes principais, quais sejam: monetários, não monetários e sociais. Portanto, para Sjaastad (1962), a migração para ser compensatória ao indivíduo esse deve investir majoritariamente em autoconhecimento, possibilitando melhores retornos futuros.

Na teoria histórico-estrutural, Wilbur Zelinsky (1971) vale-se da transição demográfica para fundamentar suas hipóteses de regularidade definitivas e sistemáticas da migração, definindo cinco fases no processo relacionado à transição demográfica e a transição migratória.

Além do eixo/modelo econômico abordado por Castiglioni (2009), encontram-se também as teorias sociológicas sobre a migração, que tiveram como precursores William Isaac Thomas e Florian Witold Znaniecki (1918). Apresentam-se duas perspectivas principais, a saber: da complementaridade dos processos de imigração-emigração e das redes migratórias. Na primeira, destaca-se Abdelmalek Sayad (1998) que concebe a migração como sendo um fato social total, cuja abordagem

deve considerar fatores históricos e fatores atuais das sociedades cujos indivíduos migrantes estão inseridos, notadamente nos movimentos populacionais internacionais onde os choques culturais são acentuados. Na segunda perspectiva, o processo migratório vai além de decisões individualizadas, acredita-se que são estruturadas em redes conjuntas de migração. Significa que:

Os migrantes se organizam em redes sociais para suplantarem mais facilmente as dificuldades associadas ao deslocamento e preencher suas necessidades afetivas e psicológicas. [...]. Os laços de natureza social, étnica, profissional, podem propiciar a concentração espacial desses grupos nas sociedades receptoras (CASTIGLIONI, 2009, p 17).

Citam-se as análises desenvolvidas nesse eixo as de Oded Stark (1991), Alejandro Portes (1995), João Peixoto, (2004), dentre tantos outros.

Ainda na esteira das teorias migratórias sintetizadas por Castiglioni (2009), estão as teorias que tratam de fatores estruturais na origem e no destino do migrante, são as teorias que consideram níveis elevados de agregação, que destacam o mercado de trabalho dual e a teoria sistema-mundo. A teoria do trabalho dual concebe dois tipos de mercados de trabalho, o primário e o secundário, no qual há uma diferenciação qualitativa entre ambos sendo aquele mais seletivo em relação a esse último. Assim, as migrações “seriam provocadas pela demanda permanente de trabalho imigrante que caracteriza a estrutura econômica das nações desenvolvidas (PIORE, 1979 apud CASTIGLIONI, 2009, p 18)”. Com isso, as massas migratórias teriam maior relação com o mercado de trabalho secundário, dado sua menor seletividade (PEIXOTO, 2004, p 23). Ao passo que a teoria sistema-mundo relaciona as migrações ao processo de desenvolvimento do capitalismo mundial que cria regiões centrais e periféricas de desenvolvimento, portanto, regiões desiguais, e com isso a existência de “zonas salariais”. Precursor nessa teoria foi o trabalho desenvolvido por Immanuel Wallerstein em 1979 (CASTIGLIONI, 2009, p 19).

Em derradeiro, Castiglioni (2009) elenca mais três vertentes que compõem a análise da migração, quais sejam: a seletividade, fatores determinantes e consequência da migração. A seletividade da migração diz respeito ao perfil, se assim pode ser tratado, do migrante: “Esses traços estão ligados, sobretudo, à idade, a característica mais universal, à instrução e à especialização, ao estado civil, às aspirações, ao

sexo, à atividade econômica (CASTIGLIONI, 1989, 2009)”; tais características tem influência nos movimentos migratórios. Os fatores determinantes da migração estão relacionados não somente a fatores econômicos, principal viés evocado, mas também a outros fatores (de expulsão) como conflitos, guerras, miséria, falta de trabalho, etc. Como consequência da migração há fatores positivos e negativos, tanto individual quanto social, em curto prazo e ao longo do tempo. De acordo com a referida autora (2009, p. 24): “A migração produz efeitos sobre o plano demográfico, cultural, político e socioeconômico das regiões relacionadas ao movimento”. Destarte, as consequências da migração são as mais variadas possíveis, com pequena margem de previsibilidade dessas, podendo apresentar efeitos diversos aos quais estão relacionadas causas atrativas ou repulsivas, características de fluxos, de políticas governamentais, etc. que podem ser positivos ou negativos segundo os contextos estruturais ou conjunturais da(s) sociedade(s) e da economia ou do indivíduo, a depender da perspectiva que lança a análise.

Na perspectiva das abordagens mais recentes acerca das migrações, há que se destacar a relevância dos estudos realizados a respeito das migrações internas, seus fluxos e padrões migratórios. Tais abordagens se inserem em um horizonte de análise ao qual ganha relevo os contextos históricos dentro das quais elas (as migrações internas) são predominantes, como é o caso do Brasil. Isso demanda um referencial teórico que contemple esses contextos históricos específicos, uma vez que os referenciais pretéritos, precisamente até a década de 80 do século passado, já não comportam a complexidade das dimensões da realidade atual das migrações, necessitando serem revistos (BRITO, 2009, p. 5). Contudo, não se está afirmando aqui que exista um padrão migratório “à la Brasil”, mas, tão somente, que as migrações internas tem atraído maiores atenções acerca de suas ocorrências no contexto geral das migrações, em especial no Brasil.

Nessa toada, Dota (2015, p. 13) assevera que:

“Na verdade, apesar das grandes transformações de nossa sociedade e do indubitável incremento da complexidade dos movimentos migratórios, a questão econômica e as desigualdades territoriais e sociais existentes continuam sendo os grandes causadores da migração, muito embora, no âmbito das cidades e principalmente das áreas com grande concentração demográfica, outros fluxos emergem e careçam de melhor entendimento não pos-

sibilitado pelos aportes tradicionais, necessitando assim de um maior cuidado na identificação das forças motrizes nas distintas escalas espaciais”.

Além disso, reverbera no âmbito das migrações, como campo profícuo de desenvolvimento analítico a mobilidade residencial, entendida como a mudança populacional dentro dos limites da área de influência da metrópole considerando as oportunidades habitacionais e as distâncias percorridas entre o local de residência e o local de trabalho.

Os estudos e teorias acerca dos movimentos migratórios internos estão relacionados, de maneira abrangente, ao processo de intensificação da globalização, do capitalismo e da conseqüente urbanização, marcado pela (re)distribuição espacial da população, intensificação da mobilidade urbana e aos caprichos da lógica econômica, social e política que conduzem todo esse complexo sistema em escala mundial.

Na perspectiva apresentada encontra-se em Baeninger (2005) argumentos esclarecedores a respeito das tendências acerca dos estudos recentes das migrações:

Nas últimas décadas, as migrações internas no Brasil foram marcadas por alterações expressivas em sua dinâmica – e estas refletem-se nas novas especificidades e tendências do processo de distribuição espacial da população. Ao lado dos fluxos tradicionais, também passam a sobressair-se como elementos explicativos e determinantes do fenômeno migratório: outras direções (movimentos de curta distância, movimentos de retorno, movimentos intra-regionais) e novas dimensões da migração – em particular a espacial. (BAENINGER, 2005, p. 85)

Tais tendências podem ser constatadas nos estudos envolvendo a mobilidade espacial e a expansão urbana (CUNHA, 1994); as principais tendências e mudanças na migração brasileira no período recente (CUNHA, BAENINGER, 2000); as migrações internas no Brasil e os desafios teóricos recentes (BRITO, 2009); as mobilidades contemporâneas e a distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas (MARANDOLA Jr., 2011, CUNHA (Org.), 2011); a mobilidade residencial intermetropolitana (DOTA, 2015); a transição para um novo padrão migratório no Brasil (BRITO, 2015); as aglomerações urbanas e mobilidade populacional (CUNHA, 2016). Esses e outros estudos, guardada as particularidades nas análises e nas interpretações, indicam a amplitude desdobrada

com as migrações, especialmente internas, e a complexidade que uma variabilidade de aspectos (sociais, econômicos, políticos, globais, etc.) reverberam sobre a referida temática e permitem observar os novos rumos que as teorias e estudos das migrações tem apontado no arcabouço teórico-metodológico.

O escopo aqui apresentado sintetiza superficialmente a envergadura do mote em questão e permite tangenciar quão complexo é o mesmo. Depreende-se, também, que o tema migração é amplo, no qual tributam demasiadas áreas do saber, cada qual com sua metodologia e que, inevitavelmente, acaba por enriquecer ainda mais as formas de abordá-lo.

No que segue será apresentado um breve histórico e as principais características do recorte espacial e suas adjacências proposto neste estudo, quais sejam, a RMGV e o município de Serra, com o intuito de contextualizar a análise pretendida.

3 BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (RMGV) E DO MUNICÍPIO DE SERRA

Buscaremos neste capítulo tratar brevemente da constituição da RMGV e a inserção de Serra em sua composição, analisando os fatores tencionadores e desencadeadores da constituição de ambos. Compreender tal processo carrega de significado nossa abordagem sobre o tema e permite-nos posicionar geográfica e historicamente diante da atual conformação social e econômica municipal e metropolitana. Não se pretende analisar a complexa formação de ambos, mas, tão somente, contextualizar o cenário de constituição dos mesmos, uma vez que, o aprofundamento transcende o escopo deste estudo.

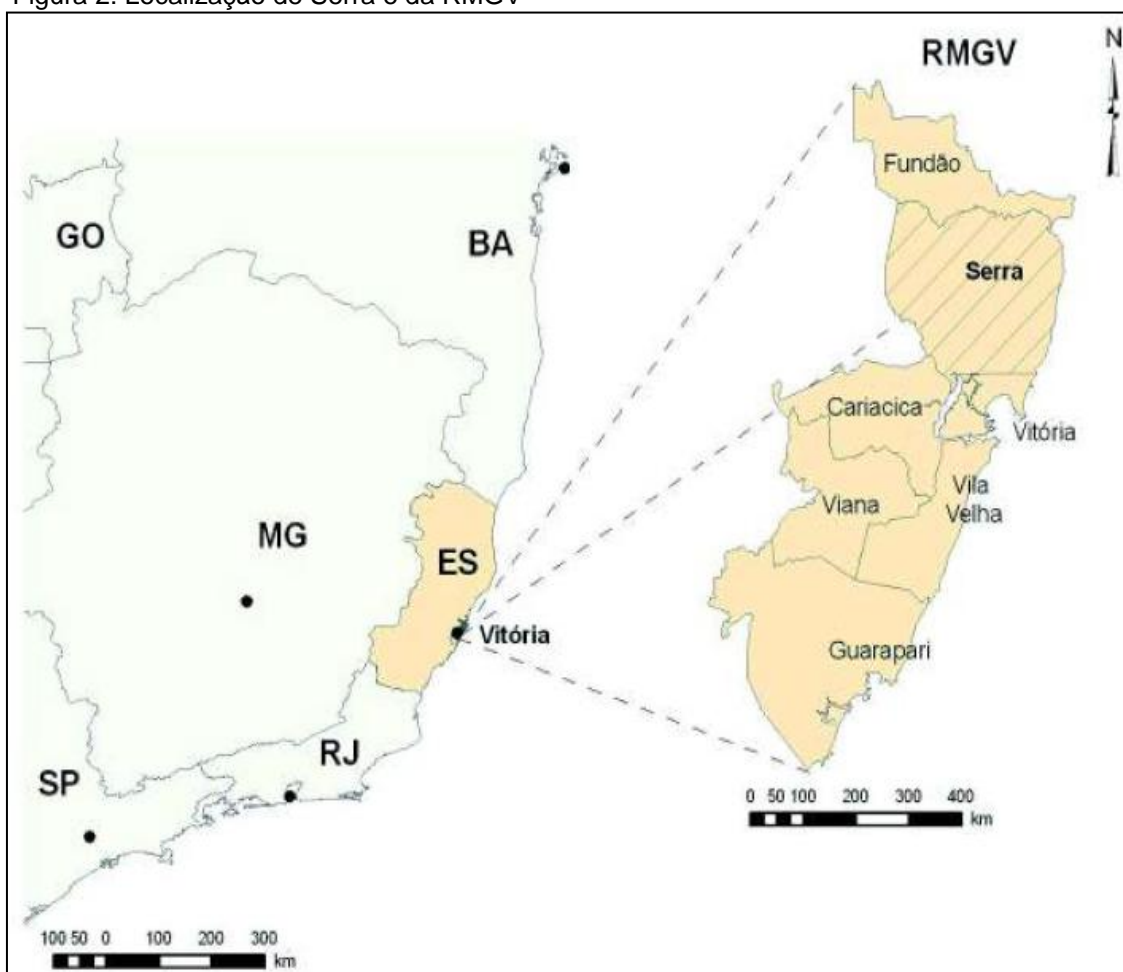
Sendo assim, concebe-se como fatores tencionadores e desencadeadores da constituição da RMGV e de Serra o contexto espacial e histórico em que ambas estavam inseridas (internacional, nacional e localmente) e as consequências advindas desse contexto. O período histórico a que se alude, posiciona-se em meados do século XX, mais precisamente, a partir de 1950. Nessa perspectiva, debruçamo-nos sobre elementos cruciais para esse entendimento, quais sejam: o cenário econômi-

co, o cenário urbano e o cenário social, refinado no âmbito demográfico. Dessa oportunidade, adentramos nesses elementos articulando-os entre si, depurando as reverberações advindas dessa multiplicidade de inter-relações.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

A formação e expansão da RMGV e do município de Serra estão imbricados num processo de complementaridade inter-relacional sócio-econômico-espacial, em escala local, nacional e, em certa medida, internacional. O espaço territorial que compreende a referida região (Figura 2) começa a ganhar seus contornos “legais” a partir da promulgação da lei estadual complementar nº 58, de 21 de fevereiro de 1995, formado pelos “espaços territoriais” de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em 8 de julho de 1999, é promulgada a lei estadual complementar nº 159 que inclui o município de Guarapari junto à RMGV, e em 21 de junho de 2001 é sancionada a lei estadual complementar nº 204 com nova redação sobre a instituição da RMGV, passando a incluir o município de Fundão. Desta feita, o território metropolitano da Grande Vitória resultaria de uma política do governo da época para com a área urbana, viabilizada pela constituição de 1988, que deu autonomia aos estados para criarem regiões metropolitanas em seus respectivos territórios (GONÇALVES, 2010).

Figura 2: Localização de Serra e da RMGV



Fonte: CAMPOS Jr.; GONÇALVES, 2009, p. 70

Não obstante à constituição “legal” da RMGV na década de 90, é pertinente tangenciar os antecedentes dessa e com isso compreender o contexto de seu surgimento, além de subsidiar nossa análise. A digressão que se propõe, remete ao cenário econômico de meados do século XX no estado do Espírito Santo, no Brasil e também no mundo. Daré (2010) aponta que esse período foi marcado por uma “ideologia desenvolvimentista” mundial ao qual o Brasil não se furtou. “É nesse contexto [de superação do subdesenvolvimento via industrialização] que devemos entender também as mudanças que se processaram no Espírito Santo a partir da década de 1960” (DARÉ, 2010, p. 22).

A esse respeito Sassen (apud SILVA, 2014, p. 22) alude que a partir da década de 1960 a organização das atividades econômicas mundiais sofreram mudanças contundentes, ao que ela exemplifica:

[...] desmantelamento dos antigos centros industriais nos EUA, na Grã-Bretanha e, mais recentemente, no Japão; a industrialização acelerada de vários países do Terceiro Mundo; internacionalização rápida da indústria financeira através de uma rede de transações em escala mundial. Cada uma dessas mudanças modificou a relação entre as cidades e a economia internacional.

Esses eventos reconfiguraram as dinâmicas de concentração espacial, social e urbana, reflexo da “organização da atividade econômica mundial” do referido período (SILVA, 2014, p. 22).

Corroborando nessa perspectiva de análise, sob a visão global da economia e suas consequências em lugares diversos do globo a abordagem de Harvey (1992). Segundo o referido autor a década de 60 deu indícios de problemas nos meios de produção, até então, majoritariamente marcados pelo modelo fordista de produção. Tanto a Europa Ocidental quanto o Japão já haviam se recuperado dos prejuízos econômicos da Segunda Guerra Mundial e buscavam mercados para exportação de seus excedentes de produção. “E isso ocorreu no momento em que o sucesso da racionalização fordista significava o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura” (HARVEY, 1992, p. 135).

Os reflexos dessa necessidade premente tiveram sua complementaridade nos movimentos de substituição das importações em países menos desenvolvidos (América Latina) e da expansão das multinacionais (Sudeste Asiático):

Foi também perto dessa época [década de 60] que as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. (HARVEY, 1992, p. 135)

A esse período particular da história Harvey (1992) concebeu como de transição do Fordismo à acumulação flexível³. É fulcral no referido período a compreensão da

³ David Harvey (1992) concebe como acumulação flexível “um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação fle-

superação de um sistema por outro que viabilizasse, ou que refletisse a manutenção das condições capitalistas de produção e reprodução econômica mundial. O surgimento, formação e consolidação de grandes empresas multinacionais são potencializados nesse momento histórico. Todavia, para a concretização da expansão empresarial para além das fronteiras nacionais, em especial, das fronteiras das nações subdesenvolvidas, se fez necessário um empenho de superação das limitações e atrasos industriais, cujo resultado foi a aliança capital estatal/capital internacional (DARÉ, 2010, p. 20).

No Brasil, pode-se depreender os efeitos ressonantes desse realinhamento global nas políticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek (JK) (1956–1961) ao governo militar (1964-1985). O Plano de Metas do governo JK expressa os anseios do grande capital estrangeiro no Brasil. Sob o qualificativo da modernização do país em um tempo relativamente curto; implantou-se um expressivo parque industrial [concentrado na região sudeste] com a implantação de programas especiais e grandes projetos de investimentos, que foi sendo, paulatinamente, assumido pelo capital estrangeiro (DARÉ, 2010, p. 27).

No período em tela, concomitante ao Plano de Metas manifesta-se como temas proeminentes a expansão desenvolvimentista para o interior do Brasil e a regionalização desse mesmo desenvolvimento (MORAES, 2002 apud DARÉ, 2010, p. 31). As Superintendências de Desenvolvimento Regional (Sudene - Nordeste, 1959; Sudam - Amazônia, 1966; Sudeco – Centro-Oeste, 1967; Suframa – Zona Franca de Manaus, 1967) são criadas com o intuito de promover a interiorização do desenvolvimento no país, descentralizando assim a “preferência” desenvolvimentista ocorrida na região sudeste e sul do Brasil, bem como diminuir o “atraso” em outros Estados/Regiões, precipuamente Nordeste e Norte do país. Tais superintendências são emblemáticas ao que se refere à regionalização e interiorização das fronteiras reprodutivas do capital sob o estigma do desenvolvimento nacional.

xível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]”.

Na perspectiva desenvolvimentista do final da década de 50 e ao longo da década de 60 o Espírito Santo não grassou oportunidades de desenvolvimento compatíveis com os estados da região sudeste nem usufruiu das mesmas oportunidades geradas pelos programas de desenvolvimento regional (Superintendências de Desenvolvimento), uma vez que não estava na área de abrangência desses programas, o que só ocorreu no final da década de 90 com a inserção da porção norte do Espírito Santo na área de atuação da Sudene. A esse respeito, Daré (2010, p. 33) é esclarecedora:

No jogo político em busca dos benefícios oferecidos pelos Programas regionais, o Espírito Santo não pôde se privilegiar das políticas regionais, pois estava inserido na região considerada a mais dinâmica do país, ao lado dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Assim, o estado capixaba ficou fora da política regional brasileira; somente anos depois passou a receber incentivos fiscais do Governo Federal.

No decurso das décadas de 60 e 70, sob a égide do militarismo, sucedeu-se uma série de planos econômicos, a exemplo do Plano Nacional de Desenvolvimento, em contiguidade, com as devidas “adequações”, ao Plano de Metas encetado pelo governo JK. A prioridade continuaria nos investimentos da ampliação do parque industrial e na malha de transportes, na geração de energia, na indústria de base e na nacionalização de empresas em vários setores econômicos. Com isso, reforça-se o gradual rompimento com o modelo agrário-exportador e com a oligarquia latifundiária.

Na esteira desenvolvimentista (capitalista/industrial) do terceiro quartil do século XX o Espírito Santo busca impulso para se lançar nesse contexto, cujo centro de gravidade girava em torno das “[...] políticas governamentais de integração econômica e de superação das desigualdades regionais [...]” (DARÉ, 2010, p. 33) tendo a indústria o papel redentor da economia agrária e exportadora capixaba.

Levando-se em consideração esses aspectos, acredita-se que seja possível posicionar a complexidade e os agentes influenciadores e constitutivos da RMGV em diferentes escalas, permitindo interpretar de maneira coerente que as vicissitudes ocorridas no Espírito Santo ao longo do período mencionado, fazem parte de uma

lógica maior, cujos limites transcendiam as fronteiras estaduais e nacionais, mas as influências se consubstanciavam local e regionalmente no estado.

Após essa diminuta digressão, o interesse agora reside em analisar as facetas econômicas capixabas a partir da década de 50. Ao tangenciar esse tipo de abordagem, viabiliza-se a compreensão de características sociais e demográficas.

A farta literatura disponível acerca do desenvolvimento da RMGV aponta para a década de 1960 como o período desencadeador do desenvolvimento e expansão metropolitana. Como se pode encontrar em Rocha e Morandi (2012), Buffon (1992), Ferreira (1987), Morandi et al. (1984), Rocha e Cossetti (1983). Todavia, é difícil estabelecer um período exato desse processo expansionista metropolitano. Os elementos econômicos, infraestruturais, urbanos e populacionais (migratórios) são os mais considerados para essa periodização, o qual apresentou expressivo desenvolvimento no período supracitado.

Sobre a base econômica capixaba em meados do século XX é evidente a importância do café nas finanças do Espírito Santo. O estado em pauta apresentava uma economia baseada na agro-exportação, que tinha como principal produto o café. No dizer de Achiamé (2010, p. 62):

A partir da segunda metade do século XIX e até os anos de 1960, o ouro verde [café] passa a ser uma presença central na vida econômica espírito-santense. Ao longo desses 100 anos a economia regional teve por base a cafeicultura. Nunca conseguiram igualar-se a ela, em termos financeiros, as demais atividades econômicas, representadas pela exploração madeireira, pela pecuária, pela cultura do cacau e outras menores.

Segundo Daré (2010, p. 22): “O café era o principal produto de exportação do Espírito Santo e, logo, a principal fonte de arrecadação do Estado. Era também o café que mantinha o comércio e a indústria nascente do Espírito Santo”. Sendo assim, a receita bruta estadual era dependente da comercialização do café, que por sua vez estava diretamente relacionada e influenciada pela comercialização do grão nos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e também Belo Horizonte com o mercado externo.

Ainda segundo Achiamé (2010, p. 63 apud BUFFON, 1992): “Assim não se pode falar em monocultura do café no caso do Espírito Santo nessa época [até 1940]. Existia uma policultura, mas o café era o produto mercantil por excelência e constituía o principal sustentáculo econômico do estado”.

A importância do café para a economia espírito-santense pode ser traduzida na composição das receitas advindas dessa atividade. A esse respeito Rocha e Morandi (2012, p. 29) apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) estadual para o ano de 1960 era de 41,8% gerado pela agropecuária e pesca; 5,3% pela participação da indústria; e 52,9% pelo setor terciário. Outrossim, a cafeicultura absorvia 55% da população economicamente ativa capixaba e gerava 22% da renda estadual. Acrescentam ainda que, na cadeia produtiva do café, seu beneficiamento representava, aproximadamente, 17% do valor da produção industrial e o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) do café respondia por 62% da receita pública estadual. Sob os aspectos populacionais e sua distribuição territorial, para o referido ano, quase 3/4 (71,6%) da população capixaba ainda vivia e trabalhava no campo (ROCHA e MORANDI, 2012, p. 30).

Não obstante a esse cenário, até então profícuo à economia capixaba, o estado é impactado diretamente pelos desdobramentos (re)produtivos do capitalismo global, conforme mencionado anteriormente. A produção cafeeira alcança índices elevados, instaurando uma “crise”⁴ nos preços, atribuída pelo governo federal, ao excesso de produção do grão. De acordo com Rocha e Morandi (2012, p. 30) os preços médios do café verde e solúvel caíram 56% de 1954 a 1963. Para uma economia ancorada nesse produto as consequências negativas se fizeram sentir rapidamente, tanto para o estado em questão quanto para o país, que também contava com a comercialização do referido produto para consolidar sua balança comercial positiva. A esse respeito Daré (2010, p. 22) menciona que: “Com a queda dos preços do café na segunda metade da década de 1950 a acumulação capitalista se vê limitada, e isso teve

⁴ A respeito da “crise” do café no Espírito Santo na década de 1960 sugere-se a dissertação de DARÉ, Raquel. A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. A autora parte do entendimento de que a ideia de “crise” do café faz parte de uma construção ideológica com o intuito de inserir a ideia de “diversificação” da estrutura produtiva, entendida como “desenvolvimento”, no Espírito Santo, a partir da implantação de grandes projetos industriais, e que tal ideologia é reproduzida, reafirmada e legitimada do discurso político ao fazer acadêmico.

uma grande repercussão sobre a arrecadação do Estado e sobre os lucros da elite urbana capixaba”.

A contrapartida do governo federal para contornar a queda dos preços do café devido ao excesso do mesmo no mercado foi a erradicação dos cafezais antieconômicos ou de menor produtividade. O Instituto Brasileiro do Café (IBC), responsável pelas questões que envolviam o produto, criou um órgão específico para tratar do assunto, o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), cujas diretrizes eram: promover a erradicação dos cafezais antieconômicos, considerada por alguns autores (ROCHA e MORANDI, 2012; SIQUEIRA, 2001) como a mais bem-sucedida; diversificação das áreas erradicadas com outras culturas e renovação de parcela dos cafezais (IJSN, 1987 apud SIQUEIRA, 2001, p. 51). A ação de erradicar os cafezais abrangeu todo o território nacional, não obstante, alguns estados tiveram um número maior de plantas eliminadas, caso este do Espírito Santo, como se pode verificar em Rocha e Morandi (2012, p. 79):

Neste estado foram erradicados 53,8% do cafezal, que ocupava 71,0% da área total cultivada com café. Nos demais estados cafeeiros – Minas Gerais, São Paulo e Paraná – essas proporções foram, respectivamente, de 33,0, 26,0 e 28,4% dos cafeeiros e 41,2, 26,5 e 19,8% das áreas cultivadas. Por isso, embora a cafeicultura capixaba possuísse, em 1961, apenas 13% do número total de cafeeiros existentes no Brasil, a erradicação realizada no Espírito Santo representou 22,0% do total de cafeeiros e 20,1% da área cultivada [...].

Com a estrutura cafeeira abalada e por seu turno a economia capixaba, a erradicação dos cafezais não liberou somente área cultivada, mas também mão de obra da lavoura, desencadeando um fluxo migratório em direção às áreas urbanas dos estados mais desenvolvidos, inclusive da capital do estado que vê seu contingente populacional aumentar expressivamente, não provendo a infraestrutura adequada de habitação, serviços comunitários e empregos (ABE, 1999, p. 122). Segundo Castiglioni (2009, p. 99): “A transformação da estrutura do sistema produtivo, tendo como eixo principal a “crise” da cafeicultura, constitui um dos principais determinantes do êxodo que drenou a população rural”. Corroborando também nesse entendimento, a seguinte passagem em Rocha e Morandi (2012, p. 30): “No meio rural capixaba esta política resultou no desemprego direto de aproximadamente 60 mil pessoas e na

precarização das condições de vida de 240 mil capixabas, aproximadamente 25% da população rural de 1960”.

Encontra-se aqui um ponto nodal em nossa análise, um constrangimento que rompe com a inércia populacional e incentiva a migração a partir das condições doravante apresentadas no campo, cujos reflexos são sentidos na capital e nos municípios vizinhos, que no futuro se configuraria como a RMGV. Todavia, os elementos básicos à constituição da RMGV ainda não estão suficientemente explicitados em nossa abordagem sobre o tema. Cabem, ainda, alguns pormenores basilares e fundamentais para sua compreensão e para a compreensão dos movimentos migratórios no município de Serra e na Região Metropolitana.

O processo que se seguiu após a execução do plano de erradicação dos cafezais foi direcionado à industrialização estadual, em consonância com a perspectiva nacional de incentivo à industrialização. O empenho do governo estadual passou a ser o de priorizar uma infraestrutura de incentivos que viabilizasse as atividades industriais, precipuamente, os meios de transporte, as fontes energéticas e um sistema de capitais (bancos) que financiasse os investimentos industriais a serem realizados (ROCHA e MORANDI, 2012, p. 31). Conforme Silva (2014, p. 27): “passou a ser primordial o aparelhamento do estado no sentido de prepará-lo para o processo de industrialização e fixação do homem no ambiente urbano”.

Considerando o enfoque da divisão social do trabalho, do processo de acumulação de capital e da homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista, tomando como base as ideias de Francisco de Oliveira, assimila-se que o quadro estrutural que se encetou após a década de 1960 no Espírito Santo refletiu uma lógica reprodutiva do capital, que neste período, no Brasil, se desdobrava na transição agrário-exportadora para industrial-exportadora. A esse respeito, Francisco de Oliveira é categórico:

A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital industrial reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que estas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficientemente elástica para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução, até mesmo porque as divisas necessárias para a importação dos bens

para a indústria continuavam a ser, sobretudo, advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora. Seria ingênuo, porém, não perceber que nessa convivência o capitalismo industrial começara a redefinir o próprio caráter da reprodução da economia agroexportadora, transformando-a gradualmente em capitalista “tout court”. (OLIVEIRA, 1987, p. 83-84)

Destarte, os anos 60 do século passado no Espírito Santo foram marcados pelo acirramento na superação dos “gargalos desenvolvimentistas” industriais e na consolidação econômica que viabilizasse os investimentos industriais, conforme mencionado anteriormente. “Assim, passou-se a estruturar fontes públicas de financiamento voltadas para o apoio aos investimentos privados em agroindústrias e na indústria em geral” (ROCHA e MORANDI, 2012, p. 32). Somam-se a isso, as compensações criadas pelo Gerca quando da adoção da política de erradicação dos cafezais, a exemplo do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, cujo principal objetivo era o de criar condições para a diversificação econômica do estado, que culminou na criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes) em 1967 (ROCHA e MORANDI, 2012, p. 32), transformada em 1969 no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), respondendo às diretrizes do Banco Central do Brasil.

O aparato estatal somado ao oportunismo elitista empresarial à época articulava a tessitura de uma conjuntura favorável ao fortalecimento e à dinamização industrial em solo espírito-santense. Nesse contexto é fundada em 1958 por um grupo de empresários, a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), a qual, na perspectiva de Silva (1986, p. 576) “através desse canal corporativo, articularam, meios de dinamizar o ritmo lento da industrialização capixaba”. Ainda, de acordo com Silva (1986, p. 576): “Assim, apesar do reduzido setor industrial existente, nessa época configurou-se um núcleo de forças políticas identificadas com o projeto de industrialização acelerada, a nível nacional, as quais passaram a buscar formas de inserir o Espírito Santo em tal processo”. Desta feita, surgem em 1969 o Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) em 1970, a Superintendência dos Projetos de Polarização Industriais (Suppin) em 1973, entre outras instituições.

Os resultados dessas ações mistas (estatal e privado) culminam na consolidação de uma nova estrutura, até então modesta em solo capixaba, a industrial. Na perspectiva nacional a implantação e execução dos planos desenvolvimentistas desse período (Política Nacional de Incentivo à Industrialização, Plano de Metas e Plano Nacional de Desenvolvimento) se coadunam com as estratégias estaduais de crescimento da economia capixaba e corroboraram para efetivação dos “grandes projetos”⁵ nas décadas de 60 e 70 do século XX e que tem contiguidade na década de 80. A transição de uma sociedade de bases rurais para uma de bases industriais modifica acentuadamente a estrutura social, econômica e urbana da cidade. Conforme se verifica em Silva (2014, p. 27) a prioridade era atender aos objetivos dos interesses econômicos em questão e assim, “[...] a transformação urbana passou a obedecer à lógica do processo econômico industrial-exportador que ditava os rumos do desenvolvimento brasileiro”.

A respeito dos projetos industriais de grande porte, os mesmos podem ser agrupados em cinco complexos, dos quais, três são do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico) e dois do setor terciário (turístico e portuário) (SIQUEIRA, 2001, p. 88). Desses complexos, Gonçalves (2010, p. 66) destaca a produção de semielaborados como aço, pelotas de minério (pelets) e celulose que culminou na criação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), atual Arcelor Mittal, a Aracruz Celulose, atual Fíbria e as usinas de pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, e por fim a Samarco Mineradora; essa por sua vez instalada no município de Anchieta na porção Sul do Espírito Santo. Tais complexos tinham como foco o atendimento do mercado externo, não se excluindo o mercado interno, tendo em vista as lógicas dos Planos de Desenvolvimento dos governos federal e estadual.

A estrutura do espaço urbano (Região Metropolitana) capixaba se assenta no efetivo desenvolvimento industrial das décadas de 70 e 80. A acumulação de capi-

⁵ Sobre a utilização do termo Grandes Projetos e, por extensão, Grandes Projetos Industriais, Rocha e Morandi (2012, p. 113) afirmam que “tem um significado bastante limitado, uma vez que se refere apenas a um conjunto determinado de projetos industriais, que, aliás, não são mais projetos, mas empreendimentos em funcionamento”. Dessa forma, “a expressão não abrange os projetos e os empreendimentos dos diversos setores de atividade que, mesmo não sendo de grande porte, são controlados por grandes grupos econômicos”. Não obstante, nesta análise optou-se por contemplar a utilização do referido termo já consagrado na literatura oficial e intelectual, e o termo “Grande Capital” sugerido pelos autores supracitados, de acordo com a abordagem pertinente.

tais provenientes da indústria viabilizou a redefinição desse espaço, não só como centro das ações administrativas estatais (política), mas também como espaço produtivo e reprodutivo capitalista, o que até então se configurava de maneira comedida nos limites políticos geográficos. Nesse aspecto, a urbanização de Vitória e suas adjacências passa a refletir os anseios do Grande Capital, o que culminou na conformação da Grande Vitória (GV), hoje, RMGV. A esse respeito, Siqueira (2001, p. 93) argumenta que:

O processo de industrialização veio redefinir o espaço urbano, na medida em que, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também se constitui no “lócus” da atividade produtiva. A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político e do porto, sempre abrigou também as principais atividades regionais de caráter industrial, comercial, de serviços públicos, privados, culturais e financeiros, sendo também o ponto central de convergência das principais vias de transporte regional. Entretanto, apesar das características próprias da cidade e das vantagens locais para a instalação de grandes projetos industriais, os mesmos se desenvolveram sem que ocorresse, tanto em nível federal quanto estadual, uma política urbana global e eficiente.

Neste período, a economia espírito-santense volta ao contexto “representativo” da economia nacional uma vez que, se insere no processo de modernização e internacionalização da economia brasileira.

O processo em curso acentuou o êxodo rural que vinha ocorrendo lentamente com a erradicação dos cafezais na década de 60, uma vez que as pequenas propriedades agrícolas não seriam capazes de absorver as famílias trabalhadoras da roça, intensificando o fluxo migratório, não só do interior em direção à capital, mas de outras regiões do Brasil, precipuamente àquelas limítrofes ao Espírito Santo, para a capital do Estado e para os municípios vizinhos; tendo em vista que a capital não comportou o ritmo do crescimento demográfico, restando ao migrante como alternativa para se estabelecer mais próximos daquela, os municípios vizinhos de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana; desenhando-se como “um contíguo urbano com características metropolitanas e que passou-se [sic] a denominar Aglomeração Urbana da Grande Vitória” (ABE, 1999, p. 137). Soma-se a tudo isso o fator demográfico, caracterizado pela transição demográfica em curso, o elevado crescimento da população rural, o parcelamento das terras, o “modelo” econômico baseado na agricultura familiar voltada para a exportação que esgotou suas possibilidades de absorção de mão

de obra. As consequências imediatas ao rápido incremento populacional alcançaram os mais variados aspectos, conforme nos apresenta Abe (1999, p. 137):

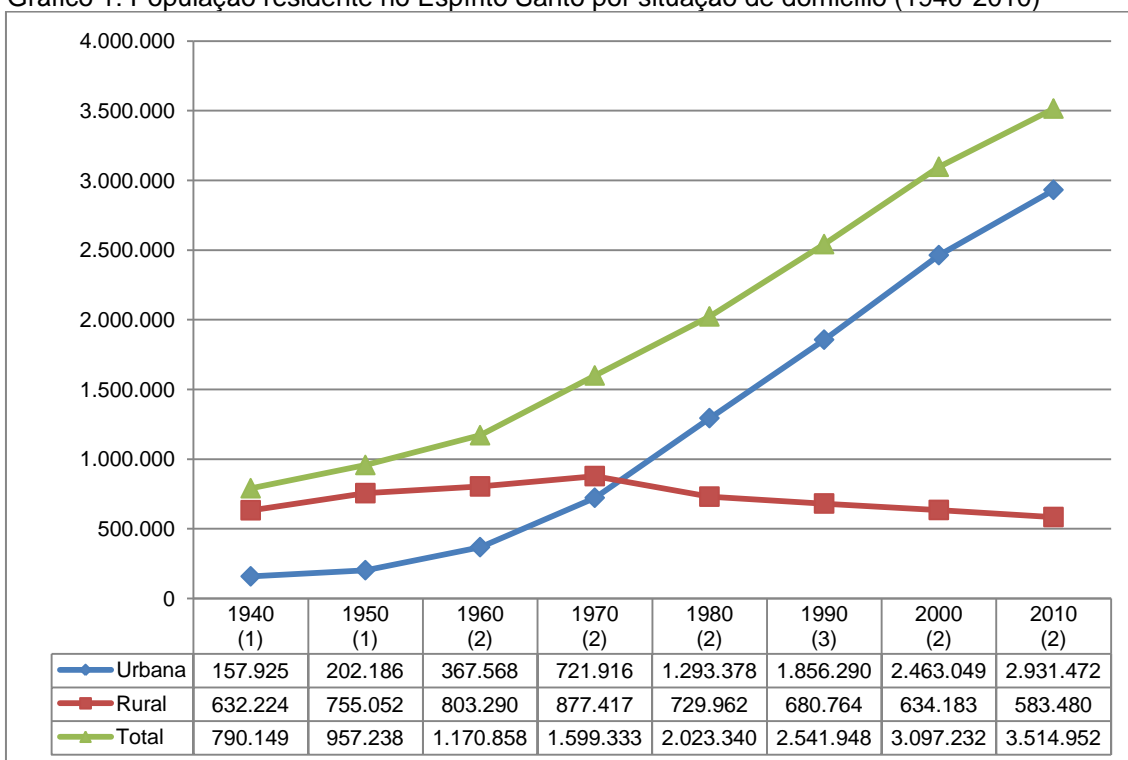
O seu incremento populacional provocou grande demanda de empregos, moradias, infra-estrutura e serviços sociais de consumo coletivo que sobrecarregaram o Poder Público, incapaz de ampliar o atendimento nas mesmas proporções, tornando-se visível a massa de excluídos através da ocupação de morros e mangues com habitações precárias. As características particulares do sítio natural e da infra-estrutura tomam os espaços muito diferenciados em termos de qualidade locacional e, portanto, de valor do solo. Como consequência, assistiu-se a uma redistribuição [das] atividades e da população, redefinindo-se novas áreas de concentração de comércio, serviços, indústrias e habitação.

É marcante nesse momento o início de uma transição conjuntural e estrutural de uma matriz rural a uma matriz industrial, refletida, entre outros aspectos, na demografia estadual, como se pode verificar em Castiglioni (apud CAMPOS Jr.; GONÇALVES, 2009, p. 72): “Portanto, nas últimas décadas do século passado a população do Espírito Santo se urbanizou e se concentrou na RMGV, como resultado do intenso fluxo migratório, ocorrido sobretudo nos anos 1970 e 1980”. O Gráfico 1 permite observar tal assertiva.

Numa concepção mais abrangente Castiglioni (1989, p. 27-28, tradução: CASTIGLIONI) apresenta que:

Os países em desenvolvimento vivenciam um processo de urbanização muito mais rápido devido aos efeitos conjugados da migração e das taxas elevadas de crescimento natural tanto nas regiões urbanas como nas regiões rurais que continuam a alimentar o êxodo rural [...], o papel da industrialização no processo de crescimento urbano desses países é menos importante: não somente o nível de industrialização é baixo, mas, além disso, a indústria moderna é altamente mecanizada, reduzindo a demanda de mão de obra. Os setores modernos das cidades desses países não são capazes de criar os empregos requeridos pelo crescimento da força de trabalho. Consequentemente essas cidades são caracterizadas pela presença de uma proporção elevada de desempregados e de trabalhadores subempregados.

Gráfico 1: População residente no Espírito Santo por situação de domicílio (1940-2010)



Fonte: Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012, p. 14

(1) Ipeadata. Acesso em: 17 maio 2016.

(2) BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012.

(3) Calculado pelo método da Progressão Geométrica.

A Tabela 1 apresenta o comparativo em quatro níveis de análise, a saber: GV, RMGV, ES e Brasil em um período de nove décadas. É patente o expressivo crescimento populacional metropolitano a partir da década de 70.

Tabela 1: Evolução da população da GV, RMGV, ES e Brasil (1940 - 2010)

Ano	GV (1)	RMGV (2)	ES	Brasil
1940	83.909	111.456	790.149	41.236.315
1950	105.035	131.377	957.238	51.944.398
1960	187.740	216.582	1.418.348	70.324.103
1970	375.469	418.273	1.599.324	93.134.846
1980	682.804	753.959	2.023.338	119.011.052
1991	1.021.053	1.136.842	2.600.618	146.825.475
1996	1.134.860	1.267.423	2.802.707	157.070.163
2000	1.283.735	1.438.596	3.097.232	169.799.170
2010	1.500.392	1.687.704	3.514.952	190.747.731

Fonte: Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012. Ipeadata. Acesso em: 13 maio 2016.

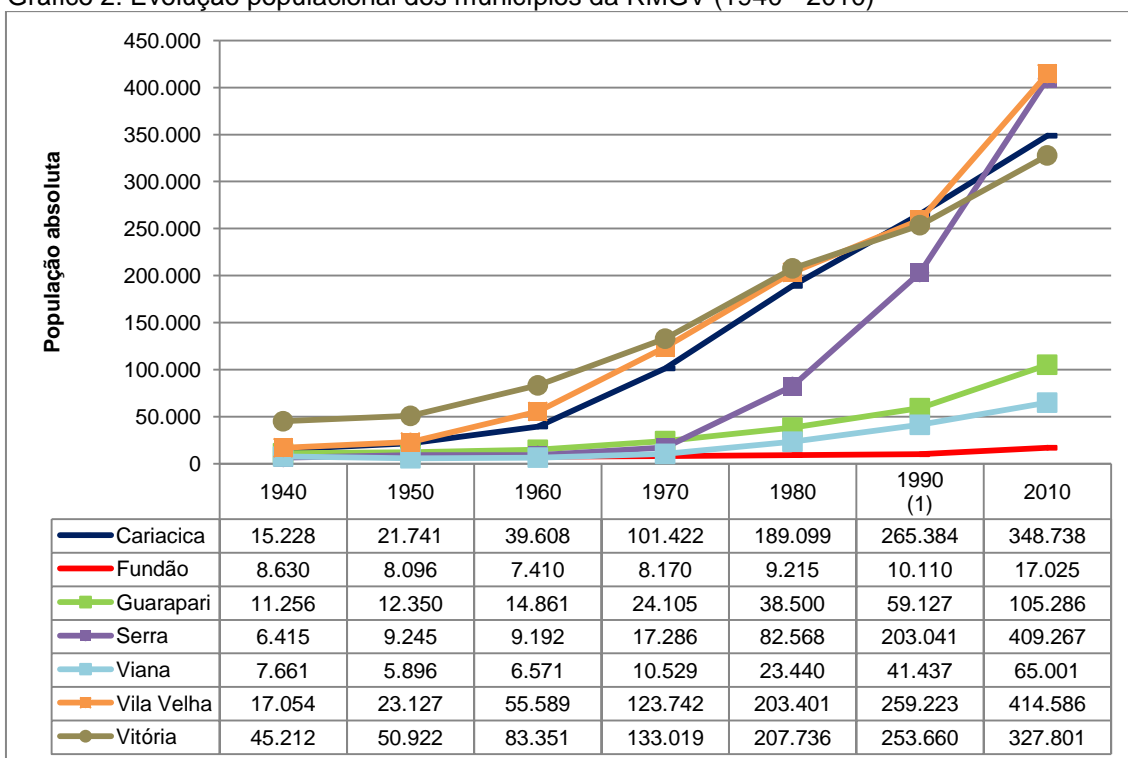
(1) Grande Vitória: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana.

(2) Região Metropolitana da Grande Vitória: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Fundão.

Nota: As composições regionais denominadas GV e RMGV foram aplicadas aos dados de todo o período analisado para efeitos comparativos.

No Gráfico 2 é possível analisar a evolução populacional por município da Região Metropolitana da Grande Vitória, depreendendo o crescimento relativo de Cariacica, Vila Velha e Vitória, em relação aos outros municípios da referida região. Percebe-se também a maior atração populacional exercida por Serra e Vila Velha no último intervalo censitário, ao passo que, Cariacica e Vitória tiveram um arrefecimento em relação aos dois últimos. Chama a atenção também o acentuado crescimento demográfico de Serra a partir da década de 70 mantendo sua evolução até o último censo.

Gráfico 2: Evolução populacional dos municípios da RMGV (1940 - 2010)



Fonte: Ipeadata. Acesso em 12 maio 2016. Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012.

(1) Calculado pelo método da Progressão Geométrica.

Observa-se também nesse período o início do processo de verticalização da cidade e, como citado, a segregação populacional com a diferenciação em estratos sociais distintos a partir da valorização e/ou sobrevalorização de bairros segundo sua localização na cidade e em conformidade com o nível de renda, culminando no por vir, na formação de sub-centros, como consequência do processo de descentralização da capital, e na constituição das periferias e das áreas, ditas, “nobres” da

cidade; como se pode verificar em Campos Jr. (apud, REIS, 2007, p. 55): “A população de maior poder aquisitivo intensifica a ocupação das áreas centrais dotadas de melhor infra-estrutura e de equipamentos, enquanto a de menor se instala nos bairros, periferia, e no outros municípios”. Abordagem semelhante é a feita por Siqueira (2001, p. 93) a respeito da marginalização populacional metropolitana no período:

“O crescimento econômico da região [Grande Vitória] estava intimamente ligado às atividades cujo dinamismo se apoiava no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada. Dessa forma, provocou efeitos negativos, com a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais, bem como concentrando investimentos públicos na superação dos entraves infra-estruturais da produção”.

Contemporaneamente a expressividade da RMGV caracteriza-se por uma complexa organização econômica, social, política e, principalmente espacial, manifestando os resultados de processos históricos de circunstâncias econômicas globais e regionais. O surgimento de novas centralidades, para além da área central da metrópole moderna (capitalista), neste caso, de Vitória, em direção aos municípios vizinhos e com isso redefinindo a centralidade da capital perante esses, emerge como consequência desse processo histórico. Os esforços de inserção da economia capitalista no contexto nacional e internacional potencializada e consolidada a partir de meados do século XX viraram o século e se mantém na atualidade, seguindo a lógica globalizante de produção capitalista.

Todavia, para além desse entroncamento multivariado de fatores intervenientes do processo urbano, algumas questões são constantes como a produção e estruturação do espaço urbano, atrelada ao mercado de terras e à produção imobiliária; condicionantes causais, direto e indireto, de constrangimentos e incentivos à distribuição populacional na cidade, acirrando questões de interesses antagônicos no espaço urbano, como a valorização e desvalorização espaciais específicas. Soma-se a isso, a influência exercida no, e pelo mercado de trabalho como uma constante nessas questões ora mencionadas. Do exposto, pode-se exprimir como síntese, a redefinição e a redistribuição populacional no espaço sob aqueles quesitos e essas constantes, resultando como expoente o processo migratório e de mobilidade para a produção e reprodução do próprio espaço metropolitano regional; fulcral no presente estudo.

É, fundamentalmente, na perspectiva até aqui exposta que os municípios que hoje compõem a RMGV vão se inserir na dinâmica produtiva e reprodutiva do espaço urbano de Vitória, como o desdobramento das funções da capital capixaba de forma complementar e dialética às vicissitudes decorrentes da dinâmica capitalista ampliada em escala mundial; cujas reverberações se fizeram sentir localmente. A integração espacial entre os municípios próximos a Vitória, formando a Região Metropolitana, foi marcada pela cultura do café e consolidada pela industrialização, resultando e mantendo-se até os dias atuais em uma economia com fortes laços de internacionalização.

Grandes transformações urbanas ocorreram no decurso na segunda metade do século XX, se espraiando para as regiões periféricas da referida capital. Tais regiões “periféricas” (municípios vizinhos), quais sejam: Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari (esses dois últimos a partir do ano 2000, no âmbito legal); integraram a história da produção do espaço urbano em Vitória na medida em que se descerraram as perspectivas de ordem econômica, social e política entre as atividades de produção, consumo e gestão, tendo como consequência uma elevada mobilidade, nesse espaço metropolitano, de recursos, bens e pessoas (ABE, 1999, p. 415).

Pode-se depreender dessa diminuta abordagem, o contexto histórico do surgimento e consolidação da Região Metropolitana de Vitória a partir de meados do último século e a importância da “participação” dos municípios “periféricos” na constituição dessa Região. No dizer de Abe (1999, p. 401): “A cidade de Vitória foi preparada, desde a virada do século, para ser o centro regional do Estado, como convém a uma Capital [...]”. Apesar da paulatina descentralização dessa, sua importância continua a ser fundamental na dinâmica metropolitana e estadual.

Dado o exposto, acredita-se que tenha sido possível fornecer e elencar argumentos substanciais dos mais variados tipos de análise sobre o processo de constituição e consolidação da RMGV, bem como apontar para outras abordagens, bem específicas, como a importância desempenhada pelos municípios componentes da

referida Região, que nesta análise, repousa sobre o caso de Serra; e assim posicionar nossa análise sobre a temática.

Na sequência será abordado especificamente sobre a Serra no contexto da RMGV, bem como algumas características físico-geográficas, históricas e espaciais, contemplando aspectos econômicos, sociais e habitacionais da dinâmica urbana do referido município.

3.2 O MUNICÍPIO DE SERRA NO CONTEXTO DA RMGV: ASPECTOS GERAIS

Pretende-se com essa seção apresentar alguns aspectos gerais acerca do município de Serra. A perspectiva de análise baseou-se em características físico-geográficas, históricas e espaciais.

Nesse sentido a pertinência dessa abordagem reside em apresentar uma caracterização sucinta dos aspectos físico-geográficos (geomorfologia, clima, vegetação e hidrografia) e sócio-espaciais (histórico de ocupação, divisão administrativa, população, economia, uso e ocupação do solo e questões habitacionais), abordando também sobre questões migratórias na área estudada com o intuito de auxiliar na compreensão do processo de produção espacial urbano do referido município.

Sendo assim, apresenta-se a seguir uma diminuta e limitada caracterização dos referidos aspectos da área de estudo, uma vez que o aprofundamento e detalhamento de tais aspectos escapam à propositura deste estudo.

3.3.1 Aspectos físico-geográficos do município de Serra

O ambiente natural influi diretamente sobre o uso e ocupação do solo, uma vez que as características do relevo, tal como a composição e a forma, são preponderantes nas ações humanas na gestão territorial. De acordo com Bednarz (2005, tradução nossa): “O relevo predetermina as direções do desenvolvimento econômico, os assentamentos das redes de transportes e afeta as possibilidades de utilização dos recursos naturais”. Nessa perspectiva, entende-se que a utilização e produção

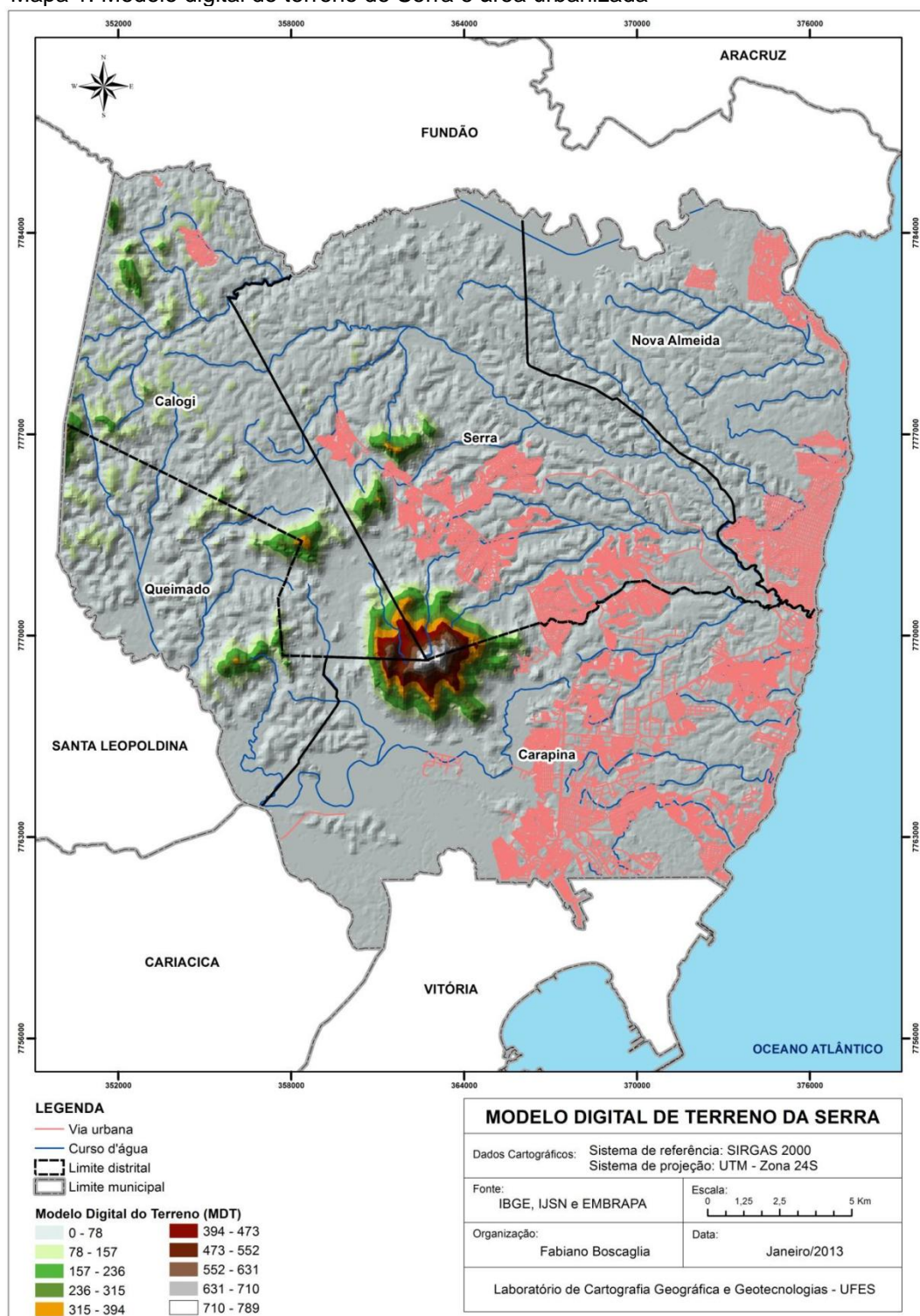
do espaço perpassa pela conformação física/natural desse, ao qual tem implicações econômicas, sociais, ambientais, entre outros fatores.

A localização geográfica do município de Serra situa-se, como já mencionado, na RMGV, tendo como limites territoriais os municípios de Fundão, ao Norte, Vitória, ao Sul, Santa Leopoldina, a Oeste, Cariacica, a Sudoeste e o Oceano Atlântico à Leste. Compreende uma área territorial de 553,526 km² (IBGE, 2011b), representando 1,20% do território capixaba e 23,68% da área do RMGV, sendo essa a segunda maior área territorial da referida Região, ao passo que a maior área pertence a Guarapari com 591,815 km², o que representa 25,37% da área da Região em questão e 1,28% da área estadual. A linha de costa do município perfaz aproximadamente 23 km.

Ao que se refere ao relevo municipal em sua Morfoestrutura, insere-se na Bacia e Cobertura Sedimentar Fanerozóica (IBGE, 2009, p. 28), ou Bacia Sedimentar com presença de Faixa de Dobramentos Remobilizados e Acumulação Fluvial (IJSN, 2012, p. 08, 13), com predomínio do grupo da Formação Barreiras, cujo Domínio Morfoclimático predominante são os Mares de Morro com Áreas mamelonares tropicais-atlânticas florestadas (IBGE, 2009, p. 28). Essas características compõem o primeiro nível hierárquico da estrutura da geomorfologia do relevo.

O segundo nível compreende as Regiões Geomorfológicas ao qual o município apresenta compartimentos de Piemontes Inumados e Piemontes Orientais, com destaque para a atuação da hidrografia na conformação desses compartimentos (IJSN, 2012, p. 08-09). Os Tabuleiros Costeiros e as Colinas e Maciços Costeiros perfazem o terceiro nível hierárquico, cuja ênfase se atribui à topografia deprimida, relevos dissecados de topos aplainados a convexizados com aprofundamento dos vales variando de 21 a 42 metros em média, com a frequente presença de rios e córregos desaguando no oceano; e altimetrias variando entre 15 a 40 metros, em relação ao nível do mar constituindo-se predominantemente por rochas sedimentares e geralmente limitadas por escarpas (BRASIL, 1983, p. 313). O Mapa 1 permite abstrair a conformação do terreno na área estudada.

Mapa 1: Modelo digital de terreno de Serra e área urbanizada



Fonte: Boscaglia (2013, p. 67)

A respeito da hidrografia do município, aponta-se que existe uma ampla rede formada por córregos e nascentes que culminam em três bacias hidrográficas, Reis Magos ao norte do município, compartilhando sua área com os municípios de Fundão, Ibiraçu, Santa Leopoldina e Santa Teresa; e ao sul e oeste Santa Maria da Vitória

ria que compartilha sua área com os municípios de Santa Maria de Jetibá, Vitória, Cariacica e Santa Leopoldina; por fim a bacia de Jacaraípe “bastante comprometida qualitativa e quantitativamente” (SANTOS E SANTOS, 2012, p. 37); três micro bacias litorâneas (Córrego Carapebus, Lagoa Jacuném e Córrego Maringá) e dez lagoas (Barcelona, Carapebus, Castelândia, Jacuném, Juara, Maringá, Pedrolino, Represa de Carapebus, Sarapongá e Serra Dourada) (SERRA, 2016b).

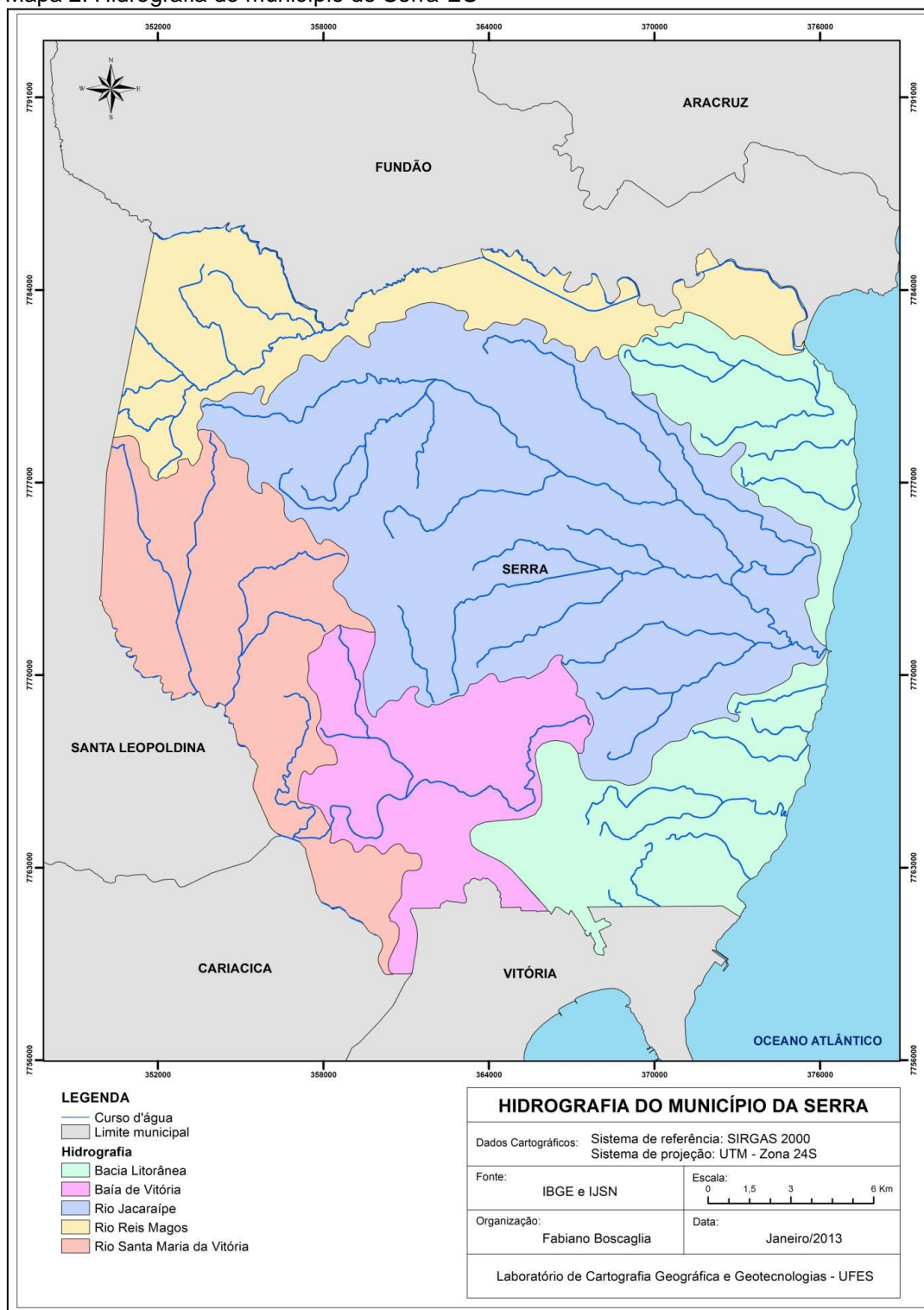
Compreende-se com isso que a disponibilidade hídrica do município é formada por nascentes, córregos, lagos, micro bacias e bacias hidrográficas (“compartilhadas”) (MAPA 2) distribuídas ao longo do território municipal, possibilitando ao referido município a oferta desse recurso, guardadas as devidas limitações de quantidade e qualidade, fundamental ao desenvolvimento de qualquer ação humana.

Ao que se refere à vegetação, caracteriza-se pela presença de remanescentes de mata atlântica, restinga e manguezal [altamente antropizados], fragmentados na extensão do município e limitados às unidades de conservação (SANTOS e SANTOS, 2012). Parte dos resquícios vegetacionais é protegida por legislação ambiental (federal, estadual e municipal) com a presença de Área de Proteção Ambiental (APA), Parques Naturais e Unidades de Proteção Integral. A preocupação com a preservação da vegetação só se efetivou por meio de leis a partir da década de 1990 na perspectiva das conferências internacionais sobre as questões ambientais. Antes disso o município grassou sua expansão sobre as áreas vegetadas, uma vez que, em termos fisiográficos, não oferecem grandes limitações ao uso e ocupação do solo.

A respeito dos aspectos climáticos a escala de análise deve ser mais ampla, dessa forma Nimer (1979, apud CORREA, 2014, p. 20) considera a Região sudeste do Brasil como sendo “uma região de transição entre climas quentes nas latitudes baixas, e climas mesotérmicos de tipo temperado nas latitudes baixas médias, com regime de chuvas tipicamente de ritmo tropical”. Considerando a classificação realizada por Köppen que leva em consideração os aspectos gerais do regime pluviométrico e das temperaturas, o município pode ser classificado em dois tipos climáticos, quais sejam: Tropical Úmido do tipo Aw no qual a letra “A” é caracterizado por climas tropicais chuvosos com seca no inverno, e a letra “w” caracteriza a existência de

uma estação seca durante o inverno e um período chuvoso no verão; e Tropical Úmido sem estação seca pronunciada do tipo Am, sendo a letra “m” caracterizada pela precipitação total anual média > 1500 mm e precipitação do mês mais seco < 60 mm e temperaturas médias anuais superiores a 18° C com predomínio dos ventos nordeste, advindos do Oceano Atlântico na maior parte do ano e sudoeste no inverno provenientes a atuação predominante da Massa Polar Antártica (SANTOS e SANTOS, 2012; SERRA, 2005).

Mapa 2: Hidrografia do município de Serra-ES



Fonte: Boscaglia (2013, p. 69)

Com as considerações apresentadas acima não se pretendeu apontar determinantes no processo produção do espaço físico da área estudada a partir da disponibilidade, ou não, de recursos naturais, mas, tão somente, apresentar características gerais acerca dos aspectos físico-geográficos.

Visto sucintamente as características básicas dos aspectos físico-geográficos de Serra, buscar-se-á agora apresentar alguns aspectos sócio-geográficos do referido município.

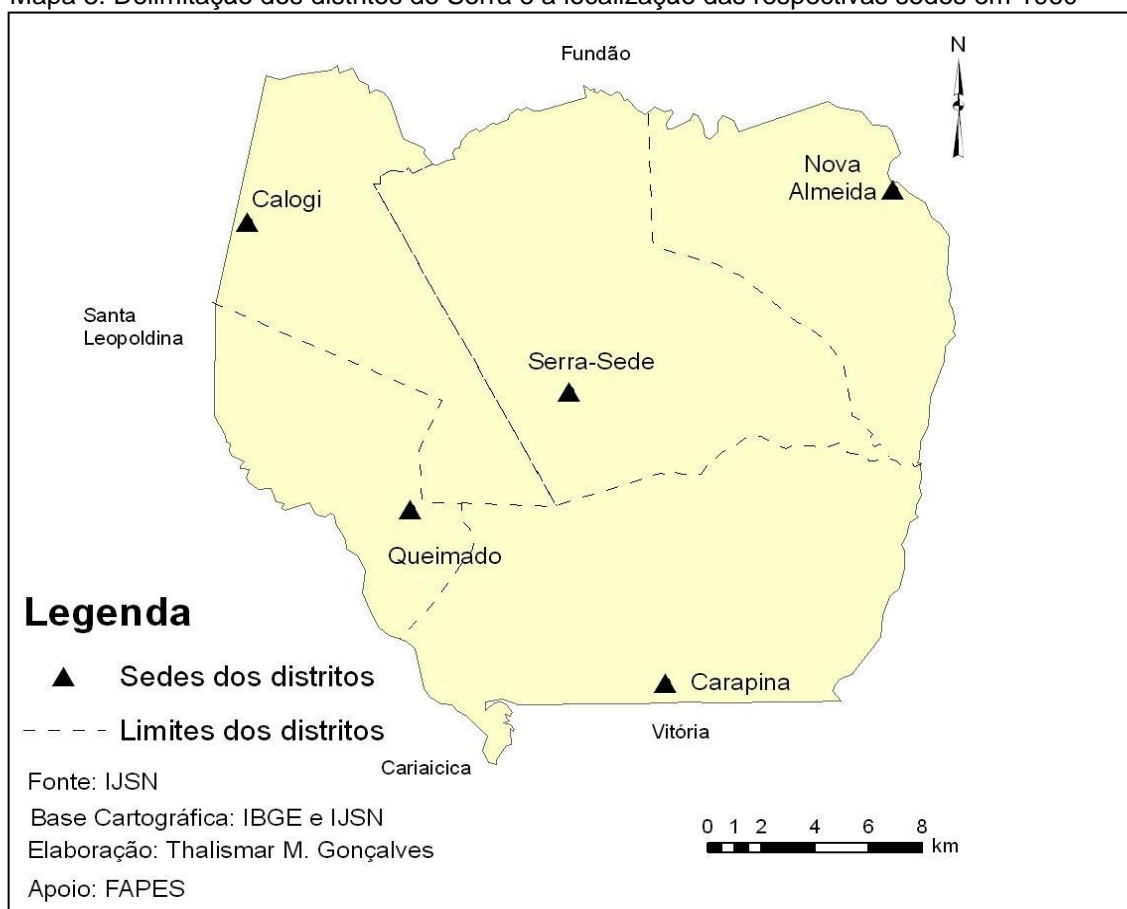
3.2.1 Aspectos sócio-geográficos de Serra

A ocupação do solo se deu inicialmente em sua porção oriental compreendendo os distritos de Carapina, Nova Almeida e Serra (GONÇALVES, 2010, p.76), ao longo dos eixos viários e dos platôs que faziam as conexões com outros territórios municipais e estaduais (AZEVEDO, 2000); fundamentais ao surgimento e expansão dos núcleos urbanos e a estreita relação entre si e demais áreas.

O surgimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos ocorreram de forma descontínua e isolada, separados por grandes vazios urbanos (AZEVEDO, 2000), fator preponderante para o desenvolvimento, futuro, de um mercado imobiliário e expansionista urbano potencial.

A divisão administrativa concebida pela municipalidade é composta por cinco distritos (MAPA 3), quais sejam: Queimado, Calogi, Carapina, Serra Sede e Nova Almeida, que surgiram a partir do desmembramento e incorporações de terrenos fronteiriços iniciados no século XVIII até o presente período, sofrendo alterações na nomenclatura e nas divisões administrativas (limites fronteiriços), intradistritos. A maior parte da mancha urbana está concentrada no distrito de Carapina se espalhando pelo distrito de Serra Sede, e pelo litoral, até o distrito de Nova Almeida.

Mapa 3: Delimitação dos distritos de Serra e a localização das respectivas sedes em 1960



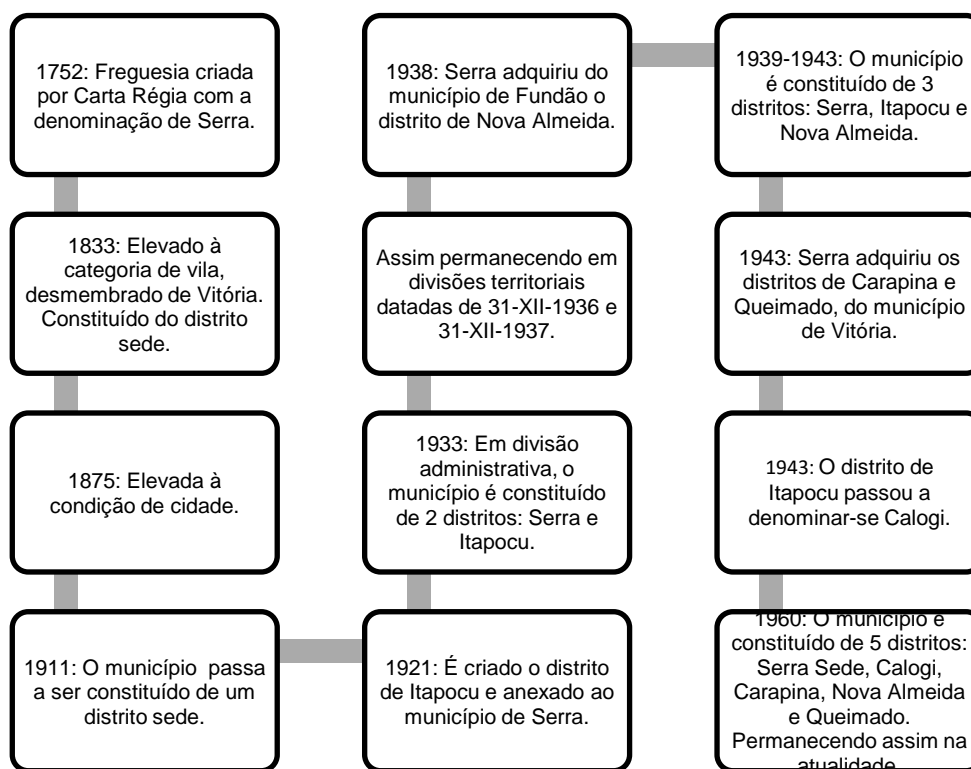
Fonte: Gonçalves (2010, p. 73)

A partir dessa divisão territorial em distritos é possível e pertinente realizar, pontualmente, uma abordagem histórico-geográfica do município, contudo, sem grande aprofundamento, uma vez que não é esse o propósito pretendido.

De acordo com Borges (2009, p. 15) o estabelecimento das bases da colonização da atual cidade de Serra tem sua origem na fundação da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição de Maracajaguaçu em 1556, que posteriormente passa a ser conhecida como Nossa Senhora da Conceição da Serra, em seguida, povoado de Conceição da Serra, e, por fim, Serra, devido, principalmente, ao seu relevo. Em 1752, a então aldeia é elevada à Freguesia por carta régia, mas efetivada somente 17 anos depois. Em 1822 é novamente elevada, mas na categoria de Vila, cujo marco é a sede da governança municipal, que neste período era representado pela Câmara de Vereadores, significando a centralidade do “poder administrativo” no município. Somente após 319 anos a então Vila da Serra eleva-se à categoria de Cidade. Ademais, concomitante ao crescimento e elevação da sede, surgem outras aldeias,

tornando-se distritos do município, a saber: Calogi, Carapina, Nova Almeida e Queimado. (BORGES, 2009). A Figura 3 resume a formação territorial administrativa de Serra de meados do século XVIII até meados do século XX, a partir das ações de relevo que configuraram a atual divisão distrital no município.

Figura 3 - Quadro resumo da formação administrativa de Serra



Fonte: IBGE, 2016a, Cidades. Elaborado pelo autor. Com adaptações.

Sob o aspecto populacional do município, os dados censitários da série histórica dos censos do IBGE permitem observar a evolução temporal ao longo das décadas. A Tabela 2 apresenta a evolução populacional de Serra, do Estado do Espírito Santo, da Região Metropolitana da Grande Vitória e do Brasil, de 1910 a 2010. Não obstante à nossa análise focar no período temporal de 1960 a 2010, acredita-se que a apresentação dos dados de um determinado período anterior, em caráter ilustrativo, corrobora com a assertiva aqui pretendida, da importância de estudar o referido período como expoente das transformações espaciais ocorridas no município em tela, uma vez que é evidente a expressividade numérica a partir de tal período.

Tabela 2: Evolução da população de Serra, GV, RMGV, ES e Brasil (1910 - 2010)

Ano	Serra	GV (1)	RMGV (2)	ES	Brasil
1910	6.511	41.516	66.110	340.805	23.409.177
1920	6.777	46.777	74.756	457.328	30.624.811
1940	6.415	83.909	111.456	790.149	41.236.315
1950	9.245	105.035	131.377	957.238	51.944.398
1960	9.192	187.740	216.582	1.418.348	70.324.103
1970	17.286	375.469	418.273	1.599.324	93.134.846
1980	82.568	682.804	753.959	2.023.338	119.011.052
1991	222.158	1.021.053	1.136.842	2.600.618	146.825.475
1996	270.373	1.134.860	1.267.423	2.802.707	157.070.163
2000	321.181	1.283.735	1.438.596	3.097.232	169.799.170
2010	409.267	1.500.392	1.687.704	3.514.952	190.747.731

Fonte: Ipeadata. Acesso em: 13 maio 2016. Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012.

Nota: As composições regionais denominadas GV e RMGV foram aplicadas aos dados de todo o período analisado para efeitos comparativos.

(1) GV - Grande Vitória: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana.

(2) RMGV - Região Metropolitana da GV: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari, Fundão.

Diante disso, observa-se o pequeno crescimento demográfico em um período de 50 anos (1910 a 1960), com dois episódios de inflexão populacional em relação à década anterior (1940 e 1960). A partir da década de 70 o crescimento populacional é extraordinário, em especial no município de Serra (CASTIGLIONI, 2009). Não obstante, tais eventos demográficos respondem mais por questões migratórias do que por questões propriamente de fecundidade, refletindo, em certa medida, ao conjunto e à estrutura econômica nas variadas escalas espaciais. A esse respeito Borges (2009, p. 22) avança que por volta de 1800 o impulso econômico foi dado pela cana-de-açúcar e em 1840 o plantio de café ganha os solos do município, começando a compor as divisas econômicas desse e, precipuamente, dos proprietários de terra. Nesse período, sua localização geográfica em relação ao contexto econômico conferia à Serra um entreposto de comércio e integração entre esta, Vitória e o interior Norte, entrando em colapso no início do século XX com a implantação da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que deslocou o eixo logístico para essa ferrovia (BORGES, 2009, p. 23).

Todavia, fatores externos e alheios à dinâmica interna municipal, estadual e nacional abalaram a economia nessas três esferas na década de 30 do século passado; trata-se da crise econômica mundial de 1929, levando à erradicação dos cafezais e ao consequente prejuízo a toda cadeia produtiva do mesmo; no dizer de Bor-

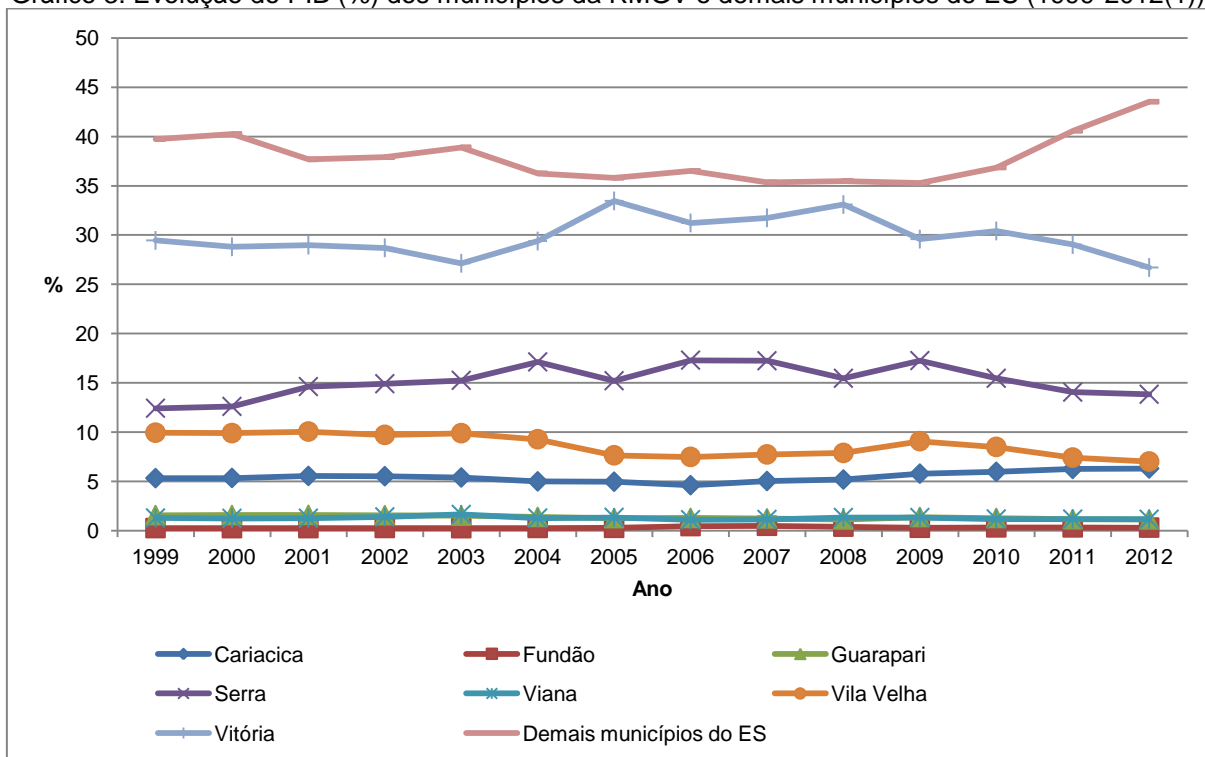
ges (2009, p. 24): “A erradicação do Café afeta de forma drástica a economia de Serra, já que muitos dependiam dos lucros advindos com a venda das sacas de Café”. Já na década de 50, a alternativa econômica intentada pelo município para superar tal dificuldade foi a produção de carvão, de forma modesta, e o cultivo do abacaxi, de maneira mais abrangente. Contudo, a fragilidade de ambos no contexto econômico da época não foi capaz de evitar o declínio subsequente à implantação das mesmas, acompanhadas da “crise” do café no mesmo período, como já exposto.

Efetivas melhoras na economia serrana começaram a ocorrer quando do rompimento e transição gradual de uma economia baseada na agricultura, a uma economia que se firmava na indústria, como era o caso da implantação das “Grandes Indústrias”. Nas décadas de 1960 a 1990, o município em questão concebeu alterações significativas na composição de suas receitas internas e nos setores por atividade econômica, à medida que as alterações em suas bases produtivas iam avançando; e que atualmente possuem expressividade na economia municipal. Isso pode ser verificado nos valores do Produto Interno Bruto (PIB) Municipal dos últimos anos.

No período compreendido entre 1999 a 2012 a participação do PIB de Serra na composição do PIB da RMGV (Gráfico 3) sobressai em relação aos outros municípios, ficando abaixo de Vitória. É possível depreender também uma pequena “transferência” do PIB, destacadamente a partir de 2009, para fora do eixo da RGMV com significativa perda para a capital Vitória, seguida discretamente dos municípios de Serra e Vila Velha. No Gráfico 4 observa-se a composição do Produto Interno Bruto Serrano por setor de atividade, sendo a atividade primária (agropecuária) com menor expressividade em relação às atividades secundária (indústria) e terciária (serviços). Depreende-se também o significativo aumento da participação do setor de serviços em detrimento ao setor industrial, destacadamente a partir de 2007, resultado do expressivo aumento dos equipamentos de comércio e serviços, como os *shopping centers* e os hipermercados, prédios corporativos, etc. Esse cenário expressa, também, o rompimento com a matriz rural (agrária) existente até meados do século passado e a consolidação de uma outra matriz, terciária e secundária, respectivamente, engendrando novas perspectivas espaciais e econômicas. Nessa perspectiva Castiglioni (1989, p. 26, tradução: CASTIGLIONI) delinea que:

O processo de desenvolvimento envolve a substituição dos objetivos agrícolas por objetivos não agrícolas: o setor primário, caracterizado por baixa produtividade e deterioração do emprego, declina em importância em favor do setor urbano-industrial, mais propício à criação de postos de emprego e ao aumento do capital. Esta inversão da tendência tradicional de distribuição das oportunidades de trabalho provoca mudanças profundas, notadamente na distribuição espacial da população e na estrutura do emprego. Nesta situação, a migração das regiões rurais para as regiões urbanas e a urbanização resultante apresentam-se como etapas necessárias do processo de desenvolvimento econômico.

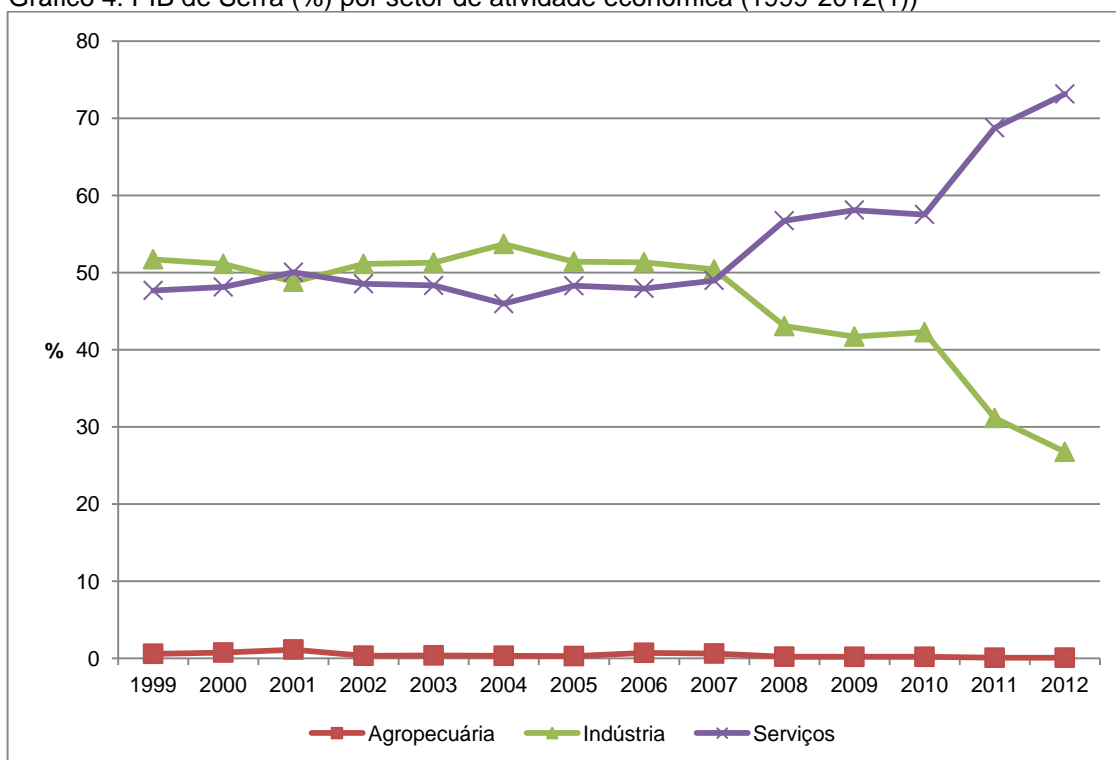
Gráfico 3: Evolução do PIB (%) dos municípios da RMGV e demais municípios do ES (1999-2012⁽¹⁾)



Fonte: IJSN e IBGE.

(1) Os dados do último ano estão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação.

Gráfico 4: PIB de Serra (%) por setor de atividade econômica (1999-2012(1))



Fonte: IJSN e IBGE.

(1) Os dados do último ano estão sujeitos a revisão quando da próxima divulgação.

Retomando o viés populacional, o cenário anteriormente apresentado foi propício, em certo grau, aos desencadeamentos emigratórios em direção a outras regiões, economicamente mais viáveis para a população; o que corrobora com a ideia de diminuição total da população nos censos de 1940 e 1960, conforme se verifica na Tabela 2.

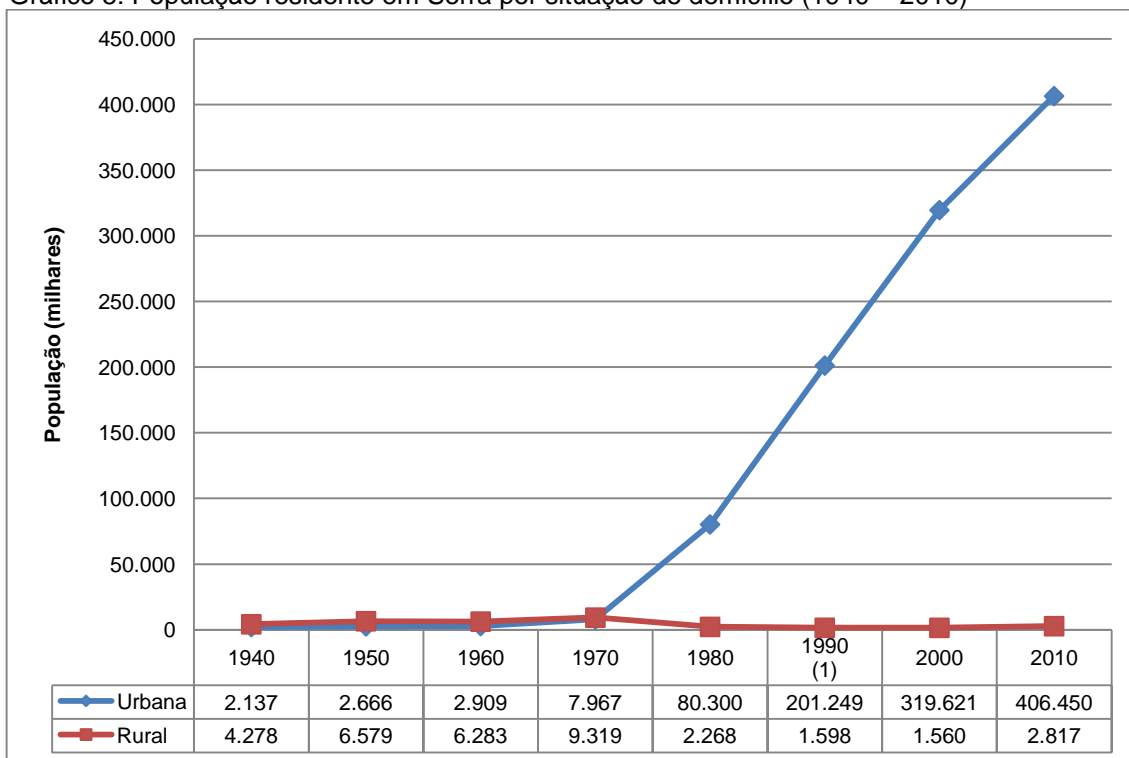
Todavia, após 1960 o aumento populacional foi expressivo, representando um crescimento de 88,05% década de 60, e, excepcionais 377,66% de 70 a 80, diminuindo no período de 1980 a 1991 para 169,06%, porém, valor ainda elevado de crescimento demográfico, apresentando queda gradativa nos períodos censitários seguintes, com valores de 44,57% no período de 1991 a 2000 e de 27,43% na última década, de 2000 a 2010.

Percebe-se com isso a elevação populacional no meio urbano em detrimento à diminuição da população rural no município em tela, que absorveu parcela considerável dessa devido às condições desfavoráveis no campo que, contudo, encontrava

azo na, então, emergente indústria na RMGV. O Gráfico 5 evidencia a acentuada inflexão populacional urbana a partir de 1970, semelhante à ocorrida na RMGV (Gráfico 2) e também no Espírito Santo (Gráfico 1) no mesmo período, cujas reversões populacionais, de rural a urbana, se efetivaram na década de 1970, alcançando valores acima de 50% para os habitantes citadinos.

No período mais recente, segundo os dados do último censo demográfico de 2010 do IBGE, o município de Serra contava com uma população de 409.267, sendo 406.450 habitando na cidade e 2.817 habitando na área rural, conferindo a posição de município mais populoso do estado. A participação dessa população na RMGV representava 24,25% e do Estado 11,64%. O referido contingente populacional está distribuído em 129 bairros⁶ apresentando uma densidade populacional de 739,4 (hab./km²).

Gráfico 5: População residente em Serra por situação de domicílio (1940 – 2010)



Fonte: Ipeadata. Acesso em 12 maio 2016. Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012.

(1) Calculado pelo método da Progressão Geométrica.

⁶ Sobre a organização do município em bairros vide a Lei nº 4.514 de 06 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial do Município de Serra em 12 de maio de 2016.

A partir década de 60, conforme apresentado anteriormente, os fatores estruturais e conjunturais do Estado são realinhados à lógica internacional de produção e reprodução de capitais. O município de Serra, dentro do contexto estadual comporta uma área de expansão industrial e habitacional fecunda aos anseios governamentais, nacionais, estaduais e empresariais, para desenvolvimento da indústria, dentro da perspectiva do Plano Nacional de Desenvolvimento e do Plano de Metas do governo federal. É a partir dessa década que os projetos industriais de grande porte são gestados e executados, sendo o município em questão, decisivo na localização de tais empreendimentos, seja como sede ou como zona de influência dos mesmos. Sob esse prisma Campos Jr. e Gonçalves (2010, p. 69-70) abordam que:

Historicamente, a dinâmica urbana de Serra esteve associada à expansão periférica da metrópole da Grande Vitória, com a consolidação do processo de industrialização a partir da segunda metade da década de 1970. Assim, parte do território do município, de um lado, foi utilizada como suporte para a atividade industrial e, por outro, como lócus para a reprodução da população com menos rendimento, que chegava aos milhares à Grande Vitória nos anos 1970 e 1980.

Instala-se nas proximidades do município a CVRD (Vale) em 1963, o Porto de Tubarão em 1966, (ambas na divisa entre Serra e Vitória), o Centro Industrial da Grande Vitória (Civit), na Serra, no início da década de 70; a CST (Arcelor Mittal) em 1976, com posterior inauguração do Porto de Praia Mole em 1983 (também na divisa entre Serra e Vitória); a Aracruz Celulose em 1978, ao norte, no município de Aracruz, mas tendo como zona de influência o distrito de Nova Almeida; e na década de 90 a implantação do Terminal Industrial Multimodal da Serra (TIMS) em 1996. (BORGES, 2009; BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012).

Nos períodos supracitados a cidade passa por um intenso processo de urbanização e crescimento populacional nunca visto antes. A esse respeito, Gonçalves (2010, p. 74) argui que:

O crescimento demográfico e as instalações industriais em Serra refletiram-se num extenso e descontínuo tecido urbano [...]. De pequenos núcleos urbanos com ausência de integração, observamos a emergência de uma extensa paisagem urbana horizontalizada e recortada, onde se intercalam bairros populares, enormes vazios urbanos e usos industriais e/ou serviços. Vale salientar que a expansão da mancha urbana foi conduzida, especialmente, pelos dois grandes eixos viários até a primeira metade da década de 1980: BR 101 e ES 010.

O cenário expresso configura-se em um desdobramento sobre a demanda de solo, até então, majoritariamente rural, para as corporações e para a população, em sua maioria imigrante. Constituída predominantemente por fazendas em área de vegetação de Mata Atlântica, intensifica-se o processo de parcelamento do solo, possibilitando o desenvolvimento do mercado imobiliário nas mais variadas modalidades e categorias de ocupação do solo, quais sejam: lotes, conjuntos habitacionais (bairros), ocupações irregulares (invasões) e distritos industriais. Sobre essa perspectiva, Abe (1999, p. 395), alude que na Grande Vitória o processo de urbanização (e por seu turno, a Serra) passou por expressivas modificações qualitativas:

Além do crescimento físico, o espaço intra-urbano metropolitano passou por modificações qualitativas significativas, diversificando-se e compartimentando-se ao abrigar as mais diversas categorias habitacionais: loteamentos de chácaras, loteamentos de balneários, loteamentos regulares de alta, média e baixa renda, loteamentos populares irregulares, conjuntos habitacionais unifamiliares e multifamiliares públicos, de baixa e média renda, ou empresariais de alta renda, condomínios verticais e horizontais, usos mistos de diversas categorias, bolsões de habitações informais em áreas ocupadas sobre mangues ou morros.

Se no passado recente do município a renda e a valorização da terra provinha de seu uso enquanto atividade campestre desenvolvida, o que se apresenta com as transformações ocorridas no período é um deslocamento da valorização pelo uso do espaço, representado pelo solo, ou seja, com a urbanização a valorização do solo se consubstancia na demanda de “área para urbanizar”, e sua sobrevalorização se materializa no efetivo parcelamento desse solo, na sua exigência e localização, e na fixidez dos objetos empregados em seu uso.

Descerra-se um campo profícuo ao agenciamento da renda proveniente dessa “recente” (no município) lógica de acumulação proveniente da terra. A esse respeito Ferreira (2015, p. 74) aponta que “[...] tem-se uma série de agentes que vislumbram se apropriar da renda da terra e que desenvolvem as mais variadas e complexas estratégias e relações ao longo do tempo e do espaço”. Considera tais agentes como sendo: “o proprietário fundiário, o incorporador loteador, a indústria da construção e o usuário final (FERREIRA, 2015, p. 75)⁷”.

⁷ Para maiores informações sobre a dinâmica da renda da terra, de espaços e vazios urbanos e concentração fundiária no município de Serra-ES vide Ferreira (2015).

Advém desse cenário a intensificação do mercado de terras e por sua vez do mercado imobiliário com participação privada e estatal, por meio de programas habitacionais, de modo a viabilizar condições de acesso habitacional à população, todavia, àquela população que poderia pagar por ela. Com isso, alguns agentes, além dos já citados, tem papel fulcral no decurso do desenvolvimento do mercado de terras (habitação) na RMGV e, em especial, no município de Serra.

A gestação da urbanização metropolitana, ao que se refere à moradia populacional, (novamente, àqueles providos do mínimo de renda) nas proporções que alcançou, tornou-se possível com o auxílio do Sistema Federal de Habitação (SFH), conjuntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH); da Companhia de Habitação do Espírito Santo (Cohab-ES)⁸ e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (Inocoop-ES). Soma-se a isso a estruturação de um ordenamento jurídico (legislação) voltado às questões habitacionais a exemplo da lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, também conhecida como lei Lehman, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e no âmbito estadual a lei nº 3.384 de 27 de novembro de 1980 estabelece normas complementares relativas aos projetos de parcelamento do solo. No âmbito municipal tal legislação surgiu na segunda metade da década de 90 com a lei nº 1.946 de 20 de dezembro de 1996.

Pode-se depreender das considerações apresentadas nos parágrafos anteriores, parte da essência do que se está tentando analisar neste estudo, sob a perspectiva demográfica, tendo como um dos condicionantes da migração, além dos fatores já mencionados, o mercado de terras, expresso na comercialização da propriedade privada, ao qual se insere numa estrutura e conjuntura econômica e social do espaço e que implica em uma (re)distribuição populacional e (re)produção do espaço urbano.

Nessa toada, o espraiamento da mancha urbana na RMGV e, por sua vez em Serra, se desenvolve por meio do loteamento e da construção de conjuntos habita-

⁸ Surge primeiro como Companhia de Habitação Popular de Vitória – Cohab-VT; três anos após sua constituição passa ao controle do Governo Estadual, através da lei estadual nº 1860 de 29/10/1968, com nova denominação, Companhia Habitacional do Espírito Santo – Cohab-ES, subordinado à Secretaria de Estado do Bem Estar Social (Sebes).

cionais, proporcionados pelo governo (federal e estadual) e pela iniciativa privada via SFH, BNH, Cohab, Inocoop⁹; e também pelas ocupações, ditas irregulares. Uma consideração digna de nota refere-se aos loteamentos que, em geral, eram desprovidos de infraestrutura urbana e estavam distantes da área central da capital, cujo sistema de transportes, à época, não tinha a dinamicidade dos dias atuais, que, por sua vez, não proporcionavam valores elevados para os mesmos, possibilitando um cenário favorável à absorção da então crescente população migrante (GONÇALVES, 2007). Nessa linha de abordagem, Silva (2015, p. 32) aponta que:

A localização dos conjuntos habitacionais em áreas descontínuas à malha urbana consolidada fez com que as redes de infraestrutura básica se estendessem às regiões mais extremas do território metropolitano, deixando as áreas mais centrais, já servidas de infraestrutura, disponíveis para o mercado imobiliário.

Não obstante, é de bom alvitre reiterar que o público em compreensão é composto em sua maioria de baixa renda, logo, com limitações financeiras ao acesso habitacional, cujas formas de moradia, segundo Gonçalves (2007, p. 50) se realizava por três situações principais, já mencionadas, quais sejam: conjuntos habitacionais, loteamentos regularizados e ocupações irregulares. Esse arranjo estrutural está em consonância com as propostas dos “agentes responsáveis pelo desenvolvimento habitacional no estado”, posto que, o papel da Cohab-ES, “[...] estava voltado principalmente para a eliminação das condições subumanas no estado, focando especialmente a população na faixa de interesse social, além disso, buscava executar medidas de apoio às famílias moradoras de áreas de risco como as favelas.”; cujo público principal eram famílias com renda salarial entre 1 a 3 salários mínimos (STORCH apud DUARTE, 2008, p. 164-165); enquanto a Inocoop-ES contemplava uma classe social com renda familiar mensal entre 5 a 10 salários mínimos, “[...] possibilitando uma condição diferenciada na capacidade de arcar com as prestações e suas possíveis mudanças a partir do cenário econômico do país.”; “[...] permitindo o acesso as famílias que ultrapassavam esse nível salarial” (DUARTE, 2008, p. 178).

⁹ O SFH e o BNH foram criados pelo governo federal, ao passo que, a Cohab e a Inocoop eram, respectivamente, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado e uma instituição (sociedade civil sem fins lucrativos) fundado por empresários da construção civil em articulação com os sindicatos dos trabalhadores.

Sobre o papel dos “agentes responsáveis pelo desenvolvimento habitacional no estado”, percebe-se que foram cruciais na ocupação do solo e com isso na incorporação populacional à RMGV. A Tabela 3 apresenta as unidades habitacionais produzidas pela Cohab-ES e Inocoop-ES para o período de 1966 a 1986, onde ocorreu o primeiro auge habitacional para a GV. Observa-se a expressividade das quantidades habitacionais produzidas em Serra (52,25%), representando o maior percentual de unidades no comparativo com os outros municípios, seguido de Vila Velha (29,96%), Vitória (9,26%), Viana (4,57%) e Cariacica (3,96%).

Tabela 3: Unidades habitacionais produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES entre 1966 a 1986 na RMGV(1)

Municípios	Período								Subtotal		Total
	1966-1969		1970-1975		1976-1979		1980-1986				
	Cohab	Inocoop	Cohab	Inocoop	Cohab	Inocoop	Cohab	Inocoop	Cohab	Inocoop	Cohab + Inocoop
Cariacica	-	-	488	-	-	-	1.480	-	(2) 6.968	-	1.968
Serra	76	-	-	323	1.901	2.735	10.247	10.698	12.224	13.756	25.980
Viana	-	-	-	-	-	-	2.270	-	2.270	-	2.270
Vila Velha	-	-	1.155	1.925	1.213	2.024	1.224	7.356	3.592	11.305	14.897
Vitória	853	-	425	1.136	-	105	1.552	534	2.830	1.775	4.605
Total	929	-	2.068	3.384	3.114	4.864	21.773	18.588	27.884	26.836	49.720

Fonte: Ferreira (2015, p. 109), com alterações.

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

(1) “Não foram identificados conjuntos habitacionais nos municípios de Guarapari e Fundão. Além disso, é importante salientar que os dados apresentados na tabela apresentam pequenas diferenças em relação ao número total de unidades anotados nos trabalhos de Zanotelli (1998), Duarte (2008), Gonçalves (2010) e Ronchi (2014). Entretanto, as tendências verificadas são equivalentes (FERREIRA, 2015, p. 109)”.

(2) Nos dados apresentados por Ferreira (2015, p. 109) o subtotal correto para as unidades habitacionais produzidas pela Cohab-ES em Cariacica são 6.968, referindo-se à contabilização de 5.000 lotes urbanizados, conforme nota de rodapé do documento Intervenção estatal no processo habitacional (IJSN, 1987, p.243).

“*Não contabiliza as unidades dos empreendimentos Cidade Pomar (1.494 unidades) aprovada na PMS em 1991 e o conjunto Cidade Continental (2.865 unidades) aprovado pela PMS em 1995. Ambos de responsabilidades da COHAB-ES. Além disso, não contabiliza as unidades dos conjuntos Manoel Plaza (90 unidades) aprovado em 1991 e Novo Porto Canoa (1.375 unidades) aprovado em 1982, esses dois últimos de responsabilidade do INOCOOP-ES (FERREIRA, 2015, p. 109)”.

Especificamente sobre os empreendimentos habitacionais realizados em Serra, a Tabela 4 apresenta as características gerais desses a partir das produções realizadas pela Cohab-ES e Inocoop-ES entre os anos de 1968 e 1984. Destaca-se o predomínio de casas (aproximadamente 81,48%) em relação ao de apartamentos

(aproximadamente 7,41%) contribuindo com dominância da tipologia construtiva horizontal, o que se atribui ao baixo valor dos loteamentos e dos empreendimentos (DUARTE, 2008; FIOROTTI, 2014).

Tabela 4: Características gerais dos conjuntos produzidos pela Cohab-ES e Inocoop-ES em Serra.

Bairro	Conjunto	Companhia	Ano de entrega	Nº de unidades	Área (m²)	Tipologia
São Judas Tadeu	Serra I	Cohab	1968	76	-	Casas
Carapina I	Conjunto Carapina I	Cohab	1977	384	115.700,00	Casas
Eurico Salles	Eurico Salles	Cohab	1979	400	130.292,10	Casas
José de Anchieta	José de Anchieta	Cohab	1979	1.117	387.920,74	Casas
Hélio Ferraz	Hélio Ferraz	Cohab	1980	650	266.307,00	Casas
Maringá	Kosciusko Barbosa	Cohab	1983	400	179.652,68	Casas
André Carloni	André Carloni	Cohab	1984	2.187	328.110,00	Casas e Apartamentos
Feu Rosa	Bairro das Flores	Cohab	1984	3.700	1.567.031,07	Casas e Embriões
Cidade Pomar	Cidade Pomar	Cohab	(1) 1991	1.494	974.983,57	Casas
Cidade Continental	Cidade Continental	Cohab	(1) 1995	2.865	1.811.704,00	Casas
Planalto Serrano	João Miguel Feu Rosa – Serra III	Cohab	(1) 1980	3.310	2.250.000,00	Casas e Embriões
Chácara Parreiral	Chácara Parreiral	Inocoop	1976	260	122.749,00	Casas
São Diogo I	São Diogo I	Inocoop	1975	160	82.737,99	Casas
São Diogo II	São Diogo II	Inocoop	1975	163		Casas
Parque Residencial Laranjeiras	Parque Residencial Laranjeiras	Inocoop	1977	1.855	1.000.000,00	Casas
Mata da Serra	Cacú	Inocoop	1979	620	584.160,00	Casas
Eldorado	Calabouço	Inocoop	1983	1.288	948.108,00	Casas
Conjunto Jacaraípe	Jacaraípe	Inocoop	1983	2.032	322.171,32	Apartamentos
Porto Canoa	Porto Canoa	Inocoop	1982	848	615.000,00	Casas
Serra Dourada I	Serra Dourada I	Inocoop	1981	736	3.266.085,00	Casas
Serra Dourada II	Serra Dourada II	Inocoop	1982	1.095		Casas
Serra Dourada III	Serra Dourada III	Inocoop	1982	1.117		Casas
Valparaíso	Parque Residencial Valparaíso	Inocoop	1986	408	375.000,00	Apartamentos
Manoel Plaza	Manoel Plaza	Inocoop	(1) 1981	90	33.000,00	Casas
Barcelona	Granjas Novas	Inocoop	1984	3.112	2.224.721,00	Casas
Novo Porto Canoa	Novo Porto Canoa	Inocoop	(1) 1982	1.375	1.065.705,00	Casas
Camará	Magistrados	Inocoop	1984	62	-	Casas
Total	x	x	x	31.804	18.651.138,47	

Fonte: Ferreira (2015, p. 113), com alterações.

(1) Ano de aprovação dos empreendimentos

Nota: Sinais convencionais utilizados:

- Informação não encontrada.

X Não se aplica

Todavia, apesar da expressividade dos números dos empreendimentos realizados tanto na RMGV quanto em Serra, a disponibilidade habitacional ainda estava aquém das necessidades populacionais à época. Os Estudos para definição da política habitacional para o Estado do Espírito Santo que contemplava o dimensionamento do déficit habitacional urbano realizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em 1986 e publicado em 1987 projetou um déficit habitacional para o Estado de aproximadamente 211.541 e para a GV de 96.564 (Tabela 5). Observa-se também, que em Serra, apesar de todas as realizações empreendidas em habitação, o déficit habitacional ainda era representativo.

Tabela 5: Déficit habitacional para a GV e ES - 1986

Municípios	Déficit	% GV	% ES
Cariacica	32.115	33	15
Serra	15.700	16	7
Viana	4.353	4	2
Vila Velha	23.849	25	11
Vitória	20.937	22	10
Grande Vitória	96.954	-	46
Espírito Santo	211.541	-	-

Fonte: IJSN; COSSETTI (1987). Elaborado pelo autor.

Percebe-se com essas informações a importância das políticas habitacionais promovidas pelo governo, bem como da iniciativa privada, em prover moradia e condições mínimas de habitabilidade, ainda que em quantidade insuficiente, à população. Não obstante, essas ações não são isentas de críticas quanto à sua abrangência e forma de atuação na e para a sociedade. Segundo Duarte (2008, p. 169): “Os empreendimentos demonstravam a precariedade dos serviços básicos de infraestrutura, além da carência dos serviços urbanos como transportes, hospitais, escolas e creches”.

Além disso, tais dados permitem inferir também sobre questões relacionadas ao processo de ocupações informais e em áreas de risco, em loteamentos irregulares, da favelização e das submoradias sem condições adequadas de vida, onde a infraestrutura mínima não foi provida, expondo a população aos riscos da insalubridade e precariedade da, então, “cidade oculta”, parafraseando Maricato (1995), e distante

do centro nevrálgico político, econômico da cidade. No dizer de Harvey (1982, p. 13-14):

Os produtores do ambiente construído, tanto os do passado como os atuais, oferecem ao trabalhador um conjunto limitado de escolhas de condições de vida. Se ele tem limitados recursos para exercer uma demanda efetiva, então tem que se virar com aquilo que consegue – exíguas habitações sem infra-estrutura e precariamente construídas, por exemplo.

A consolidação da periferia e a marginalização social, bem como a segregação social são potencializadas na escala urbana nos hiatos das políticas urbanas governamentais e na sua convivência com o oportunismo e assédio privado do mercado imobiliário. O acesso à habitação limitado pela renda familiar seria uma das formas manifestas de segregação espacial, valorização e sobrevalorização da terra, criando-se um campo propício à atuação de certos grupos de interesses particulares.

Diante ao exposto, buscou-se apresentar um panorama da relação do município de Serra com a RMGV e a reciprocidade de ambos, num processo complementar e dialético de conformação espacial. Contemplaram-se algumas facetas como a constituição histórica do município e sua relação com a RMGV, a influência populacional e a sua relação com o processo de industrialização, com o produto interno bruto municipal e sua participação na RMGV, a ocupação da terra e a habitação; todos em consonância com os objetivos propostos e em sintonia com o arcabouço teórico já consagrado na literatura que trata da dinâmica migratória, inclusive, intra e interurbana, sob a perspectiva da estrutura e conjuntura social e econômica como constrangedores e incentivadores de tais movimentos.

No que segue, buscaremos nos apropriar dos argumentos concernentes à produção espacial a partir da perspectiva do mercado de trabalho e do mercado de terras como fatores intrínsecos, mas não exclusivos aos movimentos migratórios intra e intermetropolitanos, extensivo aos movimentos intra e interestaduais.

3.3.2 Incentivos e constrangimentos no processo migratório: a dinâmica social e econômica

À luz dos argumentos precedentes, a presente seção busca analisar brevemente a afinidade entre a dinâmica social e econômica, entendidas aqui como, o processo

de industrialização, o mercado de trabalho, o mercado de terras e as reverberações nos movimentos migratórios na RMGV, e por seu turno, em Serra, a partir da década de 1960 do século passado, como resultado de processos econômicos, sociais e espaciais que transcendem a escala regional auferindo as consequências da inter-relação desses fatores na dinâmica demográfica municipal, bem como no perfil populacional migratório e residente (nativo/não migrantes).

Advém dessa análise consequências gestadas no espaço urbano que se propagaram no tempo; ao que Milton Santos (2002, p. 173) concebeu como rugosidades do espaço construído. As condições urbanas em pleno desenvolvimento e à maneira a qual foi conduzido esse processo, impingiram contradições no sistema socioespacial urbano municipal (para restringir a análise). Fatores como a divisão social do trabalho, a segregação populacional, a periferização, a política de erradicação dos cafezais, a inserção municipal no cenário estadual e por sua vez no contexto nacional e internacional, os interesses “públicos” e privados na condução das decisões políticas, questões ambientais, que à época não despertavam a preocupação do presente momento histórico, entre tantos outros fatores responsáveis pela consubstanciação diferencial territorial que resulta na consagração da atual conformação espacial do município e seu entorno.

Sendo assim, sobre o mercado de trabalho, o mercado de terras e as migrações inter e intraurbanas, concebendo também a mobilidade urbana na perspectiva apresentada é possível encontrar em Harvey (1982, p. 7) a pertinência dessa abordagem: “Talvez o fato único mais importante a ser considerado [sobre a compreensão das relações entre o trabalho e o ambiente construído] é que o capitalismo industrial, pela reorganização do processo de trabalho e pelo advento do sistema fabril, força a separação entre local de trabalho e local de reprodução e consumo”. De igual maneira, argumentos consonantes são encontrados em Dota (2015, p. 25):

“[...] tem-se uma estrutura de incentivos e constrangimentos da migração que está, direta ou indiretamente, relacionada às questões econômicas (mercado de trabalho, acesso à habitação, etc.) e aos processos sociais e demográficos de maneira geral (tamanho do domicílio, *status* marital, idade, sexo, etc.), que seriam algumas das diversas variáveis a serem consideradas”.

Para Celin (1982, p. 73), “[...] observa-se que as transformações ocorridas na economia influem no mercado de trabalho, no processo de absorção da mão-de-obra e este influencia os movimentos migratórios”.

Dessa lógica percebe-se a noção de centro, concebida aqui como o lugar da realização das atividades produtivas do capital, portanto, de trabalho, e com disponibilidade de bens e serviços mais complexos, por conseguinte, mais valorizadas; e periferia, como o lugar de habitação “acessível” à população de baixa renda (CUNHA, 1994, p. 51-52).

A polaridade criada em torno da indústria na RMGV foi o lastro necessário à expansão urbana e ao desencadeamento expressivo das migrações a partir da referida década, como já mencionado. A mão de obra inicialmente disponível com as migrações geradas com a erradicação dos cafezais e na sequência com os projetos industriais, foram, em princípio, absorvidos na implantação desses, todavia, na fase de operação das indústrias a demanda passou a ser por mão de obra especializada, que não se dispunha com a mesma disponibilidade que a massa trabalhadora, pouco ou não qualificada para o tipo de atividade que a indústria demandava (SIQUEIRA, 2001, p. 96). Igualmente, mesmo de sua disponibilidade a contento ao setor industrial, por sua característica produtiva, automatizada/mecanizada, não possibilitaria a absorção desse contingente nesse setor de atividade, culminando no excedente populacional na área urbana.

Segundo Cunha (1994, p. 59):

É importante salientar que a atração exercida pelas áreas de maior desenvolvimento urbano-industrial não estaria ligada apenas à oferta efetiva de empregos nos seus setores produtivos urbanos. Na verdade, a simples percepção, por parte do migrante, das possibilidades potenciais da zona poderia ser suficiente para motivar o movimento.

O descerramento que se abre com essas dinâmicas remete à divisão territorial do trabalho tendo como esteio a divisão e reorganização espacial dos recursos¹⁰ possibilitando a criação de [outras] totalidades, as quais estão inseridas mudanças

¹⁰ “Entendemos, aqui, por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições). Recursos são coisas, naturais ou artificiais, relações compulsórias ou espontâneas, ideias, sentimentos, valores”. (SANTOS, 2014 [1996], p. 132)

na própria sociedade e de seu entorno, sendo a divisão do trabalho a portadora das forças de transformação territorial; em outras palavras, “A divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial”. (SANTOS, 2014 [1996], p. 129-132)

Em perspectiva aderente a esse contexto, podem-se evocar as argumentações de Singer (1980, p. 217) ao qual alude sobre o caráter histórico das migrações e sua determinação segundo a modalidade de industrialização que condicionariam ou não tipos correspondentemente diferentes de fluxos migratórios. Sob um viés racional econômico industrial capitalista, a teoria de Singer, em linhas gerais, concebe uma parte dos movimentos migratórios como condicionados ao processo de industrialização experimentado pelos países do mundo, a princípios das revoluções industriais. Todavia, tal teoria, histórico-estrutural (BECKER, 2006, p. 332), pautada na racionalidade econômica, não abarca a magnitude e complexidade do processo migratório, contudo, não se pode abrir mão das ideias afiançadas por esse pensador acerca dessa temática e seus reflexos sobre o território, sobre o qual se assentariam, também, as análises geográficas.

O autor em tela argui também sobre as consequências desse processo, a exemplo da divisão social do trabalho, da especialização da manufatura, especialmente de aglomerados; a necessidade de utilização de uma mesma infraestrutura de serviços especializados, de consumos coletivos (escolas, hospitais, etc.), não duráveis e de produção (comércio varejista); desencadeando os movimentos populacionais para as áreas mais dinâmicas econômicas e socialmente. Assim, na concepção de Singer, as migrações, de maneira abrangente, seriam um mecanismo de distribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas (SINGER, 1980, p. 218-219).

Ainda sobre o mercado de trabalho, Brito (2009) ao analisar o processo migratório brasileiro à luz dos paradigmas e teorias migratórias consagrados nas análises de deslocamentos populacionais, concebe um realinhamento nos padrões migratórios brasileiros a partir da década de 1980 quando da redução do ritmo da urbanização, do crescimento das grandes cidades e dos aglomerados metropolitanos como reflexos das transformações econômicas e sociais brasileiras ao longo do século XX,

o que demandaria uma revisão daqueles paradigmas e teorias migratórias. Nesse sentido, “a economia e a sociedade não exigiam mais uma transferência inter-regional do excedente populacional na forma como aconteceu no terceiro quartel do século passado”. Desse modo, as grandes cidades e os aglomerados metropolitanos passariam “a contar, dentro dos seus próprios limites territoriais, com o excedente populacional necessário para o funcionamento satisfatório do mercado de trabalho” (BRITO, 2009, p. 14).

Dessa feita, podem-se somar novas tendências migratórias e de mobilidade humana dos aglomerados urbanos, subvencionados, em grande medida pela complexidade política, econômica e social (conjuntural e estrutural) do espaço citadino. Sendo assim:

Pode-se argumentar que a alocação espacial das atividades econômicas dentro do espaço metropolitano gerou, também, um mercado de trabalho metropolitano. E, como consequência, uma mobilidade da força de trabalho em direção a uma maior proximidade do emprego. Nas primeiras décadas de formação dos aglomerados metropolitanos, esse fenômeno foi claramente observado. Mas, atualmente, a ele se sobrepõe a mobilidade pendular, isto é, a mobilidade espacial derivada da separação entre o lugar de residência e o lugar de trabalho ou, mais amplamente, uma separação entre o lugar de residência do trabalhador e os diferentes lugares indispensáveis à sua reprodução social e da sua família. (BRITO, 2009, p. 15)

Possibilita-se compreender a partir do exposto o nexo entre o território da reprodução da força de trabalho e o território da reprodução do capital, ainda que seja difícil desvencilhar ambos; pois, segundo Harvey (1982, p. 8):

A separação dos locais de trabalhar e de viver significa que a luta do trabalhador para controlar as condições de sua própria existência divide-se em duas lutas independentes. A primeira, localizada no local de trabalho, refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta, travada no local de viver, é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc. Esta luta é sobre as condições de existência no local de residência e convivência. É este segundo tipo de luta que focalizamos aqui, reconhecendo, evidentemente, que a dicotomia entre o viver e o trabalhar é, ela própria, uma divisão artificial imposta pelo sistema capitalista.

Depreende-se disso a pertinência e determinação do mercado de terras, tendo como expoente o mercado imobiliário, na distribuição espacial da população e na consequente mobilidade urbana (pendularidade) acirrada com a intensificação da

urbanização metropolitana. Recorre-se ao exposto anteriormente neste estudo sobre os projetos habitacionais capitaneados pelos governos federal e estadual ao qual germinou em formas embrionárias de auferição de renda e lucro¹¹ por parte dos detentores “da propriedade fundiária e imobiliária nas áreas centrais, nos vazios urbanos e nos entornos das áreas de proteção ambiental, e, em parte, das áreas rurais de maior interesse para o capital imobiliário (ZANOTELLI et. al. 2014)” nas vizinhanças da atual RMGV no período em discussão.

Retomando a questão demográfica, em especial municipal, encontra-se em Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 72) argumentos que vão de par com o exposto:

O acelerado crescimento demográfico de Serra articula-se a significativa oferta de moradia voltada para a população com poucos rendimentos. Desse modo, entre 1970 e 1990 os espaços da moradia no município se originaram de três formas: loteamentos populares (regulares ou irregulares), ocupações (invasões) e conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado. O município de Serra foi o que abrigou o maior número de conjuntos habitacionais na Grande Vitória [...].

É possível também cooptar no contexto apresentado, diferenciações espaciais produzidas dentro do processo de acumulação capitalista como apresenta Harvey (2011, p. 165):

Se diferenças geográficas entre as regiões e estados não existissem, então seriam criadas pelas estratégias diferenciadas de investimento e pela busca do poder de monopólio espacial dado pela singularidade da situação e das qualidades ambientais e culturais. A ideia de que o capitalismo promove a homogeneidade geográfica é totalmente errada.

Singer (1978, p. 24) aponta que: “A procura por espaço, na cidade, é formada por empresas, por indivíduos ou por entidades que atendem as necessidades de consumo coletivo”; cada qual com seus objetivos e demandas. Detendo as empresas os meios de produção, portanto, de capital, e com poder de influência nas questões estatais, possibilita-se a essas empresas alocações espaciais que melhor se adequam às suas demandas produtivas, comerciais e consumistas. À reboque, convergem a modelagem espacial segundo estruturas próprias de desenvolvimento de

¹¹ Rendas fundiárias, absoluta, de monopólio e diferencial conforme Marx (1980) e Harvey (1980 [1973] e 2006 [1982]), apud ZANOTELLI et. al. 2014.

atividades e funções, isto é, a adequação espacial aos interesses e predominâncias econômicas em diferentes escalas.

Alude-se com isso a diferenciação espacial territorial com a concentração de investimentos em determinados locais conforme se verifica em Dota (2015, p. 3):

O fato de vultosos investimentos estarem se concentrando na produção de objetos urbanos, como unidades habitacionais e condomínios de escritórios – que, segundo Harvey (2011), dar-se-iam pela solidez do retorno em relação a outros investimentos em momentos de crise – reforça a tendência dinâmica. Esse direcionamento dos investimentos para as grandes aglomerações modifica a estrutura urbana das cidades e impacta escalas geográficas mais amplas, visto que concentra os investimentos em áreas determinadas.

Isso tende a afetar direta e indiretamente a população ao que se refere à habitação. A disponibilidade e acesso aos serviços urbanos privilegiam alguns espaços na cidade em detrimento a outros. Um aumento expressivo, e em certa medida repentino da população, pode agravar a valorização e sobrevalorização de áreas com disponibilidade desses serviços, abrindo precedente ao oportunismo do mercado imobiliário para comercialização dessas áreas a um segmento social com renda mais elevada, portanto, que pode arcar com esse custo, ao passo que a população com renda mais baixa disponha de áreas precárias de tais serviços (SINGER, 1978, p. 27).

A esse respeito e sobre o SFH Maricato (1995, p. 22) é contundente ao afirmar que:

A política praticada pelo SFH combinou o atendimento dos interesses dos empresários privados (construção, promotores imobiliários, banqueiros e proprietários de terra) com os interesses de políticos clientelistas (governadores, prefeitos, deputados, vereadores), quando não aconteceu destes fazerem parte daquele grupo. Na verdade essa política foi fundamental para a estruturação de um mercado imobiliário de corte capitalista. Ela constituiu também um dos expedientes de concentração de renda, na medida em que privilegiou a produção de habitação subsidiada para a classe média em detrimento dos setores de mais baixa renda.

O berço do processo de segregação socioespacial, dos loteamentos e ocupações irregulares, tem o seu esboço desenhado, em parte, por ações desse tipo na RMGV como se verifica em Duarte (2008, p. 157):

A exclusão pelo viés da habitação é aprofundada pela continuidade do processo de transformação nos espaços urbanos, fazendo com que áreas periféricas se tornassem alvos especulativos por uma expansão horizontal das construções habitacionais, marca dos empreendimentos realizados na Grande Vitória nos períodos de 1970 e 1980.)

Todavia, não se trata de uma exclusividade da RMGV e sim dos aglomerados urbanos que se configuraram no Brasil ao longo do século XX como nos apresenta Maricato (1995, p. 24): “O loteamento ilegal, combinado à autoconstrução parcelada da moradia durante vários anos foi a principal alternativa de habitação para a população migrante se instalar em algumas das principais cidades brasileiras”.

No âmbito do processo habitacional, e no caso aludido, “segregacional”, gravita o processo de periferização¹² populacional da RMGV. Habitar distante da área central, entendida aqui como ponto nevrálgico econômico, “cultural”, político; pelo exposto supracitado, torna-se uma condição sine qua non aos que pretendem se inserir ou se manter no ambiente urbano com baixa ou nenhuma renda.

Juntamente ao transbordamento populacional de Vitória para os municípios vizinhos, aumentando assim a mancha urbana, associa-se a distância desses em relação ao núcleo central. A proximidade entre ambos e o “monocentrismo” realizado pela capital, até a década de 1980 (GONÇALVES, 2010, p. 89) fez com que se desenvolvesse e aperfeiçoasse a já existente, infraestrutura de transportes, de modo que proporcionasse a mobilidade urbana em condições adequadas à reprodução capitalista do centro e da Grande Vitória, fundamental aos deslocamentos intraurbanos no porvir. Isso também serviu de argumento aos especuladores imobiliários à época, inclusive nos “discursos” atuais do mercado imobiliário, para endossar a estratégia de renda e de lucro imobiliário, principalmente a renda diferencial.

¹² O conceito de periferia aludido aqui está em consonância com a perspectiva da “renda diferencial” a partir de Marx e transposta para a terra urbana. Exemplos desse entendimento podem ser verificados em Singer (1982 [1978]), Bouduki e Rolnik (1982), Harvey (2011), Zanotelli *et. al.* (2014), Ferreira (2015). Precisamente, no dizer de Bouduki e Rolnik (1982, p. 147): “Preferimos definir periferia como ‘as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial’, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social”.

Cunha (1994, p. 55) ao estudar a mobilidade populacional e a expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo na década de 1970 argumenta fato semelhante ao exposto:

Os loteamentos populares deveriam situar-se longe o bastante para serem baratos, mas, ao mesmo tempo, suficientemente perto, não só para motivar os compradores potenciais, mas também para viabilizar a estratégia do capital imobiliário, que depende muito das condições limitadas do poder público no sentido de levar os melhoramentos àquelas áreas longínquas, valorizando as terras intermediárias.

De grande monta também é a análise de Harvey (1982) sobre o trabalho e a apropriação da renda e os interesses da construção na qual:

A apropriação a partir da habitação é muito sensível às mudanças dos transportes. A capacidade de fazer um deslocamento mais longo até o local de trabalho depende em parte da taxa de salário (que permite ao trabalhador pagar pela viagem); depende em parte da extensão do dia de trabalho (que dá ao trabalhador tempo para viajar) e em parte depende do custo e disponibilidade de transporte. (HARVEY, 1982, p. 11)

Dessa forma a mobilidade urbana se insere nos fatores de vantagens e desvantagens de habitar distante do local de trabalho, tendo em vista que envolve, a princípio, custos econômicos e temporais de deslocamento, que podem refletir em incentivos e constrangimentos migratórios.

Nesse contexto, era mister desenvolver e ampliar o sistema físico de comunicação (estradas) e os meios de deslocamento (transporte) principalmente o de massa, de modo a intensificar a integração da Região Metropolitana que se configurava. Nessa perspectiva foi desenvolvido o Plano de Transporte Coletivo da Grande Vitória (Transcol-GV) desenvolvido e implantado ao final da década de 1980 e início da década de 1990, com sucessivas atualizações ao longo dessa década e da seguinte. O objetivo principal era o de implantar um “sistema de transportes urbanos, em função das características sócio-econômicas da população e das características de uso do solo” (IJSN, 1984, p. 9). Além disso, buscava-se especificamente “ampliar os níveis de acessibilidade dos usuários, minimizar os tempos de deslocamentos, melhorar os níveis de conforto dos passageiros e reduzir os custos operacionais” (GONÇALVES, 2010, p. 93). Na sequência, com a construção dos terminais rodoviá-

rios urbanos buscou-se estimular o desenvolvimento e a consolidação de novas centralidades para além da capital (IJSN, 1987, apud GONÇALVES, 2010, p. 93).

Isso foi fundamental para a mobilidade urbana ao longo do período supracitado, inclusive hodierno. Sob o prisma das migrações internas e da mobilidade populacional os fluxos intraurbanos tenderam ao acirramento à medida que a mancha urbana se espalhava concomitante ao desenvolvimento econômico metropolitano e estadual. Dessa feita pode-se aventar com exemplo estudo realizado pelo IJSN (2003, p. 12) sobre os Movimentos Migratórios no Estado do Espírito Santo entre 1986 e 1991, onde se constatou que “a taxa de migração interna é bem superior à de imigração e à de emigração, o que reforça a característica de movimentação da população do estado dentro do próprio território capixaba”. Além disso, considerando a então microrregião Metropolitana (Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), portanto, movimento intrametrópole, avaliou-se que:

[...] a situação de domicílio dos fluxos para os municípios metropolitanos, observa-se o predomínio do sentido urbano—urbano de imigrantes, com uma concentração de aproximadamente 96 pontos percentuais em relação ao total dos fluxos em cada município. Ressalta-se aqui o percentual de cerca de 99% no município de Serra. IJSN (2003, p. 71)

Apesar do inegável cenário especulativo que se criou sobre as parcelas de solo urbano, limitando muitas vezes o acesso a uma fração populacional, dentre ela os imigrantes, encerrando uma dualidade constrangedora à permanência e ao mesmo tempo incentivadora ao movimento emigratório; somado ao panorama do mercado de trabalho, que, todavia, saturava-se ou tornava-se mais rígido concomitante às mudanças estruturais e conjunturais desencadeadas pelo processo de globalização e aperfeiçoamento tecnológico dos meios de produção, demandando maior capital intelectual, ao qual Brito (2009, p. 16), assevera que: “O mercado de trabalho tornou-se rígido, com uma cadeia de pré-requisitos educacionais e de treinamento extremamente excludentes para a grande maioria da população migrante.”; e com isso obstando o acesso ao mercado de trabalho àqueles sem o mínimo de qualificação condizente com as demandas de mercado. As estatísticas demográficas, a exemplo dos censos demográficos, apontam, considerando o recorte espacial e temporal em discussão, para o crescimento populacional com a expressiva participação dos migrantes nos saldos populacionais, indicando permanência desses em solo espírito-

santense com características específicas de migração em um determinado momento histórico do Estado conforme se verifica em IJSN (2003, p. 16):

[...] o processo migratório capixaba, com exceção das migrações para e de Rondônia motivadas pela expansão da fronteira agrícola do Norte sustentada por incentivos do governo federal, obedeceu a um “padrão” de curta distância, dadas as características da localização do estado, restringindo-se aos estados limítrofes e a São Paulo, centro de convergência do processo migratório no país.

Diante dessas proposições, pode-se considerar que a estrutura e conjuntura dos incentivos à permanência do migrante seriam superiores aos constrangimentos das mesmas no Espírito Santo e em Serra. Deriva-se disso, a proposição básica do presente estudo, qual seja, compreender o processo de (re)distribuição espacial e destacar as principais características de migração no município de Serra-ES, a partir da perspectiva demográfica, concebendo como fatores de análise o viés geográfico, histórico, econômico e social; depreendendo as possíveis especificidades quantitativas (volumes) e qualitativas (fluxos) da migração no referido município.

É digno de nota mencionar que as aproximações aqui realizadas encontram azo no aporte bibliográfico considerado contemporaneamente, guardado o devido contexto histórico específico, resultados e aproximações concordantes com as teorias migratórias já reconhecidas de longa data por teóricos e pensadores, tidos como clássicos nos estudos migratórios, como Ernst G. Ravenstein (1885) com as leis da migração; Everett S. Lee (1966) com o modelo push-pull, resultado dos fatores de push factor e pull factor; Michael Paul Todaro (1969, 1970) e John R. Harris (1970) com os diferenciais de renda e de oferta de emprego; Daniel Courgeau (1970) com as distâncias generalizadas, física e social; Wilbur Zelinsky (1971) com análise da transição da mobilidade de acordo com o processo de desenvolvimento social; Jean-Paul Gaudemar (1977) com a mobilidade do trabalho e as questões capitalistas; entre tanto outros, permitindo afiançar novas abordagens e considerações sobre a migração, as quais se têm hodierno.

Os argumentos até aqui esboçados tangenciam como fatores de incentivos e constrangimentos da migração o mercado de terras e o mercado de trabalho. Não obstante, não se resumem a esses fatores. O seu entendimento requer ainda a aná-

lise de elementos sociais, políticos, culturais, ambientais e territoriais (BECKER, 2012, p. 37). Contudo, diante da proposta aqui levantada, tais fatores se apresentam, preliminarmente, como os principais desencadeadores dos movimentos migratórios para o período e espaço geográfico considerado.

Diante da brevidade da abordagem realizada neste capítulo, acredita-se que se tenha possibilitado contextualizar o cenário de constituição da RMGV e de Serra, tangenciando as principais características espaciais, sociais e econômicas de seu desenvolvimento, abstraindo os aspectos demográficos e com isso, dos movimentos populacionais no período compreendido entre 1960 a 2010.

4 METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DOS COMPONENTES DEMOGRÁFICOS

Para compreender melhor o processo migratório e sua relevância em determinado espaço geográfico, é essencial destacar o papel da natalidade e da mortalidade (compreendidos como crescimento vegetativo) na dinâmica populacional, aos quais, somados às migrações (emigração e imigração), compreendem os componentes fundamentais ao aumento, diminuição ou estagnação de determinada população.

Para o estudo da natalidade e da mortalidade foram utilizados os dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que publica anualmente por meio do DATASUS, as estatísticas sobre os nascidos vivos e sobre óbitos. Serão utilizados métodos de estatística e de análise demográfica para construir indicadores de natalidade, fecundidade e mortalidade para os anos de 2000 e 2010 com os dados do DATASUS, e os dados do IBGE sobre a população.

Na sequência será apresentada metodologia específica adotada na abordagem dos componentes demográficos.

4.1 METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DA NATALIDADE

Para o estudo da natalidade utilizou-se os dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (Sinasc) para os anos de 2000 e 2010 e os dados do IBGE sobre a população. O Ministério da Saúde, por meio do Datasus, que publica anualmente, desde 1994, as estatísticas sobre os nascidos vivos segundo o município de residência da mãe e o local de ocorrência do nascimento. Com as informações dos nascimentos por local de residência da mãe e os dados da população, foram construídos e analisados indicadores de natalidade e de fecundidade.

Outra análise que vai de par com a análise da natalidade é a fecundidade. Segundo Brasil, Castiglioni, Felipe (2012, p. 44): “Os indicadores de fecundidade expressam o comportamento reprodutivo efetivo de uma mulher ou de um grupo de mulheres que já completaram o período reprodutivo, que se estende de 15 a 50 anos”.

Por Fecundidade (geral ou global) entende-se que é a relação entre nascimentos vivos e mulheres em idade reprodutiva/fértil (15 e 49 anos)¹³. Esse componente é caracterizado pela redução do número de filhos por mulher na atualidade, consequência da sociedade moderna com maior participação da mulher no mercado de trabalho, modificações na estrutura produtiva e familiar e o planejamento familiar, somado a outros fatores.

No estudo da fecundidade se faz necessário a aplicação de cálculos estatísticos relativamente simples com o objetivo de se auferir resultados que possibilitem a compreensão de eventos relacionados ao referido objeto em análise. Para realização da análise em questão, lançou-se mão dos dados populacionais por sexo e grupos quinquenais de idade (apenas dos 15 aos 50 anos) para o Brasil do IBGE (Censos 2000 e 2010).

Nessa perspectiva, calcularam-se quatro indicadores diretamente relacionados à fecundidade, são eles: a taxa bruta de natalidade (TBN), a taxa específica de fecundidade por idade (TEF), a taxa de fecundidade total (TFT) e a taxa bruta de reprodu-

¹³ De acordo com Nascimento (2011, p.22): “Sabe-se que o período fértil de algumas mulheres inicia-se antes mesmo dos 15 anos e que outras têm o seu período mais prolongado que os 49 anos, entretanto, para fins demográficos convencionou-se considerar o período reprodutivo/fértil da mulher entre os 15 e os 49 anos de idade”.

ção (TBR). No desfecho, os resultados obtidos foram tabulados e apresentados em gráficos possibilitando a melhor compreensão das análises.

É de bom alvitre, pormenorizar a metodologia de cálculo aplicada para se obter as taxas supracitadas. Apresenta-se a seguir a definição e a fórmula das variáveis que são necessárias a análise da fecundidade.

- Taxa Bruta de Natalidade (*TBN*): número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população média residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Representa a frequência com que ocorrem os nascimentos em uma população, sendo influenciada pela estrutura dessa, ao que se refere à idade e sexo. Taxas elevadas indicam condições socioeconômicas precárias, podendo ter ligação com aspectos culturais da própria população. Trata-se de uma taxa anual.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 1: Equação da Taxa Bruta de Natalidade (TBN)

$$TBN = \frac{N_{t,t+1}}{\frac{(P_t + P_{t+1})}{2}} * 1000 \quad (1)$$

Onde:

$N_{t,t+1}$ = número total de nascidos vivos de mulheres residentes no local analisado e no período considerado.

$P_t + P_{t+1}$ = população inicial e final do local analisado no período considerado.

O indicador é expresso por mil habitantes refletido na população média.

- Taxa Específica de Fecundidade por Idade (*TEF*): número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher, por idade específica do período reprodutivo (dos 15 aos 49 anos), na população residente feminina da idade considerada em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 2: Equação da Taxa Específica de Fecundidade por idade (TEF)

$$TEF = \frac{N_x}{P_x^f} \quad (2)$$

Onde:

x = idade

N_x = número de filhos nascidos vivos de mulheres residentes, de determinada idade no intervalo de tempo considerado.

P_x^f = população feminina residente, da idade considerada.

Para idades agrupadas em classes:

Equação 3: Equação da Taxa Específica de Fecundidade para idades agrupadas em classes (TEFa)

$$TEF = \frac{nN_x}{nP_x^f} \quad (3)$$

x = idade

n = amplitude da classe

nN_x = número de filhos nascidos vivos de mulheres residentes, de determinada faixa etária ou grupo etário no intervalo de tempo considerado.

nP_x^f = população feminina residente, desta mesma faixa etária.

O indicador também pode ser expresso por mil habitantes refletido na população.

- Taxa de Fecundidade Total (*TFT*): número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. É obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade. Taxas inferiores a 2,1 indicam fecundidade insuficiente para reposição populacional. Fatores como melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contra-

ceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho, dentre outros tantos fatores podem contribuir para o decréscimo dessa taxa.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 4: Equação da Taxa de Fecundidade Total (TFT)

$$TFT = \sum_{\alpha}^{\beta} TEF_x \quad (4)$$

Onde:

x = representa a idade.

α e β = representam, respectivamente, a idade inicial e final do período fecundo.

Se as idades estiverem agrupadas em classes (faixas etárias da população feminina) a soma das TFT deve ser multiplicado pela amplitude da classe, representada por n . Essa taxa representa o número médio de filhos por mulher em idade fecunda.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 5: Equação da Taxa de Fecundidade Total pela amplitude da classe (TFTn)

$$TFT = n \sum_{\alpha}^{\beta} TEF_x \quad (5)$$

Onde:

n = amplitude da classe

- Taxa Bruta de Reprodução (TBR): número médio de filhas nascidas vivas de mulheres em idade fértil, entre os 15 e os 49 anos de idade, submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento de referência, supondo-se que a mortalidade entre o nascimento e a idade reprodutiva é igual à zero. É equivalente ao índice sintético de fecundidade multiplicado pela proporção de nascidos vivos do sexo feminino. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média uma filha.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 6: Equação da Taxa Bruta de Reprodução (TBR)

$$TBR = \sum_{\alpha}^{\beta} TEF^f \quad (6)$$

Onde:

α e β = representam, respectivamente, a idade inicial e final do período fecundo.

f = nascimentos femininos.

Estando as idades agrupadas em classes, o resultado da TBR deve ser multiplicado pela amplitude da classe, representada por n .

Equação 7: Equação da Taxa Bruta de Reprodução pela amplitude da classe (TBR_N)

$$TBR = n \sum_{\alpha}^{\beta} {}_nTEF_x^f \quad (7)$$

Onde:

n e x = representam, respectivamente, a amplitude da classe e a idade.

- A respeito da Razão de Sexo ou índice de masculinidade, indica o número de homens para cada grupo de cem mulheres. Esse índice é encontrado por meio da divisão do número total de homens pelo número total de mulheres multiplicando-se o resultado por cem. Se o resultado encontrado for igual a cem, significa que há um equilíbrio entre o número de mulheres e o número de homens, ao passo que, se o resultado obtido for superior a cem, significa que há predominância do número de homens em relação ao número de mulheres, ao contrário, se o resultado for inferior a cem, significa que o número de homens é inferior ao número de mulheres. Expressa a relação quantitativa entre os sexos e é influenciado por taxas de natalidade, de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 8: Equação da Razão de Sexo (RS)

$$RS = \frac{N_m}{N_f} \quad (8)$$

Onde:

RS = razão de sexo.

N_m = nascidos vivos do sexo masculino.

N_f = nascidos vivos do sexo feminino.

Na sequência serão abordados os aspectos metodológicos ligados à mortalidade.

4.2 METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DA MORTALIDADE

Para a análise da mortalidade, os dados foram obtidos do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Ministério da Saúde, do Capítulo CID-10¹⁴ referente aos óbitos por residência em Serra entre os anos de 2000 a 2010. Dos censos do IBGE (2000 e 2010) extraíram-se os dados relativos à estrutura da população residente por sexo, situação e grupos etários.

Por Mortalidade entende-se o número de óbitos ocorridos em uma determinada localidade e em um determinado período de tempo.

Calcularam-se dois indicadores diretamente relacionados à mortalidade, são eles: a taxa bruta de mortalidade (TBM) e a taxa específica de mortalidade por idade (TEM). Os resultados obtidos foram tabulados e apresentados em gráficos possibilitando a melhor compreensão das análises.

A seguir a definição e a fórmula das variáveis que são necessárias à análise da mortalidade para o que se propõe.

¹⁴ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde frequentemente designada pela sigla CID (em inglês: *International Classification of Diseases - ICD*). O numeral 10 indica a décima revisão.

- Taxa Bruta de Mortalidade (*TBM*): trata-se de uma medida global da mortalidade que considera o número total de óbitos, por mil habitantes, na população média residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 9: Equação da Taxa Bruta de Mortalidade (TBM)

$$TBM = \frac{M_{t,t+1}}{\frac{(P_t + P_{t+1})}{2}} * 1000 \quad (9)$$

Onde:

$M_{t,t+1}$ = mortes ocorridas entre t e $t + 1$.

$t, t + 1$ = são os instantes inicial e final, respectivamente, do ano considerado.

$P_t + P_{t+1}$ = população no início e no final, respectivamente, do ano considerado.

- Taxa Específica de Mortalidade por Idade (*TEM*): refere-se ao quociente entre as mortes ocorridas em uma determinada idade ou grupo de idades e a população da idade ou grupo de idades correspondente ao meio do ano considerando.

Seu cálculo é expresso pela seguinte equação:

Equação 10: Equação da Taxa Específica de Mortalidade por Idade (TEM)

$$TEM_x = \frac{M_x}{P_x} \quad (10)$$

Onde:

M_x = mortes ocorridas em uma determinada idade.

P_x = população média da idade considerada.

x = idade

Para as idades agrupadas em classes, utiliza-se a seguinte equação:

Equação 11: Equação da Taxa Específica de Mortalidade por grupos de idades

$${}_nTEM_x = \frac{{}_nM_x}{{}_nP_x} \quad (11)$$

Onde:

${}_xM_x$ = mortes ocorridas em um determinado grupo de idades em um período considerado.

${}_xP_x$ = população média do grupo de idades em determinado período considerado.

x = idade

n = intervalo dos grupos de idades.

A próxima etapa será detalhada a metodologia a ser empregada na análise das migrações; principal objetivo deste estudo.

4.3 METODOLOGIA APLICADA À ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES

Apresenta-se adiante a metodologia específica de cada tópico considerado na análise das migrações no município de Serra. Foram analisados quatro tópicos, quais sejam: população residente “nativa”, fluxo migratório, características dos migrantes, desdobrado nos quesitos: idade, sexo, estado civil, nível de instrução, trabalho/ocupação e rendimento; e condições habitacionais dos migrantes, desdobrada nas principais características dos domicílios particulares permanentes dos migrantes, a saber: condição de ocupação do domicílio, disponibilidade de banheiro, sistema de esgotamento sanitário, abastecimento de água, destinação do lixo, disponibilidade de energia elétrica e aluguel. Os aspectos inerentes às condições habitacionais aqui abordados estão em consonância com o que a Organização das Nações Unidas considera como “O direito a uma habitação adequada”¹⁵.

A proposta em análise se baseia no estudo da migração acerca dos quesitos levantados no questionário dos Censos Demográficos que consideram: a) o “lugar de nascimento”, revelando apenas os migrantes acumulados (considerados *life time*

¹⁵ Para maiores informações sobre “O direito a habitação adequada”, consultar CESCR *General Comment No. 4: The Right to Adequate Housing* (Art. 11 (1) of the Covenant); disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/47a7079a1.html>>; e *The Right to Adequate Housing*; disponível em: < http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf>.

migrants) ao qual não se pode reconhecer um período de migração ou sucessivas migrações. Esta categoria neste estudo compreende as pessoas que residiam no município há mais de cinco anos com relação à data do censo, considerados como sendo os “migrantes antigos”; b) e a “residência cinco anos antes do Censo” (conhecida como data fixa), possibilitando a determinação da residência anterior em uma data fixa no passado, especificamente nos últimos cinco anos antes do censo demográfico, portanto, tornando preciso o local e o período da migração. A Tabela 6 resume os grupos populacionais analisados segundo o quesito analisado, o Censo Demográfico e respectivas definições. Tais quesitos permitem identificar as migrações em escala internacional, estadual e municipal.

Tabela 6: Grupos populacionais segundo o quesito analisado, o Censo Demográfico e respectivas definições.

Censo	Quesitos	Definição
2000	Não migrante (1)	Pessoa natural que sempre viveu no município
	Data fixa (2)	Pessoa que reside há cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era outro município
	Migrante antigo (3)	Pessoa que reside há mais de cinco anos no município.
2010	Não migrante (1)	Pessoa natural que sempre viveu no município.
	Data fixa (4)	Pessoa que reside a menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era outro município
	Migrante antigo (3)	Pessoa que reside a mais de cinco anos no município.

Fonte: Adaptado de DOTA (2015, p. 142). IBGE (2003) e IBGE (2016b)

- (1) Para a pessoa que sempre morou no município onde foi realizado o censo.
- (2) Para a pessoa residente em outro município, no dia 31/07/1995.
- (3) Número de anos completos que a pessoa mora sem interrupção no município de residência atual, ou o número de anos de moradia após o último retorno para o município de residência atual desde que tenha migrado para outro município e depois retornado.
- (4) Para a pessoa residente em outro município, no dia 31/07/2005.

4.3.1 Metodologia aplicada à análise da população residente nativa (os não migrantes)

Sendo o intuito deste trabalho o de compreender o processo de (re)distribuição espacial e destacar as principais características de migração e do migrante no município de Serra-ES é inerente às análises que se farão tangenciar sobre os não migrantes, isto é, a população “nativa”, aquela que não migrou e que nasceu na área em estudo; o que, em contraposição, permite identificar a participação do migrante no conjunto total da população. Para isso, extraiu-se dos censos (2000 e 2010) a informação do local de nascimento do recenseado, permitindo captar se houve ou não o movimento migratório. De acordo com Albuquerque (2001, p. 25): “A informa-

ção do lugar de nascimento contabiliza tanto indivíduos que fizeram o movimento há muitos anos atrás como aqueles que o fizeram recentemente; [...]”. Uma lacuna nessa informação, e no próprio censo é que não se capta a migração dentro do próprio município. Tratando-se de áreas em expansão urbana, com surgimento de bairros e adensamento populacional, como é o caso em tela, a mudança definitiva de bairro não é identificada.

4.3.2 Metodologia aplicada à análise das características dos migrantes

A análise dos fluxos migratórios conjugadas com as principais características socioeconômicas dessa população, contempladas nos quesitos: idade, sexo, estado civil (arranjos familiares), nível de instrução, trabalho/ocupação e renda; possibilitou um delineamento do perfil do migrante. Portanto, foi contemplada neste estudo apenas a população compreendida no fluxo migratório dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Os indivíduos que migram tendem a apresentar algumas características comuns, conforme se verifica em Castiglioni (1989, p. 14, tradução nossa):

Os indivíduos reagem de forma diferente aos fatores que causam a migração. Aqueles que respondem a esses estímulos têm algumas características comuns que os diferenciam daqueles que não reagem. Estas características são especialmente relacionadas com a idade, educação e especialização, estado civil, aspirações e sexo.

Para compreender melhor as características dos migrantes analisou-se o quesito idade (em anos completos) em grupos quinquenais de modo a tornar mais acessível o entendimento da mesma por meio das faixas etárias; uma análise por idade unitária tornaria esse procedimento fastidioso e pouco produtivo. Na sequência, o quesito sexo foi combinado com o quesito idade possibilitando visualizar o comportamento migratório dos grupos etários por sexo.

No quesito estado civil do migrante data fixa foram consideradas aquelas pessoas de 10 anos ou mais de idade classificadas como casado(a); desquitado(a) ou separado(a) judicialmente; divorciado(a); viúvo(a); ou solteiro(a); de acordo com o

questionário dos Censos Demográficos; o que permitiu identificar e quantificar as categorias migrantes.

Quanto aos quesitos trabalho/ocupação e rendimento, cumpre algumas considerações pertinentes.

O aporte teórico e conceitual das migrações aponta que as questões econômicas tem íntima relação com os movimentos populacionais, remetendo nossa análise para questões ligadas ao mercado de trabalho, por isso, localizar e posicionar espacialmente a capitalização financeira apresenta-se como um indicativo fiável a este estudo. Dessa vertente depreenderam-se análises relativas ao setor de atividade (agropecuário, indústria, comércio e serviços) das categorias sócio-ocupacionais buscando-se compreender o papel e a influência desses setores na dinâmica produtiva e do processo de trabalho no município.

Para captar esses aspectos à luz das informações disponibilizadas pelos censos analisou-se o quesito Ocupação¹⁶, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar para o Censo 2000 – Tabela 7 e CBO 2002 para o Censo de 2010 – Tabela 8), e o quesito Atividade¹⁷, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar– (CNAE versão 1.0 para o Censo 2000 – Tabela 9 e 2.0 para o Censo 2010 – Tabela 10), ambos para pessoas de 10 anos ou mais de idade.

¹⁶ Trata-se da ocupação do trabalho principal. Considerou-se como ocupação a função, cargo, profissão ou ofício exercido pela pessoa. As ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares - COD, que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a *International Standard Classification of Occupations - ISCO-08*, da Organização Internacional do Trabalho - OIT. A COD mantém-se idêntica a ISCO-08 no nível mais agregado (grande grupo) e reagrupa alguns subgrupos principais, subgrupos e grupos de base, considerando as especificidades nacionais e as dificuldades de sua captação com precisão nas pesquisas domiciliares. (IBGE, 2010c, p. 45)

¹⁷ A CNAE é a classificação de atividades econômicas oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos gestores de cadastros e registros da Administração Pública do país. (IBGE, 2007, p. 11).

As atividades foram classificadas utilizando-se a Classificação de Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar 2.0, que é uma adaptação da Classificação de Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0. A CNAE-Domiciliar 2.0 mantém-se idêntica à CNAE 2.0 nos níveis mais agregados (seção e divisão), com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o atacado do varejo, e reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de interesse para as pesquisas domiciliares. A CNAE 2.0 tem como referência a *International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC*, 4ª revisão, das Nações Unidas. (IBGE, 2010c, p. 48-49).

Tabela 7: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar) Censo 2000

Código	Titulação
0	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares
1	Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes
2	Profissionais das Ciências e das Artes
3	Técnicos de Nível Médio
4	Trabalhadores de Serviços Administrativos
5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados
6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca
7	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais
8	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais
9	Trabalhadores de Reparação e Manutenção

Fonte: Comissão Nacional de Classificação. Disponível em:

<<http://concla.ibge.gov.br/estrutura/ocupacao-estrutura>>. Acesso em: 27 out. 2016.

Tabela 8: Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO 2002) Censo 2010

Código	Titulação
1	Diretores e Gerentes
2	Profissionais das Ciências e Intelectuais
3	Técnicos e Profissionais de Nível Médio
4	Trabalhadores de Apoio Administrativo
5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados
6	Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca
7	Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores
9	Ocupações Elementares
0	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares
0000	Ocupações Mal Definidas

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010)

Tabela 9: Estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar) – Censo 2000

Seção	Divisões	Descrição CNAE
A	01 a 02	Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal
B	05 a 05	Pesca
C	10 a 14	Indústrias Extrativas
D	15 a 37	Indústrias de Transformação
E	40 a 41	Produção e distribuição de eletricidade, gás e água
F	45 a 45	Construção
G	50 a 53	Comércio; Reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos
H	55 a 55	Alojamento e Alimentação
I	60 a 64	Transporte, Armazenagem e comunicações
J	65 a 67	Intermediação Financeira
K	70 a 74	Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados Às Empresas
L	75 a 75	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
M	80 a 80	Educação
N	85 a 85	Saúde e Serviços Sociais
O	90 a 93	Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais
P	95 a 95	Serviços Domésticos
Q	99 a 99	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais
R	00 a 00	Atividades mal especificadas

Fonte: Comissão Nacional de Classificação. Disponível em:

<http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_100@CNAE%20Domiciliar>.

Acesso em: 27 out. 2016.

Tabela 10: Estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar (CNAE-Domiciliar 2.0) – Censo 2010

Seção	Divisões	Descrição CNAE
A	01 a 03	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura
B	05 a 09	Indústrias Extrativas
C	10 a 33	Indústrias de Transformação
D	35 a 35	Eletricidade e Gás
E	36 a 39	Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação
F	41 a 43	Construção
G	45 a 48	Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas
H	49 a 53	Transporte, Armazenagem e Correio
I	55 a 56	Alojamento e Alimentação
J	58 a 63	Informação e Comunicação
K	64 a 66	Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados
L	68 a 68	Atividades Imobiliárias
M	69 a 75	Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas
N	77 a 82	Atividades Administrativas e Serviços Complementares
O	84 a 84	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
P	85 a 85	Educação
Q	86 a 88	Saúde Humana e Serviços Sociais
R	90 a 93	Artes, Cultura, Esporte e Recreação
S	94 a 96	Outras Atividades de Serviços
T	97 a 97	Serviços Domésticos
U	99 a 99	Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais
V	00 a 00	Atividades Mal Definidas

Fonte: Comissão Nacional de Classificação. Disponível em:

<http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%20Domiciliar%20%202.0>. Acesso em 27 out. 2016.

Do quesito Ocupação o IBGE considera a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava e define cinco categorias para a mesma, quais sejam: empregado; conta própria; empregador; não remunerado e trabalhador na produção para o próprio consumo. Dessas categorias pôde-se abstrair a posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal (único trabalho que a pessoa tinha na semana de referência).

No quesito Atividade considerou-se “[...] a finalidade ou ramo do negócio da organização, empresa, ou entidade em que a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.” (IBGE, 2010c, p. 48). Isso permitiu identificar e quantificar a expressividade dos setores por atividade econômica.

Por meio desses dois quesitos é possível verificar especificamente em qual setor produtivo a população residente trabalhava ou estava ocupada no período considerado, permitindo depreender quais setores atraíam, ou não, mão de obra.

No que tange aos rendimentos o IBGE possui algumas categorias para classificar os mesmos, aos quais consideramos neste estudo apenas rendimento nominal mensal da pessoa de 10 anos ou mais de idade, a soma do rendimento nominal

mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes (IBGE, 2010c, p. 51). Além disso, optou-se por analisar os rendimentos em números de salários mínimos à época de realização dos censos, classificando-os em faixas de rendimento, de modo a tornar a apreciação dos resultados mais clara possível. Esse quesito levantado no censo é passível de várias críticas por parte dos estudiosos, sendo analisado com demasiada cautela. De acordo com Barros e outros (2012, p.1, 2):

Sabe-se que esta variável [rendimento] é de difícil captação, e isso ocorre por diversos motivos: i) principalmente no caso dos Censos Demográficos que são operações muito rápidas, uma única pessoa declara as informações de todas as outras do domicílio na maioria dos casos, e nem sempre consegue declarar os rendimentos com a precisão desejada (ou simplesmente os desconhece); ii) o próprio informante pode declarar um valor que não corresponde à realidade (por constrangimento ou medo de que estas informações sejam disponibilizadas a outros órgão públicos, como a Receita Federal), ou mesmo se recusar a prestar tal informação; e iii) pode ainda haver algum erro na hora do preenchimento do quesito (mesmo com todos os controles existentes no PDA).

Não obstante, ao fim que se propõe neste estudo a análise dessa variável apresenta-se praticável na visualização dos rendimentos por parte da população residente no município em tela.

4.3.3 Metodologia aplicada à análise das condições habitacionais

Uma série de características básicas dos domicílios é captada pelos Censos Demográficos. A análise combinada dessas características com as características particulares dos migrantes permite uma aproximação da relação existente entre esses e as características do lugar de residência.

Nessa perspectiva, foi analisada a frequência simples dos quesitos: condição de ocupação do domicílio (próprio já quitado, próprio em aquisição, alugado, cedido por empregador, cedido de outra forma, outra condição); tipo de domicílio (casa, casa de vila ou em condomínio, apartamento, habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco, oca ou maloca); valor em real do aluguel mensal (em número de salários mínimos); densidade morador/cômodo e o número de banheiros por residência, abastecimento de água, saneamento e energia elétrica. A partir dessas frequências, estabeleceu-se um cruzamento com as informações das características dos migrantes (de acordo com os métodos supracitados), ao qual se viabilizou uma con-

textualização das características desses com o lugar de residência e o próprio status quo da mesma.

A quantificação desses quesitos possibilitou tangenciar genericamente as condições gerais de serviços básicos de saneamento e infraestrutura habitacional, bem como identificar as diferenciações espaciais nas formas de ocupação entre espaços dentro do município.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A METODOLOGIA

Transparente está que o escopo do que se pretende que seja este estudo repousa no empirismo pragmático da análise de informações estatísticas populacionais, abrangendo informações econômicas e sociais, explicitando o caráter espacial da ocorrência desses dados estatísticos. Sendo assim, não se propõe realizar pesquisa de campo a fim de preencher as possíveis “lacunas” geradas pela temporalidade das informações censitárias, até mesmo porque é inviável tal proposta (tempo transcorrido). Todavia, tais limitações não diminuem a importância desta pesquisa, na qual se acredita estar entre os assuntos significativos da coetaneidade, inclusive para análises futuras.

Isso à parte é possível abstrair que os condicionantes analíticos censitários proporcionarão uma aproximação sob a perspectiva longitudinal de análise à medida que as informações estejam disponíveis nos censos. Dessa forma, a proposta reside em aprofundar no exame das informações de acordo com sua disponibilidade, portanto, preditivamente, o grau de detalhamento dos resultados investigados e o adensamento dos quesitos vergariam à medida evolutiva dos censos demográficos (série histórica), quer dizer, espera-se que as abordagens e as análises censitárias possibilitem resultados mais detalhados e ricos de significado à medida da evolução e realização dos censos demográficos, tendo em vista a quantidade (crescente) de informações coletadas. Segundo Rigotti (2011, p. 155): “Pode-se dizer que o Censo Demográfico 2010 representa um ponto alto de toda esta evolução, pois sem dúvida será o mais completo já realizado no Brasil”.

Para isso optaremos por utilizar os microdados dos censos de 2000 e 2010, uma vez que: “Os microdados consistem o menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, [...] possibilitando aos usuários especializados, [...], a leitura dos dados, o cruzamento em diferentes agregações geográficas, e a elaboração de múltiplas tabulações segundo a sua perspectiva pessoal de interesse.” (IBGE, 2016b, p. 57). Dessa forma é possível obter resultados gerais da amostra por área de ponderação, proporcionando maior detalhamento das informações municipais.

A identificação da evolução populacional e o papel dos movimentos migratórios, seus fluxos e as principais correntes são a essência da dinâmica migratória e são inerentes à natureza própria da constituição municipal.

Sob a ótica do arcabouço teórico e metodológico da Geografia da População (ZELINSKY, 1974; GEORGE, 1978; BEAUJEU-GARNIER, 1980; DAMIANI, 2002, etc.) e da Demografia (CASTIGLIONI, 1989, 1994, 2004, 2009, 2010; CELIN, 1982, CUNHA, 1994, 2011, 2012, 2016; CUNHA, e BAENINGER, 2000, 2007; DOTA, 2011, 2015, 2016; etc.), pretende-se contextualizar, identificar e analisar os dados levantados.

Os resultados obtidos com as análises demográficas, econômicas e demais análises foram tabulados e analisados, depreendendo dos resultados inferências acerca das migrações no referido município. Além disso, tais resultados proporcionarão a elaboração de um mapeamento das migrações o qual buscará complementar e precisar as análises realizadas, localizando e identificando as referidas migrações.

Diante do exposto, acredita-se que tenha sido possível alcançar como resultado a compreensão dos principais condicionantes das migrações no município de Serra nas duas últimas décadas e sua influência na (re)distribuição populacional no espaço geográfico do referido município, bem como identificar a influência do mercado de trabalho nos fluxos migratórios e na referida (re)distribuição populacional, além de destacar a importância do tema na geografia e para o Estado (governo) enquanto instrumento de poder na adoção de ações de gestão territorial, social e econômico para a população em geral.

O esforço seguinte será no sentido de restringir o recorte espacial de modo a analisar detidamente o município de Serra sob os aspectos demográficos, migratórios e espaciais, e as reverberações advindas da inter-relação desses.

5 DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE SERRA: CARACTERÍSTICAS NATURAIS

A perspectiva proposta neste item buscará destacar a representatividade que a fecundidade e a mortalidade possuem na dinâmica demográfica do município de Serra. Para alcançar tal proposta lança-se mão de uma breve abordagem conceitual acerca desses dois quesitos, bem como de seus componentes e medidas mais importantes, de modo a possibilitar um panorama sintético do comportamento dos referidos componentes da dinâmica demográfica no município em tela para o período considerado (2000 a 2010).

5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FECUNDIDADE

A fecundidade refere-se a um processo de crescimento natural da população; a outra forma de crescimento populacional em determinado espaço compreende o movimento migratório.

O mundo experimenta um aumento populacional ininterrupto em decorrência das elevadas taxas de fecundidade. Todavia, esse crescimento populacional em escala mundial apresenta profundas diferenças em diversas partes do globo. Parcela considerável dos países, ditos, ricos, em sua maioria europeus, vem apresentando com regularidade crescimento populacional vegetativo negativo, ao passo que outros, situados em regiões menos desenvolvidas, apresentam elevadas taxas de fecundidade.

No Brasil o processo de transição da fecundidade teve início na segunda metade do século XX e desde então vem apresentando redução nas taxas de crescimento natural, o que não implica em afirmar que houve diminuição da população, mas que o número médio de filhos por mulher diminuiu. Diferenças geográficas regionais configuram diferenças nas taxas de fecundidade entre os Estados e Regiões da Fede-

ração. Essas diferenças nas taxas de fecundidade encontram azo nas abordagens acerca da fecundidade verificadas a seguir.

A temática está inserida em uma concepção mais abrangente que é contemplada pela abordagem da Transição Demográfica¹⁸, cuja concepção compreende também a mortalidade. Todavia, a Transição Demográfica não se constitui propriamente como uma teoria, mas um fato (ALVES, 2004).

Existe uma vasta literatura científica teórica que aborda sobre a dinâmica populacional e que abrange necessariamente a fecundidade.

De acordo com Alves (2004, p. 11): “A transição da fecundidade é um fenômeno que afeta o ritmo de crescimento da população e a sua estrutura etária”. A polêmica acerca do quantitativo populacional paira sobre os pensadores do assunto de longa data. Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (apud Coleman e Rowthorn, 2003, p.82, tradução nossa) afirma que: “... a marca mais decisiva da prosperidade de qualquer país é o aumento do número de habitantes”. Além disso, desde 1798 quando Thomas Robert Malthus publica em anonimato sua obra capital *An Essay on the Principle of Population* (Ensaio sobre o Princípio da População, tradução nossa) os estudos envolvendo população passaram a ter maior destaque nas ciências, principalmente na ciência econômica. Apesar de não ter sido o primeiro livro a tratar da temática populacional, sob a ótica econômica, mormente sobre a fecundidade, sua abordagem sobre o assunto implicou em um aprofundamento dos estudos populacionais envolvendo esse conteúdo, que reverberou na sociedade inglesa no século XVIII e XIX e por seu turno em todo o mundo, inclusive hodierno. A abordagem da fecundidade não se restringe somente à economia, mas também à demografia, às áreas da saúde, dentre tantas outras áreas.

¹⁸ Descrito inicialmente por Warren Thompson (1929); podendo-se encontrar em Nascimento (2011, p. 24) o resumo do processo da seguinte forma: “Pode-se entender a Transição Demográfica como um processo onde, no início as taxas de mortalidade e natalidade são altas, com muitos nascimentos e muitos óbitos. O processo passa, no final, a uma fase de baixo crescimento ou estabilização, ou ainda, crescimento negativo, na qual o número de nascimentos é similar ou mesmo menor que o número de mortes. Tem como consequência mudanças no crescimento e na composição da população, podendo marcar significativamente a sociedade em sua forma de vida”.

Após a teoria de Malthus sobre o crescimento populacional e suas implicações às sociedades e à economia, diversas outras teorias surgiram no intuito de entender, explicar (condições pretéritas) e até prever cenários demográficos (condições futuras), assim também como a contemporaneidade desses cenários.

Dentre a gama de teorias que se dispõem, pode-se citar, em passant, Karl H. Marx (1818-1883) sob a perspectiva do aumento populacional como força de trabalho e também como mercadoria, apesar desse não focar sua análise sob o prisma da fecundidade. John C. Caldwell (1925) na ótica das mudanças sociais, psicológicas ou fisiológicas que remete ao entendimento de uma nuclearização familiar, isto é, da família colonial extensa à família monoparental, que por seu turno, culminará em uma substituição do modo de produção baseado na mão de obra da família extensa. Em derradeiro, Gary S. Becker (1930-2014) revisa a teoria clássica de fecundidade de Malthus a partir de microfundamentos econômicos, onde, a decisão dos pais de terem filhos baseia-se na ideia de custos marginais e benefícios marginais, no qual o fator decisivo seria o resultado do confronto desses dois.

Ao que se refere às diversas abordagens realizadas acerca da transição da fecundidade, Alves (2004) destaca as principais teorias das quais se verificam a seguir. A teoria da Modernização, que se entende como sendo o processo da urbanização e da industrialização ao qual se relaciona com o desenvolvimento econômico e por seu turno com a relativa melhoria no padrão de vida, culminando consequentemente com a elevação da fecundidade. Essa teoria foi revista posteriormente e reformulada de acordo com as observações em momentos e lugares específicos na evolução temporal, de modo que o desenvolvimento econômico deixa de ser uma condição necessária e suficiente para uma condição essencialmente suficiente ao declínio da fecundidade, o que significa afirmar que a transição da fecundidade poderia ocorrer em sociedades com baixo grau de modernização/urbanização.

Em outra perspectiva o viés Neomalthusiano considerando também o desenvolvimento econômico como principal fator do aumento da fecundidade e a constante preocupação com a explosão populacional, tendo como consequência a elevação da

dependência demográfica¹⁹, principalmente em países ditos de Terceiro Mundo; recomenda a utilização de métodos contraceptivos e um maior controle da fecundidade, inclusive com políticas populacionais restritivas.

A abordagem da Inovação-Difusão considera a transição da fecundidade sob contextos culturais aliados aos contextos econômicos; a redução da fecundidade ocorreria “em qualquer contexto socioeconômico, independentemente do processo de modernização” (ALVES, 2004, p. 18), o que caracterizaria o fenômeno da fecundidade a partir dessa ótica, com múltiplas determinações.

As abordagens microeconômicas consideram a racionalidade humana por meio das escolhas individuais, contemplando assim o planejamento familiar, diferindo da concepção macroeconômica que considera fatores econômicos estruturais e conjunturais, desvincilhados dos aspectos familiares individuais. A fecundidade considerada no aspecto microeconômico contempla o nível de renda familiar, os preços relativos, o nível de instrução do casal, tempo dedicado ao trabalho e a educação dos filhos; sendo esses custos monetários, sociais e psicológicos.

Adaptação e Respostas Multifásicas são dois tipos de abordagens realizadas pela sociologia por meio de planos de causalidade e de determinações complexas (ALVES, 2004, p. 21). Davis (apud, ALVES, 2004, p. 21) concebe as mudanças demográficas como reflexivas e comportamentais:

“[...] reflexiva no sentido de que a mudança em um componente é, eventualmente, alterada pela mudança por ela induzida em outros componentes, e comportamental no sentido que o processo de mudanças envolve decisões humanas na busca de metas, através de vários meios e condições”.

Questões macroeconômicas exerceriam pressão em nível micro (no indivíduo) de forma que, a população responderia de maneira multifásica (mais de uma maneira) o que limitaria a fecundidade.

¹⁹ Expressa a participação relativa de grupos populacionais considerados inativos, compreendendo os grupos etários de 0 a 14 anos e 65 anos ou mais, indicando que os gastos demandados por esses grupos deveriam ser absorvidos pela população economicamente ativa (PEA), compreendida pelo grupo etário de 15 a 64 anos.

A abordagem da Secularização e do Fluxo Intergeracional considera as mudanças nos meios de produção (familiar para urbano-industrial) como fatores determinantes ao declínio da fecundidade. Questões culturais e religiosas são relevantes nos índices de fecundidade envolvendo e influenciando os tipos de famílias, de extensiva a nuclear, como o menor número de integrantes. Dessa forma a fecundidade poderia se manter elevada se o processo de modernização não for acompanhado por mudanças sociais específicas (ALVES, 2004, p. 22).

As abordagens apresentadas são um esboço das tentativas de teorizar a respeito da fecundidade, contribuindo com seu entendimento. Todavia, apresentam limitações que não permitem uma completa e suficiente explicação do referido fenômeno, tanto de seu aumento quanto de seu declínio.

5.1.1 Indicadores e medidas de natalidade no município de Serra

De modo a expressar o papel que a natalidade e a fecundidade representam na demografia do município de Serra, calcularam-se os principais indicadores relacionados às duas componentes populacionais, quais sejam: Taxa Específica de Fecundidade (TEF), Taxa de Fecundidade Total (TFT), Taxa Bruta de Natalidade (TBN) e Taxa Bruta de Reprodução (TBR). A Tabela 11 apresenta os valores para o Espírito Santo, a RMGV (utilizados como comparativos) e para o município em análise no período considerado (2000 e 2010).

Tabela 11: Indicadores de fecundidade e natalidade – Espírito Santo, RMGV e Serra (2000-2010)

Grupos de idades das mulheres / Indicadores	Taxas Específicas de Fecundidade					
	Espírito Santo		RMGV		Serra	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
10 a 14 anos	0,00296	0,00271	0,00257	0,00251	0,00347	0,00329
15 a 19 anos	0,07856	0,05779	0,07784	0,05961	0,09173	0,06696
20 a 24 anos	0,12512	0,08893	0,11887	0,08576	0,13589	0,09880
25 a 29 anos	0,10413	0,08564	0,10419	0,08534	0,11387	0,09307
30 a 34 anos	0,06349	0,06223	0,06757	0,06653	0,06945	0,06461
35 a 39 anos	0,03033	0,03159	0,03128	0,03543	0,03135	0,03681
40 a 44 anos	0,00760	0,00761	0,00743	0,00866	0,00913	0,00900
45 a 49 anos	0,00066	0,00046	0,00050	0,00043	0,00071	0,00030
Taxa de Fecundidade Total	2,06	1,68	2,05	1,72	2,28	1,86
Taxa Bruta de Reprodução	1,01	0,82	1,00	0,84	1,11	0,91
Taxa Bruta de Natalidade (por mil)	18,81	14,75	19,29	15,56	22,06	17,49

Fonte: Adaptado de BRASIL, CASTIGLIONI, FELIPE, 2012. Elaborado com os dados do MS/SINASC, 2000-2010 e dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os dados do Censo de 2000 referem-se aos dados do universo, e do Censo de 2010, aos da sinopse.

Os resultados das Taxas Específicas de Fecundidade para as três áreas em análise para os anos de 2000 e 2010 apresentou declínio em quase todos os grupos etários considerados. Mesmo com a queda nas taxas, o grupo de 20 a 24 e 25 a 29 anos apresentaram os maiores valores, aspecto característico nessas faixas etárias onde se verifica a maior fertilidade; uma tendência constatada desde a década de 1970 no Brasil.

Excetuando-se os grupos de 35 a 39 e 40 a 44 anos para o Espírito Santo e a RMGV e o grupo de 35 a 39 anos para o município de Serra que apresentaram um sensível aumento; esses resultados podem representar tendências futuras de maternidade em idade tardia²⁰, ao qual Gomes e outros (2008) atribuem como possíveis fatores de ordem pessoal e social como atingir um nível educacional e profissional mais elevado e com isso também a independência financeira, postergação do matrimônio; fatores de ordem tecnológica e médica como o aprimoramento de técnicas de fertilização artificial, ou na contramão da fertilização, ampla disponibilidade de métodos contraceptivos, adiando ou atrasando a gestação. Não obstante, para se confirmar tal tendência há que se observar as taxas de fecundidades dos próximos anos.

²⁰ Termo utilizado na Demografia e na área da saúde. Para maiores informações vide GOMES, Aline Grill e outros (2008).

As Taxas de Fecundidade Total para todas as áreas e períodos considerados apresentaram declínio; tendência essa, observada para o Brasil nos Censos Demográficos de 2000, 2,39 (IBGE, 2000a) e 2010, 1,87 (IBGE, 2010b). As de 2010 estão abaixo da taxa de reposição populacional de 2,1 filhos por mulher, indicando que se forem mantidas ocorrerá o declínio da população, considerando os meios naturais de reprodução²¹. Essa diminuição é atribuída a diversos fatores, podendo ser de ordem social, econômica, familiar, cultural, urbana, entre outros. Ao que se refere especificamente ao Espírito Santo ressalta-se as transformações ocorridas ao longo das décadas, mais precisamente a partir da década de 1960, da transição de uma economia rural a uma economia urbano-industrial, conforme abordado no capítulo 4 deste estudo, que contribuíram significativamente para a diminuição desse índice. No caso do município de Serra, não se pode desvincular do contexto estadual uma vez que está compreendido na região metropolitana, portanto, na área de influência das transformações experimentadas pelo Estado do Espírito Santo.

A Taxa Bruta de Reprodução das três áreas estudadas também apresentaram valores menores no Censo de 2010 em relação ao Censo de 2000. Essa taxa sintetiza a substituição da geração atual de mães, sem considerar a mortalidade, pela geração futura, ou seja, dos nascimentos vivos ocorridos considera-se os nascimentos do sexo feminino, ao qual é capaz de gerar as próximas gerações (concepção). A maior queda nessa taxa do período mais recente considerado em relação ao anterior ocorreu no município de Serra (0,20), seguido do Espírito Santo (0,19) e da RMGV (0,16). Mantendo-se os últimos valores apresentados, ou seja, abaixo de 1,0, entende-se que a próxima geração de mães será menor do que a geração que a precedeu, implicando em sua não renovação e sim o seu declínio.

A Taxa Bruta de Natalidade também apresentou queda de 2000 a 2010, semelhante às três outras taxas. Os valores apresentados pelo município de Serra (17,49), apesar de serem maiores em relação aos da RMGV (15,56) e do Espírito Santo (14,75), são considerados médios nos índices demográficos. Depreende-se disso também a influência da fecundidade dos migrantes, mais elevada que a da população local.

²¹ No aspecto da análise da fecundidade como forma de aumento ou diminuição populacional não se considera a migração como fator que contribua para o fenômeno.

Os resultados desse indicador permitem depreender acerca de aspectos sociais, econômicos, culturais e em que fase da transição demográfica a área estudada pode se encontrar. Países como Níger na África apresentou para o ano de 2016 uma taxa de 49 nascimentos por mil (PRB, 2016), elevada para os índices de natalidade; o Brasil em 2010 apresentou uma taxa de 15,88 nascimentos por mil (IBGE, 2010b), taxa essa podendo ser considerada média. Todavia, as condições sociais e econômicas, em uma análise sucinta, de ambos os países, são consideravelmente distintas e podem ser expressas nesse indicador.

No caso do município de Serra, pode-se atribuir a taxa de natalidade ao aumento populacional dos migrantes do sexo feminino em idade de procriar, como se verifica na Tabela 12. Ao que se refere aos migrantes, influi nessa taxa, questões de cunho cultural ou com características de fecundidade mais elevada em sua origem, que ao migrarem mantêm ou encontram condições favoráveis à procriação e assim ao aumento da natalidade. Os valores apresentados estão em concordância com as maiores e as menores Taxas Específicas de Fecundidade, de acordo com os respectivos grupos etários.

Tabela 12: População residente, por situação do domicílio, do sexo Feminino e grupos de idade – 2000-2010

Grupos de idade	2000	2010	% crescimento
10 a 14 anos	16.987	18.530	9,08
15 a 19 anos	17.901	17.967	0,37
20 a 24 anos	16.624	20.253	21,83
25 a 29 anos	14.437	20.845	44,39
30 a 34 anos	13.866	19.115	37,86
35 a 39 anos	13.112	15.840	20,81
40 a 44 anos	11.171	14.450	29,35
45 a 49 anos	8.405	13.115	56,04
Total	112.503	140.115	24,54

Fonte: Censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os dados do Censo de 2000 referem-se aos dados do universo, e do Censo de 2010, aos da sinopse.

Diante desse exposto acerca das características gerais da fecundidade e da natalidade no município de Serra, acredita-se que tenha sido possível compreender o mérito que a temática representa; suas influências e consequências na composição demográfica do referido município.

Com a mesma perspectiva será abordado no próximo item as características gerais da mortalidade no município de Serra.

5.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA MORTALIDADE

A mortalidade é um processo natural de diminuição da população, assim como a emigração considerada em determinado espaço geográfico. Abordar sobre a mortalidade, suas causas e consequências implica em abordar, além da Transição Demográfica, necessariamente sobre a Transição Epidemiológica.

Em princípios do século XX o mundo passou por significativas mudanças nas condições de vida, tanto no campo quanto na cidade, especialmente na Europa. Antes desse período as condições de vida da população eram precárias, os cuidados médicos não eram tão evoluídos como atualmente e a educação básica de saúde da população não eram satisfatórias ao ponto de evitar certas doenças. Sob essa ótica, os índices de mortalidade eram elevados e a esperança de vida era pequena, podendo chegar até 40 anos em alguns países europeus.

Com o advento de pesquisas e consequentemente novas técnicas na medicina, aliado à melhora gradativa nas condições de vida da população, que por seu turno está imbricada com os processos socioeconômicos e sanitários governamentais, os índices de mortalidade passaram a apresentar quedas significativas. A redução da mortalidade infantil, o aumento da expectativa de vida da população e a modificação do perfil epidemiológico foram indicativos de uma mudança social no padrão de mortes por doenças. Segundo Prata (1992, p. 168):

“Esse processo, o qual Omran (1971) descreveu como de transição epidemiológica, caracteriza-se pela evolução progressiva de um perfil de alta mortalidade por doenças infecciosas para um outro onde predominam os óbitos por doenças cardiovasculares, neoplasias [tumores], causas externas e outras doenças consideradas crônico-degenerativas.”

Ainda em Abdel Omran (The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change) -1971 encontram-se cinco proposições básicas que dão azo à teoria da Transição Epidemiológica:

- A mortalidade é um fator fundamental na dinâmica populacional. Sua diminuição, ainda que modesta, principalmente a partir do século XVII, proporcionou o crescimento populacional;
- Durante a transição, ocorrem três estágios sucessivos na alteração das doenças: a "idade das pestilências e fome", a "idade das pandemias" e a "idade das doenças degenerativas"; isso significa uma mudança das doenças infecciosas e parasitárias para as degenerativas e de causas externas, sendo essas as principais causas de morbimortalidade;
- Durante a transição, as mudanças mais profundas no padrão de saúde e doenças [melhora] seriam experimentadas pelas crianças e mulheres jovens; dada a, relativamente alta, susceptibilidade desses grupos às doenças infecciosas e de deficiência.
- Íntima associação à transição demográfica e socioeconômica; constituindo em conjunto o "complexo de modernização";
- Variações peculiares no padrão, ritmo, determinantes e consequências das mudanças populacionais diferenciariam os três modelos básicos da transição epidemiológica, o modelo "clássico", no qual as doenças degenerativas substituem as infecciosas como principais causas de mortalidade; o modelo "acelerado", no qual o mesmo processo do modelo clássico teria ocorrido, apenas um pouco mais tardiamente, porém com maior rapidez; e por fim o modelo "contemporâneo/atrasado", no qual a transição epidemiológica é recente ou ainda não se completou.

Como exemplo da transição epidemiológica no mundo pode-se citar o caso da Inglaterra que no século XIX apresentou queda nos índices de mortalidade causada pela tuberculose, como resultado da melhoria nas condições de vida trazidas pela Revolução Industrial. Doenças como tifo, febre tifoide e cólera eram comuns na maioria da população, levando ao óbito boa parte da mesma; isso se inverte quando ocorre a introdução de medidas de saúde pública.

A melhora nas condições de saúde e de vida da população é mais perceptível em países desenvolvidos que apresentavam melhorias contínuas em níveis de alimentação e de controle de doenças infecciosas e na adoção de medidas médicas de imunização e de tratamento de doenças, além do fato de apresentarem melhoria dos serviços de saneamento tal como água, esgoto e destino de resíduos e da vigilância sanitária na manipulação correta de alimentos. Ao passo que, essa realidade não se verifica em países menos desenvolvidos do continente africano que sofreu e sofre de condições precárias de saúde pública e sanitária. Soma-se a isso a forma de ocupação do território pelo homem que propiciou a proliferação de epidemias e culminou no desequilíbrio ecológico.

Alguns autores consideram como fator preponderante na redução da mortalidade geral a adoção de medidas de saúde pública e técnicas de medicina preventiva, ao passo que, outros autores apontam esses fatores como sendo os precursores para a diminuição da mortalidade levando a uma fase onde o desenvolvimento econômico e social seria o responsável pela queda contínua da mortalidade e aumento gradativo da esperança de vida. Tais interpretações não estão fora da realidade, visto que, um está intrinsecamente ligado ao outro, pois o Estado pode e deve intervir nas políticas de saneamento básico. Isso se confirma no Brasil que apresentou melhora nos índices de mortalidade *pari passu* à adoção de medidas preventivas e de desenvolvimento econômico.

No Brasil, a Transição Epidemiológica foi marcada pela adoção de medidas preventivas e pelo desenvolvimento econômico. De acordo com Prata (1992, p. 170):

“[...] a taxa geral de mortalidade decresceu de 18/1000, em 1940, para uma taxa estimada entre 6/1000 e 8/1000 em 1985; a expectativa de vida cresceu 20 anos no mesmo período, e a mortalidade infantil decresceu de 160/1000, em 1940, para 85/1000, em 1980.”

Segundo dados do IBGE (2013) a taxa bruta de mortalidade em 2010 foi de 6 mortes por 1000 habitantes; a expectativa de vida alcançou os 73 anos e a taxa de mortalidade infantil foi de 17 óbitos de crianças de menos de 1 ano por 1000 nascidos vivos para o mesmo ano.

Os investimentos realizados pelo governo na década de 30 em saneamento básico, o avanço da medicina e a adoção de medidas preventivas deram azo às quedas nos índices desfavoráveis da mortalidade. Isso se repete para os índices de doenças infecciosas e parasitárias que eram responsáveis por mais de 40% das mortes na década de 30 e caíram para menos de 10% na década de 80. No entanto, ocorreu o inverso para doenças do aparelho circulatório que eram responsáveis por cerca de 12% das mortes e chegaram a 33% no mesmo período. Na atualidade, as doenças infecciosas e parasitárias representam aproximadamente 5% dos óbitos enquanto as doenças do aparelho circulatório são responsáveis por aproximadamente 29% das mortes, portanto, uma queda nos índices em comparação com as outras décadas.

No Brasil, os índices de doenças destoam de região para região. Essas particularidades podem ser observadas nos indicadores de óbitos por doenças do aparelho circulatório que na década de 80 apresentavam resultados superiores a 35% nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, enquanto nas regiões Nordeste e Norte não alcançavam 30% das mortes; já as doenças infecciosas, na mesma década, correspondiam a níveis superiores a 10% no Norte e Nordeste e inferiores a 10% no Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Também se observa comportamento similar para as neoplasias que na década de 80 correspondiam a índices maiores que 10% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste e menores que 10% nas regiões Norte e Nordeste. Por último deve-se destacar as causas externas que apresentam índices variados para cada região do país entre 10% e 17% das mortes. Dentre essas causas podem-se auferir os acidentes de trânsito, as quedas, as agressões, os homicídios, os afogamentos, os acidentes causados por fogo ou chama, acidentes por corrente elétrica além de outras causas de acidentes classificados como causas externas de mortalidade. Na década de 30, as doenças infecciosas eram a primeira causa de morte em todas as regiões e as doenças do aparelho circulatório era a segunda causa; já as causas externas tinham pouca representatividade.

Para o ano de 2010 o índice de mortalidade por região brasileira²² para as doenças do aparelho circulatório eram muito próximos para as regiões Nordeste (28,70%), Sudeste (29,37%), Sul (29,55%) e Centro-Oeste (27,85%), já a região Norte apresentou 21,91% das mortes. As doenças infecciosas tiveram pouca variação por região e foram responsáveis por aproximadamente 3,64% dos óbitos na região Sul, 4,89% nas regiões Centro-Oeste, 4,25% Nordeste e 4,31% Sudeste, a região Norte do país apresentou 5,49%. As neoplasias tiveram maior variação por região e responderam por cerca de 19,70% das mortes na região Sul, 16,41% no Sudeste, 14,96% no Centro-Oeste, 13,12% no Nordeste e 11,79% no Norte. Os óbitos por causas externas apresentaram comportamento diferenciado entre as regiões brasileiras, o Sudeste com 10,26%, o Sul com 11,65%, o Nordeste com 15,10%, o Centro-Oeste com 16,64% e o Norte com 18,98%, muito próximo aos índices da década de 80.

É importante esclarecer que essa transição no Brasil não foi uniforme, ou seja, ela ocorreu em diferentes momentos nas diferentes regiões do território, algumas regiões alcançaram a transição mais rapidamente que outras.

Diante do exposto, pode-se ter um panorama sintético das características gerais da Transição Epidemiológica no mundo e no Brasil e com isso compreender as diferentes influências das doenças na população e dessa no ambiente onde vive, assim como observar que as diferenças econômicas e regionais afetam as condições de vida e consequentemente os índices de mortalidade.

5.2.1 Indicadores e medidas de mortalidade no município de Serra

Com a análise dos indicadores de mortalidade busca-se apresentar a representatividade que a mortalidade possui na dinâmica demográfica do município de Serra, semelhante ao realizado com a fecundidade e a natalidade. Diante disso, calculou-se dois principais indicadores globais de mortalidade, quais sejam: Taxa bruta de mortalidade (TBM) e Taxas específicas de mortalidade (TEM). A Tabela 13 apresen-

²² Calculado pelo autor com dados do Ministério da Saúde (MS) / Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) / Secretaria de Vigilância em Saúde (CGIAE) - Sistema de Informações sobre Mortalidade – (SIM); Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus).

ta as taxas brutas de mortalidade calculadas para o Espírito Santo, a RMGV e Serra para os anos de 2000 e 2010.

Tabela 13: Taxa bruta de mortalidade para o Espírito Santo, RMGV e Serra – 2000-2010

ES		RMGV		Serra	
2000	2010	2000	2010	2000	2010
5,69	6,03	5,72	5,84	5,14	5,20

Fonte: Calculado pelo autor com os dados do MS/SINASC, 2000-2010 e dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os dados do Censo de 2000 referem-se aos dados do universo, e do Censo de 2010, aos da sinopse.

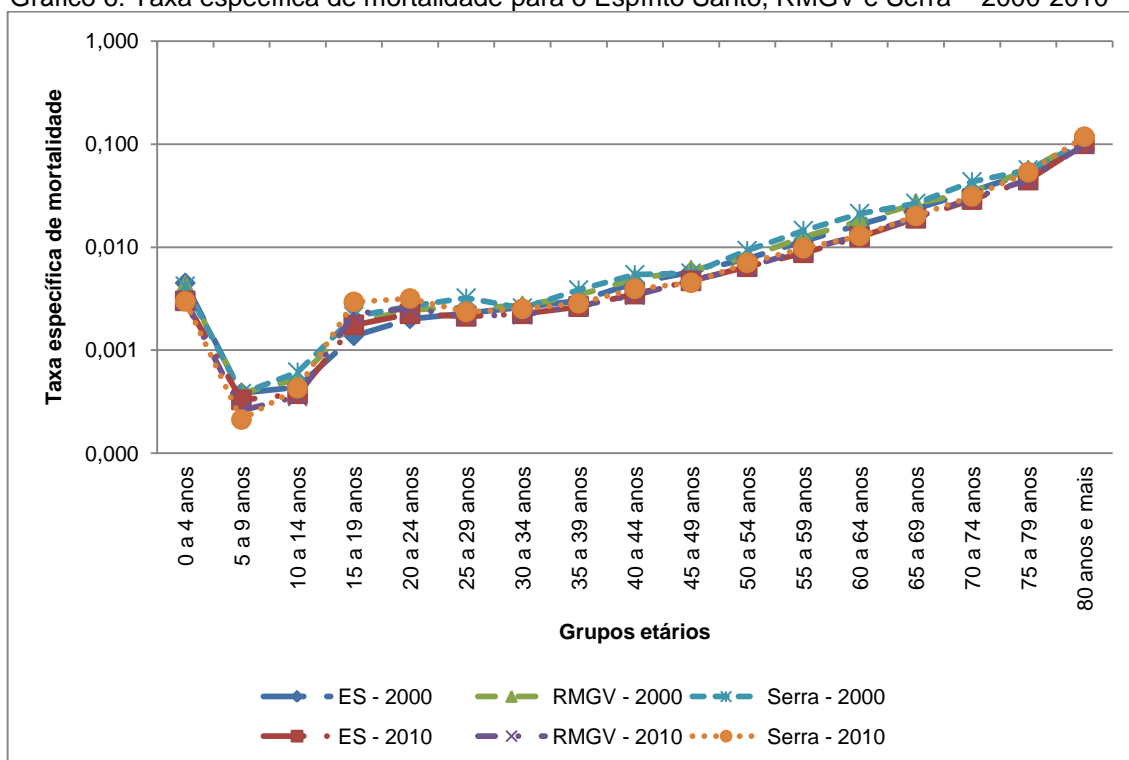
O valor baixo da taxa bruta de mortalidade de 5,2 óbitos por mil habitantes para o município de Serra é justificado pela estrutura etária de sua população, com predomínio de grupos etários mais jovens, cuja probabilidade de morte é menor em relação aos grupos de idade mais avançadas; apesar da maior exposição por causas específicas de mortalidade²³ como é o caso da população de jovens e adultos. So-ma-se a isso, o momento relativamente adiantado da transição demográfica ao qual o município se encontra, sendo uma das características a baixa mortalidade nos grupos mais jovens, elevando-se nos grupos etários mais senis. O Espírito Santo e a RMGV compartilham do mesmo cenário que o município de Serra.

Os valores apresentados pela taxa bruta de mortalidade para as áreas estudadas refletem o volume de mortes e sua distribuição segundo estrutura etária da população em análise.

As taxas específicas de mortalidade para o Espírito Santo, RMGV e Serra (Gráfico 6) reproduzem uma tendência regular de elevação do risco de morte logo após o nascimento, seguido de sua queda na primeira infância, relevante aumento até a idade adulta e progressivo crescimento até as idades mais avançadas.

²³ Causas externas de morbidade e mortalidade, conforme CID-10.

Gráfico 6: Taxa específica de mortalidade para o Espírito Santo, RMGV e Serra – 2000-2010



Fonte: Calculado pelo autor com os dados do MS/SINASC, 2000-2010 e dos Censos de 2000 e 2010 do IBGE. Os dados do Censo de 2000 referem-se aos dados do universo, e do Censo de 2010, aos da sinopse.

Dado o exposto, compreende-se que as taxas de mortalidade apresentadas pelo município de Serra estão em consonância com as tendências apresentadas pelo Estado do Espírito Santo, que por sua vez, alinha-se com a tendência nacional de elevada mortalidade ao nascimento, com posterior queda da mesma, aproximadamente nos primeiros cinco anos de vida; evoluindo para o aumento da mortalidade nas idades mais adultas e idades mais avançadas, destacando-se a mortalidade diferencial por sexo e idade. Esse contexto está inserido no processo de transição demográfica pelo qual o Brasil, e seus Estados da federação, vêm passando ao longo das últimas décadas.

Na sequência serão abordados os aspectos ligados às migrações no referido município de modo a salientar seu papel na dinâmica demográfica do município; ponto fulcral desta dissertação.

6 MIGRAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA-ES NO PERÍODO DE 2000 A 2010: MIGRANTES DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES

Como se verificou anteriormente, diferentemente da fecundidade, natalidade e mortalidade (processos naturais, biológicos), a migração caracteriza-se como um processo social (SINGER, 1980; MARTINE, 1984; SAYAD, 1998, CASTIGLIONI, 2009, CUNHA, 2012), suscetíveis às transformações econômicas, sociais, política, físico-ambientais (catástrofes), de cada momento histórico. No município em análise, constatou-se que a componente migratória foi um dos principais fatores do maior incremento populacional desde a década de 1970 (Gráfico 5: **População residente em Serra por situação de domicílio (1940 – 2010)**), cujo crescimento demográfico ultrapassa o dos municípios da RMGV (Gráfico 2), por conseguinte, dos demais municípios do Espírito Santo.

Nessa perspectiva, o presente capítulo tratará das migrações realizadas no período de 2000 a 2010 no referido município considerando-se as variáveis: população residente “nativa”, fluxo migratório, características dos migrantes, ao que se refere à idade, sexo, estado civil, nível de instrução, trabalho/ocupação e rendimento; e condições habitacionais dos migrantes, contemplando as características dos domicílios particulares permanentes dos migrantes, quais sejam: condição de ocupação do domicílio, disponibilidade de banheiro, sistema de esgotamento sanitário, abastecimento de água, destinação do lixo, disponibilidade de energia elétrica e aluguel.

6.1 POPULAÇÃO RESIDENTE: “OS NATURAIS” E OS “NÃO NATURAIS”²⁴

Os dados dos censos demográficos permitem identificar a população residente que nasceu na área recenseada, de modo que seja possível identificar se essa pessoa realizou algum movimento migratório em algum momento da vida. Contudo, essa informação contempla apenas a unidade da federação e a unidade municipal, ficando de fora a migração interbairros, que em municípios de grande extensão territorial é perfeitamente possível esse tipo de fluxo. Além disso, o censo de 2000 su-

²⁴ Considera-se população residente “natural” aquela população que nasceu no município em que residia, e “não natural” quando a pessoa não nasceu no município em que residia. A esse respeito vide: IBGE (2016b, p. 327).

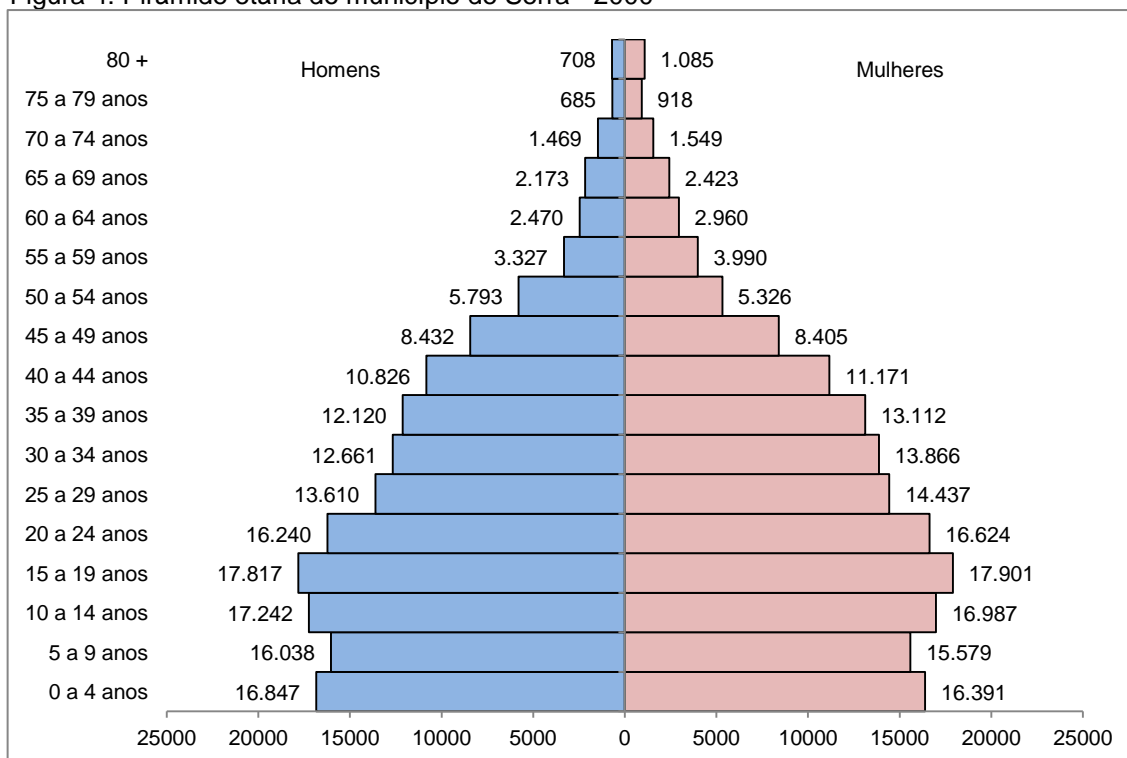
primiu a pergunta do último município de residência, o que impossibilita a identificação de fluxos.

Ao abordar sobre a população residente nativa, que não migrou, faz-se um contraponto, a partir da informação de lugar de nascimento (estoque de migrantes ou life time migrants), com a população imigrante, revelando-se com isso a representatividade de “cada população” no total do município.

Nessa perspectiva, necessário é, identificar o quantitativo populacional do município para os períodos considerados, depreendendo-se, por conseguinte, a representatividade da população natural e dos não naturais.

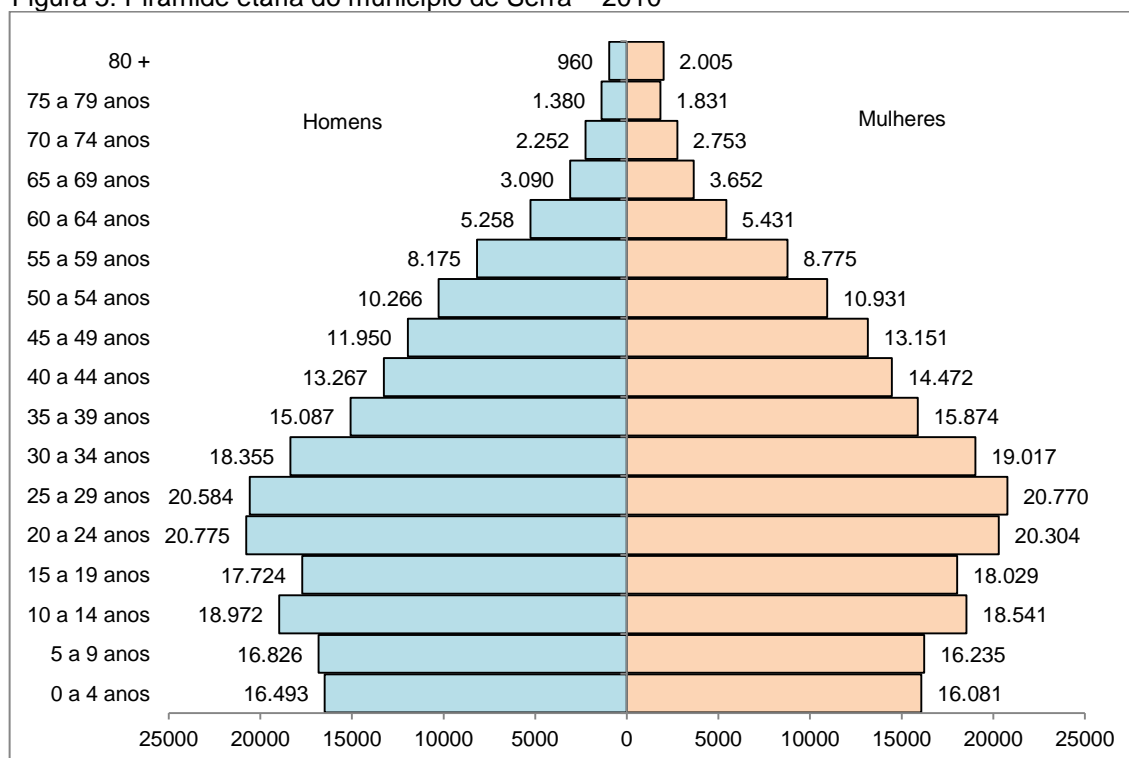
A Figura 4 e Figura 5, revelam a composição da estrutura etária por sexo, em valores brutos, da população residente do município de Serra-ES para as décadas de 2000 e 2010, respectivamente.

Figura 4: Pirâmide etária do município de Serra - 2000



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Figura 5: Pirâmide etária do município de Serra – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

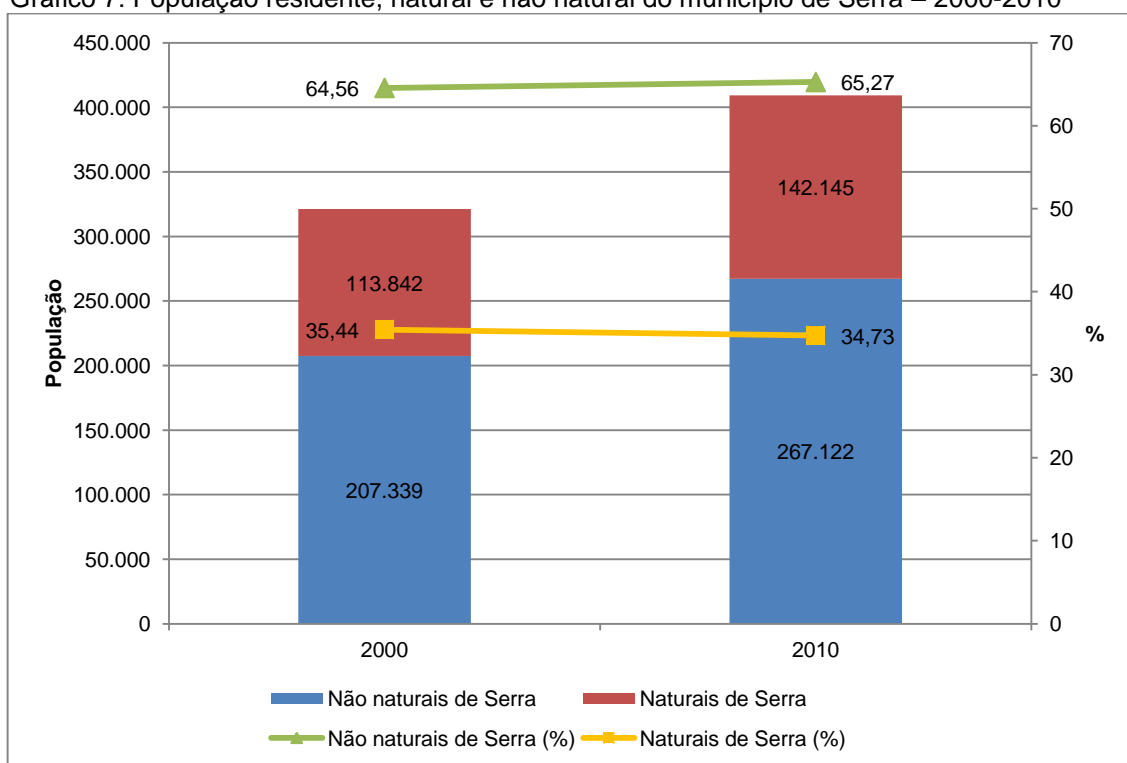
O comparativo entre ambas revela o crescimento populacional total do município, em especial do segmento etário compreendido entre os 25 aos 34 anos (meio da pirâmide) e aumento do grupo de idosos acima de 60 anos (topo da pirâmide), contudo constata-se também uma redução do número de crianças de 0 a 4 anos (base da pirâmide). Tais características estão em consonância com o processo de transição demográfica vivenciado pelo Brasil e pelo Espírito Santo na contemporaneidade, no qual apresenta redução da natalidade e prolongamento da vida, resultando no aumento da população idosa, conforme já mencionado. A migração teve seu maior reflexo no incremento populacional do grupo de jovens e adultos (25 a 34 anos) sendo o principal fator de crescimento desse segmento.

Outro fator a ser considerado na pirâmide são os quantitativos humanos por sexo, no qual predomina a população feminina em relação à masculina no total da população, não obstante seu oposto até o final da adolescência e início da juventude, onde a população masculina diminui em relação à feminina. A literatura demográfica apresenta algumas teorias a esse respeito, muito relacionadas à mortalidade e à

migração masculina nessa fase da vida, todavia, aquela não é a preponderância desse estudo e a migração será mais bem esclarecida na análise que segue.

Ao que se refere especificamente à população natural e não natural, para o ano 2000 o município em tela apresentava 321.181 habitantes e para o ano de 2010, 409.267. Dessa população 64,56% em 2000 eram não naturais do município e em 2010, 65,27%; aumento de 0,67% no período considerado; como se pode verificar no Gráfico 7. Pode-se entender que a migração no município apresenta-se como caráter representativo, compreendendo aproximadamente 2/3 da população residente para as duas décadas consideradas. Outrossim, a característica migratória constatada indica positividade no saldo populacional, tendo em vista o aumento dessa, anunciando também fatores atrativos, ou, pouco repulsivos à essa população.

Gráfico 7: População residente, natural e não natural do município de Serra – 2000-2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Cumprir analisar a origem dessa população imigrante de acordo com o “lugar de nascimento”, informação essa captada nos censos considerados. Nesse aspecto, considerou-se o Estado de nascimento da população recenseada. A Tabela 14 a-

apresenta os valores mais representativos dos não naturais segundo o Estado de nascimento.

Tabela 14: População residente em Serra e População não natural de Serra, segundo o lugar de nascimento – 2000 – 2010.

Ano	População total	Não naturais de Serra	Não naturais de Serra (%)	Estado de nascimento					
				Bahia (%)	Minas Gerais (%)	Rio de Janeiro (%)	São Paulo (%)	Espírito Santo (%)	Outros (%)
2000	321.181	207.339	64,56	8,69	15,88	3,14	1,32	32,46	2,96
2010	409.267	267.122	65,27	9,30	13,33	2,71	1,41	34,13	3,54

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Nota: As diferenças entre a soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

É axiomática a maior participação da população do próprio Estado, em ambos os períodos, entre os “não naturais”, seguida da população nascida nos Estados vizinhos ao Espírito Santo, com sutis diferenças no período seguinte, de acordo com o Estado vizinho. Dentre os “não naturais”, nascidos em outras unidades da Federação, os mineiros nos anos 2000 ocupavam a primeira colocação (15,88%) dos “não naturais”, seguidos respectivamente dos baianos (8,69%), cariocas (3,14%), paulistas (1,32%) e outros Estados (2,96%), mantendo-se, para o ano de 2010 a mesma sequência de maior representatividade da década passada, todavia, os baianos aumentaram sua participação (9,30%) em relação ao último decênio, assim como os paulistas (1,41%) e outros Estados (3,54%), diferentemente dos cariocas (2,71%) e os mineiros (13,33%) que tiveram sua participação reduzida em relação à última década. Na categoria “Outros Estados” os que apresentaram maior representatividade para ambos os períodos foram Pernambuco, Ceará e Paraná.

Percebe-se com isso, proximidade às leis e teorias da migração no que diz respeito aos deslocamentos em “curtas distâncias”. A distância nesse caso, não é um obstáculo à população mineira, muito menos à baiana, que percorre uma distância maior para alcançar o município da Serra, ao invés de percorrer um caminho mais curto em relação a outras cidades do Espírito Santo mais próximas aos seus respectivos Estados. Todavia, com a malha viária, os meios e as ofertas de transportes disponíveis não poderia mesmo ser um impeditivo para se lançar a distâncias mais “longínquas”.

O tempo de residência é um indicativo importante da atração e retenção da população migrante. Revela a consolidação ou não da residência do migrante, sua adaptação e relativo êxito da realização do movimento migratório, considerando-se os diversos fatores que levaram o indivíduo a migrar. A Tabela 15 apresenta os percentuais dos não naturais por tempo ininterrupto de residência, no qual se identifica um percentual maior de pessoas com menos de 1 ano de residência em 2010 em relação ao ano 2000, indicando uma imigração maior no último período, em comparação ao decênio anterior, e as pessoas residentes há 10 anos ou mais com percentuais superiores no mesmo comparativo.

Tabela 15: Pessoas não naturais de Serra, por tempo ininterrupto de residência em Serra (%) - 2000 – 2010.

Ano	Total de não naturais	Menos de 1 ano	1 a 2 anos	3 a 5 anos	6 a 9 anos	10 anos ou mais	Total
2000	207.339	3,86	11,18	16,20	16,44	52,32	100,00
2010	267.122	5,79	9,85	10,49	10,36	63,50	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Diante do exposto pôde-se verificar a composição etária e por sexo da população de Serra para os períodos de 2000 e 2010 e a representatividade desses dois componentes demográficos no referido município. De igual maneira, verificou-se a significância da população residente natural e não natural e o tempo de residência dessa população, o que permitiu auferir considerações acerca da expressividade dessas duas classes, das distâncias que os não naturais se deslocaram entre sua origem e seu último destino (Serra), e a possível “adaptação”, retenção e “estabilidade” do migrante no local de destino, respectivamente.

Na sequência serão verificadas algumas características gerais da população e do domicílio dessa população para o município de Serra.

6.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS: DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES

Essa seção busca analisar as principais características dos migrantes e não migrantes, a partir dos quesitos data fixa, migrantes antigos e os não migrantes no

município de Serra nas décadas de 2000 e 2010, tendo como fonte os microdados dos censos demográficos dos respectivos anos supracitados.

As variáveis, ou, atributos analisados, foram apresentados na metodologia deste estudo, todavia, versam sobre dois aspectos principais, quais sejam, as principais características demográficas e as principais características habitacionais envolvidas no processo migratório. Ao que se refere exclusivamente às características demográficas, são analisadas sob a perspectiva das variáveis: idade e sexo, compondo a estrutura etária da população; estado civil, nível de instrução, ocupação, atividade econômica, trabalho e rendimentos da população selecionada.

O estudo e análise das características dos migrantes têm por finalidade conhecer a composição da população e seus aspectos “sócio-econômico-demográficos”, possibilitando traçar um perfil dessa população.

6.2.1 Idade e Sexo

Nos estudos populacionais a análise da idade e do sexo é fundamental, pois permite acompanhar o crescimento ou diminuição, a distribuição geográfica, a composição da população ao longo do tempo, entre outros fatores. Soma-se a isso o viés estatal de administração, planejamento e desenvolvimento de políticas e programas governamentais, na gestão das demandas sociais, econômicas, ambientais, etc.

O arcabouço teórico acerca das migrações (RAVENSTEIN, 1885; SJAASTAD, 1962; CASTIGLIONI, 1989, 2009; CUNHA, 1994) aponta para o caráter seletivo da mesma de acordo com as faixas etárias e os sexos. De acordo como Cunha (1994, p. 173), “também fornecem pistas sobre os possíveis condicionantes destes movimentos”.

Na Tabela 16 são apresentados os grupos etários, os quesitos migratórios e os valores (absoluto e relativo) das análises realizadas.

Tabela 16: População residente em Serra-ES por grupos etários, data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.

Grupos etários	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
0 a 4 anos	29.749	27,17	22.984	17,18
5 a 9 anos	4.904	10,09	3.167	2,04	23.028	21,03	4.042	8,84	6.704	3,18	21.282	15,91
10 a 14 anos	5.017	10,32	9.123	5,89	19.594	17,89	3.953	8,64	12.035	5,71	20.689	15,47
15 a 19 anos	5.737	11,81	14.861	9,59	14.432	13,18	4.369	9,55	14.019	6,65	16.541	12,37
20 a 24 anos	6.967	14,34	17.042	11,00	8.156	7,45	7.220	15,79	18.283	8,68	14.391	10,76
25 a 29 anos	6.136	12,63	17.019	10,98	4.384	4,00	7.518	16,44	21.820	10,36	10.707	8,00
30 a 34 anos	5.314	10,94	17.773	11,47	2.947	2,69	5.255	11,49	23.501	11,15	7.344	5,49
35 a 39 anos	4.231	8,71	18.499	11,94	1.969	1,80	3.610	7,90	21.243	10,08	5.103	3,81
40 a 44 anos	3.214	6,61	17.051	11,00	1.548	1,41	2.960	6,47	20.083	9,53	4.072	3,04
45 a 49 anos	2.190	4,51	13.286	8,57	1.202	1,10	2.049	4,48	19.252	9,14	3.334	2,49
50 a 54 anos	1.281	2,64	9.032	5,83	753	0,69	1.519	3,32	16.958	8,05	2.323	1,74
55 a 59 anos	1.113	2,29	5.655	3,65	485	0,44	1.104	2,41	14.008	6,65	1.671	1,25
60 a 64 anos	843	1,73	4.174	2,69	305	0,28	604	1,32	8.813	4,18	1.139	0,85
65 a 69 anos	614	1,26	3.585	2,31	376	0,34	448	0,98	5.359	2,54	854	0,64
70 a 74 anos	338	0,70	2.426	1,57	246	0,22	413	0,90	3.987	1,89	529	0,40
75 a 79 anos	235	0,48	1.273	0,82	73	0,07	352	0,77	2.394	1,14	413	0,31
80 +	455	0,94	1.030	0,66	258	0,24	311	0,68	2.235	1,06	385	0,29
Total	48.589	100,00	154.995	100,00	109.505	100,00	45.729	100,00	210.695	100,00	133.762	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado numérico não disponível.

Na análise dos quesitos considerou-se a idade calculada em anos completos na data de referência utilizada pelos censos em cada período considerado. Deve-se ressaltar que as idades representadas nas pirâmides não indicam a idade dos migrantes no momento da migração. Na Figura 6 observa-se a pirâmide etária para os quesitos migrantes data fixa, os migrantes antigos e os não migrantes para o ano 2000. No referido censo (2010 também), a população de 0 a 4 anos de idade não é considerada para o levantamento dos migrantes data fixa e para os migrantes antigos, que também não considera o grupo de 5 a 9 anos. Verifica-se uma maior expressividade do grupo de crianças e adolescentes (0 a 14 anos) na pirâmide dos não migrantes. Verifica-se também uma maior proporção, entre os migrantes, de pessoas nas idades acima dos 20 anos, que se mantém superior nas idades adultas. A respeito disso, encontra-se consonância com a teoria apresentada por Sjaastad (1962), por exemplo, sobre os custos e benefícios (*costs and returns*) associados à migração, tendendo a favor dos grupos mais jovens, em vista os fatores profissionais decisivos nessa fase da vida. Esse aspecto também se confirma para os não migrantes; a partir da referida faixa etária os percentuais de jovens e adultos apresentam diminuição considerável, indicando a tendência migratória aqui abordada.

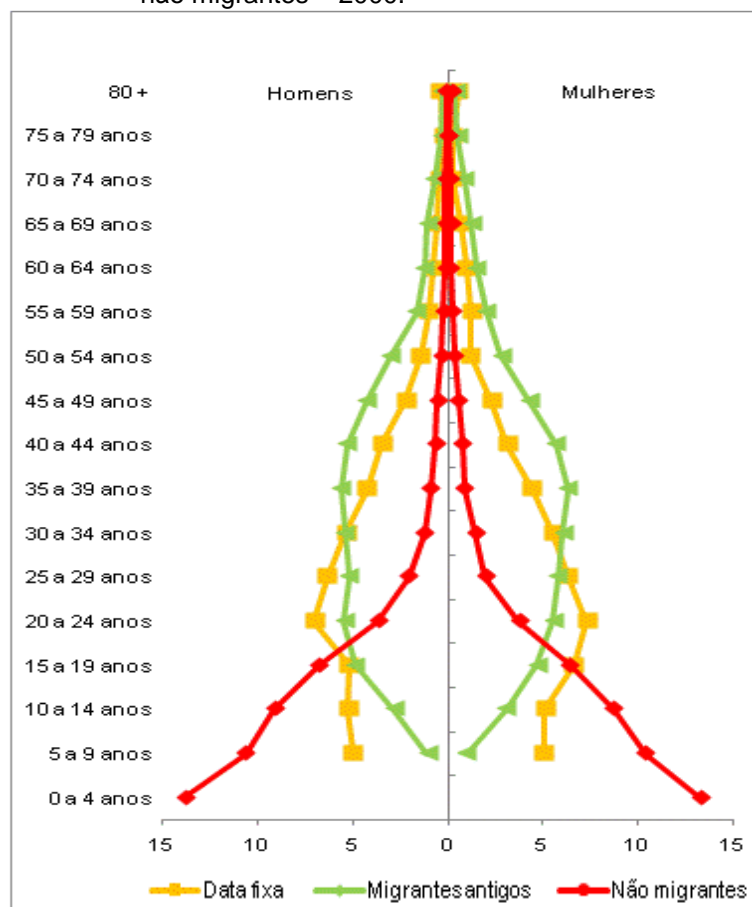
Corroboram com essa análise os resultados apresentados pelas medidas de tendência central²⁵, cuja média das idades para os migrantes data fixa foi de 28,37 anos e a mediana 26 anos, para os migrantes antigos a média foi de 35,47 anos e a mediana 34,00 anos e os não migrantes apresentaram as menores médias, sendo 13,06 anos a média das idades e 10 anos a mediana.

As idades média e mediana dos não migrantes são baixas, por incluírem em seus cálculos filhos (naturais) dos imigrantes que chegaram ao município antes da data de referência de realização do censo de 2000, especificamente, antes dos migrantes data fixa do referido censo. Os filhos desses imigrantes, nascidos em Serra, somados à população que representa os filhos dos não migrantes, isto é, os naturais, representam significativa parcela de crianças e adolescentes, resul-

²⁵ A estrutura etária das duas categorias de migrantes é influenciada pelo tempo de migração, bem diferente nos dois casos. Os migrantes antigos chegaram a mais tempo indicando idade inferior à apresentada no momento da migração.

tando nos baixos valores das medidas de tendência central. Esse aspecto ficará evidente na análise da pirâmide etária da população e nas demais análises consideradas neste estudo.

Figura 6: Pirâmide etária relativa (%) da população data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e dos não migrantes – 2000.



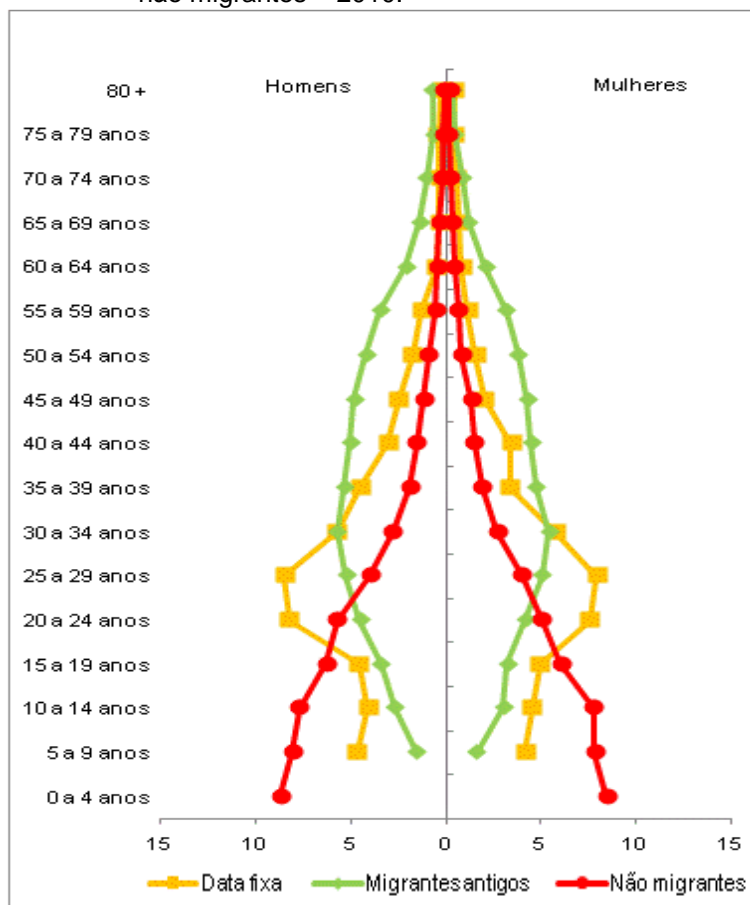
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 do IBGE.

A razão de sexo para os migrantes data fixa foi de 97,10, predominando o sexo feminino entre a população, do mesma forma e ligeiramente mais significativo foi a dos migrantes antigos, 94,08 homens para cada grupo de 100 mulheres, ao passo que, os não migrantes, os homens são numericamente mais representativos em relação ao número de mulheres, alcançando 102,74, portanto, maioria masculina.

Para o Censo de 2010, a Figura 7 apresenta o comportamento etário por sexo para o referido período, no qual se constata a estrutura piramidal semelhante ao

do período passado nos referidos quesitos, contudo, observa-se algumas diferenças significativas.

Figura 7: Pirâmide etária relativa (%) da população data fixa (pessoas de 5 anos ou mais de idade), migrantes antigos (pessoas de 5 anos ou mais de idade) e dos não migrantes – 2010.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

Identifica-se uma importante diminuição proporcional do número de crianças e adolescentes para os não migrantes em relação ao censo de 2000, assim como acentuação da proporção dos migrantes data fixa entre os 20 aos 34 anos em relação ao referido censo.

As medidas de tendência central para 2010 acompanham os perfis etários verificados no período anterior. Para os migrantes data fixa houve insignificante variação nos valores da média e da mediana, 28,98 e 27,00 anos, respectivamente; indicando que o perfil etário daqueles que migraram nos 5 anos anteriores ao censo de 2010 se mantiveram praticamente os mesmos, semelhantes aos migran-

tes antigos que apresentaram discreto aumento nas medidas. Todavia, a maior variação de um período ao outro ocorreu com os não migrantes, cuja média das idades foi de 18,81 e a mediana 15 anos. As populações nessas idades representam parcela significativa dos filhos dos migrantes mais antigos e uma diminuição da natalidade desses residentes com o aumento da idade.

Na razão de sexo o maior número de homens em relação ao de mulheres foi expressivo para os migrantes data fixa, com 103,57, homens para 100 mulheres.

Dado o exposto, as características populacionais dos quesitos analisados nos dois períodos considerados, conservam semelhanças, com alguns aspectos destoantes, conforme discorrido acima. Os fluxos migratórios (data fixa), apesar de serem muito próximos em valores foram mais significativos para a metade da década de 1990, precisamente a partir de 1995, do que para a década de 2000, *en passant*, 2005. A razão de sexo dos migrantes data fixa em 2000 tendeu para a população feminina, enquanto os não migrantes, o oposto; à medida que, para o período de 2010, caracterizou-se pela maior participação relativa dos homens em relação às mulheres em todos os quesitos analisados, mas com valores muito próximos ao equilíbrio (100) entre os sexos. É evidente o maior fluxo migratório dos segmentos etários mais jovens e adultos, e menores nas idades mais avançadas; uma tendência esperada levando-se em consideração o arcabouço teórico das migrações.

Na sequência serão verificados os principais aspectos familiares dessas populações resumidos no item estado civil dos Censos Demográficos.

6.2.2 Estado civil

O estado civil da população residente possibilita a revelação sucinta da estrutura familiar e de padrões de nupcialidade, bem como conhecer a natureza da união conjugal das pessoas inquiridas. Todavia, o foco nesse item pautou-se na interpretação das características do estado civil dos residentes nos quesitos analisados, de modo a se ter um panorama dessas características para o município em questão.

Diante desse aspecto, na Tabela 17 pode-se verificar a população residente em Serra-ES de 10 anos ou mais, segundo o estado civil, nos quesitos migratórios e os valores (absoluto e relativo) das análises realizadas. O questionário do Censo Demográfico do IBGE capta essa informação apenas das pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade na data de referência utilizada pelo referido Censo.

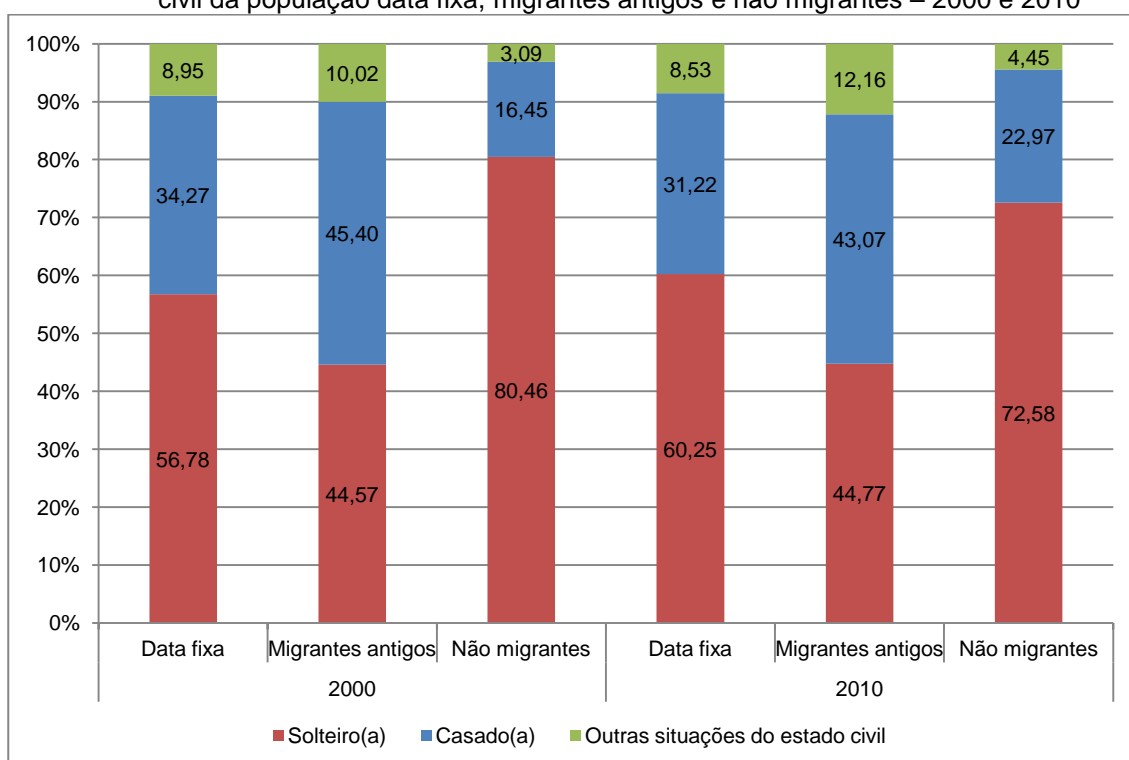
Tabela 17: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, segundo o estado civil e o quesito migratório (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.

Estado civil	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Casado(a)	14.971	34,27	68.935	45,40	9.331	16,45	13.014	31,22	87.852	43,07	20.556	22,97
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	1.104	2,53	3.755	2,47	603	1,06	725	1,74	3.877	1,90	849	0,95
Divorciado(a)	1.306	2,99	4.285	2,82	385	0,68	1.534	3,68	10.006	4,90	1.514	1,69
Solteiro(a)	24.804	56,78	67.675	44,57	45.645	80,46	25.117	60,25	91.330	44,77	64.957	72,58
Viúvo(a)	1.501	3,44	7.178	4,73	765	1,35	1.297	3,11	10.926	5,36	1.621	1,81
Total	43.685	100,00	151.828	100,00	56.729	100,00	41.686	100,00	203.991	100,00	89.496	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Da referida tabela depreendeu-se apenas os valores percentuais dos casado(a)s e solteiro(a)s, agregando em apenas uma variável, a qual designamos como outras situações do estado civil, que compreende os desquitado(a) ou separado(a) judicialmente, o(a)s divorciado(a)s e o(a)s viúvo(a)s; com o intuito de tornar a análise mais clara, sendo o resultado apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, segundo o estado civil da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes – 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Fica evidente o maior percentual de solteiros, seguidos dos casados e outras situações do estado civil dos residentes pesquisados em todos os quesitos analisados nos dois períodos em questão. Os solteiros não migrantes apresentam os maiores percentuais tanto para o ano de 2000 (80,46%) como para 2010 (72,58%). Para os não migrantes verifica-se o peso populacional dos filhos dos migrantes mais antigos, elevando significativamente a representação da população mais jovem e consequentemente os percentuais desse quesito analisado. Os casados representam 16,45% dos não migrantes de 2000 e 22,97% dos de 2010. As outras situações do estado civil também apresentaram discreto au-

mento, de 3,09 em 2000 para 4,45 em 2010, com destaque para os casos de divórcio que aumentaram aproximadamente 293%.

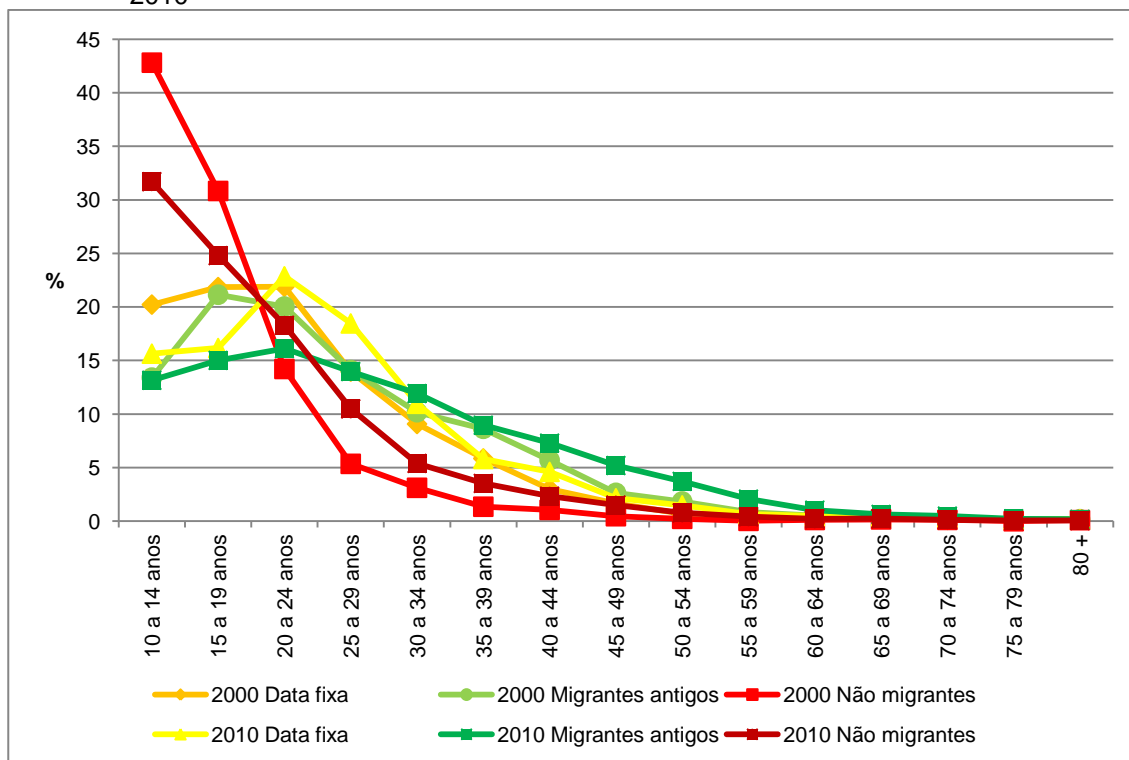
Com aspecto diferente do quesito não migrantes, os data fixa solteiros aumentaram seu percentual de 2000 (56,78%) para 2010 (60,25%) em decorrência da diminuição das uniões matrimoniais, 34,27% e 31,22%, respectivamente. Houve diminuição também na representação dos casos de outras situações do estado civil para o referido quesito, ressaltando a diminuição de aproximadamente 35% dos casos de desquitados ou separados judicialmente e 14% dos viúvos, apesar do aumento de aproximadamente 18% dos casos de divorciados.

Para os migrantes antigos não se verifica grandes alterações no perfil do estado civil entre os dois períodos analisados, assim como os não migrantes, não obstante à diminuição relativa da população solteira em detrimento ao aumento daquela população que casou.

Sendo os solteiros e os casados os que apresentaram os maiores escores (em torno de 90%) no tipo de estado civil nos quesitos da análise migratória (data fixa e migrantes antigos), é prudente considerar as idades desses dois conjuntos. À vista disso, os Gráficos 9 e 10 exibem a população de solteiros e casados, respectivamente, nos quais se depreende uma correspondência com os resultados da análise de idade abordada anteriormente.

Em ambos os períodos o grupo de solteiros é representado majoritariamente pelos adolescentes. Observa-se dois modelos gerais de distribuição dos solteiros segundo a idade. A representação dos não migrantes solteiros reproduz a tendência clássica apresentada por esta categoria nas populações, sua frequência é maior nas idades mais jovens, diminuindo à medida que a idade aumenta. No segmento dos migrantes, a tendência apresentada resulta das características próprias dos fluxos migratórios, a representação desses migrantes concentra-se nos grupos de jovens e adultos solteiros, os mais propensos a migrar (CASTIGLIONI, 2009, p. 51).

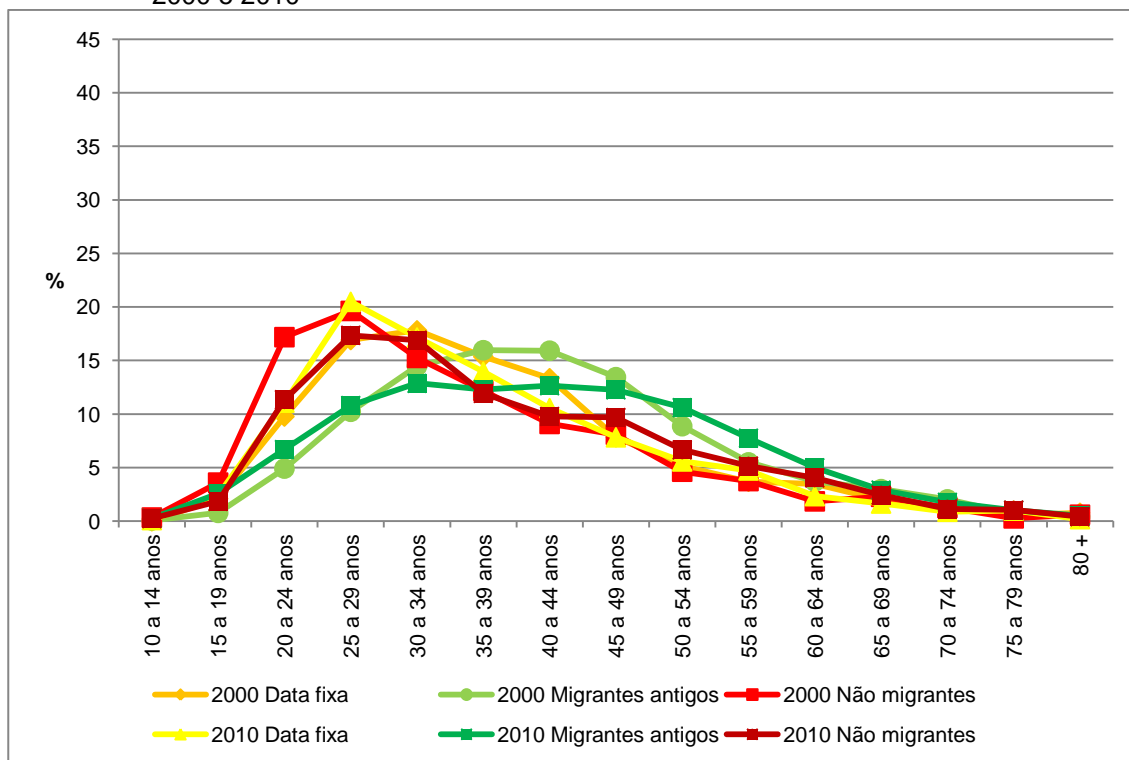
Gráfico 9: Pessoas de 10 anos ou mais de idade residente em Serra-ES, segundo o estado civil "Solteiro(a)" da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

No conjunto dos casados (Gráfico 10) os jovens e adultos predominam nas idades de 20 a 34 anos diminuindo gradativamente nos grupos etários mais velhos, tanto em 2000 quanto em 2010. Uma observação a se fazer são os não migrantes para o ano de 2000 nas idades de 20 a 24 anos que se destacam discretamente dos outros quesitos, ao qual se pode considerar como hipótese um indicativo de mudanças no comportamento social das uniões entre os sexos, tendo como possível consequência a diminuição dos matrimônios. Contudo, tal assertiva poderia ser confirmada ou refutada mediante um estudo específico para esse propósito, o qual escapa ao desígnio deste estudo.

Gráfico 10: Pessoas de 10 anos ou mais de idade residente em Serra-ES, segundo o estado civil "Casado(a)" da população data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Na análise desse item tentou-se apresentar as características daquilo de que se vislumbra enquanto estrutura familiar da população, a união entre os sexos, ou ausência dela, expressa nos tipos de estado civil.

Assim sendo, foi possível constatar que os quesitos considerados como critério de análise apresentam a maior parte da população de pessoas solteiras e casadas, das quais estão compreendidas nas faixas etárias dos 15 aos 29 anos e dos 25 aos 39 anos, respectivamente. Presume-se que o que foi analisado está em consonância com o item explorado anteriormente e os resultados convergem num sentido coerente de interpretação do tema proposto. Além disso, constata-se a aderência dos resultados com o que as teorias migratórias apresentam a respeito do estado civil dos migrantes, conforme analisado nesta seção.

No desenrolar dessa investigação, serão considerados a seguir os níveis de instrução da população nos três quesitos em questão nos períodos apresentados.

6.2.3 Nível de instrução

Num mundo marcado pela globalização, ao qual Milton Santos (2014 [1996], p. 239) considerou como “a aparência geográfica do meio técnico-científico-informacional”, cuja matriz econômica se pauta no capitalismo, o conhecimento tem papel fundamental no processo econômico e social dos indivíduos e das/nas sociedades. O conhecimento potencializa as possibilidades e as chances de absorção da mão de obra pelo mercado de trabalho, contudo, não é uma certeza que isso se concretize.

Sendo as questões econômicas, uma das maiores desencadeadoras dos movimentos populacionais, a depender do lugar e do momento histórico que se vive, a abordagem acerca da escolaridade, ou nível de instrução, alcança pertinência ao corroborar com a perspectiva de possibilitar a maximização dos retornos gerados pelo deslocamento (SJAASTAD, 1962 apud CASTIGLIONI, 2009, p. 46), não só no sentido das oportunidades, mas também das possibilidades de ascensão funcional dentro das empresas ou corporações que o indivíduo trabalha (DOTA, 2015, p. 147).

Nesse sentido, esta seção busca apresentar um cenário do nível de instrução, com base no curso que a pessoa frequentou, partindo da perspectiva que essa variável, dentre as levantadas nos Censos, sintetiza e expressa sucintamente o caráter formativo da população recenseada permitindo tangenciar a temática proposta.

Nessa toada, a Tabela 18 refere-se aos resultados encontrados do tipo de curso mais elevado que o indivíduo frequentou e as respectivas populações (total) dos quesitos considerados. Na referida tabela as informações de quem frequentava escola ou creche ou aqueles que nunca frequentaram, foram combi-

nadas em um único item (Estudantes ou nunca frequentaram) da mesma forma que essa informação é tratada no Censo de 2010.

Tabela 18: Tipo de curso mais elevado que frequentou da população total residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010.

Nível de instrução (1)	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrante		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrante	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Ensino Fundamental incompleto (2)	16.028	33,00	61.457	39,67	12.059	11,01	5.594	12,38	31.121	14,90	9.403	7,11
Ensino Fundamental completo	5.270	10,85	19.998	12,91	4.393	4,01	6.047	13,38	29.022	13,89	10.555	7,98
Ensino Médio completo	7.310	15,05	24.359	15,72	5.383	4,92	11.450	25,34	57.164	27,36	19.134	14,46
Ensino Superior completo	1.163	2,39	3.064	1,98	293	0,27	2.049	4,53	8.633	4,13	2.260	1,71
Mestrado ou Doutorado	32	0,07	94	0,06	8	0,01	582	1,29	1.974	0,94	254	0,19
Subtotal	29.802	61,36	108.972	70,33	22.135	20,21	25.722	56,91	127.914	61,23	41.606	31,44
Estudantes ou nunca frequentaram (3)	18.766	38,64	45.963	29,67	87.369	79,79	19.472	43,09	80.994	38,77	90.729	68,56
Total	48.568	100,00	154.934	100,00	109.505	100,00	45.194	100,00	208.908	100,00	132.334	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

(1) Exclusive educação infantil e alfabetização de adultos.

(2) Pessoas com Ensino Fundamental incompleto e pessoas que concluíram ou não concluíram o Primário.

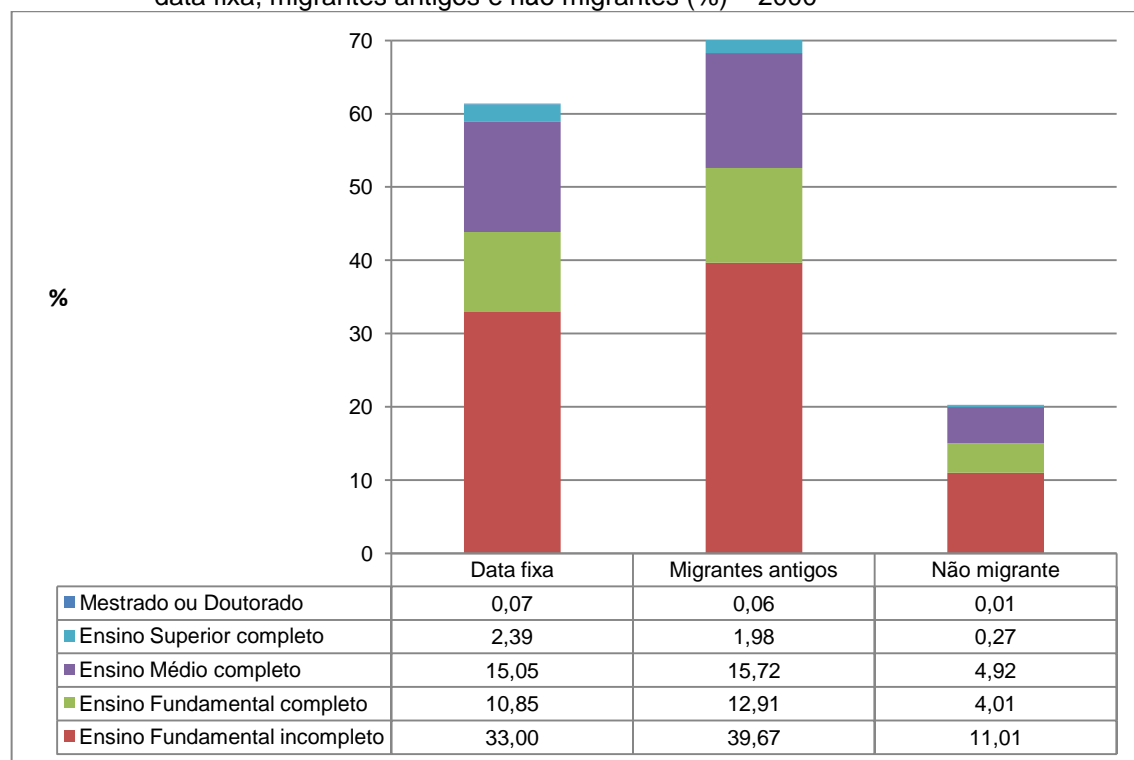
(3) Pessoas que frequentavam escola ou creche ou aqueles que nunca frequentaram.

As informações para o ano 2000 revelam significativa representatividade da população com ensino fundamental incompleto, seguido daqueles com ensino médio completo e ensino fundamental completo nos três quesitos analisados; os que possuíam curso superior, inclusive mestrado e doutorado, figuravam os menores valores (Gráfico 11). Expressivo também são os estudantes ou os que nunca frequentaram algum curso na educação formal, com especial destaque para o quesito não migrantes, justificado pelo grande quantitativo populacional de pessoas em idade escolar (crianças e adolescentes), conforme verificado na seção 7.2.1 Idade e Sexo. Especificamente sobre os que nunca frequentaram escola ou creche, isto é, nunca frequentaram o sistema formal de ensino, representaram 6,7% dos migrantes data fixa, 6,51% dos migrantes antigos e 28,94% dos não migrantes.

Similarmente a 2000 as informações de 2010 também expressam relevante número de estudantes, apesar de estarem combinados com os que nunca frequentaram escola ou creche, que, a propósito, representam 3,10% dos migrantes data fixa, 4,56% dos migrantes antigos e 13,49% dos não migrantes, daqueles que também nunca frequentaram o sistema de ensino formal. Tais valores, para os períodos considerados, são significativos e requerem abordagens específicas não contempladas aqui.

Para o período de 2010 verifica-se alteração no perfil instrucional da população, predominando as pessoas com formação no ensino médio completo em detrimento daquelas com apenas o ensino fundamental completo e incompleto. Os que possuíam algum curso superior são mais representativos em relação ao período passado, inclusive aqueles que possuíam pós-graduação (mestrado e doutorado) (Gráfico 12).

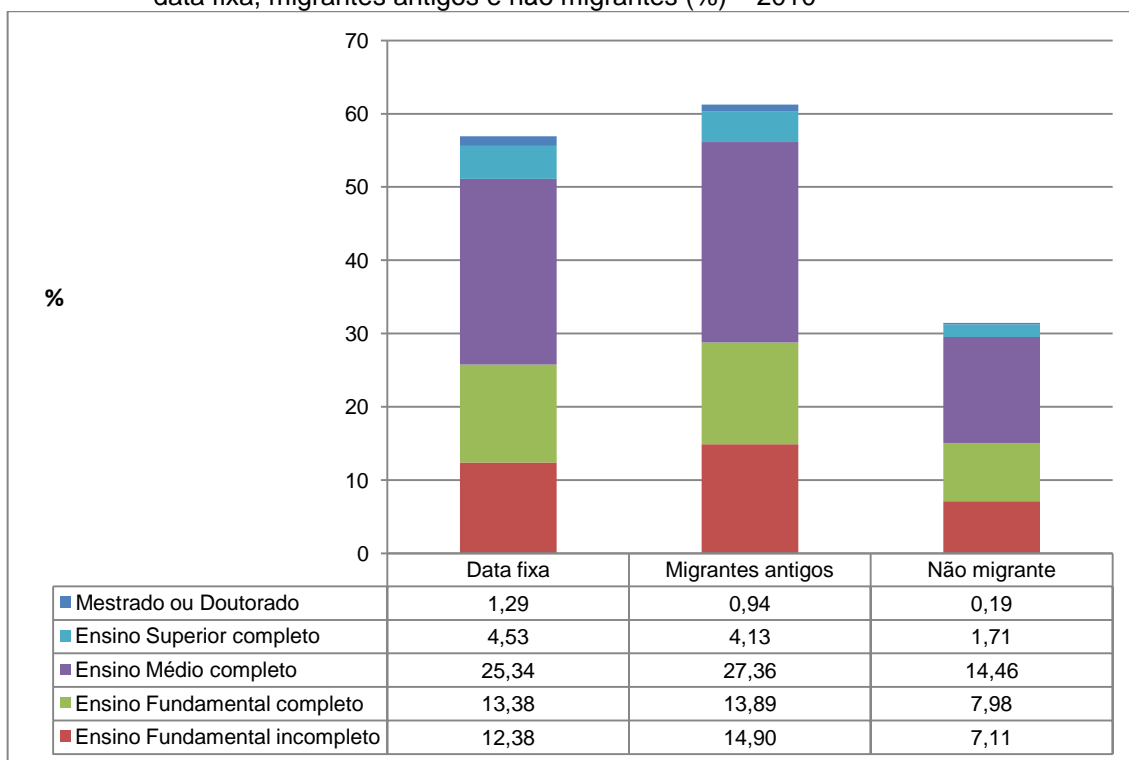
Gráfico 11: Tipo de curso mais elevado que frequentou, da população residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

Nota: Os valores percentuais referem-se à população total de cada quesito analisado.

Gráfico 12: Tipo de curso mais elevado que frequentou, da população residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Nota: Os valores percentuais referem-se à população total de cada quesito analisado.

A síntese analítica dos dois períodos permite constatar diferenças significativas nos dois períodos analisados. Em duas décadas ocorre uma alteração do perfil educacional da população, onde se verifica em um primeiro momento uma população predominantemente com o básico do ensino formal, se assim se pode considerar; e em um segundo momento o aumento representativo dos que possuíam o ensino fundamental e médio completo em detrimento daqueles que não haviam concluído nem o ensino fundamental. Esse cenário tem relação com os investimentos do governo federal ao longo da década de 2000 a 2010²⁶. Verifica-se também que a proporção dos que possuíam curso superior aumentou, consecutivamente, de um período ao outro, inclusive os que possuíam pós-graduação.

²⁶ A respeito dos investimentos do governo federal em educação no período em tela, vide: BRASIL, Ministério da Educação, 2014. **Relatório da Educação para todos no Brasil 2000-2015 - Versão preliminar**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>>; especialmente a parte 3 do referido relatório.

A população migrante, data fixa e migrantes antigos, exibem valores proporcionalmente superiores em níveis de instrução em relação aos não migrantes em todos os quesitos e nos dois períodos contemplados.

Considerando os aspectos acima analisados presume-se que tenha sido possível alcançar um entendimento abrangente da significância que o nível de instrução, entendido também como escolaridade, tem no âmbito das migrações, e, detidamente, no contexto do município de Serra para os períodos declarados.

Não obstante, ainda não é possível estabelecer uma característica mínima da população migrante em Serra a partir da virada do milênio. O aspecto educacional tratado neste item sugere uma investigação da ocupação dessa população e em que atividade econômica estava, ou não, inserida. Essa aproximação está relacionada com a atividade laboral dos públicos-alvo até então tratados neste estudo. Tema abordado na próxima seção.

6.2.4 Ocupação, Atividade econômica e Trabalho

Na tentativa de compreender qual a ocupação laborativa da população investigada nos três quesitos considerados, buscou-se analisar a ocupação, ou tarefa, ou ainda, a função desempenhada, combinada com o setor de atividade econômica, para aqueles que trabalhavam nos dois períodos estudados. Para tanto adotou-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO Domiciliar) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar), respectivamente, de acordo com a disponibilidade da informação, captada nos Censos Demográficos em questão. A CBO Domiciliar identifica e classifica as ocupações no mercado de trabalho, uniformizando e padronizando os tipos de ocupações desempenhados pela população, já a CNAE Domiciliar classifica a atividade econômica que as empresas (pessoa jurídica) estão inseridas.

Esse tipo de abordagem permite uma aproximação objetiva e sucinta de onde as pessoas formalmente empregadas estavam inseridas no mercado de trabalho, sua maior ou menor concentração, além de contemplar a situação do trabalho, isto é, o conjunto de atividades desempenhadas pelo indivíduo, o nível de competência da

função e a especialização caracterizada pelo tipo de profissão exercido pelo referido indivíduo.

Nesse sentido, inicia-se essa abordagem pelas ocupações dos migrantes data fixa, migrantes antigos e os não migrantes para o ano de 2000, que apresentaram entre 191 e 280 diferentes tipos de classificação ocupacional das 757 ocupações da CBO Domiciliar consideradas nesse censo. Para o ano de 2010 foram 236 a 314 diferentes ocupações para os referidos quesitos. Os resultados dos grandes grupos da CBO Domiciliar são apresentados nas Tabelas 19 e 20, respectivamente²⁷.

²⁷ Existem diferenças na CBO Domiciliar para o Censo Demográfico de 2000 e 2010, o que impossibilitou a tabulação unificada das informações.

Tabela 19: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo), segundo a CBO - Domiciliar – 2000

Grande grupo	Classificação da ocupação	2000					
		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrante	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
0	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	306	1,47	1.373	1,74	155	0,94
1	Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes	609	2,93	3.036	3,85	343	2,09
2	Profissionais das Ciências e das Artes	1.174	5,64	2.742	3,48	398	2,42
3	Técnicos de Nível Médio	1.917	9,21	7.142	9,06	1.667	10,13
4	Trabalhadores de Serviços Administrativos	2.171	10,43	7.705	9,77	2.673	16,25
5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados	7.883	37,87	30.452	38,62	6.410	38,97
6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca	589	2,83	1.077	1,37	391	2,38
7	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	5.091	24,45	20.988	26,62	3.501	21,29
8	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais	397	1,91	1.570	1,99	342	2,08
9	Trabalhadores de Reparação e Manutenção	681	3,27	2.758	3,50	568	3,45
Total		20.818	100,00	78.843	100,00	16.448	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

Tabela 20: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo), segundo a CBO - Domiciliar – 2010

Grande grupo	Classificação da ocupação	2010					
		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrante	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
0	Membros das Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares	1.473	6,78	7.953	7,41	3.443	9,68
1	Membros Superiores do Poder Público, Dirigentes de Organizações de Interesse Público e de Empresas, Gerentes	1.045	4,81	5.305	4,94	985	2,77
2	Profissionais das Ciências e Intelectuais	2.134	9,82	7.291	6,79	2.323	6,53
3	Técnicos e Profissionais de Nível Médio	1.786	8,22	10.412	9,70	3.136	8,82
4	Trabalhadores de Apoio Administrativo	1.752	8,06	10.445	9,73	4.594	12,92
5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores dos Comércio e Mercados	4.749	21,85	24.932	23,22	8.042	22,62
6	Trabalhadores Qualificados da Agropecuária, Florestais, da Caça e da Pesca	205	0,94	852	0,79	408	1,15
7	Trabalhadores Qualificados, Operários e Artesãos da Construção, das Artes Mecânicas e Outros Ofícios	4.478	20,60	21.208	19,76	6.237	17,54
8	Operadores de Instalações e Máquinas e Montadores	1.426	6,56	10.245	9,54	2.686	7,55
9	Ocupações Elementares	2.686	12,36	8.712	8,12	3.703	10,41
Total		21.734	100,00	107.355	100,00	35.557	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Em 2000 percebe-se significativa parcela populacional dos migrantes data fixa em ocupações ligadas ao ramo dos serviços e das vendas do comércio em lojas e mercados (37,87%), seguidos dos ocupados na produção de bens e serviços industriais (24,45%), acompanhados daqueles ocupados em serviços administrativos (10,43%) e técnicos de nível médio (9,21%) compreendendo aproximadamente 82% dos migrantes data fixa. Os migrantes antigos também estão concentrados nessas ocupações, inclusive com percentuais muito próximos em cada titulação da ocupação totalizando aproximadamente 85% dessas ocupações. Os não migrantes exibem aspectos parecidos quanto à distribuição quantitativa das ocupações com maioria populacional atuando no segmento de serviços e das vendas do comércio em lojas e mercados (38,97%), logo após os que estão inseridos na produção de bens e serviços industriais (21,29%), imediatamente depois dos ocupados em serviços administrativos (16,25%) e dos técnicos de nível médio (10,13%) configurando aproximadamente 87% das ocupações nesse quesito.

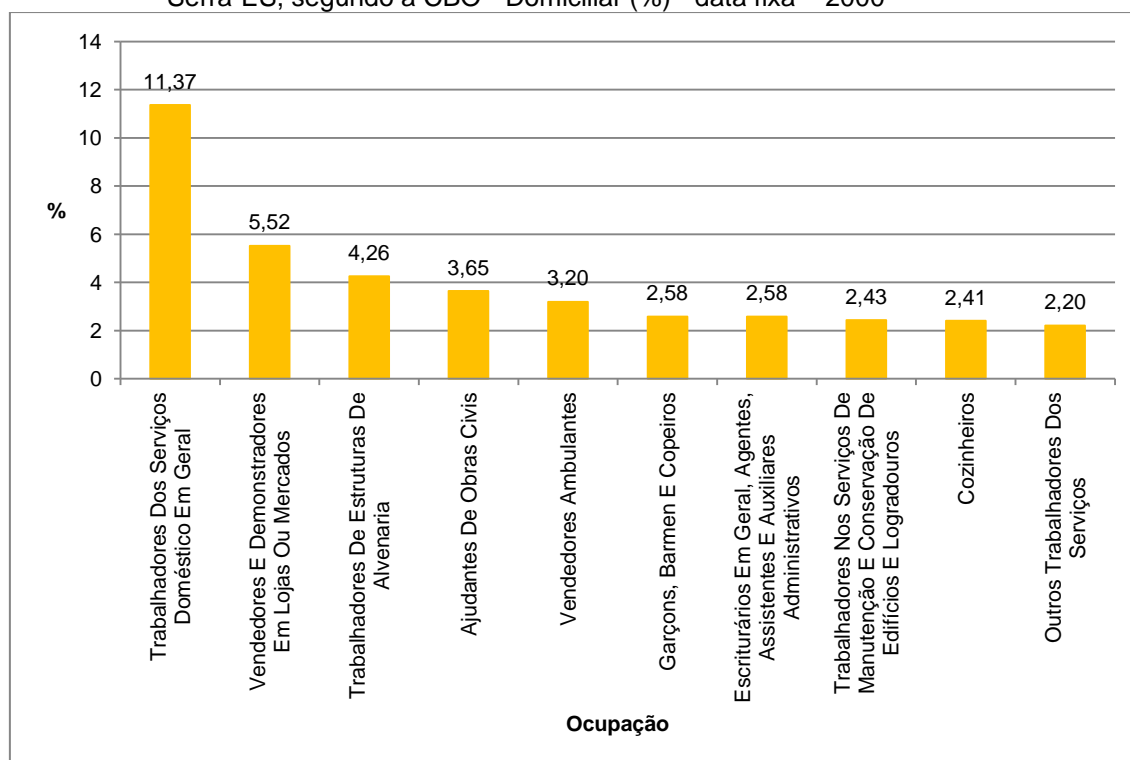
Ao que se refere aos resultados para o ano de 2010, nos três quesitos investigados, depreende-se características de resultados muito próximos, apesar das alterações nas classificações de ocupação. Para os migrantes data fixa as ocupações ligadas aos ramos dos serviços e das vendas do comércio em lojas e mercados (21,85%) se mantêm na primeira posição, seguido dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (20,60%), referindo-se ao setor industrial, em conformidade com os trabalhadores da produção de bens e serviços industriais do censo 2000; e com a terceira maior frequência as ocupações elementares (12,36%), a qual difere da classificação do período anterior, por conseguinte, do censo anterior. Essas três ocupações representam aproximadamente 55% do total de pessoas ocupadas em 2010.

Os migrantes antigos apresentam as maiores frequências nos grandes grupos 5 (23,22%) e 7 (19,76%) que os migrantes data fixa, porém, com resultados homogêneos para os técnicos e profissionais de ensino médio (9,70%), trabalhadores de apoio administrativo (9,73%) e operadores de instalações máquinas e montadores (9,54%). Essas ocupações absorvem aproximadamente 72% da população considerada nesses quesitos. Os não migrantes pouco diferem nas proporções das pessoas ocupadas e no ranking das ocupações com as maiores fre-

quências destaca-se também, além das ocupações elementares (10,41%), com a quarta maior proporção, os trabalhadores de Apoio Administrativo (12,92%), e em segundo e primeiro, sequencialmente, os trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (17,54%), os trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (22,62%). Essas quatro ocupações são responsáveis por cerca de 64% das relações de trabalho no quesito em exame.

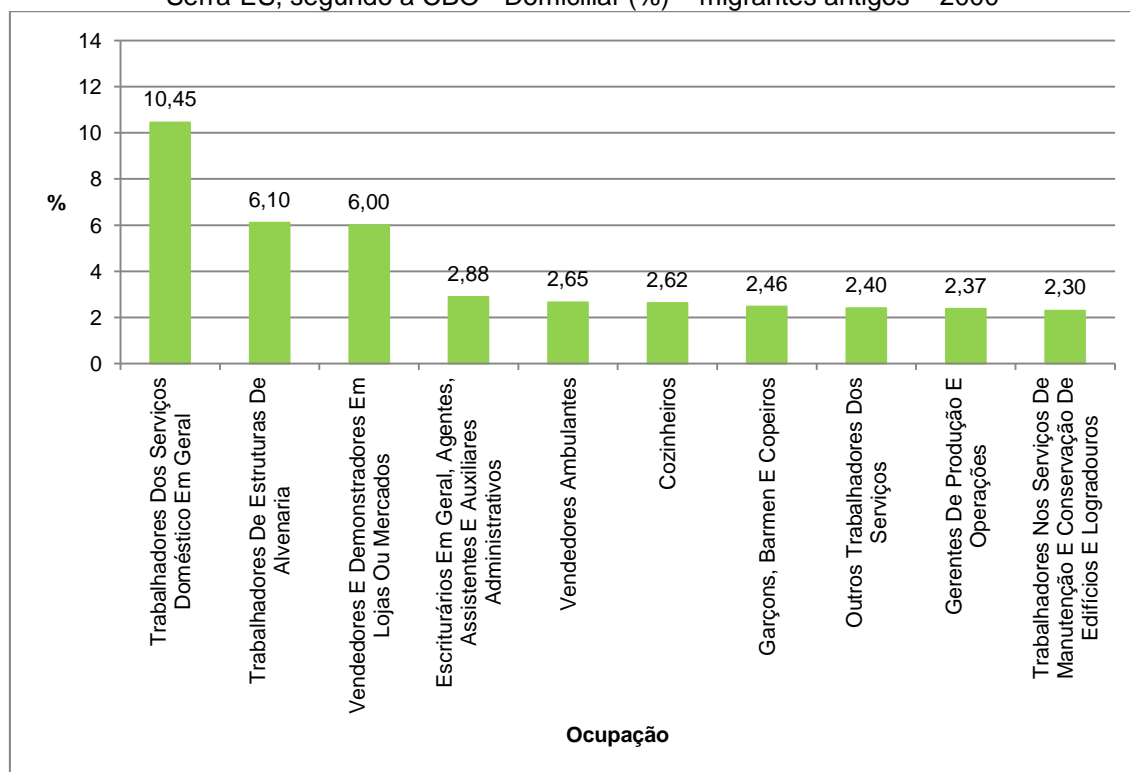
Das ocupações enumeradas na análise de 2000 selecionaram-se apenas os dez primeiros casos com maior frequência (Gráfico 13 14 e 15) dos quesitos, o intuito de exemplificar, algumas ínfimas, ocupações que estão sendo aqui tratadas.

Gráfico 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, segundo a CBO - Domiciliar (%) - data fixa – 2000



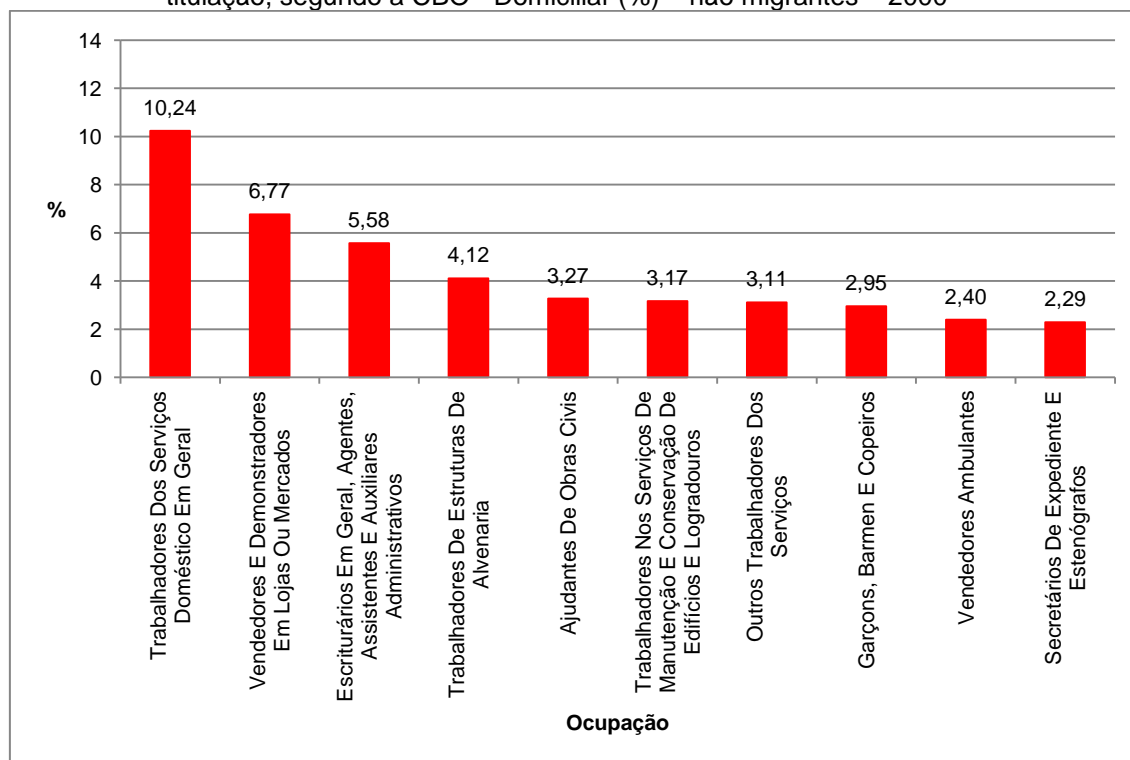
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

Gráfico 14: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por titulação, residente em Serra-ES, segundo a CBO - Domiciliar (%) – migrantes antigos – 2000



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

Gráfico 15: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – não migrantes – 2000



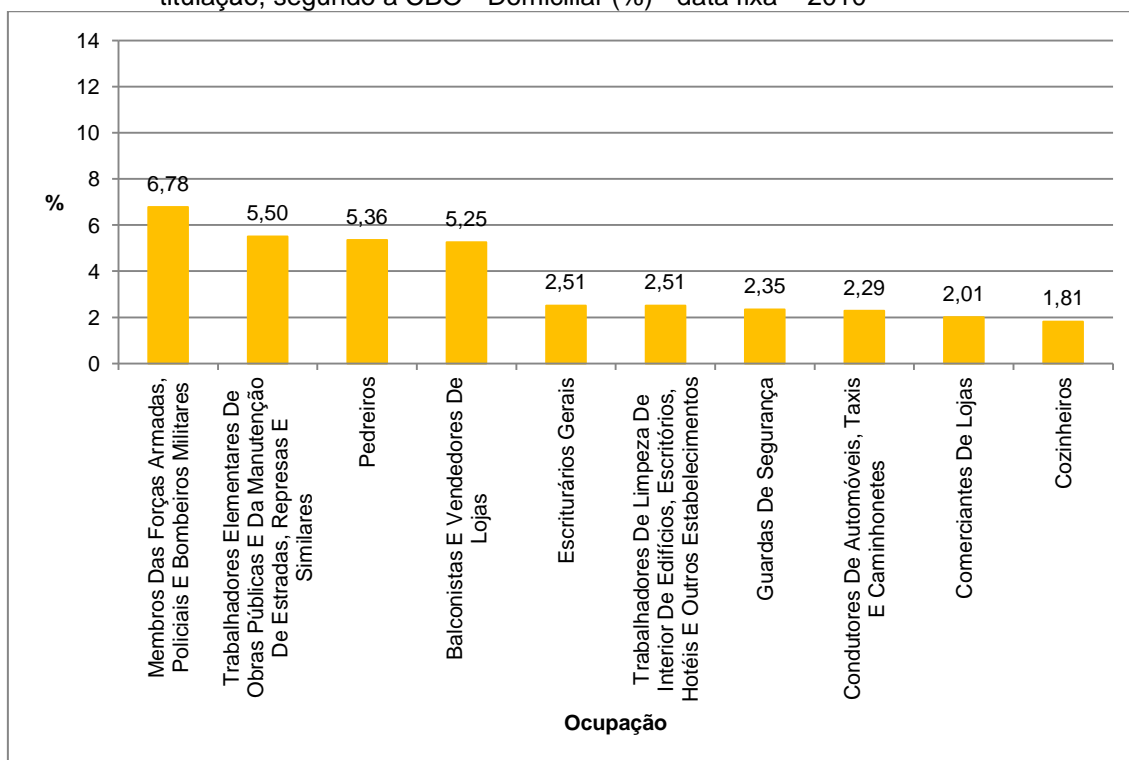
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Apesar das ocupações ligadas à produção de bens e serviços industriais apresentarem a segunda maior frequência, não consta nenhuma ocupação no topo da lista das maiores ocorrências; nos gráficos apresentados, predominam as funções do segmento dos serviços, ao que indica, atividades que não requerem alto grau de especialização técnica ou profundo conhecimento específico que demandassem, por exemplo, nível superior de ensino. Verifica-se uma consonância com os resultados analisados sobre o nível de instrução, predominantemente do ensino fundamental e médio para o período e os quesitos analisados anteriormente.

Os trabalhos ligados ao setor de serviços mantém uma predominância, inclusive das mesmas ocupações do censo anterior, a exemplo dos trabalhadores do setor de limpeza, vendedores e balconistas, trabalhadores da construção civil, etc; os trabalhadores domésticos aparecem com destaque em 2000. Presume-se que a maior representatividade dos membros das forças de segurança nos três quesitos esteja relacionada aos investimentos do governo estadual e federal em segurança pública, ampliando o quadro de efetivos, ao longo dos períodos considerados. É possível também conjecturar que as maiores representatividades dos trabalhadores da construção civil, vendedores, comerciantes, guardas e seguranças, cozinheiros, estejam relacionadas ao aumento populacional e por consequência, ao aumento da demanda por certos tipos de setores da economia que demandem essa mão de obra, corroborando com as oportunidades de migração interestadual e intraestadual.

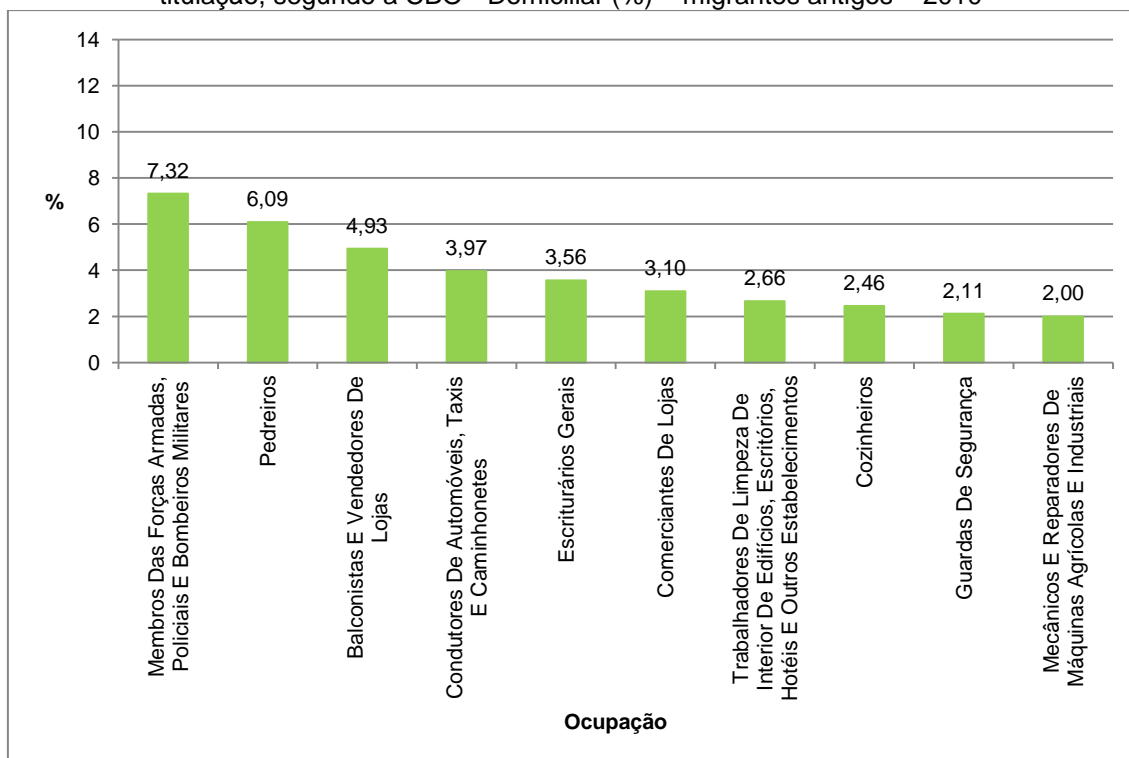
As dez primeiras ocupações que apresentaram os maiores números de pessoas ocupadas por quesito de análise em 2010 podem ser verificadas nos Gráficos 16, 17 e 18 nessa ordem. Nos três quesitos verifica-se uma menor diferença entre os percentuais, sem um efetivo destaque para uma ocupação específica.

Gráfico 16: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) - data fixa – 2010



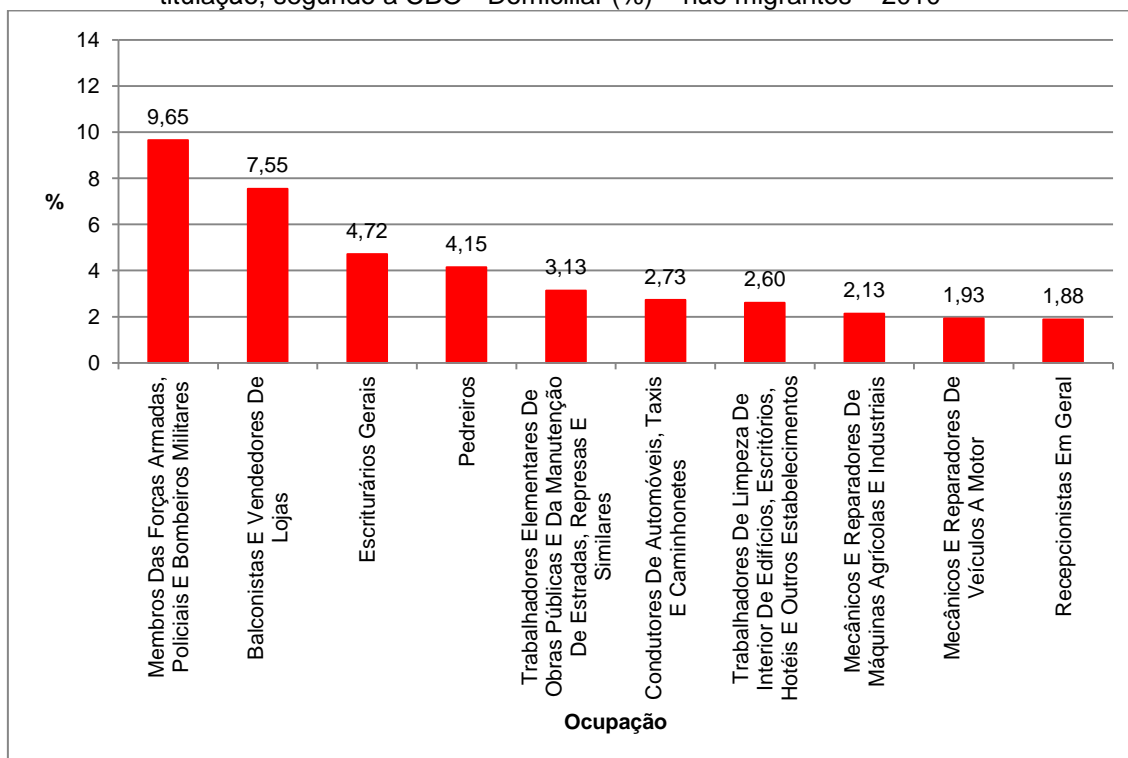
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Gráfico 17: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – migrantes antigos – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Gráfico 18: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, ocupadas, por titulação, segundo a CBO - Domiciliar (%) – não migrantes – 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Ainda no intuito de melhor caracterizar a população data fixa, migrantes antigos e não migrantes no município de Serra-ES para os anos de 2000 e 2010, ao que se refere à ocupação, tomando como critério a CNAE Domiciliar utilizada nos dois Censos Demográficos, investigou-se também em que setor da atividade econômica a população desses quesitos estavam inseridas, depreendendo as principais atividades potencialmente absorvedoras de mão de obra.

Dessa maneira as Tabelas 21 e 22 expõem, para 2000 e 2010, respectivamente, as populações dos quesitos considerados, por atividade econômica, ao qual se depreende que em 2000 as atividades econômicas que mais absorviam mão de obra da população data fixa eram o comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (19,61%), indústrias de transformação (14,32%), construção (12,27%) e serviços domésticos (11,74%), apenas essas quatro atividades absorvem quase 58% dos que migraram entre 1995 e 2000.

Tabela 21: Pessoas de 10 anos ou mais, residente em Serra-ES por setor de atividade econômico, segundo a CNAE Domiciliar, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000

Descrição CNAE Domiciliar (1)	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Exploração Florestal	621	2,92	1.206	1,50	274	1,64
Pesca	72	0,34	179	0,22	132	0,79
Indústrias Extrativas	265	1,25	801	1,00	138	0,83
Indústrias de Transformação	3.042	14,32	12.065	15,01	2.254	13,53
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	91	0,43	360	0,45	153	0,92
Construção	2.606	12,27	10.371	12,91	1.753	10,52
Comércio; Reparação de veículos automotores, etc.	4.166	19,61	15.718	19,56	3.881	23,30
Alojamento e Alimentação	1.405	6,61	5.243	6,52	950	5,70
Transporte, Armazenagem e comunicações	1.291	6,08	5.266	6,55	818	4,91
Intermediação Financeira	146	0,69	542	0,67	118	0,71
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Às Empresas	1.559	7,34	5.755	7,16	968	5,81
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	597	2,81	3.904	4,86	1.156	6,94
Educação	874	4,11	3.952	4,92	1.058	6,35
Saúde e Serviços Sociais	882	4,15	2.763	3,44	477	2,86
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	1.131	5,32	3.500	4,36	669	4,02
Serviços Domésticos	2.493	11,74	8.728	10,86	1.861	11,17
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-	-	-	-	-	-
Total	21.241	100,00	80.353	100,00	16.660	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

(1) Excluíram-se as Atividades mal definidas

Tabela 22: Pessoas de 10 anos ou mais, residente em Serra-ES por setor de atividade econômico, segundo a CNAE Domiciliar, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010

Descrição CNAE Domiciliar (1)	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	267	1,20	1.189	1,08	639	1,77
Indústrias Extrativas	404	1,81	2.306	2,09	648	1,79
Indústrias de Transformação	2.833	12,69	14.780	13,42	4.476	12,39
Eletricidade e Gás	85	0,38	474	0,43	198	0,55
Água, Esgoto, Gestão de Resíduos e Descontaminação	192	0,86	1.102	1,00	405	1,12
Construção	4.319	19,34	14.231	12,92	4.156	11,50
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4.099	18,36	20.792	18,88	8.340	23,08
Transporte, Armazenagem e Correio	1.426	6,39	7.642	6,94	2.295	6,35
Alojamento e Alimentação	1.216	5,45	5.969	5,42	1.717	4,75
Informação e Comunicação	286	1,28	1.280	1,16	436	1,21
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	276	1,24	943	0,86	384	1,06
Atividades Imobiliárias	147	0,66	484	0,44	110	0,30
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	718	3,22	3.489	3,17	1.238	3,43
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	1.192	5,34	6.113	5,55	1.777	4,92
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	803	3,60	4.843	4,40	1.874	5,19
Educação	1.031	4,62	5.670	5,15	2.126	5,88
Saúde Humana e Serviços Sociais	732	3,28	4.262	3,87	1.376	3,81
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	252	1,13	840	0,76	355	0,98
Outras Atividades de Serviços	717	3,21	3.697	3,36	1.044	2,89
Serviços Domésticos	1.332	5,97	10.018	9,10	2.537	7,02
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-	-	-	-	-	-
Total	22.327	100,00	110.124	100,00	36.131	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

(1) Excluíram-se as Atividades mal definidas

Os migrantes antigos apresentam a mesma ordem de grandeza nas classificações das atividades econômicas sem significativas diferenças nos valores percentuais.

Para os não migrantes, as atividades que apresentaram maior frequência de trabalhadores assemelham-se aos migrantes data fixa com pequenas diferenças nos percentuais, são elas: comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (23,30%), indústrias de transformação (13,53%), serviços domésticos (11,17) e construção (10,52%), configurando 58,52% dos residentes não migrantes.

Compreende-se com isso que para o ano 2000 predominaram as atividades econômicas que empregaram a maior parte da população nos quesitos considerados no comércio em geral, na indústria de transformação, na construção civil e serviços domésticos; para os quais predomina a exigência de baixa e média qualificação.

No censo de 2010 mantiveram-se as maiores frequências populacionais para as mesmas atividades econômicas em relação ao censo de 2000, mas com valores menores. Pode-se inferir que essa alteração deve-se principalmente às mudanças econômicas ocorridas no município que geraram maiores demandas em outras atividades econômicas e à modificação nas classificações das atividades econômicas adotadas pelo IBGE, de um período ao outro, embora tais mudanças tenham ocorrido para refletir uma realidade mais próxima das atividades econômicas contemporâneas do Brasil com maior variabilidade de tais atividades.

Assim, as atividades econômicas que mais atraíram os migrantes data fixa foram o setor da construção civil (19,34%) seguido do setor de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (18,36%) e da indústria de transformação (12,69%); o segmento de transporte, armazenagem e correio (6,39%) seguido pelos serviços domésticos (5,97%). Essas cinco atividades econômicas integraram aproximadamente 63% das pessoas inseridas no mercado de trabalho.

Os migrantes antigos encontraram no segmento de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas um cenário favorável à sua força de trabalho, tendo em vista o maior percentual de migrantes (18,88%) absorvidos por este, com um percentual relativamente próximo daqueles que se dirigiram para o setor

da indústria de transformação (13,42%), que por sua vez se aproximaram daqueles que estavam na construção (12,92%) e distantes dos migrantes absorvidos nos serviços domésticos (9,10%) e no transporte, armazenagem e correio (6,94%). Nesse quesito de análise da migração, essas atividades econômicas responderam por aproximadamente 62% da força de trabalho.

Aqueles que nunca migraram predominavam na atividade do comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (23,08%) e nas indústrias de transformação (12,39%), apesar de em menor número, seguido daqueles que encontraram na construção civil (11,50%) oportunidade de inserção no mercado de trabalho, assim como nos serviços domésticos (7,02%) e no transporte, armazenagem e correio (6,35%). Semelhante aos outros dois quesitos analisados para o mesmo período, essas atividades econômicas reuniram cerca de 61% daqueles que nunca migraram; novamente um número expressivo de pessoas inseridas nos referidos ramos econômicos.

É plausível considerar que as atividades econômicas que mais atraíram e concentraram migrantes e não migrantes para o ano de 2010, foram os setores de comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas; construção civil, mais expressivamente no quinquênio anterior ao último censo; as indústrias de transformação, e em menor expressividade, mas nem por isso menos importante, os serviços domésticos e o setor logístico de transporte, armazenagem e correio, sendo esta uma atividade emergente em relação ao censo anterior.

Comparando os dois períodos entende-se que não houve alterações significativas entre as atividades econômicas que apresentaram as maiores frequências populacionais de um período ao outro. Das dezessete classificações consideradas, apenas quatro comportaram mais de 50% da força de trabalho disponível entre os três quesitos analisados. O setor de comércio em geral foi o que mais empregou pessoas nos dois censos, a indústria de transformação, um setor chave, que marcou a economia espírito-santense na segunda metade do século passado e que desde sua constituição esteve relacionada ao município de Serra, manteve um dos maiores percentuais dos quesitos analisados, assim como os serviços domésticos que, apesar de terem diminuído o percentual de absorção

populacional, ainda atraía muita mão de obra, não mais que a construção civil que, principalmente no último censo, absorveu muitos trabalhadores migrantes na segunda metade de 2000, em decorrência de um movimento do próprio município de expansão de áreas habitacionais, com especial destaque para a verticalização em alguns bairros do município; e empresariais expandindo o campo de atuação de empresas de construção que demandam expressivo número de mão de obra. Outro reflexo dessa expansão imobiliária, pronúncia do aumento da mancha urbana e do uso e ocupação do solo, se observa na relevância que a atividade de transporte, armazenagem e correio passou a representar em 2010, sendo a quinta atividade econômica que mais atraiu migrantes antigos e os não migrantes e o quarto entre os data fixa. Esse setor econômico demanda espaço para as atividades desenvolvidas como a estocagem e área de manobra e movimentação de cargas, compreendendo empresas de logística de importação e exportação, além do transporte de maneira geral.

Em última análise, tentou-se apreender qual era a posição na ocupação e a categoria no trabalho nos quesitos considerados até aqui. Além dos pontos tratados anteriormente, este item permite captar a relação existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. As Tabelas 23 e 24 expressam os resultados obtidos para cada posição na ocupação. Apesar das alterações na tipificação das relações de trabalho existente em ambos os censos, é possível obter as relações de trabalho.

Tabela 23: Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000

Posição na ocupação	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	844	3,95	2.944	3,65	502	2,99
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	1.649	7,73	5.784	7,16	1.359	8,09
Empregado com carteira de trabalho assinada	9.424	44,15	36.092	44,69	7.254	43,17
Empregado sem carteira de trabalho assinada	4.881	22,87	16.185	20,04	4.713	28,05
Empregador	388	1,82	1.835	2,27	181	1,08
Conta própria	3.748	17,56	16.809	20,81	2.254	13,41
Aprendiz ou estágio sem remuneração	108	0,51	190	0,24	228	1,36
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	274	1,28	778	0,96	291	1,73
Trabalhador na produção para o próprio consumo	30	0,14	151	0,19	23	0,14
Total	21.346	100,00	80.768	100,00	16.805	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000.

(1) Excluíram-se aqueles com menos de 10 anos de idade ou sem trabalho.

Tabela 24: Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residente em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010

Posição na ocupação	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	595	2,51	4.525	3,78	1.129	2,85
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	737	3,11	5.493	4,58	1.409	3,56
Empregado com carteira de trabalho assinada	14.861	62,78	69.276	57,80	25.675	64,80
Empregado sem carteira de trabalho assinada	2.638	11,14	10.702	8,93	4.687	11,83
Empregador	387	1,63	1.549	1,29	315	0,80
Conta própria	3.376	14,26	22.566	18,83	4.747	11,98
Não remunerado	200	0,84	1.149	0,96	476	1,20
Forças armadas, policia militar ou corpo de bombeiros	30	0,13	283	0,24	80	0,20
Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	849	3,59	4.319	3,60	1.103	2,78
Total	23.673	100,00	119.862	100,00	39.621	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

(1) Excluíram-se aqueles com menos de 10 anos de idade ou sem trabalho.

Nos dois censos as informações daqueles que tinham menos de 10 anos de idade e aqueles que estavam sem trabalho são combinadas em uma única posição apresentando os maiores valores, contudo, essa sofre a influência do maior número de pessoas até 10 anos de idade, o que é bem significativo, não representando a realidade daqueles que estavam sem trabalho no período de realização dos referidos censos²⁸. No Censo de 2000 destaca-se o maior número absoluto (92.669) de pessoas nesse item para os não migrantes, representando 84,65% do total de 109.504 não migrantes; já os migrantes data fixa possuem número absoluto (27.241) bem inferior, correspondendo a 56,07% do total de 48.587 migrantes e os migrantes antigos compreendendo 74.227 representando 47,89% de 154.995 desse quesito.

Não obstante, para esse exame excluiu-se esse item por não representar o propósito dessa análise. Sendo assim o que se verifica no ano de 2000 para o migrante data fixa é o predomínio das relações de trabalho onde o trabalhador possui carteira de trabalho assinada (44,15%), presumindo garantias dos direitos trabalhistas na legislação vigente. Os que não tinham carteira assinada (22,87%) representam um número relativamente alto, podendo indicar relações de informalidade no trabalho, não prevendo garantias trabalhistas em lei. O inverso se observa para aquele(a)s que trabalhavam em serviços domésticos com (3,95%) e sem (7,73%) carteira assinada; a necessidade de trabalho e a desinformação dos direitos trabalhistas por parte do trabalhador(a) doméstico(a), mais os encargos

²⁸ Existem outras variáveis que permitem captar a informação de quem estava desempregado, procurando emprego ou trabalhando, todavia, esse tipo de análise se distancia do propósito deste estudo.

financeiros que assinar a carteira [azul] geram para quem utiliza essa mão de obra, somados a uma precariedade nas fiscalizações trabalhistas por parte dos órgãos governamentais competentes, culminam em um mercado de trabalho (in)formal que merece atenção²⁹. Todavia, esse tipo de trabalho possibilita uma flexibilidade na relação entre quem presta o serviço e quem contrata, a exemplo das diaristas que podem trabalhar em mais de uma casa de família, sem necessariamente manter um vínculo empregatício. Aqueles que trabalhavam por conta própria (17,56%) são bem representativos, apresentando a terceira maior frequência daqueles que estavam trabalhando.

O perfil das relações de trabalho para os migrantes antigos assemelha-se aos migrantes data fixa com pequena alteração proporcional a maior nos percentuais daqueles que trabalhavam por conta própria (20,81%) e a menor para aqueles sem carteira de trabalho assinada (20,04%).

Os não migrantes, para o mesmo período, apresentam perfil parecido nas relações de trabalho. Os que trabalhavam com carteira assinada (43,17%), proporcional e relativamente, apresentaram valores muito próximos aos data fixa; os que não tinham carteira assinada (28,05%), por exemplo, superaram os percentuais proporcionais e relativos no mesmo item dos data fixa. O mesmo se verifica para os trabalhadores domésticos com (2,99%) e sem (8,09%) carteira assinada. Proporcionalmente menores eram os que trabalhavam por conta própria (13,41%).

Ao que os dados indicam, há “certa vantagem”, ainda que discreta aos trabalhadores data fixa e migrantes antigos em relação aos não migrantes, principalmente ao que se refere à carteira assinada, tendo como princípio as garantias legais de direitos trabalhistas, pois, proporcionalmente os resultados, nesse ponto em específico, foram favoráveis aos que chegaram a partir da segunda metade da década de 1990. Outro ponto refere-se à maior representatividade dos migrantes em trabalhar por conta própria e serem empregadores em relação aos não migrantes.

²⁹ A esse respeito a Lei Complementar número 150 de 1º de julho de 2015 foi uma alternativa para a regulamentação do trabalho doméstico em todo o país.

Da mesma forma que no censo de 2000 o censo de 2010 combinou os resultados daqueles que tinham menos de 10 anos de idade e aqueles que estavam sem trabalho em um único item, representando os maiores valores nos três quesitos considerados. Os não migrantes representaram 70,38% relativamente e 94.143 em números absolutos, bem superiores aos migrantes antigos com 43,11% proporcionalmente e 210.695 em números totais, que por sua vez foi maior que os data fixa, sendo 48,23% de 45.729 migrantes. Para 2010 também foram excluídos das análises essa categoria pelo mesmo motivo já exposto.

A respeito dos resultados das relações de trabalho e a ocupação que exerciam em 2010, não se verifica alterações significativas em relação ao período passado, excetuando evidentemente os valores e as categorias de posição na ocupação. Os migrantes data fixa que estavam empregados com carteira de trabalho (62,78%) superava parcialmente os migrantes antigos (57,80%) e ficaram abaixo dos não migrantes (64,80%), diferentemente do período passado. Os trabalhadores sem carteira assinada apresentaram valores muito próximos uns dos outros, sendo os não migrantes (11,83%) com valores um pouco maiores que os data fixa (11,14%) e migrantes antigos (8,93%), mas, proporcionalmente menores em relação a 2000.

A representação dos trabalhadores domésticos com carteira assinada foi proporcionalmente menor para os não migrantes (2,85%), em relação aos migrantes antigos (3,78%), que por sua vez foi maior que os migrantes data fixa (2,51%). Os trabalhadores domésticos sem carteira assinada superaram os que possuíam carteira assinada, assim como no censo de 2000, tendo os migrantes antigos o maior percentual (4,58%) em relação aos não migrantes (3,56%) e os data fixa (3,11%).

O percentual dos que exerciam alguma ocupação por conta própria foi maior para os migrantes antigos (18,83%), seguido dos data fixa (14,26%) e menor para os não migrantes (11,98%). Esse item apresenta a terceira maior frequência entre as ocupações nos dois períodos e nos cinco quesitos demográficos; é razoável cogitar que os migrantes já chegam com esse objetivo, ou, quando não conseguem alguma ocupação, com ou sem carteira assinada, partem para a realização de alguma empreitada individual.

Em desfecho, o que se verifica e se deduz da Ocupação, da Atividade econômica e do Trabalho em Serra nos dois períodos analisados, é um município que expandiu sua economia num fluxo de capitalização das atividades secundárias e terciárias, capitaneadas pelos setores comerciais e da construção civil, como reflexo da expansão imobiliária, e, por conseguinte, populacional; mantendo uma característica histórica com a indústria de transformação; e que na última década fomentou e logrou o uso e ocupação da área citadina por atividades econômicas, entendidas como, majoritariamente, corporativas empresariais, culminado no incentivo e crescimento de outras atividades que dessem azo à expansão econômica do município, contextualizado na esteira de desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória no curso de “desenvolvimento” [econômico] estadual.

Esse cenário congrega mais fatores atrativos do que propriamente negativos em relação a algumas realidades regionais (sudeste e sul da Bahia principalmente), estadual (principalmente) e metropolitana, e torna o município de Serra um espaço de possibilidades aos que se lançam aos deslocamentos, ainda que sejam temporários, por um curto ou longo período, dispostos a trabalhar até na informalidade, ou por conta própria, ou ainda, sem remuneração e sem ter necessariamente os direitos trabalhistas garantidos. Contudo, essa conjuntura se apresenta menor em relação ao contexto daqueles que encontram uma ocupação e colocação no mercado de trabalho e torna o movimento migratório compensador. Nesse sentido, os incentivos migratórios superam os constrangimentos, a partir do local de destino, neste caso, o município de Serra.

O próximo tópico tratará dos rendimentos nos três quesitos considerados nesta dissertação, eixo fundamental de análise e de compreensão acerca dos aspectos demográficos.

6.2.5 Rendimentos

A análise dos rendimentos talvez seja uma das mais importantes no estudo das migrações, principalmente quando o movimento migratório é motivado pela busca de melhores condições de vida, visto que os fatores econômicos tem rela-

ção direta com a melhora na qualidade de vida e é um dos fatores na contemporaneidade que mais motivam as migrações, inclusive em âmbito mundial.

Quando o movimento migratório é espontâneo, a renda é um fator decisivo para o migrante na escolha do local que irá se dirigir, como se sustentará em seu destino, quais serão os benefícios financeiros que serão possíveis alcançar. Sob o aspecto social a renda é determinante na acessibilidade a uma estrutura de oportunidades no espaço que o compreende, isto quer dizer, aos lugares providos de uma infraestrutura de bens públicos como saúde, educação, lazer, cultura; a proximidade das áreas onde há maiores oportunidades de emprego e salário, consequentemente onde a circulação de capital financeiro é maior. Portanto, a renda é decisiva em aspectos individuais e sociais cujos reflexos são observados nas condições de vida da população e nos espaços diferenciais criados pelos seres humanos, manifestados na segregação socioespacial e na concentração de renda, que tem rebatimento na concentração fundiária urbana, limitando o acesso àqueles que podem arcar com os custos elevados do preço do solo urbano em determinados pontos gerando um “mercado de terras”, numa cadeia sucessória de eventos cujos resultados são os mais variados.

Não obstante, a investigação dos rendimentos a partir da autodeclaração deve ser estudada com cautela, conforme considerado anteriormente. Erros na coleta da informação, omissão ou declaração, por exemplo, prejudicam os resultados da análise e com isso a compreensão do fenômeno pesquisado. Contudo, as metodologias estatísticas mitigadoras desses erros avançam a cada censo, além disso, apesar desses obstáculos, a análise dessa variável ainda se apresenta praticável.

A aproximação aqui realizada investigou os rendimentos em salários mínimos para os migrantes e não migrantes, com o objetivo de levantar o nível de renda e viabilizar uma compreensão acerca dessa população, possibilitando também uma comparação com outros fatores a exemplo da educação.

Nessa perspectiva, os resultados dos rendimentos obtidos a partir dos microdados dos censos de 2000 e 2010 são apresentados na Tabela 25. Verifica-se que a maior parte dos indivíduos, nos dois períodos e nos três quesitos observa-

dos, tem como rendimento de 1 a 2 salários mínimos, variando de 32% a aproximadamente 43% das populações consideradas, seguido daqueles que recebiam até 1 salário, variando de 18% a aproximadamente 32%. Os não migrantes apresentaram o quantitativo populacional mais expressivo entre os que recebiam até 1 salário, já os migrantes (data fixa e os antigos) foram mais representativos para os que recebiam acima de 3 salários mínimos.

Tabela 25: Total de rendimentos em todos os trabalhos, em salários mínimos⁽¹⁾, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Rendimento	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Até 1 SM	4.060	19,02	15.227	18,85	5.049	30,04	6.129	25,77	29.881	24,86	12.469	31,33
1 a 2 SM	7.685	36,00	26.309	32,57	6.198	36,88	10.011	42,10	49.649	41,31	16.960	42,61
2 a 3 SM	3.405	15,95	13.224	16,37	2.218	13,20	2.932	12,33	18.712	15,57	5.484	13,78
3 a 5 SM	2.672	12,52	12.627	15,63	1.939	11,54	2.151	9,05	12.576	10,46	3.072	7,72
Acima de 5 SM	3.526	16,52	13.381	16,57	1.403	8,35	2.558	10,76	9.362	7,79	1.819	4,57
Total	21.348	100,00	80.768	100,00	16.807	100,00	23.781	100,00	120.180	100,00	39.804	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

(1) Em julho de 2000: R\$ 151,00. Em julho de 2010: R\$ 510,00.

Em 2000 os migrantes antigos apresentaram maior quantitativo populacional proporcionalmente nas faixas de renda superiores a 2 salários mínimos (48,57%) em relação aos migrantes data fixa (44,98%) e os não migrantes (33,08%) que, por seu turno, tinham proporcionalmente mais pessoas recebendo até 1 salário (30,04), e percentuais próximos daqueles que recebiam de 1 a 2 salários mínimos (36% data fixa; 32,57% migrantes antigos e 36,88% não migrantes). Assinala-se tendencialmente um suposto cenário profícuo aos que migraram no quinquênio anterior ao censo de 2000 se comparados aos que nunca migraram, sob a perspectiva dos “maiores salários”, que tem como principal fator o nível de instrução, essencialmente dos que possuem curso superior, porém, a atração foi maior para os que possuíam o ensino fundamental e médio, cujos valores foram expressivos. Como é sabido o nível de instrução possibilita maiores oportunidades de absorção pelo mercado de trabalho e geralmente os maiores salários.

Em 2010 as características apresentadas se assemelham ao período anterior. Proporcionalmente os migrantes data fixa apresentaram frequência ligeiramente superior na faixa salarial até 1 (25,77%) e inferior na faixa de 2 a 5 salários (21,37%) em relação aos migrantes antigos (24,86% e 26,03%, respectivamente), que por sua vez apresentaram valores proporcionalmente próximos aos que recebem de 1 a 2 salários (41,31%, migrantes antigos; 42,10%, data fixa) e os que recebem acima de 5 (7,79 % migrantes antigos; 10,76% data fixa). Para os não migrantes os resultados relativos são maiores, no comparativo aos outros dois quesitos para aqueles que recebem até 1 salário (31,33%), muito próximo daqueles que recebem de 1 a 5 (64,10%), e bem inferiores àqueles que recebem acima de 5 salário mínimos (4,57%). Resultados obtidos em estudos sobre migração mostram a relação positiva entre migração e renda.

Para esse censo verifica-se novamente como fator preponderante nos maiores salários o maior nível de instrução dos que migraram, tanto os migrantes antigos quanto os data fixa. A representação das pessoas com ensino médio, superior e pós-graduação é maior para os segmentos migrantes. Os que tinham o ensino fundamental e o ensino médio foram os mais atraídos pela situação que município apresentava.

O contexto financeiro positivo das atividades do comércio, indústria e dos serviços para o estado do Espírito Santo reverberaram no município de Serra, dentro do contexto da RMGV, mediante a condução de decisões políticas favoráveis à capitalização empresarial no município configurando uma conjuntura atrativa à imigração, com relevância das oportunidades que contemplam as faixas salariais mais baixas, a exemplos dos não migrantes em 2010 onde as duas faixas salariais mais baixas representaram aproximadamente 74% dessa população e os migrantes data fixa em 2000, 55%.

Presume-se que se tenha possibilitado visualizar a representatividade que os níveis de renda possuem para os quesitos considerados neste estudo, oportunizando a comparação entre si e destacando os que são mais representativos e consequentemente os menos representativos, viabilizando também a comparação

com outros fatores a exemplo do nível de instrução, apesar das limitações que este quesito possui nos censos.

Após a análise das características demográficas das populações dos quesitos considerados, serão abordadas na sequência as principais características habitacionais desses mesmos quesitos.

6.3 CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS: DATA FIXA, MIGRANTES ANTIGOS E OS NÃO MIGRANTES

A abordagem desse aspecto tem por finalidade “[...] conhecer as condições de moradia e os níveis de qualidade de vida da população e são imprescindíveis para a identificação de áreas de investimentos prioritários em habitação e saneamento básico, [...]” (IBGE, 2016b, p. 285).

As condições habitacionais revelam parte da relação existente entre a população e o meio em que vivem. De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2013, p. 8) “A reprodução da vida dos indivíduos e das coletividades, em suas múltiplas dimensões, depende estreitamente dos recursos e condições fornecidos pelo meio ambiente construído”. A localização da moradia, sua estrutura física, material que é constituída, disposição no território, tamanho, quantidade de pessoas que habitam, entre outros fatores, exprime, no plano individual, como as pessoas assimilam o lugar que as cerca, sendo determinantes as condições financeiras dessas pessoas; no plano social ou urbano, isso se revela nas diferenciações espaciais da estruturação urbana, a exemplo da segregação socioespacial e na precarização ambiental, principalmente urbana.

Não obstante, a proposta que aqui se apresenta não versará profundamente nessas questões, mas, pretende-se subsidiar algumas considerações pontuais acerca dos resultados, tentando compreender que estrutura habitacional envolve a população migrante e não migrante, buscando identificar diferenciações ou semelhanças entre esses dois quesitos.

Para isso, a análise das características habitacionais contemplam as variáveis, tipo, espécie e condição de ocupação do domicílio, aluguel mensal (para os domicílios alugados), abastecimento de água, esgotamento sanitário, destinação do lixo, sendo esses três últimos concebidos com saneamento básico; e iluminação elétrica.

6.3.1 Condição de ocupação do domicílio

A condição de ocupação levantada nos censos demográficos do IBGE permite alcançar a relação jurídica existente entre o residente e o local que habita (próprio, alugado, cedido, etc.); permitindo também identificar o tipo de habitação (casa, apartamento, cômodo, etc.). Dentre outros fatores, isso pode revelar as características econômicas do lugar e da população residente, e parte das relações estabelecidas entre os indivíduos e o espaço de acordo com a finalidade da habitação e sua estrutura.

Neste item analisou-se a condição do domicílio, se era próprio, alugado, cedido e outras condições; e o tipo de domicílio, se era casa, apartamento, cômodo e outros tipos; quanto à espécie do domicílio, se é particular ou de uso coletivo. Os resultados obtidos para os quesitos e os períodos analisados estão na Tabela 26, na qual se destaca o predomínio dos domicílios particulares permanentes, onde, o tipo de domicílio casa, tem a maior representatividade nos dois períodos e nos três quesitos, seguido dos apartamentos e dos cômodos. Os domicílios particulares improvisados e domicílios coletivos apresentaram valores discretos.

A maior representatividade de domicílio do tipo casa aponta para uma “horizontalização” da cidade, dada a sua disponibilidade, que se reflete no quantitativo populacional nesse tipo de habitação, aproximadamente 87% em 2000 e 91% em 2010, da população considerada nesta análise residia em casa. Além disso, deduz-se que o acesso a esse tipo de habitação apresentava condições alcançáveis aos habitantes, contudo, essas formas de acesso, a qualidade e as condições espaciais dessas habitações, assim como, as condições de infraestrutura urbana e o acesso a essas, não são observáveis nesses resultados.

Tabela 26: Espécie, tipo de espécie, condição de ocupação dos domicílios das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Espécie (Particular)	Tipo de espécie	Condição de ocupação	2000						2010					
			Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
			Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Permanente	Casa	Próprio, já pago	20.130	41,50	100.045	64,55	72.819	66,50	14.078	30,79	145.863	69,23	91.258	68,25
		Próprio, ainda pagando	5.425	11,18	15.947	10,29	8.821	8,06	1.684	3,68	7.485	3,55	3.810	2,85
		Alugado	9.595	19,78	9.252	5,97	7.167	6,55	20.141	44,04	26.487	12,57	20.181	15,09
		Cedido por empregador	1.534	3,16	1.491	0,96	1.243	1,14	542	1,19	1.834	0,87	1.215	0,91
		Cedido de outra forma	2.745	5,66	5.773	3,72	5.497	5,02	1.917	4,19	9.038	4,29	6.554	4,90
		Outra condição	308	0,63	2.066	1,33	964	0,88	163	0,36	579	0,28	433	0,32
		Subtotal	39.737	81,92	134.574	86,82	96.512	88,13	38.526	84,25	191.287	90,79	123.450	92,33
	Apartamento	Próprio, já pago	2.281	4,70	10.835	6,99	6.451	5,89	1.043	2,28	9.028	4,28	3.672	2,75
		Próprio, ainda pagando	1.228	2,53	3.395	2,19	1.766	1,61	1.646	3,60	4.884	2,32	2.610	1,95
		Alugado	3.830	7,90	3.262	2,10	2.047	1,87	3.167	6,92	3.842	1,82	2.220	1,66
		Cedido por empregador	28	0,06	8	0,01	19	0,02	75	0,16	-	-	18	0,01
		Cedido de outra forma	246	0,51	987	0,64	931	0,85	222	0,48	457	0,22	191	0,14
		Outra condição	130	0,27	49	0,03	-	-	36	0,08	-	-	-	-
		Subtotal	7.743	15,96	18.537	11,96	11.213	10,24	6.188	13,53	18.211	8,64	8.712	6,52
	Cômodo	Próprio, já pago	212	0,44	581	0,37	614	0,56	41	0,09	473	0,22	346	0,26
		Próprio, ainda pagando	8	0,02	151	0,10	48	0,04	-	-	-	-	-	-
		Alugado	321	0,66	291	0,19	273	0,25	437	0,95	507	0,24	410	0,31
		Cedido por empregador	10	0,02	33	0,02	-	-	7	0,01	-	-	27	0,02
		Cedido de outra forma	104	0,22	302	0,19	317	0,29	37	0,08	51	0,02	45	0,03
		Outra condição	42	0,09	48	0,03	66	0,06	-	-	23	0,01	-	-
		Subtotal	698	1,44	1.406	0,91	1.318	1,20	522	1,14	1.054	0,50	828	0,62
Improvisado ou coletivo (1)	Não aplicável	Não aplicável	327	0,67	479	0,31	461	0,42	493	1,08	142	0,07	714	0,53
Total			48.504	100,00	154.995	100,00	109.505	100,00	45.729	100,00	210.695	100,00	133.704	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

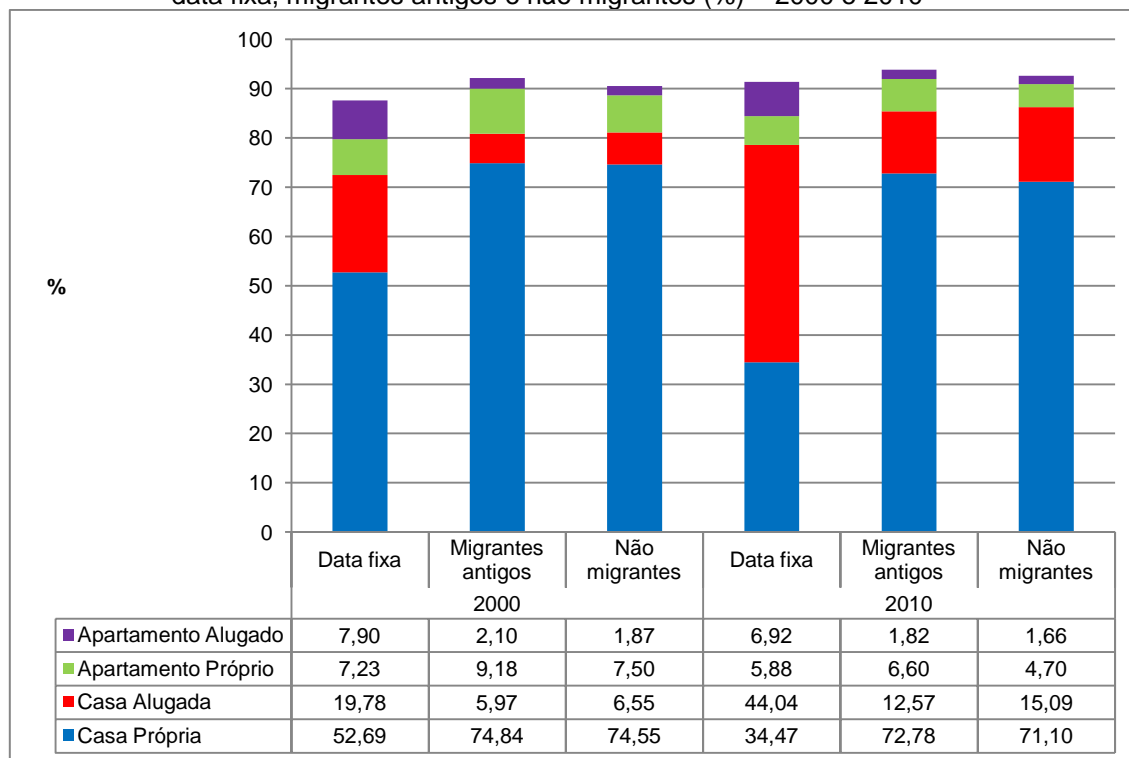
(1) Hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, escolas, asilos, orfanatos, conventos, mosteiros, hospitais, clínicas (com internação), alojamentos de trabalhadores, motéis, campings, etc.

As ocupações do tipo apartamento representaram aproximadamente 11% de todo o universo dos quesitos estudados. De igual maneira, não se pode verificar as condições gerais desse tipo de habitação e do espaço que está inserido.

As condições de ocupação de maior relevo foram os domicílios próprios e alugados, decorrendo os menores valores para as outras características de ocupação. Pontua-se, apenas, dessas últimas, a condição de “cedido de outra forma” para o tipo casa; que apresentaram valores relativamente maiores comparativamente às outras características de ocupação (excetuando próprio e alugado); essa condição refere-se ao domicílio cedido, gratuitamente, por indivíduo ou instituição, sem vínculo empregatício, ao morador.

Os tipos de ocupação habitacional, casa e apartamento, por serem representativos nos resultados, merecem consideração distinta; nessa perspectiva desagregaram-se ambas da análise geral, (tabela acima), juntamente com as duas informações mais caras à análise da condição de ocupação, a saber: domicílio próprio ou alugado, combinando as classificações, pago e ainda pagando, em uma única informação (domicílio próprio), o resultado dessa desagregação verifica-se no Gráfico 19.

Gráfico 19: Domicílios particulares permanentes por tipo espécie (casa e apartamento); condição de ocupação (próprio e alugado) das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (%) – 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Em 2000, os migrantes data fixa encontraram maiores oportunidades de aquisição de casa em relação ao período seguinte, no qual se observa uma queda significativa nas aquisições e o aumento considerável nos imóveis alugados desse tipo de domicílio. Os migrantes antigos em 2000 indicam maiores acesso a aquisição de casa e apartamento em relação aos que migraram a partir de meados da década de 2010; isso sugere que um tempo maior no local de destino do imigrante pode ter sido decisivo em sua permanência, provavelmente ter encontrado condições espaciais favoráveis a isso, ou, o retorno ao seu lugar de origem, ou ainda, os possíveis novos destinos, não apresentaram, ainda, as condições ideais, de acordo com cada indivíduo, que o fizesse realizar outro movimento migratório.

Os migrantes antigos compõem a parcela populacional que mais possui de fato a propriedade dos imóveis em 2000 e o tipo casa em 2000 e 2010. Nesse sentido, é razoável considerar que a aquisição do imóvel pode ser um contexto de “estabilidade econômica urbana”, tendo em vista o valor que esse bem possui no

Brasil e a dificuldade (predominantemente econômica) em sua aquisição, principalmente nos segmentos pobres da sociedade. Isso envolve também o conhecimento acerca do lugar onde se vive, o seu contexto e a posição que os migrantes se encontram em relação aos não migrantes, estando sujeitos (migrantes) a uma diversidade de fatores, amiúde, desfavoráveis, contudo, isso parece não ter sido suficiente ao impedimento da aquisição do imóvel.

A grande frequência de imóveis alugados também tem seu mérito registrado para os casos dos migrantes. As incertezas que marcam o processo de migração impingem características próprias e significantes a esses. A aquisição de um imóvel, como já mencionado, envolve custos elevados e sua imediata aquisição pode não ser viável a quem se põe a migrar. O lugar de destino, em alguns casos, pode ser ao longo do tempo, curto ou longo, um lugar de parada, um intervalo até o próximo movimento, e a fixação nesse lugar, dessa forma, pode não ser vantajosa ao longo do percurso. Há que se mencionar também a própria condição econômica do migrante, o motivo que o levou a sair de um lugar e ir a outro, em se tratando de questões financeiras, infreqüentemente o migrante vai se dispor a adquirir um bem imóvel, ainda que as condições estejam favoráveis. Isso vai de par com o cenário apresentado para os migrantes data fixa em 2010, bem superior à década anterior, conforme analisado acima.

Algumas considerações são pertinentes acerca do acesso a esses bens imóveis. O município de Serra realizou a partir da década de 1970 do século passado significativo parcelamento de solo urbano, em decorrência da expectativa gerada pela implantação dos projetos industriais na GV, conforme abordado no capítulo 3. Em levantamento realizado por Gonçalves (2010, p. 80) verifica-se que entre 1970 a 1980 um total aproximado de 57 loteamentos foi aprovado pela prefeitura, e até 2007 foram mais 16. Aspecto semelhante se verifica na Tabela 3 sobre a produção das unidades habitacionais em Serra de 1966 a 1986, totalizando 25.980.

Até o ano de 2000 o município contou com essa herança habitacional em sua área urbana, sem se furtar a outros empreendimentos que surgiram após 1980 até o referido período. Não obstante, esse cenário apresenta outro contexto a par-

tir da segunda metade do ano 2000, onde o setor imobiliário “encontrou” um ambiente urbano favorável à exploração dos vazios habitacionais no município, constituindo um verdadeiro mercado imobiliário. Em levantamento realizado por Silva (2014, p. 138) junto ao Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (Sinduscon) verificou-se um crescimento significativo das unidades habitacionais em construção a partir de 2005 até 2011, totalizando 86.901 construções. Nesse momento surgem em Serra os empreendimentos imobiliários com características específicas a exemplo dos condomínios fechados horizontais e verticais; e alguns atributos em suas construções que os diferenciam dos demais, como as áreas de lazer, piscina, segurança privada, área/varanda gourmet, etc., servindo de argumento para a diferenciação no preço em relação aos demais empreendimentos do momento. Isso também gera a diferenciação entre os lugares e os seus objetos públicos urbanos dentro da cidade.

A acentuação na verticalização no município também se verifica nesse período, de acordo com levantamento de Gonçalves (2010, p. 105) o número de empreendimentos imobiliários do tipo apartamento deu um salto de, quase 1.000 construções no final de 2006 para quase 7.000 no mesmo período em 2008, uma média de quase 300 construções por mês.

O preço dessas parcelas edificadas na cidade varia significativamente de acordo com sua estrutura constituída, como era de se esperar no sistema capitalista. Ferreira (2015, p. 145) levantou que a variação do preço médio do metro quadrado em Serra de 2005 (período inserido nesta análise) a 2012, era de aproximadamente R\$ 2.300,00 para casa em 2012, e de aproximadamente R\$ 1.500,00 o metro quadrado da construção para a habitação de um 1 quarto, R\$ 1.140,00, 2 quartos e R\$ 1.480,00 de 3 quartos. Para um migrante que ganha em média até um e no máximo dois salários mínimos, consoante ao que se verificou na subseção Rendimentos; o acesso à propriedade via aquisição é frustrado no curto prazo; restando o aluguel como horizonte possível e realizável na cidade, não que isso seja negativo, mas, as condições (im)postas pelo sistema econômico-social e urbano que limitam, e, por vezes, impedem o ingresso a condições justas de vida no mesmo espaço na sociedade, pior ainda quando esse espaço é diferenciado

pela constituição de seus bens públicos, ou a ausência deles, estigmatizados na vulnerabilidade e segregação social.

Dado o exposto, pode-se observar algumas características habitacionais a partir das condições de ocupação do domicílio. A aquisição, principalmente, de casa pelos migrantes, marcou a primeira década em análise para população migrantes antigos e não migrantes sofrendo alterações no período seguinte, onde os alugueis passaram a ter significativa representatividade, verificando-se o mesmo para os não migrantes que em 2000 haviam adquirido proporcionalmente mais imóveis em relação a 2010 e, apesar do elevado número de habitações adquiridas pelo nativos, a condição de ocupação do tipo alugado cresceu significativamente. Considerou-se também outros aspectos ligados ao mercado imobiliário no município ao longo dois anos analisados que servem de argumento e subsídio interpretativo do cenário habitacional que se desenhou nos dois períodos, permitindo captar o contexto das migrações nessas realidades.

6.3.2 Aluguel mensal

Verificando-se que significativo número de migrantes ingressou nos imóveis na condição de alugados, é válido analisar os valores envolvidos nesses alugueis por tipo de domicílio para os três quesitos considerados.

A informação sobre o valor do aluguel pago pelo residente não foi levantado no censo de 2000, portanto a análise que se segue tratará apenas das informações disponíveis no censo de 2010.

Conforme se observa na Tabela 27 predominam os alugueis entre 1/2 a 1 salário mínimo, seguido daqueles até 1/2 salário. Observa-se para os que residem em casa a representatividade de todas as faixas de alugueis para os migrantes, indicando uma diferenciação no nível de renda entre os migrantes, com predomínio dos de baixa renda.

Tabela 27: Valor do aluguel pago em salários mínimos⁽¹⁾ para os domicílios particulares permanentes, dos residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2010

Valor do aluguel	Casa						Apartamento						Cômodo					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 0,5 SM	8.163	40,53	9.935	37,51	9.028	44,74	327	10,33	350	9,11	349	15,71	281	64,30	366	72,19	335	81,71
0,5 a 1 SM	10.230	50,79	13.834	52,23	9.749	48,31	2.135	67,41	2.436	63,40	1.497	67,40	156	35,70	133	26,23	75	18,29
1 a 1,5 SM	1.226	6,09	2.164	8,17	1.127	5,58	705	22,26	958	24,93	375	16,88	-	-	-	-	-	-
1,5 a 2 SM	333	1,65	423	1,60	102	0,51	-	-	98	2,55	-	-	-	-	-	-	-	-
2 a 2,5 SM	147	0,73	47	0,18	107	0,53	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,58	-	-
2,5 a 3 SM	17	0,08	85	0,32	68	0,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 3 SM	24	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20.140	100,00	26.488	100,00	20.181	100,00	3.167	100,00	3.842	100,00	2.221	100,00	437	100,00	507	100,00	410	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2010.

Nota: Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

(1) Em julho de 2010: R\$ 510,00.

Os migrantes antigos são maioria nos três tipos de habitação, o que permite conjecturar alguns motivos, como um cenário individual oportuno para permanência; um processo de assimilação/adaptação; dificuldade na aquisição de um imóvel, etc.

Chama a atenção um número considerável de não migrantes morando de aluguel, com maior concentração nas faixas mais baixas dos valores, denotando dificuldades na obtenção da propriedade privada, concebendo como possibilidade, o baixo nível de renda, em vista do que foi observado na análise do referido item.

A oferta de moradia do tipo casa verificada com o quesito aluguel demonstra a disponibilidade desse bem no município em detrimento da oferta de domicílios do tipo apartamento, significativamente menores no comparativo. A horizontalidade do município favorece esse cenário de maior representatividade da casa como habitação, que se revela também como um mercado economicamente rentável para o município e principalmente para o dono da propriedade. Em um cálculo despretenso, considerando apenas o valor mais baixo do aluguel pago nas faixas apresentadas, exclusive a menor faixa e a faixa acima de três salários mínimos de aluguel, alcança-se a cifra de, aproximadamente, R\$ 10.265.000,00 mensais movimentados nesse nicho de mercado; um valor expressivo que não se pode desprezar, o que reforça alguns argumentos como a concentração de renda, a concentração da propriedade, a dificuldade de acesso à propriedade privada, entre outros que são refletidos nesses resultados.

A localização dessas propriedades também tem influência na escolha do tipo habitação. A localização do município dentro da RMGV, aliado às vias urbanas de deslocamento, eixos e rotas viárias do sistema de transporte, favorece a habitação nos bairros dotados com essas infraestruturas, possibilitando, por exemplo, residir distante do trabalho e com isso pagar menores valores no aluguel residencial. O que tem influência na mobilidade urbana das cidades na atualidade, principalmente nas metrópoles da atualidade onde o transporte público e a malha viária urbana conseguem alcançar distâncias maiores em relação aos centros.

À luz desses argumentos, é inerente a essas análises abordar acerca da infraestrutura mínima de saneamento dessas residências; nesse sentido o item seguinte tratará dessa abordagem.

6.3.3 Infraestrutura habitacional

As aproximações acerca das condições habitacionais até aqui empreendidas não deixaram visíveis a infraestrutura habitacional em que as populações consideradas estão inseridas. De acordo com o Alto Comissariado dos Direitos Humanos das Nações Unidas no documento *General Comment Nº. 4: The Right to Adequate Housing (Art. 11 (1) of the Covenant)*, item 8, alínea “b”, que trata da “Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura (tradução nossa)”, uma casa “adequada”:

[...] deve conter certas instalações essenciais para a saúde, segurança, conforto e nutrição. Todos os beneficiários de direito à habitação adequada devem ter acesso sustentável a recursos naturais e comuns, água potável, energia para cozimento, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de lavagem, meios de alimentação, armazenamento, eliminação de resíduos, drenagem local e serviços de emergência. (UN, 1991, tradução nossa).

À luz desses argumentos, selecionaram-se algumas variáveis dos microdados que expressassem as condições relacionadas à infraestrutura habitacional, referenciadas no documento citado acima, para a população dos quesitos considerados nesta análise. As seções a seguir tratam dessas infraestruturas.

6.3.3.1 Densidade morador/cômodo e banheiros

A densidade morador/cômodo e o número de banheiros por habitação relaciona o número de moradores dividido pelo número de cômodos servindo como dormitório no domicílio e o número total de banheiros (dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário) de uso exclusivo dos moradores do domicílio, respectivamente. Podem representar a qualidade infraestrutural da habitação; de acordo com Dota (2015, p. 88): “[...] são utilizadas como indicativas da condição das habitações, visto que a densidade morador/cômodo, assim como o número de banheiros existentes nos domicílios, em geral, são bons indicadores em relação à qualidade construtiva”. A

Tabela 28 exibe a densidade morador/cômodo em três faixas de análise onde se verifica valores favoráveis aos migrantes em relação dos não migrantes nos dois períodos. Em 2000 a proporção foi favorável aos não migrantes apenas na densidade de de 1/2 a 1 morador por cômodo, verificando-se o mesmo cenário em 2010. De um período ao outro se verifica uma melhora nos resultados da densidade morador/cômodo com a redução dos valores das densidades de mais de 1 e aumento da faixa de até 1/2 (exceto os migrantes antigos), contudo, para os não migrantes a faixa de 1/2 a 1 apresentou aumento. Essas alterações, tanto da diminuição quanto no aumento da densidade, podem ter causas diversas como, por exemplo, a melhora efetiva da renda das pessoas residentes, diminuição ou aumento do peso das migrações, aumento da família; sendo difícil atribuir a um ou vários fatores tais alterações.

Tabela 28: Densidade morador/cômodo dos domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Densidade	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Até 1/2	12.521	25,99	41.228	26,68	17.275	15,84	14.174	31,33	78.588	37,32	28.709	21,58
1/2 a 1	24.587	51,03	84.540	54,71	60.560	55,54	23.452	51,84	111.301	52,86	78.562	59,05
Mais de 1	11.069	22,98	28.748	18,61	31.209	28,62	7.612	16,83	20.665	9,81	25.777	19,37
Total	48.177	100,00	154.516	100,00	109.044	100,00	45.238	100,00	210.554	100,00	133.048	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

O número de banheiros por domicílio (Tabela 29) também apresentou resultados significativos de melhoria entre os quesitos e os períodos, com redução dos domicílios sem banheiro, ao qual se dá o maior destaque, e aumento representativo dos domicílios com 2 e mais banheiros.

Tabela 29: Número de banheiros dos domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Número de banheiros	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
0	1.892	3,93	4.717	3,05	4.807	4,41	312	0,69	995	0,47	1.257	0,94
1	37.028	76,86	116.932	75,68	85.271	78,20	35.271	77,97	151.407	71,91	103.329	77,66
2 e mais	9.258	19,22	32.868	21,27	18.966	17,39	9.653	21,34	58.152	27,62	28.462	21,39
Total	48.178	100,00	154.517	100,00	109.044	100,00	45.236	100,00	210.554	100,00	133.048	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

Ao que os resultados indicam houve significativa melhora na qualidade estrutural dos domicílios nos dois períodos e nos três quesitos, podendo-se afirmar que nesses dois pontos, para uma parcela significativa de moradores, a adequação habitacional se aproximou ou alcançou o que se concebe como uma habitação adequada de acordo com as Nações Unidas.

6.3.3.2 Abastecimento de água e Saneamento

O abastecimento de água e o saneamento inserem-se na concepção das condições de uma habitação adequada. Analisou-se o esgotamento sanitário e a destinação do lixo como critérios de análise das condições de saneamento básico das populações investigadas.

A Tabela 30 exibe valores com inexpressivas alterações de um período ao outro entre os quesitos. A rede geral de distribuição atende a maioria dos domicílios alcançando quase 100% dos mesmos. Conforme se verificou na caracterização dos aspectos físico-geográficos do município nesta dissertação, a rede hidrográfica de Serra é composta por bacias, microbacias e lagoas que permitem a disponibilidade deste recurso à população, contudo, se os investimentos na captação e tratamento das águas não forem realizados a população não terá acesso a esse recurso. Os resultados assinalam investimentos realizados na disponibilidade de água anteriores aos períodos apurados posto que os percentuais apresentados pela forma de abastecimento geral são elevados em 2000.

As outras formas de abastecimento podem estar relacionadas à efetiva ausência de infraestrutura urbana de canalização, tratamento e disponibilidade a algumas lo-

calidades e unidades domiciliares no município, assim como a própria captação, sobretudo, na área rural do município.

Tabela 30: Forma de abastecimento de água para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Forma de abastecimento	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Rede Geral	46.382	96,27	151.037	97,75	105.950	97,16	43.520	96,21	204.344	97,05	129.319	97,20
Poço ou nascente	1.566	3,25	3.140	2,03	2.468	2,26	1.395	3,08	5.576	2,65	2.970	2,23
Outra (1)	230	0,48	339	0,22	625	0,57	321	0,71	632	0,30	759	0,57
Total	48.178	100,00	154.516	100,00	109.043	100,00	45.236	100,00	210.553	100,00	133.048	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

(1) Água de reservatório (ou caixa), água das chuvas, carro-pipa, rios açudes, lagos, igarapés, entre outras ainda.

Diferentemente do abastecimento de água no município, os números disponíveis do esgotamento sanitário não são tão elevados qualitativamente, principalmente em 2000 (Tabela 31)

A fossa séptica muito utilizada até o ano 2000 diminuiu expressivamente na década seguinte, o que pode estar relacionado com o aumento percentual da rede geral de esgoto ou pluvial, da mesma forma que a fossa rudimentar e outros tipos de esgotamento sanitário.

Tabela 31: Esgotamento sanitário para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Esgotamento sanitário	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Rede geral de esgoto ou pluvial	27.612	57,70	98.997	64,39	67.304	62,23	35.141	77,88	175.012	83,25	107.156	80,78
Fossa séptica	7.105	14,85	17.322	11,27	11.222	10,38	2.238	4,96	8.436	4,01	5.552	4,19
Fossa rudimentar	8.441	17,64	22.559	14,67	17.580	16,25	6.271	13,90	19.677	9,36	13.807	10,41
Outro (1)	4.697	9,82	14.876	9,68	12.052	11,14	1.473	3,26	7.111	3,38	6.137	4,63
Total	47.855	100,00	153.754	100,00	108.158	100,00	45.123	100,00	210.236	100,00	132.652	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

(1) Vala, rio, lago, mar, outros.

Tão importante quanto o abastecimento de água e o esgotamento sanitário é a destinação que a população e o município fazem com o lixo domiciliar. Extrai-se da Tabela 32 uma herança de períodos anteriores ao que se refere à coleta por serviços de limpeza, haja vista os elevados resultados da coleta de lixo por serviços de limpeza, seguido da coleta por caçamba de serviços de limpeza em 2000. No censo seguinte as melhoras foram significativas em todos os tipos de destinação do lixo, com poucas diferenças percentuais entre os quesitos desse mesmo período, indicando uma homogeneidade na disponibilidade desse serviço para a população.

Tabela 32: Destinação do lixo para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Destino do lixo	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Coletado	39.394	81,77	131.583	85,16	91.298	83,73	41.756	92,31	196.851	93,49	123.811	93,06
Caçamba (coletado)	5.507	11,43	13.171	8,52	9.106	8,35	2.667	5,90	10.466	4,97	6.098	4,58
Outro (1)	3.276	6,80	9.763	6,32	8.640	7,92	813	1,80	3.235	1,54	3.138	2,36
Total	48.177	100,00	154.517	100,00	109.044	100,00	45.236	100,00	210.552	100,00	133.047	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

(1) Queimado, enterrado, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago, mar, outros destinos.

É possível entender que a disponibilidade de água e de saneamento básico alcança a maior parte da população, não havendo grandes distinções entre os quesitos analisados, respeitando a diferença temporal entre as informações, verificou-se uma melhora nos resultados no intervalo considerado. Isso proporciona um cenário favorável à fixação e manutenção populacional no município, destacadamente nos locais onde a disponibilidade desses bens são maiores.

6.3.3.3 Energia elétrica

A oferta e disponibilidade de energia elétrica insere o indivíduo em um contexto qualitativo nas condições de vida. Aos que podem e tem como obter recursos tecnológicos, a sua disponibilidade é indispensável, não só no aspecto individual, mas também social, urbano e econômico, na utilização de bens, produtos e serviços.

Nesse sentido, os domicílios com existência de iluminação elétrica (Tabela 33), entendida como energia elétrica, representaram quase a totalidade dos quesitos estudados nos dois censos; as diferenças interquesitos são mínimas. De igual maneira aos resultados do saneamento, os investimentos na distribuição energética foram realizados em períodos passados, pois em 2000 a disponibilidade energética já era elevada. É plausível considerar que futuramente a totalidade das residências tenha disponibilidade desse recurso, dado os resultados apresentados.

Tabela 33: Existência de iluminação elétrica para os domicílios particulares permanentes, das pessoas residentes em Serra-ES, data fixa, migrantes antigos e não migrantes (absoluto e relativo) – 2000 e 2010

Iluminação elétrica	2000						2010					
	Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes		Data fixa		Migrantes antigos		Não migrantes	
	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%	Absol.	%
Sim	48.082	99,80	154.326	99,88	108.636	99,63	45.212	99,95	210.470	99,96	132.959	99,93
Não	96	0,20	190	0,12	407	0,37	24	0,05	83	0,04	89	0,07
Total	48.178	100,00	154.516	100,00	109.043	100,00	45.236	100,00	210.553	100,00	133.048	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010.

7 CONCLUSÃO

Buscou-se aqui compreender o processo de (re)distribuição espacial e destacar as principais características de migração e do migrante no município de Serra-ES, no período de 2000 a 2010, a partir da perspectiva demográfica, considerando como fatores de análise o viés geográfico, histórico, econômico e social; na tentativa de contribuir com entendimento da importância que a migração teve nas duas últimas décadas na dinâmica demográfica e na configuração espacial do município de Serra.

A problemática lançada teve como sustentação a perspectiva de que a maior parte dos movimentos migratórios foi gerada, de um lado, por questões econômicas favoráveis diretamente relacionadas ao município de Serra, inserida no contexto da RMGV e do Estado do Espírito Santo, contexto esse com aspectos e proporções diferentes dos verificados na literatura específica, suficientemente abordados aqui, entre a década de 60 e final da década de 90 do século passado, cujos reflexos puderam ser captados nos dados demográficos mais recentes. Do outro lado, as con-

dições econômicas individuais desfavoráveis ou, menos atrativas dos migrantes em relação à sua origem.

Com a análise quantitativa dos dados demográficos do município pode-se verificar que o aumento populacional foi marcado pela presença relevante de migrantes do próprio estado e dos estados vizinhos, representando mais de 60% da população total do município. O que se confirmou nas taxas de fecundidade mais recentes, que, apesar de altas, não dariam conta da elevação demográfica de Serra no período investigado. Nesse sentido, identificamos que os movimentos migratórios foram fundamentais ao crescimento e desenvolvimento urbano e econômico municipal e consequentemente metropolitano, relacionados direta e indiretamente com o Estado do Espírito Santo.

Na execução desse estudo verificou-se a aderência das teorias sobre migração e os resultados mais amplos das migrações contemporâneas em escala metropolitana no Brasil, com os resultados apresentados pelo município aos migrantes e não migrantes, ao que se refere aos aspectos mais gerais das características individuais dos mesmos, com algumas nuances, a exemplo das idades, do estado civil, do nível de instrução; e das características habitacionais, pontualmente sobre a espécie e condição de ocupação do domicílio, isto é, os domicílios particulares permanentes alugados.

As características gerais dos migrantes de Serra para os dois períodos apresentam similaridades conservadas no curto intervalo de tempo considerado; sobretudo, em decorrência do principal motivo (econômico) dos deslocamentos, que foram se consubstanciando gradualmente ao longo dos referidos períodos no município e se acentuaram no último quinquênio de 2000.

Predominou nos resultados analisados das características demográficas dos migrantes para o ano 2000 a população de jovens e adultos de 25 a 34 anos, cuja mediana das idades representou 26 anos, com pequena maioria de pessoas do sexo feminino; com situação civil, em sua maioria, compostas de pessoas solteiras, e em menor número, mas nem por isso menos importante, pessoas casadas; com nível médio e fundamental de escolaridade; que trabalhavam no setor de serviços e na

indústria; inseridas nas atividades econômicas do comércio, reparação de veículos automotores, indústrias de transformação, construção civil e serviços domésticos, cujas relações trabalhistas eram regidas pela consolidação das leis do trabalho (CLT), mas com expressivas pessoas às margens dessa legislação, registrando-se também aquelas que trabalhavam por conta própria; que tinham como faixa de rendimento até um e dois salários mínimos. Essas características resumem o que se considerou enquanto perfil social genérico dos migrantes em Serra para o referido ano.

As características habitacionais gerais dos migrantes para o referido período apontaram para uma população vivendo em habitações próprias, em sua maioria casas, e em menor número, apartamentos, em decorrência da política habitacional encetada nas três décadas finais do século passado, ao qual se privilegiou a construção de habitações horizontais; aliado ao fator físico-geográfico do relevo serrano que possibilitou a edificação desse tipo de empreendimento. Na densidade de moradores por cômodo e a disponibilidade de banheiro, destacou-se as residências com até um morador por cômodo e ao menos um banheiro por domicílio. A maioria das habitações dos migrantes contava com acesso a água da rede geral de abastecimento, sistema geral de esgoto, apesar de uma parcela significativa não dispor dessa infraestrutura; e eram atendidos pelo sistema de coleta de lixo municipal, além de interligados ao sistema privado de energia elétrica da companhia de distribuição.

A análise das características demográficas que permitiram um resumo genérico do perfil dos migrantes municipais para 2010 mostra uma população significativamente composta por jovens e adultos entre os 20 aos 29 anos, para os migrantes data-fixa e 25 a 34 anos dos migrantes antigos, cuja mediana das idades apontou para os 27 e 25 anos, respectivamente. Novamente os solteiros foram maioria, mas, com significativa representatividade dos casados. Aumentou em número e em nível de escolaridade os migrantes com o ensino médio, se destacando os que possuíam curso superior em relação à década anterior, mas ainda pouco representativos. Esses migrantes estavam ocupados majoritariamente em atividades que envolviam venda no comércio e manutenção na indústria de transformação, no setor industrial, na construção civil e nos serviços domésticos, trabalhando com carteira assinada, mas que também foram representados por aqueles que trabalhavam por conta pró-

pria e os que trabalhavam sem carteira assinada. O maior quantitativo de migrantes ganhava até dois salários mínimos, registrando-se também o expressivo número daqueles que ganhavam até um salário.

Das características habitacionais dos migrantes pode-se constatar a moradia em domicílio particular permanente do tipo casa, semelhante à década anterior, mas com expressiva mudança na condição de ocupação, predominando não mais a propriedade da moradia e sim o aluguel dela. Em conformidade com o que se abordou a esse respeito, de um cenário mercadológico imobiliário da propriedade, cujos valores predominantes dos alugueis compreendiam até meio e, principalmente, de meio a um salário mínimo, resultando numa alternativa viável aos que não podiam ou não queriam adquirir um imóvel, mas queriam se manter no município ou na área de influência da região metropolitana. Não se verificou significativas mudanças na densidade morador/cômodo e na quantidade de banheiro por domicílio, assim como o fornecimento de água e a disponibilidade de energia elétrica, que já apresentavam uma infraestrutura dentro de padrões adequados de habitação, de acordo com o relatório dos direitos humanos da ONU.

Na comparação dos migrantes com os não migrantes para os dados de 2000 e 2010, constatou-se algumas diferenças como a composição da estrutura etária, com predomínio de crianças e adolescentes na categoria dos não migrantes, cuja idade média foi de, aproximadamente 13 anos e a mediana 10 anos, todavia, por dois motivos principais, a população dos migrantes mais antigos, ou seja, aqueles com mais de cinco anos de residência no município não integra o quesito analisado, porém encontram-se incluídos nele um número considerável de filhos desses migrantes antigos, nascidos no local de destino; outro fator é a população considerada pelo IBGE na faixa etária de 0 a 4 anos nesse quesito e não considerada no quesito data fixa, o que influencia nos resultados gerais, a exemplo do número de solteiros, bem mais expressivos que os migrantes. O nível de instrução dos não migrantes, apresentou similaridade com os que migraram, assim como as ocupações exercidas pelos naturais, variando quantitativamente nas atividades econômicas em que estavam inseridos, mas compondo as mesmas classificações com maior número populacional. As relações de trabalhos também foram semelhantes aos que migraram e aos não migrantes. Quanto aos rendimentos, verificou-se que os não migrantes são mai-

oria nas faixas salariais até dois salários mínimos, enquanto os migrantes representam a maioria dos que recebem acima de dois salários.

Nas condições habitacionais dos não migrantes notou-se nos dois períodos que a maioria reside em casa própria, apresentando no último censo o aumento dos que moram de aluguel, podendo indicar a constituição de uma nova composição familiar. Os que pagam aluguel conservam semelhanças no quantitativo por faixa de valor, ou seja, as quantidades mais expressivas dessa população pagam até meio salário e de meio a um salário mínimo. Já a densidade morador/cômodo foi relativamente maior para os não migrantes nos dois períodos, apesar de uma diminuição em 2010, ao contrário da disponibilidade do número de banheiros que aumentou. O abastecimento de água, esgotamento e energia elétrica apresentaram semelhanças nos resultados.

O município de Serra não encerra em si todos os fatores desencadeadores das migrações em seus limites territoriais; está inserida numa lógica metropolitana e estadual maior, cumprindo um papel urbano importante dentro da RMGV. Da mesma forma que o contexto municipal, metropolitano e estadual gera “benefícios” relativos aos que migram, esses também geram “vantagens” a essas três esferas político-administrativas de maneira dual.

Diante do que se verificou, os incentivos espaciais do município ainda estariam sobrepondo os constrangimentos locais e os incentivos na origem desses migrantes, visto a atratividade ainda gerada, manifestada em seus indicadores demográficos, destacadamente nas migrações, que tem no contexto mais recente, a questão econômica, o acesso a propriedade privada, os bens públicos e à própria cidade, os principais condicionantes de atração e repulsão populacional.

REFERÊNCIAS

- ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. 561 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ACHIAMÉ, Fernando A. M.. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010. 367 p.
- ALBUQUERQUE, Fernando Roberto Pires de Carvalho e. **Movimentos migratórios internos no Brasil: características e estimativas 1981-1996**. 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/images/ence/doc/mestrado/dissertacoes/2001/fernando_roberto_pires_carvalho_albuquerque_TC.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Questões demográficas: fecundidade e gênero**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. 43 p. Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 9. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/images/ence/doc/publicacoes/textos_para_discussao/texto_9.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- ANTONGIOVANNI, Lidia Lucia; COELHO, André Luiz Nascentes. **PANORAMA SOBRE A DESERTIFICAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 89 p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/_arquivos/panorama_espiritosanto.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.
- AQUINO, N. A. de. Cidades, migrações e memórias no Tocantins: (re)visitando escritas e falas na década de 1990. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308169299_ARQUIVO_Cidades_migracoesememoriasnoTocantins_\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308169299_ARQUIVO_Cidades_migracoesememoriasnoTocantins_[1].pdf)>. Acesso em 27 jun. 2015.
- AZEVEDO, Jose Eduardo Faria de. **Serra 21: plano estratégico da cidade 2000-2020: agenda 21 local**. Serra, ES: Prefeitura Municipal, 2000. 110p.
- BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011. Cap. 4. p. 71-94. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.
- BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BARROS, Luiz Felipe Walter et al. Estudos e tratamento das variáveis de rendimento no censo demográfico 2010. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** [Águas de Lindóia]: Abep, 2012. p. 1 - 18. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35\[558\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST35[558]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BEAUJEU-GARNIER, J.. **Geografia de População**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho; [atualização ortográfica e tradução dos textos novos Isabel Cury Santana]. 2ª ed. rev. e atualizada. São Paulo, Ed. Nacional, 1980. 441p.

BECKER, Bertha. **Manual do candidato: geografia**. Brasília: FUNAG, 2012. 196 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1014-Manual_do_candidato_-_Geografia.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população. Conceitos, tipologia, contextos. In: Castro, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2 ed. Rio de Janeiro. Bertrand. 2006, p 319-367.

BEDNARZ, Magdalena. **Geomorphological Conditionings of the Economic Development of the Nowy Żmigród Gmina**. 2005. Instytut Geografii i Gospodarki Przerzycznej. Kraków, 2005. Disponível em: <http://www.pg.geo.uj.edu.pl/documents/3189230/4676036/2005_115_77-87.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. 3. ed. Serra, ES: Ed. do CTC, 2009. 292 p.

BOSCAGLIA, Fabiano. **Dinâmica populacional e consumo de água na Serra-ES: panorama atual e cenário futuro**. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

BOUDIK, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In.: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 117-154.

BRASIL, G. H.; CASTIGLIONI, A. H.; FELIPE, C. H.. **Serra: Agenda do futuro 2012-2032 - Dinâmica Populacional da Serra 2012 (Relatório de Trabalho para o Plano Estratégico da Serra 2012-2032 - Prefeitura da Serra)**. Versão 2.0; 2012. 144 p.

BRASIL. Ministério da Educação, 2014. **Relatório da Educação para todos no Brasil 2000-2015 - Versão preliminar**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>>. Acesso: 16/07/2017.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. PROJETO RADAM. **Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, Projeto RADAMBRASIL, 1983. 775 p. (Levantamento de recursos naturais; v.32).

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. (Texto para discussão nº 366). Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BUFFON, José Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas, SP, 1992. [386] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

CAMPOS JÚNIOR, C.; GONÇALVES, T.. Produção do espaço urbano da Serra-Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária (*the production of the urban space of Serra-ES (RMGV): reflecting about the recent strategies of building construction*). **Revista Mercator**, América do Norte, 810 02 2009.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. **Migration, urbanisation et développement**. Le cas de l'Espírito Santo - Brésil, Bruxelles: CIACO, 1989.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. A transição demográfica no Espírito Santo. **Revista do Instituto Jones**, Vitória, ES, ano VII, n. 1. Dez. 2004.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Processo de crescimento da Grande Vitória. **Revista Instituto Jones**, Vitória, ano VII, n. 01, p. 9-10, 1994. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121128_rijsn_a7_n1_dez_1994.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2015.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis Eduardo (Org.). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57. Disponível em: <http://www.unesco.org.uy/mab/fileadmin/ciencias_naturales/mab/Migracao-Inter.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**. Vitória, nº 7, fev. 2010. p 93-109. Disponível em: <<http://www.prppg.ufes.br/ppgg/>>. Acesso em: 30 out. 2010.

CAVALCANTE, M. M. de A.; NUNES, D. D.; SILVA, R. G. da C.; LOBATO, L. C. H.. Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: contribuições sobre a área de influência das Hidrelétricas no Rio Madeira (Rondônia/Brasil), **Confins [Online]**, 11 | 2011. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6924>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

CELIN, Marilza Ferreira. **Migração interna no Espírito Santo: 1940-1980**. 1982. 183 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1982.

COLEMAN, D.; ROWTHORN, R. Population decline – facing an inevitable destiny? In: BUCHANAN, A.; ROTKIRCH, A. (Ed.). **Fertility rates and population decline: no time for children?** Palgrave Macmillan, 2013. p. 82-102. Disponível em: <http://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9781137030399_5>. Acesso em: 08 fev. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO (CONCLA). **Classificações Brasileira de Ocupações - CBO** Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/estrutura/ocupacao-estrutura>>. Acesso em 27 out. 2016.

COMISSÃO NACIONAL DE CLASSIFICAÇÃO (CONCLA). **CNAE Domiciliar 2.0.**

Disponível em: <

http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_200@CNAE%20Domiciliar%20%202.0>. Acesso em 27 out. 2016.

CORREA, Wesley de Souza Campos. **Campo térmico e higrométrico da Regional Praia do Canto no município de Vitória (ES).** 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

CUNHA, J. M. P. da. **A dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso.** Campinas: Núcleo de Estudos de População - Unicamp, 2011. 87p. Disponível em: <

http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_60.pdf >. Acesso em: 27 jun. 2015.

CUNHA, J. M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, Dec. 2005.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jun. 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, R. **Lãs migraciones internas em el Brasil Contemporáneo.** Notas de Población. CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82,

2007. Santiago de Chile. Disponível em:

<<http://archivo.cepal.org/pdfs/NotasPoblacion/np82033067.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

CUNHA, J. M. P. da; BAENINGER, Rosana. "A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças". In: HOGAN, Daniel Joseph; et al. (Org.). **Migração e Ambiente em São Paulo.** Aspectos relevantes da dinâmica recente. 1 ed. Campinas: Nepo-Unicamp, 2000, v. 01, p. 17-60. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/2EncNacSobreMigracao/Anais2ENSMigracaoOuroPreto1999p117a167.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CUNHA, Jose Marcos Pinto da (Org.). **Mobilidade espacial da população:** desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011. 184 p. Disponível em:

<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_mobilidade_espacial_da_populacao.html>. Acesso em: 30 jun. 2016.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População:** Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro - Rebec,

v. 33, n. 1, p.99-128, jan./abr. 2016. Quadrimestral. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <http://dx.doi.org/10.20947/s0102-30982016>. Disponível em:

<<http://www.rebec.org.br/index.php/revista/article/view/814>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Mobilidade populacional e expansão urbana:** o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. 311 f. Tese (Doutorado) - Uni-

versidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1994. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000075124>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 29-50, Dez. 2012. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2016.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1980-85852012000200003>.

CUNHA, Tiago Augusto da; CUNHA, José Marcos Pinto da; JAKOB, Alberto Augusto Eichman. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 07-33, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982013000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2016.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. 107 p. - (Coleção Caminhos da geografia).

DARÉ, Raquel. **A 'crise' do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

DINIZ, A. M. A.; SANTOS, R. O. **Fluxos migratórios e a formação da rede urbana de Roraima**. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 15., 2006, Caxambu - Minas Gerais. **Anais...**. Abes, IBGE 2006. p. 1 - 20. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_734.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

DOTA, Ednelson Mariano. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Geografares**, [S.l.], p. 142-153, ago. 2016a. ISSN 2175-3709. Disponível em:
<<http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/12001/9701>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

DOTA, Ednelson Mariano. **Indicadores de migração dos municípios do Espírito Santo: o período 2000-2010**. Vitória: UFES, 2016b. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/311678454_Indicadores_de_migracao_dos_municipios_do_Espirito_Santo>. Acesso em: 30 jun. 2017.

DOTA, Ednelson Mariano. **Migração na RM de Campinas: produção do espaço urbano e impactos sociais**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000785364>>. Acesso em: 01 set. 2016.

DOTA, Ednelson Mariano. **Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015.

260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000951871&opt=4>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

DOTA, Ednelson Mariano; COELHO, André Luiz Nascentes; CAMARGO, Danilo Mangaba de. **Atlas da migração no Espírito Santo**. 1ª ed. - Vitória: UFES, Proex, 2017.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 500 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=TB97eWJNgolC&oi=fnd&pg=PA19&dq=imigra%C3%A7%C3%A3o+no+amap%C3%A1&ots=syjuUv-8m6&sig=hAWpFRXb0N2aWqs3jcigGboHCXw#v=onepage&q=imigra%C3%A7%C3%A3o%20no%20amap%C3%A1&f=false>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 159, de 08 de julho de 1999**. Vitória, 1999. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 204, de 21 de julho de 2001**. Vitória, 2001. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Complementar nº 58, de 23 de fevereiro de 1995**. Vitória, 1995. Disponível em: <<http://www.conslegis.es.gov.br/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

FERREIRA, Francismar Cunha. **Propriedade fundiária, os 'vazios urbanos' e a organização do espaço urbano: o caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória-ES (RMGV-ES)**. 2015. 308 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2015. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9061_francismar.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional - 1840-1960**. 1987. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial.

GEORGE, Pierre. **Geografia da população**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Difel, 1978.

GOMES, Aline Grill et al. Maternidade em idade avançada: aspectos teóricos e empíricos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, jun. 2008. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/5242/9214>>. Acesso em: 22 fev. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v12i1.5242>.

GONÇALVES, Thalimar Matias. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**. 2007. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências

Humanas e Naturais, 2007. Disponível em:
<http://www.geo.ufes.br/sites/geografia.ufes.br/files/field/anexo/m_thalismar.pdf>.
Acesso em: 15 maio 2016.

GONÇALVES, Thalismar Matias. **Novas estratégias da produção imobiliária na Grande Vitória**: um estudo sobre as recentes transformações do espaço urbano da Serra-ES. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2010. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_4065_thalismar.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

Guía Rápida de Población del Population Reference Bureau. Inc. por Arthur Haupt y Thomas T. Kane – Cuarta Edición. Washington, DC. 2003. 73p.

HARVEY, David. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. Trad. Flávio Villaça. Espaço e Debate, n. 6, jun.-set. 1982. Disponível em:
<<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2014/03/david-harvey-o-trabalho-o-capital-e-harvey-david-o-conflito-de-classes-em-torno-do-ambiente-construc3addo-nas-sociedades-capitalistas-avanc3a7adas.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 235 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1960) **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1970) **Censo demográfico**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1980) **Censo demográfico**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1991) **Censo demográfico**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1993) **Normas de apresentação tabular**. 3 ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1993. 62 p. Disponível em:
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000a) **Censo demográfico**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2000b) **Censo demográfico**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003). **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 25, 2003 (Série Relatórios Metodológicos). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5295.pdf>>. Acesso em: [?] [?] 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2007). **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**: CNAE: versão 2.0: subclasses para uso da administração pública. Rio de Janeiro, 2007, 617 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36477.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2009). **Manual técnico de geomorfologia**. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. – 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009, 175 p. (Manuais técnicos em geociências, ISSN 0103-9598 ; n. 5). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010a) **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010b) **Censo demográfico**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010c) **Censo demográfico**: notas metodológicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011a). **Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011b). **Indicadores sociais municipais: Uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**: Brasil, grandes regiões e municípios. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2011c). **Sinopse do Censo Demográfico: 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016a). **Cidades**. Espírito Santo. Serra. Histórico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320500&search=espírito-santo|serra|infograficos:-historico>>. Acesso em: 13 maio 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016b). **Metodologia do censo demográfico 2010**. IBGE, 2. ed. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 720 p.

Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281634>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Ipeadata**: Regional > Temas > População > População residente – total. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 09 maio 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES; LEITÃO, C. E. P. (1984). **Plano diretor de transporte urbano da Grande Vitória PDTU/GV**. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/4912>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (1987a). **Intervenção estatal no processo habitacional**. Vitória, ES, 1987. Disponível em:<<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/4684>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES; COSSETTI, M. da P. (1987b). **Dimensionamento do déficit habitacional urbano do Estado do Espírito Santo**. Vitória, ES. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120809_ij00363_estudoparadefinicaodapoliticahabitacional_dimensaoamento.pdf>. Acesso em: 26 maio 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, & ORLANDI, I. L. (2003). **Movimentos migratórios no Estado do Espírito Santo 1986 - 1991**. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/9215>>. Aceso em 22 jun 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES; TRESINARI, E. M. (2012). **Produto interno bruto (PIB) dos municípios do Espírito Santo - 2010**. Vitória, ES. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/1523-produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2010>>. Acesso em: 17 maio 2016.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (2015). **Produto interno bruto (PIB) dos municípios do Espírito Santo - 2013**. Vitória, ES: IJSN. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4466-produto-interno-bruto-pib-dos-municipios-2013>>. Acesso em: 17 maio 2016.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (Brasil) (Org.). **Glossário**: migração; emigração; imigração. 2015. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/glossario#m>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

JARDIM, Antonio de Ponte. A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. In: OLIVEIRA, A. T. R. de; OLIVEIRA, L. A. P. de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 103 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

LEE, Everett S. A theory on migration. *Demography*, Chicago, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2060063.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

LEE, Everett S.. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Helio Augusto de (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB, Escritório Técnico de Estu-

dos Econômicos do Nordeste, 1980. p. 89-143. (Estudos Econômicos e Sociais, v. 4). Tradução de: Helio Augusto de Moura.

MARICATO, Ermínia (Org.). **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996. 141 p. Disponível em: <http://fau.usp.br/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf>. Acesso em: 21 maio 2016.

MARTINE, G. 1984. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais). Censos consensos contra-sensos. **Anais do III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos**. Ouro Preto, ABEP/Fundação Ford. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/318/313>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

MORANDI, Angela Maria et al. **Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo, 1930 – 1970**. Vitória: UFES, Departamento de Economia, NEP, 1984.

NASCIMENTO, Alexandre Holanda. **Envelhecimento populacional: O envelhecimento populacional no município da Serra**. 2011. 157 f. TCC (Graduação) – Bacharelado em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

NASCIMENTO, Alexandre Holanda. **Fecundidade**. 2015a. Trabalho Acadêmico em Demografia (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NASCIMENTO, Alexandre Holanda. **Migração**. 2015b. Trabalho Acadêmico em Demografia (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NASCIMENTO, Alexandre Holanda. **Mortalidade**. 2015c. Trabalho Acadêmico em Demografia (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 38-47, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/75>>. Acesso em: 08 out. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OMRAM, A. R.. The epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, Volume 83, 4º ed. 2005: 751-757. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0009.2005.00398.x/epdf>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. In: SOCIUS Working Papers, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004. (n. 11). Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

Population Reference Bureau. **2016 World Population Datasheet**. 2016. Washington, DC, Population Reference Bureau. Disponível em: <<http://www.prb.org/Publications/Datasheets/2016/2016-world-population-data-sheet.aspx>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

PRATA, Pedro R.. **A transição epidemiológica no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública vol. 8, nº 2, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v8n2/v8n2a08.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2008.

PSPPIRE. **PSPP statistical package**. Version 3. Boston, MA 02110-1301 USA, 2011. FSF & GNU General Public License. Free Software Foundation.

RAVENSTEIN, Ernest George. **The Laws of Migration, 1885 por John Corbett**. The Center for Spatially Integrated Social Science. Disponível em: <<http://www.csiss.org/classics/content/90>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. As leis da migração. In: MOURA, Helio Augusto de (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. p. 19-88. (Estudos Econômicos e Sociais, v. 4). Tradução de: Helio Augusto de Moura.

REIS, L. C. T. **Descentralização e Desdobramento do Núcleo Central de Negócios na Cidade Capitalista: Estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto, Grande Vitória-ES**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ppgg.igeo.ufrj.br>>. Acesso em: 09 set. 2015.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Índice de Bem-Estar Urbano IBEU**. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, 2013.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas**. In.: CUNHA, Jose Marcos Pinto da (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011. 184 p. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_mobilidade_espacial_da_populacao.html>. Acesso em: 30 jun. 2016.

ROCHA, Haroldo Corrêa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930**. Vitória: UFES, Departamento de Economia, NEP, 1983.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. 2. ed. Vitória, ES: Espírito Santo em Ação, 2012. 173 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 8. reimpr. - São Paulo: Edusp, 2014 [1996].

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, R. A. M.; SANTOS, L. B. **Serra: agenda do futuro 2012-2032**. 2. ed. Vitória, ES: GSA Gráfica e Editora, 2012. 232 p.

SJAASTAD, L. A. **The costs and returns of human migration**. Journal of Political Economy, Chicago, v. 70, n. 5 (Part 2), p. 80-93, 1962.

SERRA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. Lei nº 4.514 de 06 de maio de 2016. Regulamenta a organização do município em bairros e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Serra**, Serra, 12 de maio de 2016(a). Legislação *On Line*. Disponível em: <<http://legis.serra.es.gov.br/normas/images/leis/image/L45142016.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

SERRA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. Secretaria de Meio Ambiente (Semma). **Bacias Hidrográficas**. 2016(b). Disponível em: <<http://www.serra.es.gov.br/site/pagina/bacias-hidrograficas>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SERRA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. SERRA 21. **Plano estratégico da cidade 2000-2020: agenda 21 local**. 4ª ed. Serra, ES: Prefeitura Municipal, 2005. 110 p.

SILVA, Leticia Tabachi. **A produção de localizações: estruturação territorial da grande Vitória**. 2014. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-14072015-115054/>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SILVA, Marta Zorzal e. ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Curso de Mestrado em Administração Pública. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Rio de Janeiro, 1986. 2v. Dissertação (Mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Mestrado em Administração Pública. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8865>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

SINGER, Paul Israel. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Helio Augusto de (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Bnb, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. p. 211-265. (Estudos Econômicos e Sociais, v. 4).

SINGER, Paul Israel. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. [1978]. In.: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.

SIQUEIRA, M. da P. S.. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: EDUFES, 2001. 182 p.

SZMRECSÁNYI, Tamás József Károly Márton. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, Jair Lício Ferreira; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás József Károly Márton. **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980. Cap. 10. p. 263-274.

TODARO, Michael Paul. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Helio Augusto de (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Bnb, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. p. 145-171. (Estudos Econômicos e Sociais, v. 4). Tradução de: Helio Augusto de Moura.

UNITED NATIONS (Switzerland). High Commissioner For Human Rights (Ed.). **The Right to Adequate Housing**: Fact Sheets ; 21 (Rev. 1). Geneva: United Nations Office At Geneva, 2009. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/FS21_rev_1_Housing_en.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2016.

UNITED NATIONS. Committee on Economic, Social and Cultural Rights (CESCR), **General Comment No. 4**: The Right to Adequate Housing (Art. 11 (1) of the Covenant), 13 December 1991, E/1992/23. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/47a7079a1.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**. Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. - 2. ed. - Vitória, ES: EDUFES, 2015. 92 p.

Universidade Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central. **Normalização de referências** : NBR 6023:2002. Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. - 2. ed. - Vitória, ES: EDUFES, 2015. 78 p.

VAREJÃO, Silvia Buzzzone de Souza et al. Organização social do território: dinâmicas demográficas, mobilidade espacial e arranjos domiciliares. In: LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira de; MONTEIRO, Latussa Laranja (Org.). **Vitória**: Transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Cap. 5. p. 161-195. Coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.

ZANOTELLI, C. L.; et al. A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES – Brasil, **Confins** [Online], 21, 2014. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9738>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZELINSKY, Wilbur. **Introdução a geografia da população**. 2. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

ZELINSKY, Wilbur. **The hypothesis of the mobility transition**. Geographical Review, v. 61, n. 2, 1971, p. 219-249.